

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGPOL

CARLA CRISTINA WRBIETA FERREZIN

**A RECEPÇÃO E CIRCULAÇÃO DA TEORIA CLAUZEWITZIANA NO
EXÉRCITO BRASILEIRO (1889-1959)**

SÃO CARLOS – SP

2017

CARLA CRISTINA WRBIETA FERREZIN

**A RECEPÇÃO E CIRCULAÇÃO DA TEORIA CLAUZEWITZIANA NO
EXÉRCITO BRASILEIRO (1889-1959)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de São
Carlos (PPG-Pol/UFSCar), como parte dos requisitos
para a obtenção do título de doutora em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

SÃO CARLOS

2017

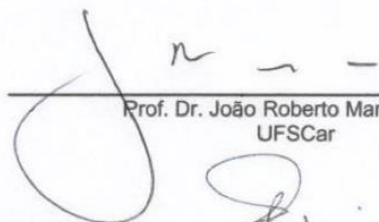


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

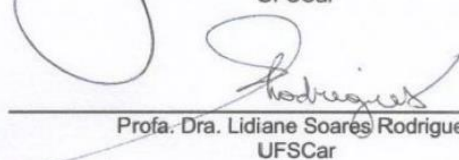
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Carla Cristina Wrbieta Ferezin, realizada em 16/10/2017:



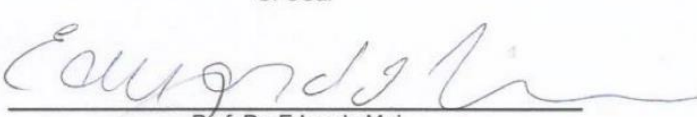
Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
UFSCar



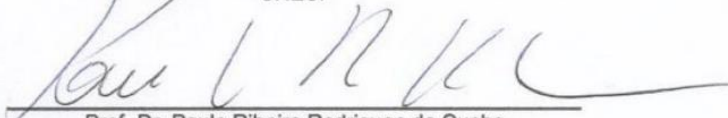
Profa. Dra. Lidiane Soares Rodrigues
UFSCar



Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
UFSCar



Prof. Dr. Eduardo Mei
UNESP



Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
UNESP

Ferezin, Carla Cristina Wrbieta

A recepção e circulação da teoria clausewitziana no Exército brasileiro (1889-1959) / Carla Cristina Wrbieta Ferezin. -- 2017.
201 f. : 30 cm.

Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: João Roberto Martins Filho

Banca examinadora: João Roberto Martins Filho; Lidiane Soares Rodrigues; Vera Alves Cepêda; Eduardo Mei; Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

Bibliografia

1. Clausewitz. 2. Exército Brasileiro. 3. Recepção e Circulação de Ideias. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325

AGRADECIMENTOS

Deveras, é inegável a essencialidade de múltiplos indivíduos e instituições para a construção e desenvolvimento do trabalho acadêmico, seja por meio de suporte emocional, debate de ideias, leitura de escritos, elaboração de artigos, ou por viabilizar os distintos meios para alcançarmos as respostas – e possivelmente mais indagações que permitem a continuidade do estudo – norteadoras da pesquisa científica. Nessa direção, o reconhecimento destes busca evidenciar a importância que tiveram para a edificação desta simples produção intelectual.

Da cumplicidade, amor, respeito e paz, sou eternamente grata ao meu companheiro William Marcondes Facchinatto, com o qual espero poder estar e contar por muitos anos mais. Na tarefa de trazer bem estar, equilíbrio, felicidade e amor, devo a Diva e Hugo especial menção. Não menos importante, constituindo a base de formação e alicerce para o meu desenvolvimento profissional e pessoal, devo aos meus familiares – Zilma Ferezin, Hugo Ferezin, Priscila Ferezin, Alexandre Ferezin e Pietro Ferezin – generoso e fraternal reconhecimento.

Sobre companheirismo, expresso minha gratidão por poder compartilhar períodos únicos com seres humanos memoráveis: Felipe Fontana, Fabrícia Viviani, Cristiane Felipe, Gustavo Valente, Josiane Torres, Idelma Terra e Eloísa Luz. No mais, é imprescindível lembrar e ser grata por pessoas queridas que lamentavelmente precisam partir e nos deixam vazios enormes, contudo diversas histórias incríveis para relembrar e propagar. Que venha uma próxima jornada, Renato Augusto.

No processo de orientação, estruturação da carreira acadêmica, confiança, e suporte nos diversos anos, entre Mestrado e Doutorado, nos quais estivemos juntos no projeto de compreender a presença de Clausewitz no Exército brasileiro, imensa gratidão ao Professor Doutor João Roberto Martins Filho.

Quanto às instituições, devo especial reconhecimento e gratidão à equipe da Biblioteca Franklin Dória (BIBLIEX) e do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), em especial à Kelly Viana, Wagner Alcides de Souza e Celso Gonçalves da Silva.

Concernente as contribuições teóricas e estruturais feitas para esta pesquisa, preciso reconhecer os esforços e leituras críticas não só do Professor Doutor João Roberto Martins Filho, mas também da banca que participou do processo de Qualificação da Tese (Professora Doutora Vera Alves Cepêda e Professor Doutor Paulo Ribeiro da Cunha) e da Defesa (Professora Doutora Lidiane Rodrigues e Professor Doutor Eduardo Mei).

Finalmente, é ímpar citar e reconhecer o auxílio financeiro que viabilizou o desenvolvimento desta pesquisa, desde o Mestrado, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (PROCESSO FAPESP 2013/13962-5).

RESUMO

Clausewitz é um ícone entre aqueles que se dedicam a pesquisa da guerra e da estratégia, considerado um dos principais formuladores do pensamento militar moderno. Suas ideias são lidas e repetidamente citadas desde pelo menos 1871, principalmente no meio militar. No entanto, há um hiato na literatura quanto à leitura deste autor entre os militares brasileiros. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é compreender como se deu a recepção e circulação das concepções de Clausewitz no Brasil, principalmente, mas não exclusivamente, entre os militares pertencentes ao Exército brasileiro entre os anos de 1889 a 1959, período este em que os oficiais buscavam pela profissionalização, modernização e reestruturação do Exército brasileiro, sob instrução da Alemanha, França e Estados Unidos da América. Levantamos a hipótese de que os leitores brasileiros podem ter desconsiderado o contexto de produção e lançado percepções e anseios próprios de seu contexto sobre a obra de Clausewitz, *Da Guerra*. Nessa direção, selecionamos um recorte temporal que nos permitiu investigar se as conjunturas de guerra (interna e externa) e o processo de profissionalização militar impactaram a leitura de Clausewitz no Brasil. O processo de pesquisa sobre a recepção e circulação de Clausewitz no Brasil se deu através da análise de uma série de artigos publicados em periódico militar, *A Defesa Nacional*, e em diversos jornais da época que concediam sessões para tratar sobre temáticas militares. De vertente qualitativa, balizada nos métodos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e na metodologia de análise do conteúdo, alcançamos a compreensão de que a recepção e a circulação da teoria clausewitziana no Brasil entre os anos de 1889 a 1959 é marcada por mal-entendidos (desconsideração do contexto de produção, inserção de percepções e problemáticas próprias do contexto do leitor, leituras instrumentalizadas e traduções parciais) próprios aos grandes clássicos. No mais, o contexto de guerras impactou consideravelmente as leituras de Clausewitz no Brasil, com diversas menções ao general prussiano como o teórico da guerra imoral, sanguinária e sem limites, contudo, uma leitura menos negativa também teve espaço, principalmente aquelas que tratavam sobre a relação entre guerra e política. O processo de profissionalização também se constatou relevante na recepção de Clausewitz no Brasil, visto que provavelmente viabilizou a primeira tradução, parcial, para a língua portuguesa de excertos de *Da Guerra*, nos anos de 1931 e 1932, na revista *A Defesa Nacional*, nos tempos da Missão Militar Francesa no Exército brasileiro.

Palavras-chave: Clausewitz; Exército brasileiro; Recepção e Circulação de Ideias Internacionais.

ABSTRACT

Clausewitz is an icon among those who are engaged in research war strategy, considered one of the main makers of modern military thinking. His ideas have been read and repeatedly quoted at least since 1871, especially in the military means. However, there is a hiatus in the literature regarding the reading of this author among the Brazilian military. In this sense, the aim of this research is to understand the reception and circulation of Clausewitz conceptions in Brazil, mainly, but not exclusively, between soldiers belonging to the Brazilian Army between 1889 and 1959, such period that the prosecutors have been searching for professionalization, modernization and restructuring of the Brazilian Army, under instructions from Germany, France and the United States of America. We hypothesize that Brazilian readers may have disregarded the context of production and cast their own perceptions and desires of their context on Clausewitz's work, *On War*. In this direction, we selected a temporal clipping that allowed us to investigate if the war conjunctures (internal and external) and the process of military professionalization that impacted the Clausewitz reading in Brazil. The research process on the reception and circulation of Clausewitz in Brazil was made through the analysis of a series of articles published in a military journal, *A Defesa Nacional*, and in several contemporary periodicals that grant sessions to discuss military topics. From a qualitative perspective, based on methods of bibliographical research, documentary research and content analysis methodology, we reach the understanding that the reception and circulation of the Clausewitzian theory in Brazil between the years 1889 to 1959 is marked by misunderstandings (disregard of the context of production, insertion of perceptions and problematics proper to the context of the reader, instrumentalized readings and partial translations) proper to the great classics. Moreover, the context of wars greatly impacted Clausewitz's readings in Brazil, with several mentions to the Prussian general as the theoretician of the immoral war, bloodless and without limits, however, a less negative reading also had space, especially those that dealt with the relationship between war and politics. The process of professionalization was also found to be relevant in Clausewitz's reception in Brazil, since it probably enabled the first partial translation into the Portuguese language of excerpts from *On War*, in the years 1931 and 1932, in the magazine *A Defesa Nacional*, at the time of the French Military Mission in the Brazilian Army.

Keywords: Clausewitz; Brazilian Army; Reception and Circulation of International Ideas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma metodológico da pesquisa.	192
Figura 2 – Número de artigos encontrados nos jornais por “unidades de registro” e por período.....	194
Figura 3 – Esquema ilustrativo do método utilizado para digitalização dos periódicos.	195
Figura 4 – Caracterização do número de artigos encontrados nos jornais e n’A <i>Defesa Nacional</i>	196
Figura 5 – Número de artigos encontrados n’A <i>Defesa Nacional</i> por “unidades de registro” e por período.....	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Oficiais enviados para estágio no Exército alemão entre os anos de 1906-1908.....	67
Tabela 2 – Oficiais enviados para estágio no Exército alemão entre os anos de 1908-1910.....	67
Tabela 3 – Oficiais enviados para estágio no Exército alemão entre os anos de 1910-1912.....	67
Tabela 4 – Oficiais franceses responsáveis pela Missão Militar Francesa no Brasil.	118
Tabela 5 – Livros e Capítulos de Da Guerra com excertos traduzidos nos anos de 1931 e 1932 na revista A Defesa Nacional.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEx: Arquivo Histórico do Exército
AIB: Ação Integralista Brasileira
AL: Aliança Liberal
ANL: Aliança Nacional Libertadora
BIBLIEX: Biblioteca do Exército Editora
DSN: Doutrina de Segurança Nacional
ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME: Estado-Maior do Exército
EMR: Escola Militar do Realengo
EsAO: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG: Escola Superior de Guerra
FEB: Força Expedicionária Brasileira
JK: Juscelino Kubitscheck
MAP: Mutual Assistance Program
MMF: Missão Militar Francesa
ONU: Organização das Nações Unidas
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PD: Partido Democrático
PL: Partido Libertador
PRP: Partido Republicano Paulista
PRR: Partido Republicano Rio-Grandense
PSD: Partido Social Democrático
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
UDN: União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E INTELECTUAL DE CLAUSEWITZ: O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA OBRA DA GUERRA	26
DA GUERRA: LIVRO I – DA NATUREZA DA GUERRA, CAPÍTULO 1 – O QUE É A GUERRA?	35
DA RECEPÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CLAUSEWITZ NA ALEMANHA, NA FRANÇA E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	41
GUERRA FRIA: CLAUSEWITZ, O TEÓRICO DA TRINDADE DA GUERRA	47
CAPÍTULO 1 – O EXÉRCITO BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: OS DILEMAS DA PROFISSIONALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E O PAPEL POLÍTICO DOS MILITARES (1889-1929)	58
1.1 O PROFISSIONALISMO MILITAR: O TREINAMENTO DE MILITARES BRASILEIROS JUNTO AO EXÉRCITO ALEMÃO	66
1.2 SOBRE AS REFORMAS NO ENSINO MILITAR: AS LIÇÕES DA I GUERRA MUNDIAL	72
1.3 O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE UMA MISSÃO MILITAR DE INSTRUÇÃO: A VINDA DOS FRANCESES	73
1.4 MISSÃO MILITAR FRANCESA: OS AVANÇOS NA PROFISSIONALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E A INTERVENÇÃO POLÍTICA	78
CAPÍTULO 2 – CLAUSEWITZ NO BRASIL: DE “TEÓRICO DA GUERRA AMORAL E SEM LIMITES” AO “MESTRE DA GUERRA” (1889-1929)	87
2.1 DA PROFISSIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO: A ESCOLHA POR UMA MISSÃO DE INSTRUÇÃO	87
2.2 A I GUERRA MUNDIAL	92
2.3 O CONTESTADO	97
2.4 PÓS-I GUERRA	100
2.5 A MISSÃO MILITAR FRANCESA	102
2.6 LEITURA CONCEITUAL	107
CAPÍTULO 3 – REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: O IMPERATIVO DO REARMAMENTO, DA INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL E A INTERVENÇÃO MODERADORA (1930-1959)	111
3.1 REVOLUÇÃO DE 30: DECLÍNIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA E O INÍCIO DA INTERVENÇÃO MODERADORA DO EXÉRCITO	111
3.2 O PÓS-30: A CONSOLIDAÇÃO DA INTERVENÇÃO MODERADORA DO EXÉRCITO	116
3.3 1935: A AMEAÇA COMUNISTA E OS PASSOS DECISIVOS PARA A INSTALAÇÃO DA DITADURA VARGUISTA	122
3.4 II GUERRA MUNDIAL: A ALIANÇA COM OS ESTADOS UNIDOS PARA REEQUIPAR O EXÉRCITO E INDUSTRIALIZAR O BRASIL	128
3.5 A GUERRA FRIA: O COMBATE AO COMUNISMO	133
CAPÍTULO 4 – CLAUSEWITZ NO BRASIL: ENTRE A GUERRA ABSOLUTA E A GUERRA POLÍTICA (1930-1959)	138
4.1 OS RESQUÍCIOS DA I GUERRA MUNDIAL: CLAUSEWITZ, O TEÓRICO DA OFENSIVA	138
4.2 TRADUÇÕES DE EXCERTOS DA OBRA DA GUERRA	145
4.3 II GUERRA MUNDIAL: CLAUSEWITZ, INSPIRADOR DE HITLER	148
4.4 GUERRA FRIA: CLAUSEWITZ, TEÓRICO DO COMUNISMO?	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE A – PROCESSO METODOLÓGICO	190

CLAUSEWITZ NOS JORNAIS BRASILEIROS: NOÇÕES GERAIS	190
CLAUSEWITZ N' A DEFESA NACIONAL: NOÇÕES GERAIS	195
DOS RELATOS MEMORIALÍSTICOS: A LEITURA DE SETEMBRINO DE CARVALHO	198
TRATAMENTO DE DADOS.....	198
APÊNDICE B – JORNAIS E PERIÓDICOS COM MENÇÕES A CLAUSEWITZ.....	199

INTRODUÇÃO

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) pode ser considerado um dos precursores da concepção da guerra como um instrumento da política de Estado, compreensão elaborada, principalmente, com base nas suas experiências com as batalhas da Revolução Francesa (1789-1799) e da observação crítica das campanhas empreendidas por Napoleão Bonaparte (1769-1821). Cabe destacar também a importância que o general prussiano dispensou à pesquisa das guerras passadas, considerando suas dinâmicas e as cotejando com as guerras de seu tempo. Isto posto, é crível dissertar que os diversos conceitos expostos nas obras de Clausewitz são produtos de estudos sistemáticos da história da guerra e da sua prática como militar. Com a vitória da Prússia na Guerra Austro-Prussiana (1866) e, logo depois na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), as ideias de Clausewitz passaram a repercutir, notadamente entre os franceses, interessados no dito “responsável teórico” pela reorganização e êxito das forças prussianas. No decorrer desta pesquisa, observar-se-á como distintas conjunturas de guerras contribuíram para maior disseminação de Clausewitz entre militares e intelectuais, ultrapassando os territórios da Alemanha e da França, com traduções para diversos idiomas, proporcionando, a cada marco da história da guerra, novas leituras sobre suas obras, sobretudo, *Da Guerra* (1832). Com o objetivo de compreender como se deu a recepção e a circulação da teoria clausewitziana no Exército brasileiro, levantamos a hipótese de que os leitores brasileiros, podem ter desconsiderado o contexto de produção e lançado percepções e anseios próprios de seu contexto sobre o ideário clausewitziano, processo igualmente constatado nos mais distintos países centrais e com “tradição bélica”.

Cabe observar que o cerne da pesquisa é buscar a leitura de Clausewitz entre os militares da Força Terrestre brasileira, devido ao fato do general prussiano se dedicar a temática da guerra (sobretudo a guerra terrestre), questão chave da profissão militar. Mas, indo além, é preciso novamente destacar o raciocínio de Clausewitz da guerra como instrumento da política de Estado, pois tal concepção evidencia a necessidade da subordinação militar ao controle civil, e como será discutido no decorrer deste trabalho, o Exército brasileiro interviu na política nacional por diversas vezes, contestando a capacidade dos governos para lidar com os problemas da Nação e de, conseqüentemente, traçar novos caminhos para o desenvolvimento nacional. No mais, também era pauta dos militares nas distintas intervenções, o seu papel na sociedade e o pouco investimento dado para profissionalização e modernização dos quadros, impossibilitando que a Força pudesse garantir a soberania nacional diante de guerras e demais

ações externas. Como o nexos entre guerra e política seria então interpretado pelos brasileiros? Certamente as obras de Clausewitz, incluindo *Da Guerra*, trazem diversos outros conceitos, não se limitando ao indicado, porém certamente este é o mais citado, mesmo que talvez não compreendido.

No Brasil, estudos sobre Clausewitz e suas contribuições teóricas alcançaram destaque nos anos 2000¹. No entanto, análises sobre a presença das ideias do general prussiano no país ainda constituíam um hiato na literatura acadêmica, originando a problemática norteadora dos projetos de pesquisa desenvolvidos no Mestrado e no Doutorado. Nas décadas de 1990 e 2000, recorte temporal considerado para a produção da dissertação, tempo do renascimento clausewitziano, as menções a Clausewitz eram recorrentes por parte de oficiais do Exército brasileiro, contudo, com raras exceções, tratava-se de citações ligeiras, sem incorporação da teoria e caracterizadas pela conjuntura histórica. Diante da constatação da leitura de Clausewitz pelos militares brasileiros e com novas lacunas a serem investigadas, prosseguimos com o tema no Doutorado, buscando dar a ele uma perspectiva histórica, para compreender como Clausewitz teria sido lido nos anos de 1889 a 1959, período de guerras mundiais, de guerras civis, de transformações na estrutura política, social e econômica do Brasil, de profissionalização, modernização e reorganização do Exército brasileiro, com inspirações dos Exércitos da Alemanha, França e Estados Unidos da América. Isto posto, novos questionamentos são plausíveis e essenciais: Qual conceito do prussiano seria mais citado? Conjunturas de guerras seriam expressivas para os leitores de Clausewitz? Civis estiveram interessados na teoria prussiana nessa época? Ocorreram mudanças significativas na compreensão das concepções clausewitzianas nesse ínterim? Os alemães, franceses e estadunidenses podem ter utilizado a teoria clausewitziana para instruir os militares do Exército brasileiro?

Traçados os objetivos e hipótese da pesquisa, buscou-se a leitura de Clausewitz no Brasil em dois *corpus*: textos publicados no periódico militar *A Defesa Nacional* e, em jornais da época. Os militares brasileiros utilizaram os jornais para expressar seu posicionamento no debate político nacional e registrar perspectivas sobre questões pertinentes a profissão militar, especialmente nos anos precedentes a criação das revistas militares, com espaços cedidos em

¹ O portal Catálogos de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), permite buscar trabalhos desenvolvidos por pesquisadores nas diversas instituições educacionais do país. O termo “Clausewitz” listou 27 trabalhos, entre dissertações e teses, a partir do ano 2002, nas mais distintas áreas de conhecimento: Ciências Humanas, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde. No entanto, é preciso destacar: a totalidade de trabalhos localizados não tem essencialmente como objetivo o estudo de Clausewitz, seus conceitos e práticas. Os estudos podem ser visualizados no link: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

sessões normalmente denominadas “temáticas militares”². Notadamente, os *corpus* são distintos entre si, seja por seu papel, objetivos, público alvo, tipos e periodicidade de publicação. No entanto, levando em consideração o período analisado nesta pesquisa, o caráter não acadêmico é o elemento comum entre os *corpus*³. Tal condição torna mais intrincado o processo de análise, já que o rigor científico, próprio de artigos e publicações acadêmicas, não são utilizados. Como característica usual, é preciso destacar a supressão de citações e referenciais bibliográficos. Fora do campo acadêmico, contudo, não menos raro e igualmente constituidor de obstáculos para o estudo, a privação dos nomes (ou o uso de pseudônimo) nos artigos (da revista e jornais) impede buscar a bibliografia dos articulistas, bem como sua patente e filiação dentro do Exército brasileiro. Os artigos que expressavam críticas aos estadistas e sua ação política (pertinente ou não a área militar), tendiam a não ser subscritos. Talvez, a decisão de não assinar os artigos tenha relação com a restrição legal de manifestação política pelos militares brasileiros.

Delineada, basicamente, por pesquisa bibliográfica e documental, para alcançar os objetivos propostos, levantamos a literatura disponível sobre a recepção e circulação de Clausewitz, com destaque para a obra de Bassford, publicada no ano de 1994, *Clausewitz in English: the reception of Clausewitz in Britain and American, 1815-1945*, demonstrando a presença das ideias clausewitzianas nos países de língua inglesa. Não menos importante, os trabalhos sobre a história do Exército brasileiro, sejam eles ligados a concepção instrumental, ou a abordagem institucional-organizacional, não obstante suas distinções e particularidades, constituíram a fonte secundária da pesquisa, tornando possível construir os capítulos destinados à compreensão da conjuntura histórica na qual o Exército estava inserido⁴. Já as fontes

² Todos os jornais nos quais localizaram-se artigos com menção a Clausewitz estão relacionados no Apêndice B desta pesquisa.

³ A *Defesa Nacional* ainda é veiculada, com edições quadrimestrais, pela Biblioteca do Exército (BIBLIEx), completando 104 anos de publicação. Além de publicar artigos de temas técnico-militares, no decorrer do tempo, passou a receber artigos acadêmicos voltados para a teoria política e militar.

⁴ Não é objetivo deste trabalho realizar uma revisão de literatura sobre as propostas metodológicas construídas no Brasil no decorrer das últimas décadas para analisar o papel político dos militares e sua inserção no processo político. Logo, cabe expor, sucintamente, considerações sobre a concepção instrumental e a concepção institucional-organizacional. Na perspectiva instrumental, as instituições militares são vistas e analisadas como atores estimulados por forças externas a corporação, isto é, as causas condutoras das ações militares são buscadas nos interesses das classes, nos grupos políticos e nas correntes de opinião. Na construção teórica institucional-organizacional, a instituição militar é independente frente à sociedade, ou seja, as particularidades internas da instituição e sua lógica organizacional burocrática (hierarquia, espírito de corpo e centralização das decisões), são priorizadas em detrimento das interferências civis. Peixoto (1980) critica os dois paradigmas, enfatiza suas limitações e sublinha que o fenômeno militar não pode ser dado como um “circuito fechado e concentrado em si mesmo”, sendo, na maior parte dos casos, consequência da “articulação das pressões exercidas pela sociedade global (e às vezes por outros ramos do aparelho do Estado) com um certo número de traços e características institucionais: valores, percepção do sentido e do conteúdo das missões atribuídas às Forças Armadas, tipo de formação profissional e natureza do relacionamento com os outros agentes (institucionais e partidários do cenário político) (PEIXOTO, 1980, p. 31). Nessa direção, cabe analisar o papel e ação do Exército sob as duas óticas,

primárias, isto é, artigos da revista *A Defesa Nacional* e jornais, obtidas por meio da pesquisa de campo – compreendendo visitas à arquivos nacionais, dentre eles, Arquivo Histórico do Exército (AHEX) e Biblioteca Franklin Dória, da Editora da Biblioteca do Exército (BIBLIEX) – e por meios digitais – com a Hemeroteca Digital Brasileira – passaram pelo processo de leitura, estruturação por categorias e análise, adotando o procedimento metodológico proposto por Bardin (2007), a análise de conteúdo⁵.

Concisamente evidenciados os objetivos, hipótese e métodos da pesquisa, cabe pormenorizar como se constituíram e como se justificam. O capítulo sobre a profissionalização – debatida com mais vigor no Exército brasileiro no século passado –, com a busca por missões vindas do exterior para instruir os militares na “arte da guerra” e gradativamente distanciá-los da política, levou a indagação sobre o espaço dado as ideias clausewitzianas nesse contexto, lembrando que o prussiano é um dos responsáveis por construir a concepção teórica do profissionalismo militar. Dito isto, versaremos sobre a evolução histórica da profissionalização militar, destacando o processo na Prússia, França e Estados Unidos, primeiros países a passarem pela experiência profissional e os principais “aliados” do Brasil na tarefa de disseminar o ideário técnico-profissional entre os militares da Força Terrestre brasileira. De contínuo, abordaremos a trajetória profissional e intelectual de Clausewitz, culminando na redação de sua obra mais conhecida, *Da Guerra*, e na elaboração de sua tese mais citada e, possivelmente, a menos compreendida, “a guerra é continuação da política de Estado por outros meios”. Não menos importante na construção desta pesquisa, a introdução será concluída com um balanço sobre a recepção de Clausewitz nos países supracitados, demonstrando as transformações na sua interpretação no decorrer do tempo e permitindo o cotejamento com o caso brasileiro.

Do processo de construção da profissão militar: primazia dos prussianos e a centralidade da teoria clausewitziana

No período compreendido nessa pesquisa, 1889 a 1959, o Exército passou a constituir um importante ator no cenário político nacional. Se a busca de reconhecimento e honra da Força levou os militares a serem protagonistas na gênese da República no Brasil no ano de 1889, nos anos posteriores os governos investiriam em projetos para distanciá-los cada vez mais da política, com base na profissionalização e modernização de seus quadros. Uma das alternativas

considerando a estrutura e a lógica interna da instituição, sua inclusão no aparelho de Estado, a interação com os agentes sociais e políticos, além do contexto no qual está inserido a instituição, como enfatiza Coelho (2000).

⁵ O processo metodológico utilizado nesta pesquisa pode ser consultado no Apêndice A.

seria a vinda de missões de instrução de países com tradição na arte da guerra, por exemplo, Alemanha e França. Como o Exército brasileiro enviava oficiais para treinamento com o Exército alemão desde o ano de 1906, a contratação de uma missão germânica parecia cada vez mais certa. Nesse cenário, a intensa campanha realizada pelos Jovens Turcos no periódico *A Defesa Nacional* dava impulso à vinda dos alemães e, contestava veementemente a possibilidade de a França instruir a Força Terrestre brasileira. Contudo, com a eclosão da I Guerra Mundial e o progressivo distanciamento brasileiro da Alemanha, a França, responsável pelo treinamento da Força Pública do estado de São Paulo também desde 1906, despontou como a alternativa viável para treinar os militares brasileiros, principalmente depois de sua vitória na guerra mundial.

No ano de 1920, a Missão Militar Francesa desembarcou no Brasil e iniciou o processo de reorganização do Exército, voltando seu trabalho, especialmente, para a reestruturação do ensino militar. Com as revoltas dos anos 20 e 30 envolvendo militares do Exército, o debate sobre a real capacidade de instrução da MMF voltou a ter lugar na instituição. Contudo, a Missão se manteve no país até o ano de 1940, quando em razão de uma nova guerra mundial deixaram o Brasil⁶. O Brasil conservou conexões militares com outros países nas décadas de ação da Missão Francesa, com destaque para os contratos de compras de equipamentos bélicos com a Alemanha e com os Estados Unidos. Isto é, mesmo com a MMF, o Brasil não deixou de estabelecer vínculos militares (e econômicos) com outros países, sobretudo com vistas a reequipar sua Força Terrestre. Nesse panorama e com a II Guerra Mundial, o Brasil gradativamente se aliou aos Estados Unidos. Negociando com Getúlio Vargas investimentos para seu projeto industrialista, enquanto o Brasil participava nos campos de batalha da Itália, os Estados Unidos se constituíram como aliado primordial até mesmo no pós-II Guerra, pois seu posicionamento como tutor do Ocidente cristão, na conjuntura de bipolarização, tornava este país o “dirigente” das ações políticas, econômicas e militares a serem executadas pelo Ocidente na luta contra o avanço do comunismo. Não obstante a proximidade com os Estados Unidos no tempo da Guerra Fria, é preciso destacar que o Brasil voltou a estabelecer “contato”

⁶ Como será abordado posteriormente neste trabalho, a vinda da MMF não era consenso entre os militares brasileiros. Os Jovens Turcos, treinados pelo Exército alemão desde 1906, no final da década de 10 e início dos anos 20, já com a patente de coronéis, comandavam a Missão Indígena, fundada no final da I Guerra Mundial, representando forte oposição ao projeto de vinda de uma missão francesa. Divergências entre os instrutores franceses e os oficiais brasileiros, principalmente na Escola Militar do Realengo, deram tom aos anos iniciais da MMF no Brasil. Isto é, a disputa entre ideias e planos opostos – germanófilos e francófilos – dividia o Exército brasileiro e se constituía como obstáculo na consolidação da missão. Somente após ações da Força – criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), decreto do comando do Exército ordenando a participação de oficiais brasileiros em todos os cursos da MMF e a extinção da Missão Indígena –, cerca de três anos após seu desembarque no Brasil, é que a Missão passou a ter mais apoio entre os militares brasileiros e pode atuar com mais vigor nas escolas militares (ARAÚJO, 2008).

com a doutrina francesa, fato constatado pela palestra do coronel Augusto Fragoso na Escola Superior de Guerra (ESG), ainda no ano de 1959, intitulada “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”, na qual utilizou como referencial teórico textos publicados por oficiais franceses, a partir do ano de 1958, nos quais abordavam conceitos sobre a *guerre révolutionnaire* (MARTINS FILHOS, 2008).

Como na Alemanha, França e Estados Unidos, Clausewitz era um pensador de destaque, supomos então, constituindo uma hipótese secundária deste trabalho, uma possível repercussão de suas ideias no Brasil. Ou seja, é possível que os *Jovens Turcos*, a Missão Militar Francesa, os militares do Exército dos Estados Unidos e, novamente, os militares franceses, possam ter nos trazido leituras da teoria clausewitziana em suas “bagagens intelectuais”. Cabe então, compreender o deslocamento de Clausewitz do centro para a periferia, as distintas conjunturas e as transformações na compreensão do autor, se há similaridades (ou não) entre as leituras e os conceitos mobilizados, e conjecturar a utilidade da disseminação de suas ideias para os planos do Exército brasileiro e das respectivas alianças estabelecidas com os supracitados países.

Diante do progressivo protagonismo do Exército na cena nacional desde a instalação da República, diversas ações tiveram como intento distanciar cada vez mais os militares da política e integrá-los a concepção de profissionalismo militar, constituindo a instrução/contato com países do exterior uma das alternativas. Considerando o contexto de desenvolvimento da Força terrestre brasileira, por via da profissionalização e modernização, os países supracitados exerceram papel de destaque. Isso não quer dizer que os militares brasileiros não tinham projetos próprios para a instituição, considerando sua realidade, limitações e anseios. O contato com os países que eram as maiores potências militares na época, propiciou aos militares brasileiros experiências próprias da profissão militar, mas também pode ter levado ao questionamento da conjuntura política, social e econômica que não possibilitaria a construção de um Exército hábil e cumpridor de seu dever constitucional. Ou seja, para construir um bom Exército, no padrão das potências militares, era necessária uma nova Nação, e os militares deveriam participar desse processo. Os constantes ciclos de intervenção na política podem indicar como os militares julgavam como uma de suas obrigações a possibilidade de transformar os rumos do país. Claro que a conjuntura interna, a interação com distintos atores políticos e sociais, também despertou o interesse dos militares pela vida pública, não omitindo igualmente o papel do positivismo ensinado nas instituições militares desde o Império como um elemento importante na construção de militares voltados a ação política.

Como supracitado, o contato dos militares com exércitos do exterior se deu com o intuito de profissionalizar e modernizar o Exército brasileiro, distanciando cada vez mais os militares da política. Huntington (1996) nota que a profissão militar é uma criação recente da sociedade moderna, pois, a partir de 1900, o oficialato passou a se disseminar por diversos países europeus⁷. Com a gênese de um corpo de oficiais profissional se constituiu “o moderno problema da relação entre civis e militares” (HUNTINGTON, 1996, p. 37-38)⁸. Na Prússia, França e Inglaterra despontaram os primeiros traços do profissionalismo militar. Logo, analisar esse processo, especialmente na Prússia e França, torna possível compreender os elementos essenciais para a consolidação da profissão militar.

Na Europa, desde os primórdios do feudalismo, o mercenário era o tipo de oficial predominante. Mas, com a consolidação do poder de monarcas nacionais e o imperativo de forças militares permanentes para preservar os seus domínios e apoiar seus regimes, no século XVII, o mercenário deu lugar ao amador aristocrático. Isto é, com a constante necessidade de proteção dos monarcas, exércitos e marinhas permanentes passaram a existir. Huntington (1996) assim as descreve: “as fileiras dessas forças consistiam, normalmente, de voluntariado mobilizado por prazos de oito a doze anos e arrebanhado das piores camadas da sociedade através de um misto de suborno e coerção”. Já para o quadro de oficiais, os monarcas buscavam entre os nobres feudais, sendo “compelidos (como na Prússia) ou subornados (como na França) a ingressar no serviço do rei” (HUNTINGTON, 1996, p. 39-40). No século XVIII, o corpo de oficiais tinha como dever atender as demandas da aristocracia, mais do que cumprir os encargos concernentes a profissão militar. O processo de indicação e de promoção de oficiais era feita com base na riqueza, nas origens familiares e na influência pessoal e política, sem levar em consideração qualquer tipo de competência relacionada a profissão militar, já que “não existia um conjunto de conhecimentos profissionais”, quase não havia instituições para ministrar conhecimentos militares, à exceção de poucas escolas técnicas, “não havendo tampouco sistema algum para aplicar na prática esses conhecimentos”, ou seja, é razoável dizer que “a profissão militar simplesmente inexistia” (HUNTINGTON, 1996, p. 46)⁹.

⁷ Contudo, o oficialato é um produto genérico dos anos 1800 (HUNTINGTON, 1996).

⁸ Lemos (2013) levanta críticas pertinentes quanto a categoria de análise desenvolvida por Huntington (1996), “relação entre civis e militares”. A seu ver, Huntington (1996) reduz as relações militares-política aos seus aspectos militares-civis, gerando uma imprecisão dos termos (De que relacionamento se fala? De que militares se fala? De que civis se fala?). Indo além, Lemos (2013) também questiona o paradigma analítico liberal, do qual Huntington é célebre representante, por determinar que no Estado liberal o militar não deveria ter papel político e deveria se submeter ao poder civil, mas não há elaboração sobre “de que se constitui tal poder civil: que setores da sociedade controlam internamente? Inclui alianças – explícitas ou tácitas – com os militares? Em que medida está aberto a interesses externos” (LEMOS, 2013, p. 226).

⁹ No campo da literatura militar no século XVIII, Huntington (1996) destaca que poucos estudos especializados na área tinham relevância, ou eram “dignos de nota”: “a grande massa do que então se escreveu radicava-se no

Na percepção de Huntington (1996), o padrão básico do profissionalismo militar irrompeu na Prússia, no dia seis de agosto de 1808, quando o governo prussiano emitiu um decreto sobre a nomeação de oficiais:

‘O único título a dar direito a um posto de oficial será, em tempo de paz, o da educação e conhecimentos profissionais; em tempo de guerra, bravura e percepção exímias. De qualquer parte da nação, portanto, todos os indivíduos que possuam essas qualidades estão habilitados aos mais altos postos militares. Fica abolida toda distinção de classe anteriormente existente e todo homem, independentemente de suas origens, tem iguais deveres e iguais direito’ (apud HUNTINGTON, 1996, p. 49).

Com as reformas promovidas por Scharnhorst, Gneisenau, Grolmann e a Comissão Prussiana, tinha início a profissão militar no Ocidente. Os prussianos rompiam com a tendência do oficialato aristocrático do século XVIII e passavam ao século XIX imbuídos da ideia da profissionalização militar, ou seja, “para a Prússia vai a distinção de ter dado origem ao profissional militar” (HUNTINGTON, 1996, p. 49). O pioneirismo prussiano também é visível na consolidação do profissionalismo militar, na concepção de Huntington (1996), por ser exclusivamente nesse país que os elementos necessários a profissionalização (“exigências de educação geral e especial para ingresso, exames, instituições de ensino militar superior, promoção por merecimento e desempenho, sistema aprimorado e eficiente de estado-maior, senso de unidade e responsabilidade corporativas, reconhecimento dos limites da competência profissional”, 1996, p. 50) se desenvolveram em um complexo acabado a partir de 1875. Nesse período, os outros países europeus já tinham adquirido os elementos básicos da profissão militar, mas não o tinham aperfeiçoado como os prussianos.

Distintas circunstâncias e premissas contribuíram para o advento do profissionalismo militar no continente europeu, em especial, na Prússia, entre elas devem ser citadas: a especialização tecnológica, o nacionalismo competitivo, o choque entre democracia e aristocracia, e o fator determinante, a presença de uma única autoridade legítima e estável, como enfatizou Huntington (1996):

Um oficial profissional está imbuído do ideal de servir à nação. Na prática, ele tem que ser leal a uma única instituição normalmente aceita como corporificando a autoridade da nação. Onde há autoridades ou ideias conflitantes quanto a saber a quem cabe a autoridade, o profissionalismo se torna uma coisa difícil e até impossível de alcançar. O conflito de ideologias constitucionais e de lealdades governamentais divide a oficialidade e superpõe considerações e valores políticos sobre considerações e valores militares. A natureza das lealdades políticas de um oficial se torna mais importante para

passado e buscava lições nas práticas militares dos gregos e dos romanos”. Não havia preocupação ou interesse com uma concepção científica da guerra: “os autores ofereciam conselhos práticos sobre uma enorme variedade de assuntos desconexos” (HUNTINGTON, 1996, p. 46).

o Governo do que o nível de sua competência profissional (HUNTINGTON, 1996, p. 53-54).

Nesse quadro, é possível dizer que a Prússia teve um contexto constitucional propício a consolidação do profissionalismo militar. Já na França, os embates constitucionais perduraram por mais tempo e provocaram contratempos no fortalecimento do profissionalismo, como registrou Huntington (1996):

Os cismas que dividiam o país refletiam-se em suas forças armadas. Republicanos, Legitimistas e Bonapartistas, todos eles empreendiam esforços diretos para controlar o Exército. Os estadistas franceses dividiam-se entre o ideal de uma oficialidade profissional e completamente apolítica, que se manteria em escrupulosa neutralidade, e o temor de que se não exercesse influência para garantir a lealdade de oficiais de altos postos à ideologia constitucional deles próprios – o corpo de oficiais poderia mostrar-se inconfiável, ou até revolucionário, numa emergência” (HUNTINGTON, 1996, p. 55).

Um dos elementos básicos para o fortalecimento do profissionalismo militar era a instrução do oficial¹⁰. Com o desenvolvimento da ciência da guerra, instituições para seu estudo avançado se tornavam cada vez mais imprescindíveis. Mais uma vez, os prussianos também detêm a primazia na concepção desse tipo de instituição, com a fundação em 1810, por Scharnhorst, da *Kriegsakademie*. O centro deveria ser como uma universidade para o estudo avançado da ciência da guerra, no qual oficiais teriam acesso a partir do cumprimento de certas exigências, a saber: ter mais de cinco anos de serviço militar; certificar competência na execução de suas funções e obter qualificação em uma série de exames que perduravam por volta de dez dias. Constituindo o núcleo do profissionalismo prussiano, a *Kriegsakademie* era pré-requisito para todos os oficiais que tivessem pretensão de alcançar alto posto no Exército, ou uma posição no Estado-Maior Geral¹¹. França e a Inglaterra traçaram a mesma estratégia da

¹⁰ Não se pode deixar de levar em consideração as três etapas de evolução pelas quais passou o método para ingresso nas Forças Armadas da Europa: (1) eliminação dos pré-requisitos aristocráticos para ingresso; (2) exigência de um nível básico de formação profissional e de competência; e (3) exigência de um mínimo de educação geral que fosse ministrada em instituições não dirigidas por militares” (HUNTINGTON, 1996, p. 58). Na Prússia, a partir de 1808, as restrições de classe para ingresso foram abolidas, dando lugar a uma sequência de exames e exigências para garantir uma competência básica entre a oficialidade. No entanto, isso não quer dizer que as barreiras aristocráticas tenham sido totalmente abolidas: “Os regimes mais elitizados de guarda eram, de um modo geral, exclusivamente aristocráticos, enquanto as armas técnicas eram burguesas em sua maioria e as unidades de linha regular dividiam-se mais ou menos em partes iguais” (HUNTINGTON, 1996, p. 58).

¹¹ O projeto de um Estado-Maior profissional não pode ser preterido quando se analisa o profissionalismo militar prussiano. Huntington (1996) elucida que o Estado-Maior Geral não tinha um funcionamento eficaz até a derrota da Prússia para Napoleão, a partir de 1808, Scharnhorst reorganizou e redefiniu os deveres do órgão com mais precisão: “Deu início à divisão entre Grande-Estado Maior Geral, em Berlim, e o Estado-Maior Geral das Forças em Campanha, vinculando a conquista das funções de estado-maior à *Kriegsakademie* e instituindo os primórdios do sistema de duplo comando, pelo qual os oficiais do Estado-Maior Geral participavam da responsabilidade de comandantes. Depois do declínio de Napoleão, o Estado-Maior Geral continuou a exercitar, em tempos de paz, as funções que antes exercitara na guerra. Por todo o decorrer do século XIX, o Estado-Maior Geral continuou sendo

Prússia e instituíram escolas voltadas para o preparo dos oficiais frente ao desenvolvimento da compreensão do fenômeno da guerra. Na França, no ano de 1874, é inaugurada a *École Militaire Supérieure*. Já na Inglaterra, o processo transcorreu mais lentamente e, somente anos depois da Prússia e da França, o Exército inglês teve uma escola militar avançada e realmente de alto nível (HUNTINGTON, 1996).

Não menos importante no legado do profissionalismo militar prussiano, Huntington (1996) sublinha a importância da teoria de Carl von Clausewitz. A seu ver, Clausewitz trouxe uma nova perspectiva sobre a guerra, distinta da teoria predominante no século XVIII, baseada na concepção de “guerrear como um ofício mal definido e o general como um gênio natural”. Buscando um nível superior de análise, o general prussiano tratou da “natureza inerente da guerra e das relações da guerra com outras formas da atividade humana” (HUNTINGTON, 1996, p. 74). Apesar de Clausewitz estar inserido em uma corrente intelectual da época, com diversos outros escritores militares de mesma vertente teórica, seu trabalho se destacou por não expressar por meio de generalidades, as transformações que estavam se processando na natureza da guerra, nas palavras de Huntington (1996):

No trabalho de pesquisar e expressar a essência dessas transformações, Clausewitz esteve sozinho. Por essa razão, ocupa, merecidamente, no pensamento militar um lugar comparável ao de Marx na história da teoria socialista: muitos dos escritos que apareceram antes dele foram preliminares, fragmentários e subsequentemente incorporados à sua obra; os que apareceram depois foram exegéticos e interpretativos da importância do mestre” (HUNTINGTON, 1996, p. 74).

O elemento mais importante na teoria de Clausewitz, para Huntington (1996), é o conceito de dupla natureza da guerra, demonstrando que “a guerra é ao mesmo tempo, uma ciência autônoma, com métodos e objetivos próprios, e condicionada na medida em que seus supremos propósitos vêm de fora”, expressando um conceito verdadeiramente profissional de guerra, ao aliar princípios de qualquer profissão, isto é: “a delimitação de uma particular disciplina, independente de outra atividade e de outro pensamento humanos e o reconhecimento dos limites dessa disciplina dentro da estrutura total da atividade e dos fins humanos” (HUNTINGTON, 1996, p. 74-75).

Sobre a proeminência da teoria clausewitziana para o profissionalismo militar, por meio do conceito de dupla natureza de guerra, Huntington (1996) levanta o problema de “falsa

o baluarte organizacional do profissionalismo prussiano” (HUNTINGTON, 1996, p. 69). Já a França, tinha um Estado-Maior do Exército, mas não como na Prússia, “com uma existência autônoma do Ministério da Guerra, como não havia também um chefe de estado-maior”, assim, “a formação e o trabalho de oficiais de estado-maior ressentiam-se de objetividade e de foco” (HUNTINGTON, 1996, p. 69).

interpretação” de Clausewitz, baseada na ideia de que o general teria visto a guerra somente sob o prisma da “força sem limites”, “da batalha”, do “derramamento de sangue”, levando muitos comentaristas a dizerem que esse era o “único lado de seu pensamento” e que o prussiano nada mais era do que “um glorificador da violência cruenta” (HUNTINGTON, 1996, p. 75). Huntington (1996) se posiciona contrariamente a esse tipo de compreensão, enfatizando o caráter abstrato, teórico, da guerra como um ato de força independente e sem limitações, “na prática, a guerra nunca é um ato isolado”, e também não é “a força um fim em si mesmo”, a guerra, na realidade, “é sempre subordinada a fins políticos externos”, responsáveis por determinar “a extensão e a natureza da violência a ser empregada”. Nessa direção, a guerra não é sujeita “a lei de forças levadas aos extremos”, o objetivo político é que vai guiar a luta, como expressa Clausewitz na sua frase mais célebre, ‘a guerra nada mais é que a continuação do intercurso da política com a inclusão de outros meios’, ou seja, a guerra tem ‘uma gramática própria, mas não tem uma lógica’ (HUNTINGTON, 1996, p. 75). Fica expresso o seu “*rationale* teórico para a profissão militar” e sua “justificativa teórica para o controle civil”:

O fato da guerra possuir gramática própria requer que aos profissionais militares se permita desenvolver sua especialidade segundo essa gramática, sem interferências estranhas. A qualidade inerente de um corpo militar só pode ser avaliada em termos de padrões militares independentes. Entretanto, os fins em favor dos quais se emprega o corpo militar ficam fora de sua competência para julgar: “o objetivo político da guerra realmente se situa fora da província da guerra”... Guerra não tem lógica nem objetivos próprios. Eis porque o soldado terá sempre de subordinar-se ao estadista. É da responsabilidade deste a conduta da guerra, pois “exige uma aguçada percepção da política de Estado em suas relações mais altas” (HUNTINGTON, 1996, p. 76).

Neste ponto, é necessário retornar a temática da evolução da profissão militar, mais especificamente ao caso dos Estados Unidos da América. Lá, o processo se intensificou a partir do término da Guerra Civil (1861-1865), mais precisamente nas décadas de 1870 e 1880. O predomínio do pacifismo entre os estadunidenses no pós-Guerra Civil levou a rejeição e ao isolamento dos militares da sociedade civil, constituindo assim, na visão de Huntington (1996), o tempo propício para que os militares se empenhassem nas demandas da profissão militar:

[...] O próprio isolamento e a rejeição, que reduziram o efetivo das forças e obstruíram o avanço tecnológico, fizeram desses mesmos anos férteis, criativos e formativos na história das Forças Armadas norte-americanas. Sacrificando poder e influência, retraindo-se para a própria casaca, o corpo de oficiais teve condições de desenvolver um caráter militar distinto. A profissão militar norte-americana, suas instituições e seus ideais representam, fundamentalmente, um produto desses anos. Nenhum outro período exerceu uma influência tão decisiva em moldar o curso do profissionalismo militar norte-americano e a natureza de mentalidade militar. A obra prática de reforma profissional, frustrada enquanto os militares estavam associados ao Sul nos anos pré-guerra, tornou-se possível logo que romperam todos os vínculos com a sociedade civil. A hostilidade geral permitiu aquilo que o apoio limitado frustrara. O fundamento desse

progresso foi a ausência de qualquer ameaça significativa à segurança nacional. O isolamento dos militares foi um pré-requisito para a profissionalização e a paz foi um pré-requisito para o isolamento (HUNTINGTON, 1996, p. 248-249).

No caso do Brasil, o processo de profissionalizar e modernizar o Exército passou a ser discutido com mais veemência e constância, especialmente, entre meados do século XIX e início do XX. Os problemas estruturais vividos pela Força Terrestre naquela época – despreparo/insuficiência de treinamento, escassez de investimento, equipamentos ultrapassados e a implementação do serviço militar obrigatório – provocava debates entre os militares e os levava a criticar o governo e a sociedade civil pelo abandono e desprezo da classe militar e da instituição, discurso que emerge com maior intensidade a partir dos eventos da Guerra do Paraguai (1864-1870)¹². Com o advento da República e o envolvimento do Exército no levante que desmantelou o Império, a elite brasileira passou a se mobilizar para que os militares se mantivessem cada vez mais longe da política, passando então a investir nos elementos necessários para profissionalizar os seus quadros. Nesse quesito, uma das prioridades era transformar a estrutura educacional, buscando junto a outros países com maior experiência nas técnicas militares, métodos para transformar o ensino, criticado por ser mais voltado a teoria do que a prática militar, questão que será versada com maiores particularidades no decorrer deste trabalho.

Huntington (1996) no seu estudo sobre o profissionalismo militar não tinha a intenção de compreender como as ideias de Clausewitz se disseminaram nas sociedades centrais do capitalismo, contudo levantou a ideia de uma “falsa interpretação” sobre as concepções clausewitzianas, destacando os equívocos na compreensão do conceito de dupla natureza da guerra. O termo “falsa interpretação” elaborado por Huntington (1996) não parece ponderar todas as variáveis necessárias para analisar o processo de leitura, interpretação, recepção e circulação de ideias. Notadamente, as ideias produzidas pelo general prussiano, principalmente as publicadas na obra *Da Guerra*, produziram inúmeras e distintas leituras no decorrer do tempo, granjeando maior alcance e notoriedade e nos períodos marcados por guerras. Diante desse cenário, considerar as condições sociais de recepção e circulação internacional de ideias, com base na teoria bourdiana, pode tornar a análise sobre a presença da teoria clausewitziana

¹² Na *Revista do Exército Brasileiro*, fundada no ano de 1882, é possível observar já nos primeiros números, críticas aos problemas enfrentados pelo Exército, como também artigos com opiniões sobre a conjuntura política do país. Como o periódico despontou durante a “Questão Militar”, textos alertavam para o fato de que os militares não seriam indiferentes em relação aos rumos políticos do país. No entanto, cabe destacar que a revista trazia artigos mais técnicos, voltados para a atualização de métodos militares, de acordo com as transformações vivenciadas em exércitos de outros países.

no Brasil menos superficial, não meramente classificando leituras como “falsas” ou “verdadeiras”,

Bourdieu (2002) nota que distintos elementos estruturais podem ser potenciais geradores de mal-entendidos no processo de recepção e circulação de ideias internacionais. Um deles é o fato de os textos circularem fora do seu contexto, “do qual eles são o produto”, e os receptores, inseridos em um contexto distinto, o reinterpretarem em razão “da estrutura de seu campo de recepção” (BOURDIEU, 2002, p. 3). Isto posto, é possível dizer que “o sentido e a função de uma obra estrangeira” são determinados não só por seu “campo original”, quase sempre “ignorado”, mas também por seu novo “campo de recepção” (BOURDIEU, 2002, p. 3). Nesse processo, a transposição de ideias internacionais para um novo campo de recepção se dá por meio de operações sociais – seleção, marcação e leitura – construtoras de novos sentidos e funções. Ou seja, a produção de novos sentidos e funções não é exclusivamente resultado das leituras retiradas do contexto original da obra a partir de um campo de recepção distinto, mas envolve atores e interesses determinantes sobre “o que se traduz”, “quem traduz”, “o que se publica”, “coleção” e “prefaciador” (“apresenta a obra se apropriando e anexando a sua própria visão e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de recepção, e que faz apenas raramente o trabalho de reconstrução do campo de origem, primeiro porque é muitíssimo difícil”, BOURDIEU, 2002, p. 4). No mais, na operação de leitura, “os leitores aplicam à obra categorias de percepção e problemáticas que são o produto de um campo de produção diferente” (BOURDIEU, 2002, p. 4).

Considerar a perspectiva teórica elaborada por Bourdieu (2002) leva a construção da hipótese principal desta pesquisa: a recepção e circulação da teoria clausewitziana no Brasil pode ter sido caracterizada por mal-entendidos, ou seja, os leitores brasileiros podem ter desconsiderado o contexto de produção das ideias de Clausewitz e produzido concepções e problemáticas de seu próprio contexto sobre as produções teóricas do prussiano, especialmente, *Da Guerra*. Nessa vertente, também consideramos a possibilidade de leituras instrumentalizadas, nas quais os intelectuais podem ser utilizados para causas que talvez reprovassem ou recusassem, ou nas palavras de Bourdieu (2002), “não é o que eles dizem que conta, mas o que se pode lhes fazer dizer” (BOURDIEU, 2002, pg. 5).

Buscar a tradução utilizada pelos brasileiros nos anos da pesquisa, 1889 a 1959, também é essencial no padrão bourdiano de recepção e circulação de ideias internacionais. Nesse ponto é preciso ser observado que a primeira tradução integral para a língua portuguesa do livro *Da Guerra* só seria publicada no ano de 1979, pela editora Martins Fontes. No entanto, localizamos, por meio de jornais da época, a venda da obra *Da Guerra* no Brasil já na década de 1890, na

língua francesa. Nessa direção, e ponderando a proeminência do idioma francês no Brasil na época, o primeiro contato com as ideias clausewitzianas no Brasil pode ter ocorrido por meio da tradução francesa. Não suprimindo a probabilidade de a hegemonia intelectual francesa produzir efeitos sobre a obra e a leitura de Clausewitz no Brasil, cabe registrar que a tradução francesa de *Da Guerra*, pelo menos a publicada no ano de 1887, não era integral, compreendendo livros e capítulos considerados importantes, no caso os Livros III a VI, pelo tradutor da época, o tenente-coronel Valtry. No caso brasileiro, é apenas nos anos 1930, anos da MMF no Exército, o periódico *A Defesa Nacional* publicou excertos da obra *Da Guerra*, constituindo, provavelmente, a gênese da recepção e circulação da teoria clausewitziana na língua portuguesa¹³.

Diante deste compêndio sobre o profissionalismo militar, sua evolução e processo de inserção no Brasil, buscamos também pontuar a primazia dos prussianos, mais especificamente, da teoria clausewitziana na construção do ideário da profissionalização militar. Carl von Clausewitz publicou outras obras além de *Da Guerra*, contudo, é pelas ideias contidas nesse livro que o prussiano se notabilizou e conquistou diversos leitores, críticos ou “partidários” de sua teoria. Ou seja, os leitores de Clausewitz (brasileiros ou não) praticamente não citam as outras obras do general prussiano, quase sempre remetendo a concepções localizadas em *Da Guerra*. Isto posto, precedendo o delineamento da recepção e circulação de Clausewitz nos países de interesse para a pesquisa (Alemanha, França e Estados Unidos), traçar-se-á a trajetória do general prussiano, destacando o contexto de produção de sua teoria e as ideias centrais de *Da Guerra*.

Trajetória profissional e intelectual de Clausewitz: o contexto de criação da obra *Da Guerra*¹⁴

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz, filho de um tenente da reserva que exercia função secundária no serviço de fazenda prussiano, ainda com 12 anos de idade, no ano de 1793, teve sua primeira experiência com a guerra. No ano de 1792, a Assembleia Legislativa da França tinha declarado guerra à Áustria, com quem a Prússia tinha ratificado uma aliança defensiva. Tal guerra entre a França e demais países europeus durou 23 anos, na qual os prussianos tiveram

¹³ No capítulo 2 será exposto e discutido os pormenores desse expressivo dado para a compreensão da recepção e circulação das ideias de Clausewitz no Brasil.

¹⁴ Mais detalhes biográficos de Clausewitz podem ser encontrados em Aron (1986a), Bassford (1994), Howard (1983) e Strachan (2008).

bom desempenho, se considerado que utilizaram apenas parte de seus recursos militares. Vitórias à parte, a Prússia não teve qualquer retorno político com a guerra, mas causou grande impressão em Clausewitz, o que se pode constatar através de seus escritos relatando o impacto causado as suas emoções e espírito. Sua experiência profissional e seu estudo histórico da guerra permitiu-lhe concluir pelo menos três grandes ideias que estariam presentes em sua teoria: 1. Não existe um padrão de excelência único na guerra; 2. Não é possível conhecer a guerra através da observação de um conjunto de regras e 3. Não é concebível pensar a guerra como algo autônomo, ela sempre é um fenômeno político (PARET, 1984).

Com o crescente interesse pela educação e pelo conhecimento, Clausewitz entrou no ano de 1801 na *Allgemeine Kriegsschule*, escola recém organizada pelo reformador militar Scharnhorst (1755-1813), na cidade de Berlim. No ano de 1803 concluiu sua formação, como destaque da turma, provavelmente um dos fatos que contribuiu para anos depois, mais precisamente 1810, alcançar o posto de professor e tutor militar na citada instituição. Sua passagem pela escola possibilitou manter relação mais íntima com Scharnhorst, personagem ímpar na evolução das ideias de Clausewitz e, como supracitado, na profissionalização militar da Prússia. Logo depois, Clausewitz esteve a serviço de outro reformador, o general August von Gneisenau (1760-1831), também peça central no processo de profissionalização e transformações no Exército prussiano.

Um dos maiores desafios dos soldados prussianos nessa época era se adequar intelectualmente e institucionalmente à nova configuração de guerra estabelecida pelos franceses, a qual mobilizava recursos materiais e humanos a níveis inimagináveis e sem precedentes, como ressalta Paret (1984):

[...] O número de soldados que estava agora disponível para os seus generais tornava possível a realização de campanhas que envolviam riscos maiores, deu origem mais frequente a batalhas, permitiu que se espalhassem por uma parte maior do território e que se procurasse atingir propósitos políticos de uma magnitude maior do que teria sido possível para os exércitos do *ancien régime* (PARET, 1984, p. 9).

Napoleão Bonaparte, líder do Exército francês, empregava uma nova técnica que chocava pelo “brilhantismo” e pela “crueldade” (PARET, 1984, p. 9). Era particularmente difícil para os prussianos, como nota Paret (1984), compreender tal sistema “que reunia os dons de um indivíduo excepcional e as realizações sociais, administrativas e psicológicas da Revolução, que eram necessariamente estranhas para eles” (PARET, 1984, p. 9-10). Além do mais, era particularmente complexo para qualquer teórico, independente de sua nacionalidade, compreender a estratégia e a tática de Napoleão como um fenômeno histórico, inevitavelmente

sujeito a transformações, e não como um evento definitivo, “um padrão de excelência permanente para as guerras passadas, presentes e futuras” (PARET, 1984, p. 10).

Não só um novo padrão de guerra preocupava os prussianos, as transformações sucedidas com a Revolução Francesa (1789), na França, e com a Revolução Puritana e Gloriosa (anos 1600), na Inglaterra, ainda não tinham espaço na sociedade prussiana, marcada pelo poder da aristocracia e pela tentativa de manutenção do *status quo* da nobreza. Clausewitz, como nobre, militar, prussiano e nacionalista, observava as modificações que transcorriam na Europa sob um viés conservador, não era favorável as causas revolucionárias, ou qualquer outros ideais que viessem a colapsar as estruturas socioeconômicas de seu país. Nessa conjuntura, Napoleão representava não só a “nova face da guerra”, com a mobilização de diversos recursos, do povo, da utilização de novas táticas, mas também a alteração da sociedade europeia, com a elevação da burguesia e declínio da aristocracia, gerando novas formas de arranjos sociais e econômicos, além de costumes e hábitos.

Os estudos mais abrangentes e, possivelmente os mais citados, sobre as guerras napoleônicas são aqueles realizados pelo teórico prussiano Heinrich von Bülow (1757-1807), e pelo oficial de Estado-Maior da Suíça, Antoine-Henri Jomini (1779-1869). Clausewitz, no seu primeiro trabalho publicado, no ano de 1805, examinou a construção teórica produzida por Bülow, reconhecendo a utilidade de parte de sua ideias, mas criticando seu método de análise e suas conclusões, julgando-as, em poucas palavras, como não realistas. Indo além da síntese trivial, é possível notar que Clausewitz criticava Bülow a partir de três temáticas: sua definição sobre estratégia e tática; o fato de desconsiderar os notáveis efeitos psicológicos e físicos do combate armado; e o cerceamento da teoria estratégica a partir, exclusivamente, da análise de elementos matemáticos e geográficos (ARON, 1986). Clausewitz tinha a convicção de que a teoria de Bülow era limitada, pois não elencava todos os elementos possíveis para o entendimento da teoria da guerra (PARET, 2001). O general prussiano não tolerava a certeza que Bülow quis dar ao fenômeno da guerra. A seu ver, a guerra era mais do que cálculos e probabilidades, esta “colocava em jogo sorte e forças morais, criando assim suas próprias possibilidades” (STRACHAN, 2008, p. 56).

Clausewitz também teceu críticas, vale mencionar, mais contundentes, a Jomini. Não obstante, o suíço tenha elaborado uma teoria mais próxima da realidade contemporânea da guerra, o prussiano discordou veementemente de sua ideia de considerar unicamente “uma parte da guerra – grandes exércitos procurando obter uma vitória decisiva – como sendo toda a guerra” (PARET, 1984, p. 10-11). No Livro II, capítulo 2, da obra *Da Guerra*, Clausewitz elaborou uma longa crítica a seu contemporâneo, discordando de sua interpretação sobre a

concepção das linhas interiores e a centralidade da matemática e de princípios inalteráveis na guerra, nas palavras de Clausewitz:

Embora este princípio se apoie num terreno sólido – no fato de que o engajamento é o único meio eficaz na guerra – o seu caráter puramente geométrico ainda o torna outro princípio desprovido de equilíbrio, que nunca poderia prevalecer numa situação real. Só analiticamente estes atentados à teoria podem ser chamados de avanços no campo da verdade. Em síntese, nas regras e nos preceitos que oferecem, são totalmente inúteis. Eles visam a valores inalteráveis, mas na guerra tudo é incerto e os cálculos têm que ser feitos com quantidades variáveis.

Eles orientam o estudo exclusivamente no sentido das quantidades físicas, enquanto que toda ação militar está entremeada de forças e efeitos psicológicos.

Eles só consideram a ação unilateral, enquanto que a guerra consiste numa contínua interação de opostos.

Qualquer coisa que não possa ser alcançada através da escassa sabedoria destes pontos de vista parciais é considerada como estando além do controle científico: reside na esfera do gênio, que se eleva acima de todas as regras.

Pobre do soldado que tem o dever de rastejar ao longo destes fragmentos de regras, que não são suficientemente boas para o gênio, que o gênio pode ignorar, ou rir delas. Não. O que o gênio faz é a melhor regra, e a teoria não pode fazer mais do que mostrar como e porque deve ser assim.

Pobre da teoria que se choca com a razão! Nenhuma dose de humildade pode atenuar esta contradição. Na realidade, quanto maior for a humildade, mais cedo será ela expulsa do campo da vida real pelo ridículo e pelo desprezo (CLAUSEWITZ, 1979, pp.148-149).

O parecer empreendido por Clausewitz as ideias de Jomini vieram a público após a morte do general prussiano, no ano de 1832, ou seja, ano de publicação de sua obra maior *Da Guerra*. Cinco anos depois, mais precisamente no ano de 1838, Jomini expressou sua opinião sobre Clausewitz, mas não se deteve sobre seu legado intelectual. Como pode ser observado por meio do excerto, Jomini expressou mais um tipo de ressentimento do que uma análise da teoria clausewitziana em si:

Clausewitz tinha uma pena ágil, mas essa pena, por vezes um pouco teimosa, é pretensiosa demais para uma discussão didática, em que simplicidade e clareza devem ser a primeira exigência. Mais que isso, o autor se revela um tanto cético em relação à ciência militar: seu primeiro volume não passa de uma explosão contra toda a teoria da guerra, ao passo que os dois seguintes, cheios de máximas teóricas, provam que o autor acredita na eficácia de suas próprias doutrinas, mesmo que não acredite na dos outros. Quanto a mim, afirmo que fui capaz de encontrar nesse intelecto labiríntico apenas alguns aspectos dignos de nota; e, longe de terem me levado a partilhar do ceticismo do autor, nenhum obra contribui mais que a sua para me convencer da necessidade e utilidade de boas teorias (JOMINI apud STRACHAN, 2008, p. 15; 16).

Neste ponto é interessante observar que Clausewitz direcionou suas críticas as ideias de Jomini dispostas em sua primeira obra, *Traité de Grande Tactique*, traduzida como *Tratado das Grandes Operações*, publicada no ano de 1803. Sucintamente, já que não é propósito deste trabalho debater detalhadamente as concepções de Jomini, o *Tratado* traz a premissa de que a

estratégia é o elemento central da guerra, controlada por princípios científicos inabaláveis, os quais preceituam atacar o inimigo, com o máximo das forças disponíveis, sobre o ponto decisivo, para que assim a estratégia conduza à vitória. Jomini alegava que os princípios gerais da guerra tiveram como base as operações de Frederico II (1712-1786), levantando mais uma crítica de Clausewitz, por criar “padrões de comportamento racional a homens com personalidades diferentes” e por desconsiderar as distinções existentes em suas experiências, “às quais cada um naturalmente reagiu à sua maneira” (PARET, 1984, p.10-11).

Cabe notar que na obra mais conhecida de Jomini, *Precis De L’Art De La Guerre*, traduzida como *Princípios da Arte da Guerra*, publicada no ano de 1838, novas concepções despontaram, tais como: a importância do fator moral; a incoerência de regras fixas; a necessidade de considerar os limites da teoria; o ceticismo na utilização de cálculos matemáticos; a descrença na guerra como uma “ciência positiva”; a distinção entre o conhecimento e a habilidade militar no campo de batalha real e o reconhecimento da ligação entre política e guerra (BASSFORD, 1993). Conceitos já tratados por Clausewitz tiveram lugar anos depois da primeira publicação da obra de Jomini e também da crítica levantada pelo prussiano. Seria especulativo sustentar que Jomini tenha adotado Clausewitz como referência, mas como dito pelo suíço no excerto supracitado, determinados “aspectos” da teoria clausewitziana eram “dignos de nota”.

Como pode ser observado até este ponto, os contemporâneos de Clausewitz não consideravam o peso dos fatores morais e psicológicos na guerra, dinâmica comum dada, hipoteticamente, pelo fato da psicologia não ter naquele tempo se consolidado como ciência e, conseqüentemente, não oferecer instrumentais metodológicos para a interpretação e classificação dos termos, como indica Paret (1984). Clausewitz, indo na direção contrária de seus pares, utilizou as características emocionais e morais como ferramentas analíticas, com base no conceito de gênio, constituindo mais uma “inovação” na teoria da guerra da época e mais um diferencial no arcabouço teórico clausewitziano. Como elucidou Paret (1984), a concepção de gênio para Clausewitz vai além do processo de delinear a originalidade e a criatividade do indivíduo,

[...] Os gênios serviam como o seu recurso analítico predileto de conceituar as diversas aptidões e sentimentos que afetavam o comportamento dos homens mais comuns, bem como daqueles excepcionais (PARET, 1984, p. 11).

No ano de 1810, como citado, Clausewitz passou a lecionar na *Allgemeine Kriegsschule* e ao mesmo tempo, se responsabilizou pela tutoria militar do príncipe herdeiro da

Prússia Friedrich Wilhelm (posteriormente rei, 1840-1858). Dois anos depois, ou seja, no ano de 1812, Clausewitz deixou a Prússia após a decisão do país de se aliar a Napoleão para atacar a Rússia. Nos anos consecutivos, mais precisamente, até o ano de 1814, o general prussiano participou de combates contra a França e a Prússia junto ao Exército russo. Continuando no ano de 1812, antes de deixar Berlim, o prussiano escreveu o manuscrito militar *Die Wichtigsten Grundsätze de Kriegführens zur Ergänzung meines Unterrichts bei Sr. Königlichen Hoheit dem Kronprinzen*, traduzido como *Os princípios mais importantes da arte da guerra para completar o meu curso de instrução para sua Alteza Real o Príncipe Herdeiro*, mais tarde publicado sob os títulos *Princípios da Guerra* ou *Instrução para o Príncipe Herdeiro*. Nesse sucinto livro, Clausewitz versou sobre os princípios mais importantes para se conduzir as guerras. No entanto, é preciso sublinhar, *Princípios da Guerra* traz somente as primeiras reflexões do prussiano sobre os conhecimentos militares teóricos e práticos, fundamentando suas ideias nas experiências de Frederico, o Grande, e nas guerras da França revolucionária e Napoleão (BASSFORD,1994).

Outros dois escritos de Clausewitz são baseados nas suas experiências com as guerras napoleônicas, sendo eles: *Der Feldzug von 1812 in Russland*, traduzido como *A Campanha de 1812 na Rússia* (iniciado no ano de 1814 e concluído no ano de 1824), e *Der Feldzug von 1815 in Frankreich*, traduzido como *A Campanha de 1815 na França* (finalizado no ano de 1827). Vale indicar que nesta campanha, Clausewitz serviu como chefe do Estado-Maior da Prússia, lembrando que o mesmo se reintegrou ao exército prussiano um ano antes, 1814, como coronel. *Princípios* e os dois últimos trabalhos históricos supracitados são passos intermediários no progresso das ideias de Clausewitz, trazem elementos importantes para a maturidade de suas teorias, mas não possuem a mesma sofisticação de *Da Guerra* (BASSFORD, 1994). O livro *Princípios* tem sido muito popular entre os militares, pois versa, em grande parte, sobre temas táticos, aqueles que tratam do emprego das forças armadas em batalha. O problema da apropriação desse livro é o seu tratamento como um resumo da teoria madura de Clausewitz, o que não é, sendo apenas um “precursor bastante primitivo para sua obra posterior *Da Guerra*” (BASSFORD,1994, p. 10).

Clausewitz tentou equilibrar seu tempo e concentração entre sua vida pessoal, carreira militar e sua trajetória intelectual, visando a construção de uma teoria que contemplasse ideias e práticas oriundas de sua pesquisa e de sua experiência nos combates. Seu papel como oficial do Exército prussiano, sua participação nas guerras napoleônicas, seu trabalho como professor e também tutor, principalmente os anos de 1806 a 1816, proporcionou a Clausewitz a possibilidade de consolidar seu método de análise e elaborar os conceitos centrais de sua teoria.

Nos primeiros anos de paz, logo após o intervalo das derradeiras campanhas contra Napoleão, Clausewitz passou a dedicar ainda mais tempo ao trabalho teórico – promovido a major-general e chefe administrativo na *Allgemeine Kriegsschule*, no ano de 1818, sem –, produzindo diversos ensaios sobre estudos de campanhas passadas e iniciando a escrita do que se tornou *Da Guerra*. Nesse período a história passou a exercer papel fundamental na teoria clausewitziana, com o estudo e cotejamento de guerras longínquas, de séculos passados, levando-o a ver a história em termos relativos, rejeitar categorias, padrões e valores absolutos (BASSFORD, 1994). Com uma nova perspectiva sobre a história, Clausewitz estabeleceu mais um diferencial quanto aos seus contemporâneos, principalmente no tocante ao papel da teoria e da história na análise da guerra, como observa Paret (1984)¹⁵:

Na obra pedagógica e teórica de Clausewitz, a história tinha a função adicional de ampliar a experiência do estudioso ou do leitor, ou de substituí-la quando faltasse experiência. A história retratava e representava a realidade. O papel da teoria, pelo contrário, declarou Clausewitz uma vez, era simplesmente ajudar-nos a compreender a história – uma inversão extremamente notável dos papéis, com que poucos outros teóricos teriam concordado, ou até mesmo compreendido (PARET, 1984, p. 23-24).

Convocado para voltar à ativa, Clausewitz fez uma pausa na produção de seus escritos no ano de 1830 e partiu como comandante de um grupo de artilharia para a região oriental da Prússia, mobilizados por insurreições desencadeadas no continente europeu. Quando as revoluções na França e na Polônia se desenvolveram e despertaram a atenção para a possibilidade de uma nova guerra na Europa, Clausewitz recebeu o cargo de chefe de gabinete junto ao marechal Gneisenau e se dirigiu com o Exército de Observação para a fronteira polonesa. Os levantes revolucionários não levaram a uma guerra, contudo, o prussiano permaneceu no leste para organizar um cordão sanitário e tentar conter a propagação da epidemia de cólera na Polônia. Gneisenau, marechal responsável pela campanha, faleceu de cólera no mês de agosto do ano de 1831 e Clausewitz assumiu o comando da operação, sendo, no entanto, logo substituído por outro marechal de campo, Karl Friedrich von dem Knesebeck (1768-1848).

Clausewitz retornou para Breslau, porém, assim como Gneisenau, sucumbiu a cólera no ano de 1831, mais precisamente no dia 16 de novembro, aos 51 anos de idade. Como supracitado, Clausewitz retornou para a ativa do Exército prussiano quando trabalhava na pesquisa, análise e desenvolvimento de um novo manuscrito, no qual trazia novas ideias e

¹⁵ É importante sublinhar que tal posição sobre a história não está presente em todas as obras de Clausewitz. Bassford (1994) destaca que a concepção anterior, vista em *Princípios da Guerra*, por exemplo, era marcada pela busca de “determinação” na guerra, baseada na experiência da Revolução Francesa e nas guerras contra Napoleão.

perspectivas para a sua teoria da guerra. Mas, com sua partida não teve tempo de voltar a sua produção intelectual e reformular seus escritos levando em consideração conceitos chave, com destaque para a proeminência da política na guerra, alcançada nos seus últimos anos de vida, entre 1827 e 1830 (ARON,1986a), e os dois tipos de guerra¹⁶. Na *Nota* datada de 1827, Clausewitz (1979) relatou o seu anseio em revisar a obra que iniciara anos atrás:

Encaro os primeiros seis livros, que já chegaram à versão final, meramente como uma massa sem forma que tem que ser, uma vez mais, retrabalhada por completo. A revisão realçará os dois tipos de guerra com maior clareza em todos os seus pontos...

A guerra pode ser de dois tipos, no sentido que, ou o objetivo é destruir o inimigo – para deixá-lo politicamente desamparado e impotente em termos militares, forçando-o a assinar qualquer tipo de paz que nos convenha; ou meramente para ocupar alguns de seus distritos na fronteira, de modo a se poder anexá-los ou utilizá-los como barganha nas negociações de paz. As transições de um tipo para outro ocorrerão periodicamente em meu tratamento; mas o fato de os objetivos dos dois tipos serem bastante diferentes deve estar claro a todo o momento, e os seus pontos irreconciliáveis frisados.

Essa distinção entre os dois tipos de guerra é um fato real. Contudo, não menos prática é a importância de outro ponto que deve ser deixado absolutamente transparente, o que diz que a guerra é a continuação da política por outros meios. Se isso estiver firmemente gravado em nossas mentes, durante todo o tempo, muito facilitará o estudo do assunto, e o conjunto ficará mais fácil de analisar (CLAUSEWITZ, 1979, p.65).

Clausewitz não pode, no entanto, revisar todo seu livro com a ideia de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Consoante com a premissa de Aron (1986a) somente o capítulo 1 do Livro I (e quiçá o Livro VIII) pode ser considerado definitivo quanto ao pensamento final do general prussiano sobre a guerra¹⁷.

Mesmo inacabado, os manuscritos de Clausewitz começaram a vir a público mais ou menos um ano depois de sua morte, por iniciativa de sua esposa, Marie von Brühl (1779-1836). Com o comprometimento de editar os escritos do companheiro para publicá-los, Marie organizou uma coletânea dos textos em dez volumes, sendo que os três primeiros compreendiam *Da Guerra* e saíram rapidamente, no ano de 1832. Os outros sete volumes, compostos basicamente por seus estudos de campanha, saíram mais lentamente, no decorrer dos anos subsequentes. Outros fragmentos da composição intelectual de Clausewitz tiveram

¹⁶ Paret (1984) distintamente de Aron (1986a) vê a evolução intelectual de Clausewitz linearmente, “desde o início ele viajou através de uma estrada em linha reta, com poucas tangentes ou interrupções” (PARET, 1984, p. 4), isto é, em sua percepção, o general prussiano tinha desde o início de sua carreira, ainda incipiente, a importância da relação entre guerra e política.

¹⁷ Paret (1984) lembra que a revisão que Clausewitz gostaria de ter realizado não leva a uma rejeição das ideias anteriores, a seu ver ele pretendia “ampliá-las e aperfeiçoá-las” (PARET, 1984, p. 4). Com a versão publicada de *Da Guerra*, na visão de Paret (1984), é possível ter uma aproximação com as intenções do autor, mantendo claramente as suas hipóteses, densamente relacionadas, da dupla natureza da guerra e do seu caráter político (PARET, 1984, p. 4).

publicação mais tardia, durante o século passado, talvez impulsionada pelo crescimento da literatura sobre sua vida e suas ideias na Alemanha no mesmo período (BASSFORD, 1994).

Considerando a *Nota* escrita no ano de 1827 e a tese de Aron (1986a) de que apenas o capítulo 1 do Livro 1 é o que traz o pensamento conclusivo de Clausewitz, visto ser o único revisado quanto ao papel essencial da política nas guerras, expor-se-á as ideias centrais trabalhadas por Clausewitz nesse capítulo. Isso não quer dizer que nesta pesquisa se desconsidere os outros Livros que constituem *Da Guerra*, contudo, dada a centralidade desta parte da obra, cabe se deter nesta com mais empenho. No mais, grande parte das menções direcionadas às ideias do prussiano partem deste capítulo, portanto, é relevante conhecê-lo com mais detalhes.

Sem a intenção de resumir os principais conceitos contidos em *Da Guerra* e que consagraram Clausewitz como um dos principais pensadores da guerra, elencamos as concepções mais citadas por seus leitores:

- i. “A guerra é a continuação da política de Estado por outros meios”, conceito que expressa o imperativo da subordinação militar à política;
- ii. Dupla natureza da guerra, distinção entre guerra absoluta e guerra real, ressaltando-se o caráter irreal e ideal do primeiro tipo de guerra e, a inserção da política como elemento central para a compreensão das guerras reais¹⁸;
- iii. Relativismo histórico, indicando que cada período tem o seu próprio tipo de guerra e as circunstâncias restritivas adequadas à conjuntura histórica;
- iv. Trindade da guerra, conceito formado por três tendências predominantes, as quais agem como forças no interior de todas as guerras já empreendidas: a violência que funciona como o impulso para a luta contra o inimigo; o jogo do acaso e da probabilidade que permeia os combates e faz da guerra um fenômeno imprevisível e incalculável e, o elemento de subordinação, afinal a guerra é apenas um mero instrumento da política, através do Estado, para alcançar determinados propósitos.

¹⁸ Não se pode dizer, no entanto, que a política não esteja presente na concepção de guerra absoluta de Clausewitz.

Da Guerra: Livro I – Da Natureza da Guerra, Capítulo 1 – O que é a Guerra?

Clausewitz, em uma pequena introdução, destaca que examinará os “diversos *elementos* da questão, a guerra, depois as suas *diversas partes* ou *seções*, e, finalmente, o *conjunto* em sua estrutura interna”, assim, nas palavras do general prussiano, “irei do simples para o complexo” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75, grifos do autor).

Nessa direção, o primeiro passo de Clausewitz é definir a guerra indo direto à sua questão central, o duelo:

A guerra nada mais é do que um duelo em grande escala. Inúmeros duelos fazem uma guerra, mas pode ser formada uma imagem dela como um todo, imaginando-se um par de lutadores. Cada um deles tenta, através da força física, obrigar o outro a fazer a sua vontade. O seu propósito imediato é *derrubar* o seu oponente de modo a torná-lo incapaz de oferecer qualquer outra resistência (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75).

Nas palavras de Clausewitz, “a guerra, *é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade*” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75). A força, física, “porque a força moral não possui existência a não ser como expresso no Estado e na legislação” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75), seria o *meio* de que a guerra dispõe, já o seu *propósito* seria impor a nossa vontade ao inimigo. Alcançar tal propósito torna necessário debilitar o inimigo, “fazer com que o inimigo fique impotente”, sendo, em tese, o “verdadeiro intuito da guerra” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75). No entanto, alerta o prussiano, “este intuito toma o lugar do propósito, descartando-o como algo que na realidade não é parte da guerra propriamente dita” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75).

Nesse ponto, Clausewitz (1984) adverte que derrotar ou desarmar o inimigo não é possível sem que haja muito derramamento de sangue, afinal “a guerra é uma atividade tão perigosa que os erros advindos da bondade são os piores” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75). Se um dos lados utiliza a força sem pesares devido ao derramamento de sangue, enquanto o outro se abstém de usá-la, o primeiro terá privilégio, obrigando o outro lado a fazer o mesmo que ele, “cada um deles levará o seu oponente ao extremo e os únicos fatores limitadores serão os contrapesos inerentes à guerra” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 76). Isto é,

[...] a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego desta força. Cada lado obriga, portanto, o seu oponente a fazer o mesmo que ele. Tem início uma ação recíproca que deverá, em tese, levar a extremos. Este é o primeiro caso de interação e o primeiro “extremo” com que nos deparamos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 77).

Se desarmar ou sobrepujar o inimigo é o propósito da guerra, o general prussiano destaca que devemos deixá-lo em uma conjuntura em que as desvantagens pareçam mais duradouras e mais desagradáveis. O pior cenário seria deixar o beligerante totalmente indefeso, ou colocá-lo em posição que tal perigo pareça provável. Mas, deve-se lembrar sempre que a guerra é um “choque de duas forças vivas” e, não uma “ação de uma força viva contra uma massa inerte, e que os propósitos formulados são válidos para os dois lados, constituindo uma nova interação:

[...] enquanto eu não tiver derrotado o meu oponente, estarei fadado a temer que ele possa me derrotar. Assim, não estou no controle da situação. Ele se impõe a mim do mesmo modo que eu me imponho a ele”. Este é o segundo caso de interação e leva ao segundo “extremo” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 77).

Cumprir o propósito de guerra deve levar em consideração o poder de resistência do inimigo, o qual é composto por dois fatores inseparáveis: “*totalidade de meios à sua disposição e a força da sua determinação*” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 77, grifos do autor). Caso se consiga chegar a uma estimativa do poder de resistência do inimigo, “você pode ajustar seus esforços de acordo com ele”, intensificar até superá-lo, ou caso não seja possível para os meios que dispõe, equiparar seus esforços. Cabe lembrar que o inimigo fará o mesmo, resultando novamente em uma competição que levará os dois a extremos, resultando no terceiro caso de interação e no terceiro “extremo” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 77).

No plano teórico a mente deve alcançar a ideia do extremo, pois estamos lidando com “um choque de forças agindo livremente, sem obedecer a qualquer lei a não ser às suas próprias” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78). Mas, alerta Clausewitz (1984), a dedução de termos absolutos para seus propósitos e os meios de atingi-los, a partir de um conceito puro de guerra, não será produtivo ou real, pois “a continua interação o levará a extremos que nada representam, a não ser um jogo da imaginação, resultante de uma sequência quase invisível de sutilezas lógicas” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78). Ou seja, é necessário passar do mundo abstrato para o real:

[...] No mundo abstrato o otimismo era todo poderoso e nos obrigava a supor que os dois lados envolvidos no conflito não só buscariam a perfeição, como também a obteriam. Seria invariavelmente o caso na prática? Sim, seria se: (a) a guerra fosse um ato totalmente isolado, ocorrendo subitamente, e não sendo produzido por fatos anteriores ocorridos no mundo político; (b) se ela consistisse num único ato decisivo, ou num conjunto de atos simultâneos; (c) se a decisão obtida fosse completa e perfeita por si mesma, não sendo influenciada por qualquer avaliação prévia da situação política que acarretaria (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78).

Saindo do plano teórico e passando a prática, Clausewitz (1984) lembra que os extremos de força não são mais temidos e nem se busca mais alcançá-los, assim, “com base nos

fenômenos do mundo real e nas leis de probabilidade” será estabelecido o “grau de esforço que deve ser despendido”:

[...] Tendo os antagonistas deixado de ser meros produtos da imaginação de uma teoria e tornado-se Estados e governos reais, quando a guerra não é mais uma questão teórica, mas uma série de ações que obedecem às suas leis peculiares, a realidade fornecerá os dados a partir dos quais poderemos deduzir o desconhecido que está adiante. A partir do caráter do inimigo, das suas instituições, da situação dos seus interesses e da sua situação geral, cada lado, utilizando as leis da probabilidade, faz uma avaliação de qual será o provável rumo do seu oponente e age de acordo com ele (CLAUSEWITZ, 1984, p. 80).

No plano real, sem a preocupação com a “lei dos extremos”, o ponto central deve ser o propósito político, com atenção para que o mesmo não seja utilizado como um padrão de ação:

O propósito político - a razão inicial para a guerra - determinará assim, tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço que ele exige. O propósito político não pode, entretanto, proporcionar *por si só* o padrão de medida. Como estamos lidando com realidades e não com abstrações, ele só poderá fazer isto no contexto dos dois Estados em guerra. O mesmo propósito político pode provocar reações *diversas* em pessoas diferentes, e até mesmo nas mesmas pessoas em momentos diferentes. Só podemos, portanto, tomar o propósito político como um padrão se pensarmos na *influência que ele poderá exercer sobre as forças que pretende pôr em movimento*. A natureza dessas forças exige, portanto, um estudo. Dependendo se as suas características aumentam ou diminuem o ímpeto em direção a uma determinada ação, o resultado será diferente. Entre duas pessoas e entre dois Estados poderá haver uma tensão tal, uma tamanha quantidade de material inflamável que a menor alteração poderá produzir um efeito totalmente desproporcional - uma verdadeira explosão (CLAUSEWITZ, 1984, p. 81).

O propósito político também opera sobre os propósitos militares na guerra, isto é, “um propósito militar que tenha a mesma dimensão que o propósito político será reduzido proporcionalmente se este último for reduzido” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 80). Ou seja, é devido aos propósitos políticos que podemos ter guerras com distintos graus de importância e de intensidade, “indo de guerra de extermínio até uma simples observação armada” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 80).

Mas, mesmo que as guerras tenham propósitos políticos modestos, meios reduzidos e propósitos militares limitados, ela pode ter seu processo interrompido? Clausewitz (1984) evidencia que no plano real é possível ocorrer a suspensão da ação na guerra devido ao princípio da polaridade:

O princípio da polaridade só é válido em relação a um e ao mesmo propósito, no qual os interesses ofensivos e defensivos anulam-se totalmente. Numa batalha, cada lado visa a vitória. Este é um exemplo de uma verdadeira polaridade, uma vez que a vitória de um lado exclui a vitória do outro. Quando, entretanto, estivermos lidando com duas

coisas diferentes, que tenham uma relação comum externa a elas, a polaridade estará nas coisas, mas sim na relação existente entre elas (CLAUSEWITZ, 1984, p. 83).

Como na guerra há duas formas de ação, ataque e defesa, e como as duas são distintas quanto à sua força, a polaridade não será encontrada no ataque ou na defesa, mas sim no propósito que os dois pretendem alcançar: a decisão. Na percepção de Clausewitz (1984) a defesa é superior ao ataque, é ela que explica os períodos de inação nas guerras, isto é: “quanto mais frágeis forem as razões para a ação, mais serão elas encobertas e neutralizadas por esta disparidade existente entre o ataque e a defesa, e mais frequentemente a ação será suspensa – como mostra de fato a experiência” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 84). Outro fator a ser levado em consideração quanto a possibilidade de inação na guerra é o desconhecimento do contexto de guerra. Um comandante conhece a sua própria conjuntura, mas é ignorante quanto a de seu inimigo. Nessa direção, é provável que o não conhecimento da condição real do inimigo possa fazer com que o ritmo da operação seja desacelerado.

Quanto mais lenta for a progressão da guerra, quanto mais frequentes forem as interrupções das ações militares, e quanto mais ousadas forem as avaliações do general, “mais provavelmente ele evitará os extremos teóricos e baseará os seus planos nas probabilidades e deduções” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 85). Se a natureza objetiva da guerra a torna uma questão de avaliar probabilidades, é necessário que apenas mais um elemento a torne um jogo de azar, o acaso. Como a guerra é perpetrada pelo acaso, “os fatores absolutos, chamados matemáticos, nunca encontram uma base firme nos cálculos militares” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 86). No mais, devemos também levar em consideração que é pelo acaso, pela incerteza, que a teoria não pode criar conclusões absolutas sobre a guerra: “A arte da guerra trata de forças vivas e morais. Consequentemente, não pode chegar ao absoluto, nem à certeza. Deve deixar sempre uma margem para a incerteza, nas maiores e nas menores coisas (CLAUSEWITZ, 1984, p. 86).

No entanto, Clausewitz (1984) destaca que a guerra “é um meio sério para atingir um fim sério e toda a sua semelhança pitoresca com um jogo de azar, todas as vicissitudes da paixão, da coragem, da imaginação e do entusiasmo que ela contém, são simplesmente as suas características especiais” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 86). Na verdade, a guerra no plano real deve ser vista como um ato da política, não como um fenômeno de “violência total, livre de restrições e absoluta (como exigiria o seu conceito puro)”, que roubaria o lugar da política quando posta em vigor (CLAUSEWITZ, 1984, p. 87). Clausewitz (1984) detalha:

Ela expulsaria a política das suas funções e dominaria de acordo com as leis da sua própria natureza, de maneira bem semelhante a uma mina que só pode explodir da maneira ou na direção predeterminada pela sua ajustagem. Esta é, na realidade, a ideia

que se tem tido da questão, sempre que alguma divergência entre a política e a condução da guerra tem incentivado distinções teóricas deste tipo. Mas na realidade as coisas são diferentes e esta ideia está completamente equivocada. Na realidade, a guerra, como tem sido demonstrado, não é assim. A sua violência não é do tipo que explode numa única descarga, mas é o efeito de forças que nem sempre evoluem exatamente da mesma maneira, ou com a mesma intensidade. Algumas vezes elas expandem-se suficientemente para superar a resistência da inércia ou do atrito. Outras, são frágeis demais para exercer algum efeito. A guerra é uma pulsação de violência, variável em sua intensidade e, portanto, variável na velocidade com que explode e com que descarrega as suas energias. A guerra movimenta-se em direção ao seu propósito com velocidades variáveis, mas dura sempre o suficiente para que a sua influência seja exercida sobre o propósito e para que o seu próprio rumo seja alterado, de uma maneira ou de outra - dura o tempo suficiente, em outras palavras, para permanecer submetida à ação de uma inteligência superior. Se mantivermos em mente que a guerra resulta de algum propósito político, é natural que a principal causa da sua existência continue sendo a maior preocupação com relação à sua condução. Isto não significa, entretanto, que o propósito político seja um tirano. Ele deve adaptar-se aos meios escolhidos, um processo que pode alterá-lo radicalmente, embora permaneça sendo a principal preocupação. A política impregnará, portanto, todas as operações militares e, até onde a sua natureza violenta admitir, exercerá uma contínua influência sobre elas (CLAUSEWITZ, 1984, P. 87).

Isto é, “ a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios”, sendo assim, “o propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito (CLAUSEWITZ, 1984, p. 87).

Quanto mais a guerra se aproximar de seu conceito abstrato, “mais importante será a destruição do inimigo, mais os propósitos militares e políticos coincidirão e mais militar e menos política parecerá ser a guerra” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 88). Contudo, quanto menos intenso forem os motivos da guerra, mais ela desviará seu curso da trajetória normal, o propósito político estará cada vez mais distinto do propósito da guerra ideal e o conflito parecerá cada vez mais político (CLAUSEWITZ, 1984). Lembrando ainda que os conflitos que tendem ao extremo, ao absoluto, e que impossibilitam que o fator político possa controlá-los não ocorrem com muita frequência. Não obstante, Clausewitz (1984) destaca que os dois tipos de guerra são igualmente políticos, mesmo que em um deles seja mais fortemente evidenciado: “[...]Somente se a política for vista, não como resultado de uma correta avaliação dos acontecimentos, mas – como convencionalmente o é – como sendo cautelosa, tortuosa, até mesmo desonesta, afastando-se assustada da força, poderia ser o segundo tipo de guerra mais “político” do que o primeiro” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 88).

Nessa direção, dois pontos devem ser destacados nesse novo ponto de vista elaborado por Clausewitz:

- i. a guerra não deve ser vista como sendo um elemento autônomo, mas sempre como um instrumento da política;
- ii. as guerras podem se transformar consoante à natureza das suas causas e às circunstâncias que lhe originaram;

Não menos importante, lembra Clausewitz (1984), a primeira e mais importante ação de avaliação feita pelo político e pelo comandante deve ser para compreender o tipo de guerra na qual vão se envolver, “não se enganando com relação a ela, nem tentando transformá-la em algo que seja alheio a sua natureza”, constituindo assim, a primeira e a mais abrangente questão estratégica (CLAUSEWITZ, 1984, p. 88-89).

Clausewitz (1984) parte para a sua conclusão sobre a guerra, destacando o fato do fenômeno ser uma trindade paradoxal (violência, jogo do acaso e da probabilidade, elementos de subordinação apenas à razão por ser um instrumento da política):

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação. Como um fenômeno total, as suas tendências predominantes sempre tornam a guerra uma trindade paradoxal - composta da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; e dos seus elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

Cada um desses aspectos é relacionado a diferentes grupos presentes na guerra: violência às pessoas, jogo do acaso e probabilidade ao comandante e seu exército e o elemento de subordinação ao governo. Contudo, destaca o prussiano, os propósitos políticos são competência exclusiva do governo:

O primeiro destes três aspectos diz respeito principalmente às pessoas; o segundo ao comandante e ao seu exército; o terceiro ao governo. As paixões que serão inflamadas na guerra já devem ser inerentes às pessoas. A liberdade de ação que o jogo de coragem e talento desfrutará na esfera da probabilidade e do acaso dependerá do caráter específico do comandante e do exército, mas os propósitos políticos são apenas um assunto do governo (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

Se uma teoria deixar de lado qualquer uma das tendências, compreendendo sua relação variável e sem arbitrariedades, estará em conflito com a realidade e será inútil, adverte Clausewitz (1984).

Consoante com a premissa levantada por Paret (1984), *Da Guerra* não é uma obra que se fundiu em um sistema finito, mas ela criou hipóteses que ao longo do tempo revelaram a

capacidade de um crescimento contínuo, “que Clausewitz acreditava ser a marca da sua verdadeira teoria” (PARET, 1984, p. 25). No entanto, como poderá ser observado no decorrer deste trabalho, as compreensões sobre a teoria de Clausewitz seriam marcadas pelas conjunturas de seus leitores e nem sempre essas concepções seriam consideradas, ou até mesmo seriam transformadas, levando muitas vezes o pensador a ser descrito como meramente um teórico da guerra sanguinária e sem limites.

Nos países da Europa, no que interessa a pesquisa, Alemanha e França, além dos Estados Unidos da América, a leitura de Clausewitz seguiu a tendência conjuntural, ou tinha perspectiva distinta? O questionamento será abordado no próximo tópico deste trabalho, buscando evidenciar as oscilações na leitura das obras de Clausewitz no decorrer do tempo, destacando os efeitos das guerras na criação de uma imagem negativa ou positiva sobre a teoria e até mesmo, o caráter do prussiano.

Da recepção e circulação de Clausewitz na Alemanha, na França e nos Estados Unidos da América

Uma breve análise da recepção e circulação de Clausewitz nos países que estabeleceram relação militar com o Brasil no período considerado na pesquisa, 1889 a 1959 – a saber: Alemanha, França e Estados Unidos da América – pode auxiliar a compreender como Clausewitz era lido nesses países, quais os conceitos mais citados e qual o impacto das conjunturas históricas sobre essas leituras. Com esses dados será possível estabelecer paralelos entre as leituras brasileiras e as leituras praticadas nos países que estiveram mais próximos militarmente do Brasil.

De 1834 a 1871, Clausewitz teve pouca circulação além do território prussiano, talvez por ter sido publicado em sua língua pátria, o alemão, idioma não convencionalmente utilizado entre os intelectuais europeus daquela época, com maior preponderância do francês (STRACHAN, 2008). Mesmo que na década de 1850, um oficial de artilharia belga chamado Neuens tenha traduzido *Da Guerra* para o francês, o reconhecimento de Clausewitz viria através de dois episódios históricos consecutivos – vitória da Prússia sobre a Áustria em 1866 e, o triunfo da Prússia sobre a França nos anos de 1870 e 1871 –, culminando em um evento maior, a unificação da Alemanha. Com tais êxitos, o Exército alemão passou a ser visto como um exemplo, e Carl von Clausewitz passou a ser considerado o seu mentor intelectual. Com isso, a disseminação de Clausewitz se intensificou, passando a contar no ano de 1873 com uma tradução para o inglês de *Da Guerra*, produzida pelo coronel James John Graham.

O oficial responsável pelas vitórias da Prússia sobre a Áustria e a França, o marechal de campo Helmuth von Moltke, elencava *Da Guerra* entre os livros que o haviam inspirado, lançando Clausewitz à glória entre os militares alemães. O conceito clausewitziano disseminado por Moltke era o da aniquilação do inimigo:

A vitória através do emprego da força armada é um fator decisivo na guerra. Somente a vitória acaba com a determinação do inimigo e o obriga a submeter-se à nossa vontade. Não é a ocupação de uma fatia do território ou a tomada de uma fortificação, mas a destruição das forças inimigas que irá decidir o resultado da guerra. Essa destruição constitui assim o principal propósito das operações (MOLTKE apud HOWARD, 1983, p. 54, tradução minha).

No pós-Guerra Franco-Prussiana, os alemães buscavam adaptar as suas doutrinas às novas condições de guerra, devido a evolução política e bélica pela qual passava a Europa. O novo tipo de guerra recomendada pelos pensadores alemães era o da guerra total, baseado no princípio da ofensiva de grandes exércitos que pudessem dismantelar facilmente o inimigo (SCHNEIDER, 1975). O preconizador desse padrão de guerra era o legatário de Moltke, o marechal de campo Alfred von Schlieffen. Schlieffen tornou-se o responsável por fazer a transição para a nova doutrina do Exército alemão, baseada em um plano de organização dos estados-maiores e da estruturação militar para a ofensiva. O marechal alemão alegava ter baseado seu plano de guerra em diversas concepções clausewitzianas, sobretudo, mais uma vez, no conceito de aniquilação do inimigo.

Os franceses, principalmente após sua derrota para a Prússia, passaram a se interessar pelo estudo de Clausewitz e sua obra *Da Guerra*. No ano de 1885, Lucien Cardot promoveu um curso sobre o pensamento de Clausewitz no Colégio Militar, e pouco depois, mais especificamente entre 1886 e 1887, o coronel Vatry fez uma nova tradução de *Da Guerra*, destacando que essa nova tradução só abarcava os Livros III a VI, “aqueles mais relacionados à guerra napoleônica e em que o próprio Vatry considerava que os princípios estratégicos estavam enunciados de forma mais clara” (STRACHAN, 2008, p. 20)¹⁹. Ferdinand Foch, o oficial que em 1918 iria conduzir as forças aliadas francesas, britânicas e norte-americanas no *front* ocidental da I Guerra Mundial, era um dos ouvintes de Cardot e Valtry no Colégio Militar.

O principal preceito do general prussiano para as guerras modernas, na percepção de Foch, era o aniquilamento do exército rival, por meio da batalha e da força. A seu ver, era imprescindível que o conceito de guerra absoluta, como tinha proposto Clausewitz, fosse

¹⁹ Nos anos de 1849 a 1852, o comandante belga Jean N. Neuens realizou a primeira tradução da obra *Vom Kriege* para o francês (ARON, 1986b).

retomado (SCHNEIDER, 1975). Foch, assim como Moltke, enfatizou a importância da destruição do adversário: “daqui para frente, você tem que ir aos limites extremos para encontrar o propósito da guerra. Como o lado vencido nunca reconhece a derrota antes de ser privado de todos os meios de reação, o que você deve ter em mente é a destruição daqueles meios” (FOCH apud HOWARD, 1983, p. 57, tradução minha).

Na Alemanha e na França entre a década de 1870 até a eclosão da I Guerra Mundial, o conceito clausewitziano mais citado era o do “aniquilamento do inimigo”. Se depois do ano de 1914 a população europeia quase desconhecia tempos de paz, na visão de Hobsbawn (1988), a paz era o quadro normal e esperado na Europa antes da I Guerra Mundial. Desde 1815 não havia uma guerra entre as potências europeias, desde 1871 nenhuma nação da Europa fez com que seus homens atirassem em homens de outra nação daquele continente. Nesses tempos, a prática comum era de que as grandes potências buscassem suas vítimas em países não-europeus, principalmente em suas colônias. Isso, no entanto, não quer dizer que a ideia de uma guerra generalizada na Europa não tenha sido tratada por governos, intelectuais e até mesmo pela população. No início da década de 1870, na França e na Grã-Bretanha eram produzidos *sketches*, geralmente não realistas, sobre uma guerra futura (HOBSBAWN, 1988).

Na década de 1880, Engels discorria sobre a probabilidade de uma guerra mundial, já Nietzsche saudava a crescente militarização da Europa e imaginou uma guerra que ‘diria sim ao animal bárbaro, ou mesmo selvagem, que existe entre nós’ (HOBSBAWN, 1988, p. 419). Na década de 1890, a preocupação com a guerra já não parecia mais algo distante e irreal, e convenções e conferências pela paz passaram a ser realizadas, nas quais governos declaravam compromisso com um ideal de paz. Nos anos de 1900, a guerra parecia cada vez mais próxima, e nos anos 1910 já era considerada iminente. Nesse contexto de gradativa tensão na Europa, os novos planos de guerras alemão e francês passaram a se concentrar cada vez mais na ofensiva e, assim, a concepção de “destruição do inimigo” de Clausewitz parecia a mais útil para o período. Ou seja, as leituras de Clausewitz na Alemanha e na França podem ser classificadas como instrumentalistas, utilizadas para determinadas ensejos, nesses casos, promover a ideia da ofensiva e da aniquilação do inimigo.

Uma das críticas mais veementes a Clausewitz, e talvez uma das mais difundidas no pós-I Guerra Mundial, partiu do historiador e estrategista militar britânico Basil Henry Liddell Hart. Culpando Carl von Clausewitz pelo massacre da I Guerra Mundial, Hart escreveu: ‘O princípio da força de Clausewitz, sem limite e sem cálculo de custo, convém unicamente a uma turba enlouquecida pelo ódio. É a negação da arte de governar – e da estratégia inteligente que procura servir aos fins da política’ (HART apud STRACHAN, 2008, p. 22). Liddell Hart

estigmatizou o teórico alemão como o “gênio do mal do pensamento militar”, o “apóstolo da guerra total”, e o “defensor incansável da ofensiva” (BASSFORD, 1994). A seu ver, Clausewitz e seus “discípulos” tinham sido os culpados pelas barbáries vistas entre os anos de 1914 a 1918 nos *fronts* da I Guerra Mundial. Clausewitz, dizia Hart, era um autor obscuro, de abordagem metafísica, de generalizações abstratas e de intrincada compreensão. A imagem que Liddell Hart promoveu de Clausewitz foi uma das mais poderosas no período entre guerras. Suas palavras hostis ecoaram profundamente entre os militares britânicos de sua geração e posteriores (BASSFORD, 1994).

No mesmo tom de Hart, seu conterrâneo, igualmente historiador e estrategista militar, John Frederick Charles Fuller, também culpava Clausewitz pelos desastres vistos na guerra. Mas Fuller, ao contrário de Hart, não teve uma visão estática de Clausewitz, passando por uma transformação em sua perspectiva sobre a teoria clausewitziana. Nas décadas de 1920 e 1930, Fuller utilizou poucas ideias de Clausewitz, ignorando, por exemplo, a relação entre a política e a guerra. Na década de 1920, tinha uma postura declaradamente anticlausewitziana, dizendo que *Da Guerra* não passava de uma massa de notas envolvidas em uma nuvem de fumaça (BASSFORD, 1994). Na década de 1930, fortaleceu sua reprovação ao general prussiano, alegando que sua teoria não tinha mais utilidade e que seus escritos eram obsoletos. No entanto, nos anos finais da década de 1930, o discurso de Fuller sobre as concepções de Clausewitz começou a mudar e suas palavras negativas contra o prussiano cederam espaço a um discurso mais positivo. Passando por um lento processo de reestruturação de sua leitura, após 1945, Fuller tinha outro posicionamento sobre o general prussiano, completamente distinto das décadas passadas: Clausewitz era o responsável pela vasta expansão da guerra limitada para o século XX (BASSFORD, 1994).

Mesmo com a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, Clausewitz não deixou de circular entre os alemães, é possível dizer que houve uma redescoberta do general entre os alemães nos pós-I Guerra (STRACHAN, 2008). Hans Delbrück, historiador e veterano da Guerra Franco-Prussiana, esteve entre os estudiosos da I Guerra Mundial e de Clausewitz que não se dedicaram a culpar Clausewitz pelas consequências da guerra, mesmo sendo um crítico da política militar alemã²⁰. A seu ver, se o prussiano tivesse vivido por mais tempo teria formulado um sistema de estratégia que compreenderia duas vertentes. Uma seria a estratégia

²⁰ Delbrück criticou o general Erich von Ludendorff, chefe do Exército alemão de 1916 a 1918, exatamente no tocante à estratégia utilizada pela Alemanha na I Guerra Mundial. Ludendorff, por sua vez, culpou Clausewitz pelo fracasso de seu país na guerra, a seu ver, *Da Guerra* fez com que a Alemanha permanecesse apegada à guerra limitada, enquanto deveria ter considerado o princípio da guerra total (SCHNEIDER, 1975; STRACHAN, 2008).

de aniquilação, e a outra seria baseada no desgaste do inimigo, de maneira que ele aceitasse uma negociação (ARON, 1986). Mais importante, a derrota da Alemanha em 1918 teria evidenciado a contemporaneidade da teoria clausewitziana, na visão de Delbrück, por demonstrar a essencialidade da política na guerra.

No Exército alemão dos pós-I Guerra, os exames sobre as causas da derrota na guerra levaram a considerar a lição dos clássicos militares, entre eles, Clausewitz, para a construção da sua nova doutrina de guerra (SCHNEIDER, 1975). O conceito da estratégia ofensiva se manteria central nos novos planos de guerra dos alemães, no entanto, as novas tecnologias bélicas – aviões, carros e novas armas – também teriam papel de destaque. Já na França, a população criou uma ojeriza à guerra, devido aos altos custos advindos da I Guerra. O Exército francês caiu em certo imobilismo com a recusa da sociedade em custear as despesas para renovação dos equipamentos bélicos, ocasionando sérios problemas para o país na II Guerra Mundial.

Uma das maiores inovações tecnológicas e estratégicas do período pós-I Guerra tem relação com o progresso do poder aéreo. O uso de aviões nas batalhas transformou a visão de guerra de muitos teóricos militares, com muitos deles legitimando a ideia de que as guerras, a partir de então, eram essencialmente tecnológicas e que não havia mais espaço para as velhas teorias estratégicas. Diante de tal quadro, Clausewitz não teve muito espaço entre os escritores do poder aéreo, com poucas menções às suas concepções (BASSFORD, 1994). Um dos conceitos mais citados era o de “centro de gravidade”, no entanto, para elucidar como não era mais válido, ou ultrapassado, com o desenvolvimento da tecnologia aérea: o centro de gravidade do inimigo não estava mais localizado em suas forças armadas, o alvo era o moral da população civil (HOWARD, 1983). Na tese do bombardeio estratégico, discutida por um dos mais proeminentes estrategistas do ar, Giulio Douhet, as aeronaves deveriam atuar massivamente contra o poder decisivo, localizando os seus centros econômicos e administrativos, pois eram demasiadamente vulneráveis aos ataques aéreos e cumpririam o objetivo de destruir o moral da população civil (SHY, 2001).

Sobretudo no pós-I Guerra, Clausewitz passou a despertar atenção nos Estados Unidos da América, mas ainda incipientemente, possivelmente em razão do estudo extensivo de técnicas alemãs nas escolas militares do país. Os primeiros militares do Exército dos Estados Unidos a abordarem a teoria clausewitziana, entre os anos de 1921 a 1928, o coronel William Naylor e o tenente-coronel Oliver Prescott Robinson, não tinham leituras uníssonas sobre Clausewitz. Naylor discordou do general prussiano sobre a superioridade da estratégia defensiva: ‘Apesar de Clausewitz, devemos afirmar que dos dois, ofensiva ou defensiva, a

primeira é a preferida’ (NAYLOR apud BASSFORD, 1994, p. 78)²¹. Já Robinson, não titubeou em expressar a sua admiração pelo prussiano e sua obra, e destacou a importância do conceito de estratégia elaborado por Clausewitz²²:

Um pouco de pesquisa, de estudo e reflexão, evidencia o fato de que o livro de Clausewitz, *Da Guerra*, tem a mesma relação com o estudo da profissão militar que a Bíblia tem para os estudos religiosos. A maioria dos livros sobre estratégia nos últimos cem anos, são em grande parte, uma compilação ou uma tentativa de reduzir a uma forma mais simples a explicação de Clausewitz [...] Tanto quanto se sabe, não há uma única proposição relativa à estratégia que Clausewitz não cobriu de forma ampla e geral. Este homem notável tratou o assunto de tal forma a tornar suas proposições tão aplicáveis hoje como eram há cem anos (ROBINSON apud BASSFORD, 1994, p. 80, tradução minha).

O interesse de Robinson pela teoria clausewitziana estava em sua concepção de estratégia, contudo, ele também percebeu o risco de uso da obra como “livros de receitas” para as doutrinas militares, alegando que toda decisão exige uma análise militar de fatores únicos e específicos (BASSFORD, 1994).

Já nos tempos da II Guerra Mundial, no ano de 1943, Clausewitz alcançou proeminência entre os intelectuais acadêmicos estadunidenses com a publicação de uma marcante obra da teoria estratégica, *Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age*, compilada por Edward Mead Earle²³.

Clausewitz também despertou o interesse dos nazistas, Adolf Hitler o citava constantemente em prol de sua campanha de guerra, em uma das menções aos prussianos, Hitler declarou: ‘Nem todos vocês terão lido Clausewitz, e, se o leram, não o compreenderam ou perceberam como aplicá-lo no futuro’ (HITLER apud STRACHAN, 2008, p. 26). Outro militar do regime nazista se debruçou sobre a obra de Clausewitz, o general Ludwig Beck. Beck leu Clausewitz para criticar os planos de guerra de Hitler, pois para o general era clara a centralidade da política na guerra. O general Beck também negou o conceito de guerra total

²¹ Bassford (1994) destaca que Naylor em seu livro *Principles of Strategy*, publicado em 1921, citou várias vezes Clausewitz em seu livro, mas as referências eram indiretas, vinda de outros estudiosos do prussiano.

²² Robinson abordou a teoria clausewitziana no livro *Fundamentals of Military Strategy*, publicado no ano de 1928 (BASSFORD, 1994).

²³ Earle não era um estudioso de Clausewitz, mas a sua contribuição para a expansão da pesquisa sobre o prussiano veio através da organização de um seminário de estratégia militar realizado no *Institute for Advanced Study*, Princeton, no ano de 1940. O seminário promovido pelo historiador tinha o objetivo de “clarear” o pensamento militar estadunidense, o qual ele acreditava estar imerso em uma profunda ignorância teórica (BASSFORD, 1994). A partir de tal encontro, lançou-se a coletânea supracitada, obra central para a divulgação posterior do pensamento de Clausewitz entre intelectuais militares norte-americanos. O livro recebeu uma tradução para o português no ano de 2001, pela Biblioteca do Exército, sob o título *Construtores da Estratégia Moderna*.

atribuído a Clausewitz, na direção contrária do que tinham pronunciado outros oficiais alemães, tal como Schlieffen e Ludendorff²⁴.

Na era de Stálin, Clausewitz não teve espaço na então União Soviética, pois o líder soviético considerava Clausewitz um autor ultrapassado, sem valor para as guerras vividas naquele tempo. Com o término da II Guerra Mundial, mais precisamente a partir de 1956, Clausewitz passou a ser novamente empregado pelo pensamento militar soviético. Mas, os soviéticos parecem ter se utilizado das leituras de Lenin sobre Clausewitz (STRACHAN, 2008). O interesse dos soviéticos em Clausewitz girava em torno da ideia da guerra como um instrumento da política. Na visão dos militares soviéticos, a política, como um produto dos fatores sociais de cada tempo, deveria ser entendida para que se formulasse a melhor estratégia para as guerras (HOWARD, 1983).

Uma nova geração de tecnologias bélicas, sobretudo as armas nucleares, provocaram uma discussão ainda mais intensa sobre a validade da teoria clausewitziana para aquela conjuntura. No pós-II Guerra diversos intelectuais militares debateram como Clausewitz poderia se adaptar aos novos tempos, as novas guerras e as novas estratégias. Nesse tempo, têm-se mais leitores interessados na relação entre guerra e política, na guerra limitada, do que na concepção de guerra absoluta e sua dita apologia à violência ilimitada e sem moral (BASSFORD, 1994). Com o início da Guerra Fria (1945-1989), Clausewitz conquistou críticos fervorosos, mas também partidários entusiasmados.

Guerra Fria: Clausewitz, o teórico da trindade da guerra

No pós-II Guerra, houve uma expressiva renovação do estudo do pensamento do general prussiano. Contudo, isso não quer dizer que os ataques à sua teoria cessaram. No ano de 1957, o artigo “Clausewitz, o flautista do pensamento militar moderno” publicado no periódico *Military Review*, demonstra que a ideia de “apóstolo da guerra total” ainda permanecia entre determinados militares estadunidenses. O articulista, sargento do Exército dos EUA, Forrest K. Kleinman, declarou Clausewitz um autor imoral que fabricou o conceito da guerra total (BASSFORD, 1994). A leitura de *Da Guerra* por Kleinman pode ter sido marcada pela visão de Liddell Hart, já que exhibe, em linhas gerais, ideias muito próximas aquelas lançadas por Liddell Hart no pós-I Guerra.

²⁴ Uma análise mais minuciosa sobre a utilização de Clausewitz durante o regime nazista, não só pelos nazistas, mas também pelos antinazistas, os conceitos que cada grupo mobilizou, como os nazistas utilizavam a teoria clausewitziana para “dar respeitabilidade” as suas teorias e ações, pode ser vista em Baldwin (1981).

Bassford (1994) alerta para o fato de que o termo “guerra total” não pode ser interligado a concepção de “guerra absoluta” de Clausewitz. O conceito de guerra total, disseminado por Ludendorff, não se relaciona com a ideia abstrata de guerra absoluta de Clausewitz. Ou seja, há um equívoco em cotejar a guerra total com a guerra absoluta de Clausewitz. Ludendorff listou cinco pontos que caracterizariam a guerra total:

A ideia de guerra total de Ludendorff pode ser expressa sob a forma de cinco proposições básicas. A guerra é total; primeiro, porque o teatro de guerra se estende por todo o território das nações beligerantes. Além dessa difusão de riscos, a guerra total envolve também a participação ativa de toda a população no esforço de guerra. Não exércitos, mas as nações empreenderão a guerra total. Assim, a efetiva perseguição da guerra total exige a adaptação do sistema econômico aos propósitos da guerra. Em terceiro lugar, a participação de grandes massas na guerra torna imperativo dedicar esforços especiais, por meio de propaganda, ao fortalecimento da moral interna e ao enfraquecimento da coesão política da nação inimiga. Em quarto lugar, a preparação da guerra total deve começar antes do início dos combates. Hostilidade militar, econômica e psicológica influenciam os chamados interesses do tempo de paz nas sociedades modernas. Finalmente, para conseguir um esforço de guerra integrado e eficiente, a guerra total deve ser dirigida por uma autoridade suprema, a do comandante-em-chefe (SPEIER, 1952, p. 315, tradução minha).

Outros tipos de leitura irromperam no pós-II Guerra, muitas lançadas por pesquisadores ligados à área acadêmica, por exemplo, a de Anatol Rapoport. O texto de Rapoport sobre Clausewitz consta como prefácio na tradução norte-americana de John Graham, editada pelo mesmo no ano de 1968²⁵. O prelúdio produzido por Rapoport fez um breve resumo da vida do general prussiano, além de caracterizar as concepções que a seu ver constituem a teoria clausewitziana, tais como: os dois tipos de guerra (a real e a abstrata), fricção e a relação entre guerra e política. Nesse contexto, Rapoport (1979) delineou a teoria da guerra de Clausewitz em três conceitos-chave: racional, instrumental e nacional, concebendo a guerra como “um instrumento racional da política nacional” (RAPOPORT, 1979, p. 8)

Rapoport (1979) destaca que o pensamento de Clausewitz era totalmente realístico do transcurso histórico que viveu: as guerras revolucionárias francesas conduzidas por Napoleão. O general prussiano teria absorvido com precisão às lições do francês, sobretudo, a ideia de que “o crédito da política e do poder reside na habilidade em conseguir a destruição física do inimigo” (RAPOPORT, 1979, p. 15). Clausewitz não fez apologias às guerras, na percepção de Rapoport (1979), mas com um espírito militar, as guerras foram para ele “uma condição fundamental da existência humana, um dos requisitos para a sua felicidade pessoal” (RAPOPORT, 1979, p. 16). Isso não quer dizer que Clausewitz tenha justificado a “guerra pela

²⁵ Tal edição chegou ao Brasil no ano de 1979, publicada em português pela editora Martins Fontes.

guerra”, a sua conceituação da guerra como um instrumento da política, na forma inversa, ratifica que o prussiano rejeitou tal concepção:

A sua célebre frase posta ao contrário exprimiria a sua filosofia com a mesma precisão: “A paz é a continuação da luta, mas por meios diferentes”. Assim, a rejeição da “guerra pela guerra” não é mais do que o reconhecimento de que a guerra tem dois componentes igualmente importantes, o militar e o político. Do mesmo modo um cientista põe de parte a “teoria pela teoria” ou a “experiência pela experiência”. Cada uma tem de justificar a outra (RAPOPORT, 1979, p. 16).

O ideário clausewitziano, na visão de Rapoport (1979), experimentou um abalo decisivo após a I Guerra Mundial, pois o elemento-chave da teoria clausewitziana – a guerra como instrumento da política de Estado por outros meios – “nunca mais voltou a dominar o pensamento político tão completamente como sucedeu na Europa no período de 1648-1914 que gerou Clausewitz e com ele aprendeu” (RAPOPORT, 1979, p.21). O pós-II Guerra ofuscou a guerra como um relevante objeto na agenda política europeia, devido a redução das tensões no bloco europeu. Já no resto do mundo que ainda possuía tensões (como no Oriente Médio), os conflitos não são mais resolvidos por guerras, mas por acordos políticos (RAPOPORT, 1979). Clausewitz perdeu espaço e atualidade²⁶. Rapoport (1979) reconhece uma contribuição histórica de Clausewitz, contudo, descarta a validade de suas teorias para as guerras do século XX.

O ano de 1976 caracterizou uma nova perspectiva acadêmica sobre Clausewitz com a publicação do livro de Raymond Aron, *Pensar a guerra, Clausewitz* (dois volumes), uma das mais conhecidas e citadas obras sobre o general prussiano. Aron (1986a) desenvolveu uma tese chave para a compreensão da teoria clausewitziana: a não linearidade de seu pensamento²⁷. O teórico francês enfatizou que apenas nos últimos três anos de sua vida, entre 1827 a 1830, é que Clausewitz alcançou o estado final de seu pensamento, período em que compreendeu o caráter irreal da guerra absoluta e elaborou a concepção da trindade da guerra²⁸. Ou seja, a teoria

²⁶ Talvez o objetivo de Rapoport (1979) não tenha sido atacar Clausewitz, mas sim os ditos neoclausewitzianos, a escola dos estrategistas modernos. Os estrategistas nucleares como Herman Kahn e Henry Kissinger, consideraram a guerra nuclear como uma ferramenta racional da política de Estado e levaram a teoria política da guerra muito além do imaginado por Clausewitz (RAPOPORT, 1979). Michael Howard também direcionou críticas aos teóricos da estratégia nuclear: ‘Kahn e seus colegas ignoraram todos os três elementos da trindade de Clausewitz: paixão popular, os riscos e incertezas do ambiente militar, e o propósito político pelo qual guerra é combatida. Seus cálculos não tinham relação com a guerra como a humanidade tem sabido ao longo da história’ (BASSFORD apud HOWARD, 1994, p. 97, tradução minha).

²⁷ Na direção contrária, Paret (1984), Howard (1984) e Strachan (2008) conjecturam que o pensamento de Clausewitz percorreu uma “estrada reta” desde o início, que suas ideias não tiveram grandes alterações ao decorrer de sua carreira.

²⁸ Clausewitz percebeu que a guerra napoleônica, de derrubada, não era um padrão na História. Com levantamento de pesquisa sobre as campanhas militares europeias, ele observou que as guerras eram, em sua maior parte,

clauswitziana passou por estágios de desenvolvimento até que Clausewitz formulasse a trindade.

Clausewitz só assentou as fundações de sua catedral conceitual – a irrealidade da guerra absoluta – nos dois últimos anos de sua vida, entre 1827 e 1830. Nem em 1804, nem em 1812, hesita em formular preceitos ou máximas de ação [...] Resta dizer que os livros, III, IV e V sobre a estratégia, o combate e as forças armadas não têm vestígio de nenhuma das ideias diretrizes da síntese final, das duas espécies de guerra, dualidade resultante da primazia política, primazia esta que reduz a ascensão aos extremos a um jogo lógico (ARON, 1986a, p. 111).

Na perspectiva de Aron (1986a), a trindade é a evolução final da teoria clauswitziana, quando Clausewitz compreendeu a irrealidade da guerra de derrubada e destruição do inimigo e alcançou a compreensão da guerra real, a qual possui fatores moderadores que impedem que as guerras atinjam a tendência aos extremos²⁹. No entanto, cabe uma ressalva ao pensamento de Raymond Aron sobre a probabilidade de uma guerra absoluta na realidade. No livro *Paz e Guerra entre as Nações* publicado no ano de 1962, também no tempo da Guerra Fria, Aron (2002) destaca que a definição “a guerra é um ato de violência destinado a obrigar o adversário a realizar a nossa vontade” levou Clausewitz a compreender a tendência da guerra de alcançar os extremos, em razão do que Aron (2002) conceitua como dialética da luta, nas palavras de Aron (2002):

O objetivo das operações militares, de um modo abstrato, é desarmar o adversário. Ora, como ‘queremos obrigar o adversário, por um ato de guerra, a cumprir a nossa vontade, é preciso ou desarmá-lo realmente – ou então pô-lo numa situação em que ele se sinta ameaçado por esta probabilidade’. Mas o adversário não é uma ‘massa morta’. A guerra é o choque entre duas forças vivas. ‘Enquanto não derroto o adversário, temo que ele me abata. Deixo de ser dono de mim mesmo, porque ele me impõe a sua lei, como eu lhe imponho a minha’.

A guerra somente é ganha quando o adversário se submete a nossa vontade. Para isto, avaliam-se os meios de que ele dispõe, proporcionando-se em consequência o esforço a ser feito. Contudo, a vontade de resistência não pode ser medida. O adversário age do

limitadas, as quais parecem corresponder mais a realidade do que aquela empreendida pelo Exército revolucionário francês. Distintamente da guerra ideal – a absoluta – a guerra real sendo um fenômeno humano estaria condicionada às circunstâncias históricas que a produziram e, assim, não se pode formular uma teoria prescritiva a seu respeito, ao que Clausewitz registrou: “Temos, pois de nos preparar para construir a guerra, tal como ela se apresenta, não segundo o seu conceito, mas admitindo nela todos os elementos da natureza estranha que com ela estarão envolvidos e dela dependerão – toda a inércia e as fricções naturais das suas partes, a inconsequência do conjunto, o indefinido e a timidez do espírito humano. Teremos de admitir que a guerra, e a forma que lhe damos, procede das ideias, sentimentos e circunstâncias dominantes do momento; e, se quisermos ser totalmente sinceros, teremos de admitir que foi esse o caso mesmo quando ela ganhou o seu caráter absoluto, ou seja com Bonaparte” (CLAUSEWITZ, 1979, pp.708-09). Isso não quer dizer que as guerras reais não possam tender a sua forma absoluta, por isso, Clausewitz recomendou que a teoria da guerra levasse em consideração a possibilidade da guerra alcançar os seus limites extremos (CLAUSEWITZ, 1979).

²⁹ Foi a partir de 1976 que o conceito da trindade se tornou popular entre os leitores de Clausewitz, pontapé dado por Aron.

mesmo modo; e, como cada um aumenta a sua pressão para fazer face à vontade hostil do adversário, a competição leva a extremos (ARON, 2002, p. 72).

Aron (2002) explica porque esta dialética é abstrata:

Esta dialética de luta é puramente abstrata e não se aplica às guerras reais, conforme estas ocorrem na história. Ela formula o que aconteceria num duelo instantâneo entre dois adversários únicos, definidos como tal por uma hostilidade recíproca e pela vontade de vencer (ARON, 2002, p. 72).

Contudo, mesmo que a tendência aos extremos seja abstrata, Aron (2002) alerta para o que fato de que a dialética da luta nos lembra do que pode advir caso uma guerra alcance sua “forma ideal”:

[...] Ao mesmo tempo, tal dialética abstrata nos recorda o que pode acontecer efetivamente cada vez que a paixão ou as circunstâncias fazem com que um conflito histórico se aproxime do modelo ideal da guerra, ou seja, da guerra absoluta (ARON, 2002, p. 72).

Michael Howard publicou em 1983 a obra *Clausewitz*, na qual também investigou os conceitos de guerra limitada e absoluta.

Howard (1983) pensa o conceito de guerra absoluta de Clausewitz como um ideal platônico, do qual a maior parte das guerras era como uma composição imperfeita (HOWARD, 1983). Ideal, não no sentido de ser boa, mas de ser lógica (na lógica aristotélica), de ser “natural”. O caso da guerra absoluta raramente transcender na realidade estava relacionado a uma série de elementos alheios à guerra, isto é, como a guerra não era um ato independente, seus rumos eram determinados por distintas conjunturas “ como o ambiente internacional, o relacionamento existente entre as nações beligerantes antes da guerra, as características das forças armadas, o terreno no teatro de guerra e a maneira pela qual era vista a nova situação que se esperava que a guerra fosse criar” (HOWARD, 1983, p. 44, tradução minha).

Isto posto, a guerra incidia devido a uma conjuntura política, o que levou Clausewitz a enfatizar: a guerra é um ato da política, a política é a inteligência inspiradora, a guerra somente o instrumento (HOWARD, 1983). Mas, a guerra não pode ser considerada como existindo em oposição à política, ela era parte da política, uma continuação da política por outros meios. Howard (1983) vê nessa concepção, no caráter primordial da política, a possibilidade de as guerras serem conceituadas para além de um duplo padrão (absoluta ou limitada), “já que as exigências da política podem ser quase que infinitamente diversas” (HOWARD, 1983, p. 45). Contudo, para Howard (1983), Clausewitz deixara evidente que é necessário dois para travar

uma guerra limitada e que se o oponente estivesse disposto a ir aos extremos, o outro não teria escolha a não ser fazer o mesmo. Ou seja, o estrategista deveria ter em mente o ideal de guerra absoluta ou total (nas palavras de Howard).

Howard (1983) indica que Clausewitz alcançou a importância entre os dois tipos de guerra quando ponderava sobre os elementos da defesa, mais precisamente no Capítulo 28 do Livro VI de *Da Guerra*, contudo apenas no Livro VIII é que o general prussiano distinguiu os dois tipos de guerra e indicou os princípios estratégicos correspondentes a cada uma delas³⁰. Nessa direção, destaca Howard (1983), é possível dizer que somente após considerar a primazia do objetivo político, na primeira parte do Livro VIII, é que Clausewitz começou a dar uma nova redação ao *Da Guerra* e, no Livro I, pôde expor claramente as concepções dos dois tipos de guerra e caracterizar a guerra “absoluta” ou “total” como o ideal platônico. Mas, na perspectiva de Howard (1983), a guerra absoluta saiu do plano ideal platônico e se constituiu como uma possibilidade com a evolução das armas termonucleares e sua capacidade de destruição em massa, no pós-II Guerra. Se Clausewitz havia identificado dois tipos de restrições à guerra absoluta (fricção e propósitos políticos), a tecnologia havia rompido com essas limitações e levado a guerra, pela primeira vez, a sua possibilidade prática.

Quando Howard (1983) estabelece que a guerra nuclear é a representação da guerra absoluta como havia caracterizado Clausewitz em *Da Guerra*, ele não nega a relevância do prussiano e da sua tese de que a política era um dos elementos limitantes para que a guerra não fosse ao extremo, a seu ver “na era nuclear o propósito político tem que ser mantido em mente para impor limites à uma atividade cujo poder destruidor, se deixada livre, escalará rapidamente, atingindo extremos de tal espécie que Clausewitz jamais concebeu” (HOWARD, 1983, p. 63).

Aron (1986a) observa que Clausewitz passou por três conceituações de guerra: monista, dualista e trinitária. Na primeira, encontrada em suas primeiras obras, tal como *Princípios da Guerra*, pressupõe que a guerra é a derrubada política e a destruição militar. Já a dualista, é baseada na compreensão resultante de seus estudos históricos de que as guerras são muito distintas em sua intensidade e em seu desenvolvimento para que o princípio do aniquilamento possa explicá-las. Clausewitz teria compreendido que uma teoria da guerra deveria abranger todos os tipos de guerra vistos na História, até mesmo aquelas que não correspondiam ao que parecia ser a essência da guerra, as quais tinham “objetivos militarmente

³⁰ Na visão de Howard (1983) os dois tipos de guerra já tinham uma distinção clara para Clausewitz desde seus 24 anos de idade, mas só anos mais tarde, quando estava escrevendo sobre a defesa em seu livro *Da Guerra*, é que o intelectual notou a importância dessa dicotomia para a sua teoria.

limitados, sem a intenção de destruir ou abater o Estado inimigo” (ARON, 1986a, p. 136). Finalmente, a definição trinitária sucedeu a dualista, mas não a suprimiu, a trindade de Clausewitz se opõe à definição monista, mas não à dualista, circunscrita “no nível da experiência histórica” (ARON, 1986a, p.137). Com isso, é possível concluir que a trindade da guerra representa um progresso na elaboração conceitual de Clausewitz:

Ela incorpora a distinção, abstratamente necessária, frequente na realidade, entre o chefe militar e o chefe de Estado, o primeiro submisso ao segundo; aquele acedendo à grandeza graças à livre atividade da alma (as virtudes da sensibilidade em meio aos perigos físicos), o segundo encarregado, na origem, da suprema responsabilidade, a de ter um julgamento sobre a natureza da guerra que ele vai conduzir ou fazer conduzir por seu chefe de exército, encarregado em seguida de manter o controle da inteligência sobre as paixões desencadeadas ou as decisões, inevitavelmente aventureiras, do comando militar. Ela integra ao mesmo tempo a dualidade do povo e do Estado, um simbolizando a paixão e o ódio de onde nasce a guerra ou que nascem da guerra, o outro a inteligência que canaliza as paixões, as suscita às vezes, as controla sempre (ARON, 1986a, pp.137-38).

Com *Da Guerra*, lembra Aron (1986a), é possível notar que Clausewitz alcançou a ideia de que guerra não é uma coisa autônoma, mas apenas um componente do conjunto político. Isso não quer dizer que considerações sobre a relação entre a política e a guerra não estejam presentes nas obras anteriores do prussiano, contudo, é no *Vom Kriege*, particularmente no capítulo 1 do Livro I, que a política surgiu como decisiva na conduta da guerra.

Se Clausewitz volta tão frequentemente a esta ideia mas exclusivamente nas partes do livro redigidas ou revisadas após 1827, é porque no dia em que ele compreendeu completamente a ideia – a guerra é uma política que trava batalhas em vez de enviar notas – ele resolveu, de uma só vez, simultaneamente, os dois problemas colocados por sua experiência histórica e sua inquietude filosófica: como pensar dentro de um mesmo conceito fenômenos tão diferentes quanto as guerras das cidades antigas, as dos *condotieri*, as do gabinete, as da Revolução e do Império? ... Clausewitz encontra a unidade não mais no desencadear extremo da violência, mas em um ponto de vista superior: a guerra sai da política e é esta última, a política, que determina a intensidade, que cria um motivo, que traça as grandes linhas, que fixa os fins e, ao mesmo tempo, os objetivos militares (ARON, 1986, p. 163).

O conceito da guerra como um meio da política, diz Aron (1986a), ainda proporcionou a Clausewitz a compreensão de que o fim da guerra não seria a vitória, mas a paz³¹. Tal raciocínio poderia constituir uma resposta aos leitores que nomearam Clausewitz o teórico inescrupuloso da guerra total.

Clausewitz não condena nem aprova a guerra, mas a considera como um dado fundamental. Certamente, admite implicitamente o caráter normal da determinação

³¹ Strachan (2008) criticou Aron por ter extrapolado a teoria clausewitziana para embasar seus próprios argumentos, ao dizer que se Clausewitz tivesse concluído *Da Guerra* teria desenvolvido uma teoria da resolução do conflito.

através do sangue e esta visão não é mais inocente do que a do teórico do equilíbrio econômico [...] Resta dizer, no ponto de partida, que, reduzindo o ato de violência, a guerra, a um meio da política, Clausewitz lhe atribuiu como fim não a vitória, mas o retorno à paz (ARON, 1986, pp.159-60).

Ainda no ano de 1976, *Da Guerra* ganhou uma nova tradução para o inglês, produzida por dois importantes historiadores, Michael Howard e Peter Paret pela Princeton University Press³². No contexto do pós-Guerra do Vietnã, a missão da tradução dos historiadores estadunidenses era a de induzir os soldados a leitura de *On War* (STRACHAN, 2008), talvez por isso Howard (1983) tenha escrito que Clausewitz era “acima de tudo um soldado profissional escrevendo para seus colegas de profissão, não um acadêmico proferindo uma palestra numa faculdade de Ciência Política” (HOWARD, 1983, p.1, tradução minha)³³. Talvez seja plausível dizer que Paret e Howard obtiveram sucesso em conquistar novos leitores, pois até o início da década de 1990, a nova tradução já havia vendido em torno de quarenta mil cópias (BASSFORD, 1994)³⁴.

No Exército dos Estados Unidos, no pós-Vietnã, Clausewitz esteve em alta. Sua teoria se tornou mais notória (no caso, mais citada) nessa época do que nos tempos das guerras mundiais. Muitos militares da Força Terrestre estadunidense buscaram na teoria clausewitziana explicações para os fracassos na Guerra do Vietnã (1955-1975). Nesse cenário, se destacou a concepção da trindade, concebida como povo, exército e governo, disseminada pelo coronel G. Harry Summers. No estudo preparado para *US Army War College* intitulado *On Strategy: A*

³² Paret é um dos principais responsáveis pelo crescimento do estudo acadêmico de Clausewitz nos Estados Unidos a partir da década de 1960, quando deu início a um ambicioso plano de reconhecimento do prussiano, o denominado “Projeto Clausewitz”. Tal projeto envolveu um circuito de conferências entre reconhecidos acadêmicos que dedicavam algum tipo de pesquisa ao general prussiano. Os participantes (norte-americanos, britânicos e alemães) foram: Paret, Howard, Bernard Brodie, Gordon Craig, Klaus Knorr, John Shy, Werner Hahlweg, Dietrich Erdmann Karl, e até mesmo Liddell Hart, com conexões nominais com o projeto, auxiliando Paret na tentativa de conseguir financiamento junto ao *Social Science Research Council* (BASSFORD, 1994). O projeto tinha como objetivo o lançamento de uma coleção de obras sobre Clausewitz, em inglês. No entanto, somente a nova tradução de *Vom Kriege (On War)* por Howard e Paret e o livro de Paret, *Clausewitz e o Estado* (1976), foram publicados através do “Projeto Clausewitz”.

³³ Possivelmente, Clausewitz tenha se tornado um autor mais expressivo na vida de Howard quando lutou na II Guerra Mundial: ‘Eu estava inicialmente muito impressionado com seu conceito de “fricção”, e a importância das forças morais como um meio de superá-la. Esta (força moral) relacionada muito diretamente com as minhas próprias experiências de guerra, que me fez perceber que o que eu tinha passado era um fenômeno universal em assuntos militares. Só muito mais tarde me tornei interessado em seu ensinamento sobre a conexão entre a guerra e a política. Fundamentalmente, ele apelou para mim, e ainda o faz, por causa de seu sucesso em explicar as limitações de intelectualizar a guerra. É um aspecto de seu ensinamento que eu acho que ainda cai muito bem para dar palestras para os soldados, e muitas vezes os leva realmente a lê-lo’ (HOWARD apud BASSFORD, 1994, p. 115, tradução minha).

³⁴ Strachan (2008) criticou a tradução de Paret e Howard por interpretarem as palavras de Clausewitz consoante as aspirações da época. Na percepção de Strachan (2008), tal processo lhes proporcionou clareza sobre *Da Guerra*, mas “ocasionalmente gerou imprecisão e mesmo erros de interpretação” (STRACHAN, 2008, p.131). Bassford (1994) também fez críticas à tradução de Howard e Paret e indicou como a melhor versão de *Vom Kriege* para a língua inglesa a tradução realizada por Jolles no ano de 1943.

Critical Analysis of the Vietnam War, publicado em 1982, Summers usou Clausewitz para enfatizar que os Estados Unidos da América falharam em utilizar meios militares para alcançar um fim político no Vietnã (STRACHAN, 2008).

O coronel Summers continuou seu estudo sobre Clausewitz e a relação com a Guerra do Vietnã, e em 1983, publicou no periódico militar, *Naval War College Review*, o texto “*Clausewitz and Strategy Today*”. Na mesma linha do texto supracitado, Summers (1983) utilizou Clausewitz para compreender os problemas estratégicos dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Mesmo passados mais de cento e cinquenta anos da publicação do clássico livro *Da Guerra*, não havia outro livro que trouxesse tantos ensinamentos para o período (Vietnã) em que erros sobre a natureza da guerra se tornavam tão evidentes, tal como no século do general prussiano:

[...] Clausewitz observou que no século XVIII a guerra “tornara-se unicamente a preocupação do governo, na medida em que os governos se separaram da empresa com seus povos e se comportaram como se fossem próprios do Estado”. Em contraste, a guerra moderna consistia de uma “trindade notável” – o povo, o exército e o governo. Uma teoria que ignora qualquer um destes elementos, Clausewitz escreveu, “... entraria em conflito com realidade, de tal forma que, por esta razão, seria totalmente inútil” (SUMMERS, 1983, p. 1, tradução minha).

O desprezo de um dos elementos da trindade, o povo, na visão de Summers (1983), era o principal motivo da derrota norte-americana no Vietnã:

[...] sem perceber as implicações do que eles estavam fazendo, os teóricos acadêmicos da guerra limitada do Pós-II Guerra deliberadamente excluíram o povo americano de suas equações estratégicas. Pressagiando o nosso envolvimento no Vietnã, o exército se comprometeu a combater na Coreia, sem uma declaração de guerra, um movimento que enfraqueceu a ligação entre o povo americano e seu Exército. Quando o mesmo erro fundamental foi repetido no Vietnã, o link já enfraquecido estalou completamente e em vez de guerra dos Estados Unidos, a guerra no Vietnã tornou-se a “guerra de Johnson”, “guerra de Nixon” e “guerra do Exército” (SUMMERS, 1983, p.1, tradução minha).

O preceito de Clausewitz para os Estados Unidos a partir da experiência no Vietnã, na percepção de Summers (1983), é que as guerras não podem ser ancoradas unicamente no campo militar, elas devem ser pautadas na trindade clausewitziana: soldado, forças armadas e povo. São estes os subsídios que teriam a corresponsabilidade pelo êxito ou insucesso na condução de qualquer guerra moderna (SUMMERS, 1983).

No entanto, deve ser destacado que a trindade, por Clausewitz em *Da Guerra*, é conceituada como três tendências dominantes operando no interior de qualquer guerra: (1) violência primordial, ódio e inimizade; (2) jogo do acaso e da probabilidade; (3) guerra subordinada à política racional. Cada uma dessas três categorias impacta, principalmente, mas

não exclusivamente, um determinado conjunto de atores: (1) povo; (2) exército; (3) governo. Ou seja, é possível observar que a versão da trindade lançada por militares estadunidenses é distinta da concepção central elaborada por Clausewitz, deriva da ilustração do conceito e não do próprio conceito, isto é, baseia-se apenas em uma das possíveis tendências discutidas por Clausewitz³⁵.

Como evidenciado nessa breve trajetória de Clausewitz nos países de maior expressão militar, os elementos da teoria clausewitziana mais utilizados e o “julgamento” sobre suas ideias variaram, principalmente em razão das guerras mundiais, na Alemanha, na França e nos Estados Unidos. No período entre a I e a II Guerras Mundiais, a guerra sem limites que levava a “aniquilação do inimigo” era mais citada, sobretudo devido as ideias disseminadas por Moltke, Foch e Liddell Hart. Isso não quer dizer que essa era a única leitura sobre Clausewitz, mas sim a que teve mais preponderância, especialmente entre os militares envolvidos com a guerra. Com a Guerra Fria, o conceito mais discutido passou a ser “ a guerra como continuação da política de Estado por outros meios”, e a “trindade da guerra”, devido a repercussão da obra de Raymond Aron publicada no ano de 1976. Cabe novamente destacar que não era uma leitura uníssona sobre a teoria clausewitziana, no entanto, teve mais proeminência no período. No Brasil, a leitura de Clausewitz tendeu para uma dessas concepções, ou tem uma dinâmica própria?

Nesse panorama, nossa intenção é compreender como se deu a recepção e circulação da teoria clausewitziana entre os anos de 1889 a 1959 principalmente no Exército brasileiro, buscando examinar distintas questões: se Clausewitz desembarcou no Brasil com os Jovens Turcos e sua experiência no Exército alemão, qual tipo de leitura seria priorizada pelo grupo: mais técnica e voltada unicamente para as práticas militares e levando a profissionalização, ou que abordasse o elemento de subordinação, já que a guerra seria apenas um mero instrumento da política, através do Estado, para alcançar determinados propósitos? Se Clausewitz já estava presente no Exército brasileiro antes mesmo do estágio dos militares na Alemanha, sua leitura era mais técnica-militar, ou mais política-militar³⁶? Civis brasileiros tiveram interesse na leitura

³⁵ Cada uma das três tendências que compõe a trindade clausewitziana afetam todos os grupos de atores humanos. Clausewitz tentou demonstrar como cada tendência age como força principal em cada conjunto humano, mas não delimitou a interação das tendências entre os grupos (BASSFORD; VILLACRES, 1995).

³⁶ Além de uma vinculação militar, o Brasil já havia estabelecido uma estreita relação econômica com a Alemanha desde o final do século XIX. O Brasil fornecia produtos agrícolas (café, cacau, algodão, tabaco, arroz e açúcar) e a Alemanha provia produtos industrializados, já que em muitos estados brasileiros as atividades industriais ainda estavam no estágio inicial. Também é importante destacar que desde a segunda metade do século XIX, diversos alemães se estabeleceram no país, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Além da migração dos alemães que iam trabalhar principalmente nas fazendas, houve um deslocamento contínuo de membros da elite alemã (comerciante, jornalistas, banqueiros, especialistas em atividades diversas, oficiais do Exército, entre outros) (RINKE, 2013). Ou seja, antes mesmo do estágio militar dos brasileiros junto ao Exército

do general prussiano nesse tempo, ou era uma literatura mais restrita à caserna? “Clausewitz” no Brasil tem mais similaridades ou disparidades com o “Clausewitz” dos países europeus? Isto é, tais indagações nos permitirão compreender qual o interesse dos militares brasileiros na leitura de Clausewitz nesse período e se existiu um processo de reinterpretação do texto consoante a estrutura do Exército brasileiro, com base nas concepções estabelecidas por Bourdieu (2002) sobre as condições sociais da recepção e circulação de ideias internacionais.

Nesse contexto, visando alcançar os objetivos da pesquisa, o trabalho se estruturou em 4 capítulos:

Capítulo 1 – exame do desenvolvimento do Exército brasileiro compreendendo o período de 1889 a 1929, com destaque para o processo de profissionalização, modernização e o envolvimento dos militares na política nacional, sobretudo com a participação decisiva dos militares na proclamação da República.

Capítulo 2 – análise da recepção e circulação da teoria clausewitziana no Exército brasileiro entre os anos de 1889 a 1929, considerando a I Guerra Mundial, a Guerra do Contestado e a vinda da Missão Militar Francesa para instruir os militares brasileiros e modernizar o Exército.

Capítulo 3 – investigação da evolução do Exército brasileiro no período de intensas transformações sociais, políticas e econômicas, levando a Revolução de 30, a Revolução Constitucionalista de 1932, a Intentona Comunista de 1935 e aos governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954). No plano externo, tem início uma nova guerra mundial, de 1939 a 1945, e, posteriormente, a bipolarização mundial, com o combate ao comunismo.

Capítulo 4 – percepção sobre a recepção e circulação da teoria clausewitziana no Exército brasileiro entre os anos de 1930 a 1959, no cenário da II Guerra Mundial e da Guerra Fria.

alemão, já tínhamos uma conexão com a Alemanha que poderia ter propiciado uma circulação das ideias de Clausewitz, seja no campo militar ou civil.

CAPÍTULO 1

O EXÉRCITO BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: OS DILEMAS DA PROFISSIONALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E O PAPEL POLÍTICO DOS MILITARES (1889-1929)

O objetivo deste capítulo é analisar o desenvolvimento do Exército brasileiro compreendendo o período de 1889 a 1929. Será possível observar que a Força Terrestre passou nesse ínterim por diversas transformações, vinculadas ao processo de profissionalização, modernização, com inspirações externas, e o envolvimento na política nacional.

Não obstante o recorte temporal desta pesquisa se iniciar com o período republicano brasileiro, isto é, a partir do ano de 1889, é inevitável que revisitemos a conjuntura histórica do período imperial para compreendermos como o Exército conquistou papel de protagonista na República e como questões que despontaram no Império mobilizariam as ações dos militares durante a época republicana.

Compreender o papel do Exército na República nos leva a considerar a dinâmica de seu envolvimento com o Estado, com a política e com a sociedade civil ainda no Império e, assim, observar como esses elementos se relacionaram com o progresso da instituição e determinaram sua ação no novo regime.

Desde 1831, com as revoltas que se processavam no Estado brasileiro, o Exército era visto pelo Império como um dos núcleos radicais a ser combatido com a ruptura da “aliança nacional”³⁷. Assim, era tempo de impor restrições a Força Terrestre, e umas das primeiras determinações veio ainda em 1831, no mês de maio, com a reorganização que reduziu o seu efetivo e seu orçamento de manutenção. Ainda naquele ano, em agosto, é permitida por lei a instituição da Guarda Nacional, eliminando antigas organizações, Ordenanças e Milícias, e

³⁷ Os radicais eram uma das três tendências centrais (além de liberais-conservadores e moderados) que se conciliaram em torno de uma “aliança nacional” para moldar o Estado Nacional. A “aliança nacional” reunia então dois grupos contraditórios: de um lado, aqueles que buscavam levar a emancipação até as suas últimas possibilidades, com a transformação das relações internas de produção e com a consolidação das conquistas anteriores; do outro lado, estavam aqueles que apenas lutavam pelo fortalecimento das relações externas de produção vindas através do fim do pacto colonial, legitimando o liberalismo econômico para conservar a estrutura econômica escravista. Do primeiro círculo, participavam grupos mercantis urbanos e membros das camadas livres não proprietárias (inclusive parte dos militares), e do segundo, os latifundiários, os quais emergiram como “a força hegemônica do processo” (NOGUEIRA, 1977, p. 76).

substituindo as Guardas Municipais. Indicada como força auxiliar do Exército, a Guarda Nacional teria como função ‘defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade da Nação’ (NOGUEIRA, 1977, p. 80). Na prática, a Guarda Nacional nada mais era do que o “exército pessoal” do latifundiário, instrumento criado para conservar a ordem, o poder e, não menos importante, tutelar as suas propriedades. O papel do Exército como instituição autônoma e nacional era secundário, ainda mais se também levarmos em consideração que o Império tinha prioridade em organizar a Marinha, “pois as ligações com as províncias se faziam por via marítima, e o problema essencial era levar o exercício da autoridade central a todo o território” (NOGUEIRA, 1977, p. 82).

O desmonte do Exército era endossado pelos discursos antimilitaristas promovidos pela elite política imperial e pelo estereótipo negativo que tinha junto à população, sobretudo pelas experiências com o serviço militar, como por exemplo: o tipo violento de recrutamento promovido, o tratamento cruel com o recruta, o tempo longo de serviço e o atraso no pagamento dos soldos (COELHO, 2000)³⁸.

Transformações vieram com a Guerra do Paraguai (1865-1869), já que para combater o inimigo externo era imprescindível ter um instrumento militar poderoso. Nos tempos de guerra, os vastos recursos governamentais destinados ao Ministério da Guerra (a parcela do orçamento do Império na década de 1850, por exemplo, era de 40%) proporcionaram, sobretudo, a expansão do número de homens nas fileiras do Exército (cerca de 100 mil durante a guerra). Contudo, com o término da guerra, os investimentos declinaram (na década de 1870 a parcela do orçamento cai para 34%) e a Força Terrestre é novamente desmobilizada (aproximadamente 19 mil homens nos anos de 1870) (TREVISAN, 2011).

Se nos anos de guerra o Exército teve seu tempo de “honra e glória” com a elite política e a sociedade civil, não tardou para que o “romance” tivesse um desenlace infeliz para os homens de armas. Logo após o término da Guerra do Paraguai, os homens da caserna tiveram que lidar também com a redução de seu soldo e com o gradativo insulamento imposto pelo Império. Se almejavam por reconhecimento e admiração pelos heroísmos de guerra, certamente não o tiveram, gerando um poderoso elemento de contestação da legitimidade do Império entre uma parcela de militares do Exército.

³⁸ Contudo, deve ser ressaltado a distinção entre o recrutamento de praças e oficiais. Se praças eram recrutados entre as classes mais pobres, sendo introduzidos por recrutamento forçado ou voluntário, os oficiais pertenciam a uma “nobreza militar”. Certamente o mesmo não era experimentado por aqueles que serviam a Guarda Nacional, já que lá estavam representados os grupos de maior renda econômica do país. Mais um fator que levava a uma animosidade entre o Exército e a Guarda Nacional (CARVALHO, 2006)

Aliado ao panorama de resistência à conjuntura de isolamento e desmobilização, o desejo de modernização dos quadros da Força levou a concepção de dois campos que passaram a disputar um projeto hegemônico para a instituição: de um lado, o “técnico-profissional”, e de outro, o “filosófico-político”³⁹. No primeiro deles, temos os militares mais interessados nas questões organizacionais, técnico-militares e na profissionalização, contudo não deixavam de levantar críticas ao Império por não reconhecer o seu valor, a sua luta e glória durante a Guerra do Paraguai e, por não investir na defesa do país⁴⁰. Já o segundo, ligado ao positivismo, prezava por um tipo de soldado que não era exclusivamente o profissional, mas um cidadão com sólida educação científica não só para conhecer os deveres militares, mas principalmente os sociais. É preciso destacar que a vertente “filosófico-político” teve sua gênese na Escola Militar da Praia Vermelha, criada no ano de 1874, como parte do plano para a renovação da instituição militar realizada durante o governo do Visconde do Rio Branco (1871-1874)⁴¹.

No corpo docente da Escola Militar da Praia Vermelha estava o maior disseminador do positivismo no Exército, Benjamin Constant Botelho de Guimaraes⁴². Nos seus primeiros anos como professor, Constant se limitava a expor, em suas aulas de geometria analítica, as principais ideias do positivismo de Comte, mas sem abordar diretamente questões políticas ou trazer ideias sobre reforma da instituição e da Nação⁴³. Mais distante do positivismo de

³⁹ Os campos que surgiram durante o período Imperial no Exército são abordados por diversos estudiosos que se dedicam a pesquisa das Forças Armadas. Utilizando de denominações distintas, “tarimbeiros” (CARONE, 1976; CARVALHO, 2006), “combatentes” (TREVISAN, 2011) ou “sem curso (COELHO, 2000)” (correspondendo aos “técnicos-profissionais”) e “científicos” (CARONE, 1976; COELHO, 2000; TREVISAN, 2011), “bacharéis fardados” (CARVALHO, 2006), (equivalendo aos “filosóficos-políticos”) os diversos pesquisadores citados trazem perspectivas semelhantes sobre seu início, sua atuação e sua união pelo fim do Império e implementação da República.

⁴⁰ Os militares pertencentes a linha “técnico-profissional” lançaram no ano de 1882 o primeiro número da *Revista do Exército Brasileiro*, uma revista dedicada a publicação de artigos com temáticas de práticas militares: “organização e administração militares, tática e estratégia, engenharia e história militares, armamentos e munições etc.” (COELHO, 2000, p. 62). No entanto, no periódico, principalmente nos editoriais, eram publicadas críticas ao Império por desmerecer a profissão militar e condicionar a instituição a um quadro de atraso nas concepções da arte da guerra.

⁴¹ Ainda no ano de 1874, outras providências compuseram o plano de renovação do Exército, entre elas: lei de recrutamento (fim do recrutamento forçado), lei de castigos corporais (proibição de castigos corporais).

⁴² É preciso destacar que havia uma distinção entre o positivismo ortodoxo, praticado e disseminado no Brasil pela Sociedade Positivista Brasileira e o positivismo propagado por Constant na Escola Militar. O positivismo ortodoxo buscava centralizar a divulgação das ideias positivistas, mas sem se envolver com a vida pública e social. Além disso, os ortodoxos brasileiros eram fieis e respeitadores de toda a autoridade constituída, enquanto o positivismo militar permitiu que os jovens oficiais do Exército atuassem politicamente e se insubordinassem contra o dever militar.

⁴³ A importância do positivismo e seu papel na construção de militares “intervencionistas” e “não profissionais” não é consenso entre os principais intelectuais dedicados ao estudo das Forças Armadas. Se Carone (1976), Carvalho (2006), Coelho (2000), adeptos da análise institucional-organizacional, consideraram o positivismo como a mola propulsora para o intervencionismo na política e como o responsável pelo “antiprofissionalíssimo” dos militares do Exército, Sodré (1965), expoente da concepção instrumental, vai na direção contrária: “o que se combate, embora escondidamente, quando se levanta a acusação contra o tipo de formação de oficiais a que se entregavam as nossas escolas militares, na época, é o que chamam “intervenção do Exército na política”, eufemismo que sonega os dados reais. Ora, uma força armada que deveria ser eficiente e organizada, como a queria

Constant, o marechal Deodoro da Fonseca, um representante da vertente “técnico-profissional”⁴⁴, passou a ter maior notoriedade dentro do Exército após seu envolvimento na Questão Militar, principalmente quando se deslocou até o Rio de Janeiro (seu posto de comando era no Rio Grande do Sul) para tratar com o Ministério da Guerra sobre a punição dada ao tenente-coronel Sena Madureira⁴⁵. Sua recepção calorosa pelos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, os quais tinham sido proibidos de realizar tal ato, evidencia que o marechal adquiria cada vez mais papel central como “porta-voz” dos anseios do Exército. Assim como Deodoro, Constant também se envolveu nos atos políticos da Questão Militar, mas é importante destacar que nenhum dos dois oficiais tinha como objetivo derrubar o Império, não eram homens que tinham em seu perfil a quebra da ordem. No entanto, a proteção da “instituição Exército” impulsionou para o mesmo lado esses dois personagens que divergiam completamente quanto ao arquétipo de Exército que pretendiam implementar (TREVISAN, 2011).

Carvalho (2006) considera que o contexto vivido no Império, principalmente após a Guerra do Paraguai, viabilizou a primeira justificativa para o intervencionismo dos militares

Benjamin, mas, ao mesmo tempo, esclarecida e participante, deveria parecer aos endeusadores atuais um sacrilégio. Daí a tese de que se formavam maus oficiais. Muito ao contrário: talvez em época alguma o Exército conhecesse plêiade mais brilhante de oficiais, no sentido profissional e no sentido geral” (SODRÉ, 1965, p.168-169).

⁴⁴ Deodoro e diversos oficiais que tinham uma visão mais prática do Exército, que pensavam antes no papel do soldado combatente do que soldado filósofo, levantavam várias críticas ao positivismo, mas sobretudo pela divulgação das ideias de Comte quanto ao papel das armas na futura sociedade regenerada moralmente. Comte pregava a redução das forças armadas a um papel de polícia, que no caso de agressão externa, seriam núcleos do Exército Patriótico. Além do mais, defendia veementemente “a supressão de todo e qualquer ensino militar” (TREVISAN, 2011, p. 71). Como positivista, Benjamin Constant divulgava ideais análogos em discursos e aulas aos militares, preocupando os oficiais contrários a essa concepção. Além dos mais, positivistas eram “pacifistas” e viam o fenômeno bélico como algo irracional, mais um dos elementos que despertava o descontentamento dos tarimbeiros, os quais viam nesse tipo de percepção um dos motivos pelos quais o ensino prático era tão deficitário no Exército. No entanto, por mais que o caráter pacifista de Constant o levasse a pensar em um futuro em que as armas seriam meras peças de museus, ele entendia a necessidade de um Exército organizado e eficiente, “desejava-o ‘respeitado e respeitador, como garantia da segurança da manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, e trabalhando condignamente pelo engrandecimento da pátria; respeitando os poderes públicos, desde que estes cumprissem a lei, e reagindo até, se preciso fosse, na praça pública, quando os desmandos dos governos levassem o desrespeito à lei até a conspiração’ (MENDES apud SODRÉ, 1965, p. 168).

⁴⁵ A Questão Militar é o nome dado a uma série de atritos políticos entre militares do Exército e o Império sobretudo devido a condenações disciplinares aos membros da instituição que se expressaram publicamente (o que era proibido pelo Império) sobre os problemas políticos do país, mais especificamente da Força Terrestre, após a Guerra do Paraguai. Também deve ser destacado a importância da Campanha Abolicionista, visto ser a primeira ampla ação a movimentar os alunos das escolas militares. Entre 1880 e 1888, a questão da eliminação da escravidão ultrapassou a barreira do Parlamento e compreendeu a sociedade civil por meio de clubes, associações e ligas. No Exército, por exemplo, foi fundada a *Libertadora da Escola Militar*, para discutir questões pertinentes a Abolição (MOTTA, 1976). Ainda é preciso destacar que desde 1887, escravos começaram a fugir das fazendas de café para o litoral e o Exército recebeu a tarefa de prendê-los. No entanto, o Clube Militar, fundado em 1887, e sob a presidência de Deodoro, em reunião histórica, decidiu não cumprir a ordem, isto é, se recusou a agir como “capitão-do-mato” (TREVISAN, 2005, p. 22).

durante o período republicano, a ideologia do soldado-cidadão. O conceito de soldado-cidadão reunia, em si, duas perspectivas:

A ideia do soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais exatamente por ser militar. Sua polissemia a tornava aceitável tanto para os bacharéis fardados como para os tarimbeiros. Aos tarimbeiros interessava afirmar a organização em face da elite política, num jogo exclusivamente de prestígio e poder. Aos bacharéis de farda interessava afirmar a organização e também seu poder para reformar o sistema político (CARVALHO, 2006, p. 38-39).

Unidos pela honra do Exército, “científicos” e “tarimbeiros” promoveram a queda do Império e instalaram a República no Brasil, no ano de 1889, sob a inspiração intelectual de Benjamin Constant e a liderança do marechal Deodoro da Fonseca. É importante considerar que além da luta contra a subalternidade (profissional e institucional), os militares também se rebelaram contra a Monarquia pelo boato circulante de que o Império tinha intenção de dissolver o Exército e fortalecer a Guarda Nacional (CUNHA, 2011). Ou seja, impelidos pela honra e sobrevivência da instituição, os militares proclamaram a República e passaram ao controle da Nação, imbuídos da concepção de “guardiões da República”. Nos primeiros anos da República, é esse ideal, com base nas concepções positivistas, que conduzirá a instrução e a atuação dos militares. Mas, a experiência trazida por Canudos, a tentativa das oligarquias agrárias de distanciar os militares da política e a tensão na Europa que produziria a I Guerra Mundial, direcionaria cada vez mais o Exército ao imperativo de modernização, de profissionalização e de uma educação prática. Isso não quer dizer que a busca por esses elementos não levasse a política, já que para alcançá-los, diziam os militares, era necessário ter uma Nação forte, moderna e industrializada.

O governo do marechal Deodoro (1889-1891), o primeiro do ciclo republicano, é caracterizado por suas constantes desavenças com o Congresso, com as oligarquias regionais, especialmente a de São Paulo, e também por seu distanciamento de aliados antigos do Exército, como Benjamin Constant, e até mesmo de seu vice-presidente, Floriano Peixoto. Cada vez mais isolado e sem base política, Deodoro, em novembro de 1891, dissolveu o Congresso e decretou estado de sítio. Sob pressão de diversos protestos, envolvendo inclusive uma esquadra ancorada na Guanabara, sob o comando do almirante Custódio de Melo, Deodoro renunciou e entregou o cargo ao seu vice, Floriano.

Na presidência, Floriano (1891-1894) revogou as ações de Deodoro e reconstituiu o Congresso. Com mais habilidade em lidar com as demandas políticas do que seu antecessor, Floriano teve que lidar com duas revoltas: Federalista, entre os anos de 1892 a 1893, e a da Armada, compreendendo os anos de 1893 a 1894. O presidente contou com forças importantes para debelar as revoltas: as oligarquias estaduais, especialmente de São Paulo, interessadas em manter a legalidade republicana e, a união de frações do Exército, contribuindo para a concepção de um fenômeno político particular, o florianismo. No entanto, é importante destacar que as oligarquias regionais de São Paulo não podem ser consideradas base do governo de Floriano, na realidade, sua relação com o presidente era mais de neutralidade, com o intuito de erradicar os ciclos de perturbação da República.

Com suas ações para combater as revoltas, Floriano conseguiu conectar uma pluralidade de forças políticas civis e militares, como pode ser observado com a consolidação do florianismo ou jacobinismo (MORAES, 2005)⁴⁶. No entanto, não tinha possibilidade de interromper a escalada das oligarquias regionais ao poder, assim, os militares entregam a presidência ao paulista Prudente de Moraes, eleito pelo Partido Republicano Paulista (PRP), em 15 de novembro de 1894, e retornam à caserna⁴⁷. Longe do centro político, o florianismo se tornou uma corrente opositora ao poder oligárquico, com maior expressividade dentro do Exército⁴⁸. Com a pretensão de evitar que os militares, inspirados pelo florianismo e também pelo positivismo de Constant, pudessem se insurgir contra “sua” República, os oligarcas passaram a investir em procedimentos para distanciá-los da política, principalmente pela via da profissionalização da Força.

Um dos pilares para concretizar a despolitização dos militares do Exército seria transformar o ensino militar, minimizando o ensino teórico, baseado no positivismo, e maximizando o ensino das práticas militares. Logo, não é por acaso que os diversos ministros da Guerra, desde o primeiro governo civil republicano, tinham a reforma do ensino militar como prioritária para seus projetos de reorganização da instituição. Mas, além de um novo ensino, outras questões deveriam ser consideradas para que os militares pudessem ser direcionados para

⁴⁶ O grupo que seguia a corrente republicana radical no Brasil se auto intitulou jacobina. Moraes (2005) ressalva que todos os jacobinos eram florianistas, mas nem todos os florianistas eram jacobinos. Já Penna (2002) questiona essa distinção feita por alguns estudiosos, a seu ver jacobinos e florianistas eram basicamente o mesmo grupo.

⁴⁷ McCann (2007) observa que as ações de Floriano após as revoltas provocaram discordâncias entre os republicanos, principalmente seu posicionamento de decretar lei marcial e prender supostos inimigos, de impor censura à imprensa e ao telégrafo, de controlar deslocamentos internos através de passaportes especiais e suspender as eleições para o Congresso previstas para novembro de 1893. Na visão do brasilianista, o governo de Floriano se transformou em uma ditadura a partir da eclosão das revoltas Federalista e da Armada.

⁴⁸ Carvalho (1997) relata que muitas vezes a ação dos jacobinos desviava para ataques contra a comunidade lusitana, pois na perspectiva dos jacobinos, eram monarquistas.

a profissionalização: modernização da sua estrutura da instituição, armamentos adequados à época e expansão do efetivo. Como desde o Império o Exército recebia poucos recursos e não podia investir na prática militar que demandava custos elevados, não é surpreendente que o ensino mais teórico tivesse alcançado êxito.

Nos anos de 1880 e 1890, o positivismo se consolidou na Escola Militar da Praia Vermelha e constituiu a base do novo regulamento para a educação militar do Exército proposto por Constant em 1890, quando passou a liderar, por poucos meses devido ao seu desentendimento com o presidente Deodoro, o Ministério da Guerra⁴⁹. Com o Decreto nº330, Constant divulgou o novo regulamento que deveria reorganizar o ensino militar, tornando-o adequado aos novos tempos. Neste seria imprescindível dotar o soldado de uma educação mais científica e também humanista, conscientizadora de seu papel como “cidadão armado”.

O “cidadão armado” deveria ter ensino integral, baseado em disciplinas que conduzissem o espírito humano em seu desenvolvimento (iniciando na matemática e terminando na sociologia e moral) e propiciassem ao soldado brasileiro a sua atualização sobre as evoluções na arte da guerra, sem, no entanto, tirá-lo dos seus deveres como cidadão da pátria⁵⁰. Isso posto, cabe dizer que a intenção de Constant era educar o soldado do Exército para também ter um papel político, isto é, deveria possuir os conhecimentos específicos a sua profissão, contudo não poderia se eximir de participar da vida pública, de expressar suas convicções, seria um “cidadão-armado”.

Com o desempenho “pouco profissional” do Exército no sertão baiano para debelar a Guerra de Canudos (1896-1897), a responsabilidade pelo insucesso prontamente recaiu sobre o ensino positivista que seus críticos diziam educar escritores, burocratas, políticos ou bacharéis (CARVALHO, 2006), mas não militares competentes (McCANN, 2007). Mais um passo era dado para que os militares se distanciassem da política, da ideia do “cidadão armado” de Constant, dos ideais republicanos e liberais dos florianistas, e se preocupassem exclusivamente com as práticas militares.

Nesse contexto, o ministro da Guerra entre os anos de 1898 a 1902, no governo de Campos Sales, marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, propôs uma nova reforma para

⁴⁹ No ano de 1889, o Império havia estabelecido diretrizes para um novo ensino militar através do Decreto nº10.203. É interessante observar que o regulamento de 1889 previa a inclusão, em todos os cursos do ensino prático, de exercícios e pequenas ações de guerra, levando em consideração os acidentes de terreno. Uma proposta de traço germânico, já que tais ações eram resultados das manobras alemãs na Guerra Franco-Prussiana (TREVISAN, 2011).

⁵⁰ Trevisan (2011) levanta a perspectiva de que o positivismo obteve êxito dentro das instituições educacionais do Exército por ter encontrado uma herança histórica que privilegiava a presença da engenharia e da matemática nos currículos escolares desde o período colonial. Assim, o “oficial doutor” se transveste com o positivismo e produz o “oficial científico”.

o ensino militar, disposta no Regulamento de 1898. Nos quatros anos que permaneceu no cargo, Mallet interveio contra o ensino teórico, sendo o responsável pela criação das Escolas Preparatórias e de Tática, uma no Rio de Janeiro e outra no Rio Grande do Sul, com objetivo de “ministrar exclusivamente instrução prática ao futuro oficial” (TREVISAN, 2011, p. 109)⁵¹. Os cortes de despesa realizados no governo de Campos Sales impediram ações que pudessem desestruturar o predomínio de uma instrução teórica e avançar nos princípios profissionalizantes. Isto é, os atos de Mallet não obtiveram êxito imediato, mas proporcionaram as diretrizes pelas quais os próximos ministros se guiariam: consolidar o ensino profissionalizante e deter o entusiasmo com o ensino teórico.

O sucessor de Mallet, Francisco de Paula Argolo, ministro da Guerra entre os anos de 1902 a 1906, no governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves, concentrou sua atenção e trabalho na educação militar, pois a seu ver, o sistema educacional militar brasileiro era inábil em metamorfosear civis em oficiais. Cabe destacar que nesse interim, mais precisamente no ano de 1904, a revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, demonstrou que o temido envolvimento dos militares na política ainda era um fenômeno possível. Visando coibir esse tipo de ação, além do encerramento das atividades na Escola ainda em 1904, no ano de 1905, uma nova reforma investiu na fundação de novas instituições e redistribuição de cursos, resultando na descentralização da educação militar, antes restrita à capital, e alcançando o intento de distanciar os militares dos turbulentos protestos políticos do Rio de Janeiro (MARCUSO, 2012). Com o Regulamento de 1905 o ensino das práticas militares deu um impulso e incentivou a concepção de um novo tipo de soldado: o profissional, o técnico, o apolítico (TREVISAN, 2011)⁵². Como consequência dessa reforma, o Exército passaria a requisitar mais capacitação técnica-militar de seus quadros, concedendo aos oficiais a possibilidade de buscá-las no exterior.

Com o Ministério da Guerra sob o comando do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, entre os anos de 1906 a 1909, no governo de Afonso Augusto Moreira Pena, a ideia de profissionalização e modernização do Exército obtém mais expressividade. Hermes da Fonseca buscou modernizar a estrutura da instituição por meio da lei do sorteio militar e da realização

⁵¹ Além da criação das Escolas Preparatórias e de Tática, o projeto de Mallet previa: “mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo, executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais” (McCANN, 2007, p. 107).

⁵² No Relatório do Ministro da Guerra do ano de 1904, o general Argolo demonstra preocupação com o ensino militar e com o constante envolvimento dos militares na política. A seu ver, para torná-los ‘inteiramente estranho as lutas partidárias’ era necessária uma educação militar que promovesse uma ‘transformação moral e intelectual do indivíduo sob pena de ficarmos com soldados caracterizados unicamente pelo uniforme que vestem (apud MARCUSO, 2012, p. 58).

de manobras militares, contudo, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, sob a concepção de que o Brasil só poderia projetar sua importância entre os países internacionais se tivesse uma Força Armada eficaz (TREVISAN, 2011), promoveu a ação de maior impacto no treinamento de oficiais e também na direção da profissionalização: o envio de jovens para capacitação no Exército alemão (CARVALHO, 2006).

1.1 O profissionalismo militar: o treinamento de militares brasileiros junto ao Exército alemão

No processo de profissionalização transcorreu um processo essencial para o estudo de nosso tema: o primeiro contato de oficiais brasileiros com alemães para tratar de uma possível instrução militar, no ano de 1906, quando jovens militares brasileiros viajaram para a Alemanha para observar e aprender com aquele Exército que, desde a vitória sobre a França em 1870, era tido como o mais poderoso do mundo. De 1908 a 1909, um segundo grupo de oficiais embarcou para servir nos regimentos alemães e essa excursão estreitou ainda mais a relação entre os dois países, sendo que um contrato se firmou entre a Krupp e o governo brasileiro para que aquela fosse a fornecedora de artilharia do país. Já em 1910, um terceiro grupo brasileiro composto de dezesseis oficiais chegou à Alemanha – conhecido posteriormente como os Jovens Turcos – constituindo os fundadores da revista *A Defesa Nacional*⁵³. Cada uma das três turmas enviadas à Alemanha permaneceu dois anos em treinamento (CARVALHO, 2006).

Os relatórios produzidos pelos Ministros da Guerra – Francisco de Paula Argolo (1904) e Hermes da Fonseca (1908) – e os relatos memorialistas, *Memórias de um Soldado Legalista* (1961), de um dos Jovens Turcos, Leitão de Carvalho, tornaram possível elaborar as tabelas abaixo relacionando os nomes e as patentes dos militares enviados para instrução militar no Exército alemão entre os anos de 1906 a 1912. Como mostrado nas Tabelas 1, 2 e 3, a maior parte dos oficiais-estagiários conduzidos à Alemanha pelo Ministério da Guerra eram de baixa patente, mais especificamente, tenentes.

⁵³ “Turcos” fazia alusão aos jovens oficiais do Exército turco, os quais sob inspiração direta da doutrina prussiana, constituíram um grupo para reorganizar o Exército da Turquia (LUNA, 2011). É importante observar que inicialmente os jovens oficiais brasileiros eram designados pejorativamente de “jovens turcos”, contudo, com o passar do tempo a designação se transformou em um símbolo importante na campanha de modernização do Exército brasileiro (MORAES, 2004). Também é importante destacar que nem todos os militares que eram considerados Jovens Turcos haviam estagiado na Alemanha. Quatro deles (de um total de doze) eram apenas entusiastas das causas levantadas pelos ex-estagiários, como será melhor explicitado no decorrer do texto.

Tabela 1 – Oficiais enviados para estágio no Exército alemão entre os anos de 1906-1908.

Oficial	Patente
Bento Marinho Alves	2º Tenente
Cassiano da Silveira Mello Mattos	1º Tenente
Constantino Deschamps Cavalcante	Tenente
Emílio Sarmiento	Capitão
Estellita Augusto Werner	Tenente
Manoel Bougard de Castro e Silva	2º Tenente

Tabela 2 – Oficiais enviados para estágio no Exército alemão entre os anos de 1908-1910.

Oficial	Patente
Alexandre Galvão Bueno	1º Tenente
Amaro Azambuja Vila Nova	2º Tenente
Antônio Borba de Moura	2º Tenente
Augusto da Silva Mendes	2º Tenente
Ignacio de Alencastro Guimarães Junior	2º Tenente
Leopoldo Itacoatiara de Senna	1º Tenente
Manoel Joaquim Pena	2º Tenente
Mario Hermes da Fonseca	2º Tenente
Pedro Carlos da Fonseca	2º Tenente

Tabela 3 – Oficiais enviados para estágio no Exército alemão entre os anos de 1910-1912.

Oficial	Patente
Arnaldo Brandão	1º Tenente
Bertoldo Klinger	1º Tenente
César Augusto Parga Rodrigues	1º Tenente
Eduardo Cavalcanti de Albuquerque Sá	1º Tenente

Epaminondas de Lima e Silva	1º Tenente
Estevão Leitão de Carvalho	2º Tenente
Evaristo Marques da Silva	2º Tenente
Euclides de Oliveira Figueiredo	2º Tenente
Francisco Jorge Pinheiro	Capitão
Joaquim de Souza Reis Netto	2º Tenente
Jerônimo Furtado de Nascimento	2º Tenente
José Antônio Coelho	1º Tenente
José Bento Thomaz Gonçalves	2º Tenente
José Carlos Vital Filho	Capitão
José Pinheiro de Ulhôa Cintra	1º Tenente
Luís Furtado	Capitão

Nesse interim, o marechal Hermes da Fonseca deixa o Ministério da Guerra e é eleito presidente da República, entre os anos de 1910 a 1914. Com a ascensão do marechal ao poder e a ruptura do ciclo das oligarquias paulista e mineira no Executivo Federal é possível observar não só a incipiente distinção entre as oligarquias regionais agrárias e a gênese de novos grupos advindos do avanço da urbanização, mas também o início da luta contra o poder estabelecido (VIVIANI, 2009). Oligarcas dissidentes, liderados pelo setor gaúcho, estabeleceram uma relação com os militares, uma “aliança” com interesses divergentes, mas que possibilitou a candidatura de Hermes à presidência⁵⁴. Contudo, como já discutido anteriormente, o domínio agroexportador obstaculizava a participação política de outros grupos sociais e isso ainda seria tendência até os anos finais da década de 20. Como as oligarquias dissidentes e os setores

⁵⁴ Moraes (2005) discorre sobre a divergência entre os interesses dos oligarcas dissidentes e os militares: “O objetivo do Exército, ou, mais exatamente, da oficialidade politicamente ativa era voltar a ter peso na vida pública, contrabalançando a esmagadora preponderância que os latifúndios exerciam em todas as suas esferas, do mais atrasado município às mais altas instâncias do poder do Estado. Nessa medida, o *hermismo*, entendendo-se por esta designação menos o marechal dos que os militares que haviam feito de sua candidatura o trampolim para voltarem a mergulhar na política, comportava aspirações contraditórias às das dissidências oligárquicas, interessadas exclusivamente em modificar, ampliando-o e deslocando o centro de equilíbrio, o consenso hegemônico dos donos de terra (MORAES, 2005, p. 147).

urbanos ainda não tinham mecanismos para romper com esse sistema, a volta dos militares ao poder não alterou as relações de força. Ainda é preciso destacar que por mais que Hermes da Fonseca como ministro da Guerra tenha se preocupado com a profissionalização da Força Terrestre, seu governo teve marcas do ativismo político dos militares, por exemplo, a política das salvação⁵⁵.

Voltando ao ponto que aqui mais nos interessa, os oficiais brasileiros enviados para a Alemanha conheceram um tipo de Exército, com intensa noção de hierarquia, disciplina e com sólida prática militar, elementos que o governo buscava implementar no Exército brasileiro para conter o ativismo político dos militares. Na volta da última turma para o Brasil, no ano de 1912, discutia-se entre os oficiais-estagiários a melhor forma de se aproveitar esse aprendizado e repassá-los para os militares brasileiros. Uma das primeiras decisões foi pela tradução para o português dos principais exercícios e regulamentos alemães, com intuito de oferecê-los ao Estado-Maior do Exército, para que pudessem transmitir e ensaiar as tropas brasileiras (TREVISAN, 2011). O estabelecimento de um padrão militar prussiano seria a “patriótica obsessão” dos Jovens Turcos, como relatou Leitão de Carvalho em *Memórias de um Soldado Legalista* (CARVALHO, 1961, p. 123).

Uma das formas de também disseminar o conhecimento adquirido junto ao Exército alemão era publicá-los em periódicos. Basicamente publicavam em jornais da época, não especializado na arte militar. No entanto, era cogitado pelos estagiários e seus aliados a criação de um periódico onde as doutrinas do Exército alemão pudessem ser divulgadas para seu público-alvo: os militares do Exército brasileiro. Nesse contexto, ainda em 1913, lançam a revista *A Defesa Nacional*. Mário Clementino de Carvalho, um dos entusiastas à causa dos Turcos, propôs o título da revista, já o seu formato, inspirado no periódico alemão *Militär Wochenblatt*, proveio de um dos ex-estagiários do Exército alemão e um dos mais envolvidos com a disseminação das técnicas militares alemãs no Brasil, Bertoldo Klinger (LUNA, 2011).

Os responsáveis pela fundação da revista foram doze oficiais reformadores do Exército. Oito dos fundadores da revista foram aqueles ex-estagiários do Exército alemão: Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Amaro de Azambuja Vila Nova e Francisco Jorge Pinheiro. Os outros quatro militares eram entusiastas da causa (reforma do Exército) propagada pelos *Turcos*: Brasília Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeo Cavalcanti

⁵⁵ “Política das salvação⁵⁵” é como ficou designado a participação dos militares nas intervenções federais nos estados que passavam por sucessões governamentais entre os anos de 1911 e 1912. As “salvação⁵⁵” diziam ter como objetivo a renovação da política brasileira através da deposição de governos ligados aos setores oligárquicos.

de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho. Além de *A Defesa Nacional*, os Cavaleiros da Ideia⁵⁶, publicaram artigos em outras revistas militares e também em jornais: *Revista Militar* (1899), *Boletim do Estado-Maior do Exército* (1911) e no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) (McCANN, 2007)⁵⁷.

A Defesa Nacional trazia o conhecimento técnico adquirido pelos oficiais na Alemanha, além disso, traduziam os regulamentos do Exército alemão, propagavam o seu sistema de treinamento, seus métodos e suas tradições. Nas suas páginas era comum encontrar a publicação de matérias que exaltavam o Exército prussiano e as batalhas que tinha travado. Inclusive eram corriqueiras as menções a escritores e militares alemães renomados, tais como: Frederico, o Grande, Gerhard von Scharnhorst, August Neidhardt von Gneisenau e Moltke. Não menos importante era a publicação de artigos em prol à vinda de uma missão militar de instrução, para que pudesse reestruturar o Exército. Dentre os autores alemães constantemente citado no periódico estava Carl von Clausewitz.

Como uma revista dedicada ao processo de profissionalização do Exército, *A Defesa Nacional* era uma revista mais técnica. No entanto, não se considera o periódico, como menciona Carvalho (2006), exclusivamente técnico. Diversos editoriais entre os anos de 1913 a 1919 d’*Defesa Nacional* tratavam sobre temas sociais, políticos e econômicos. Destarte, consideramos a perspectiva de que os *Turcos* buscavam o distanciamento da política partidária, pois esta poderia provocar a quebra de hierarquia e disciplina na corporação, mas não se isentavam de participar da política que deliberaria sobre o progresso da Nação. Contudo, a atuação dos Jovens Turcos e seu envolvimento com a política não é uníssona entre os intelectuais dedicados ao tema das Forças Armadas.

Carvalho (2006) indica a tendência de dois tipos de ideologia entre os Jovens Turcos. Considerando a atuação do general Leitão de Carvalho, Carvalho (2006) propõe a ideologia da “não intervenção”, ou do “soldado-profissional”, pois sobressaía a temática da profissionalização do Exército e questões políticas eram mais limitadas. Na outra direção,

⁵⁶ Cavaleiros da Ideia, assim se autodenominavam os *Turcos* (CARVALHO, 2006). Eis a explicação da denominação, dada pelos Jovens Turcos, no primeiro editorial de *A Defesa Nacional*: “Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurrectos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo – mas um bando de Cavaleiros da Ideia, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para contundir, mas para convencer. Foi com estas ideias que resolvemos fundar esta revista. Nela exerceremos necessariamente o direito de crítica: - as ideias, não aos indivíduos” (*A Defesa Nacional* n°1,1913, p. 3).

⁵⁷ Estevão Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger e Mário Clementino de Carvalho, podem ser considerados os três grandes mentores d’*A Defesa Nacional*. Eles desejavam propagar os ideais reformistas além dos limites do Rio de Janeiro e concluíram que a melhor forma de alcançarem o intento seria através da fundação de uma revista, que não tivesse cunho oficial, que seria mantida por seus fundadores e, posteriormente, assinantes, o que proporcionaria aos seus escritores uma considerável liberdade de expressão (LUNA, 2011).

Carvalho (2006) nota uma vertente dentro dos Jovens Turcos que se posicionava favoravelmente a participação dos militares na vida nacional e a possibilidade de intervenção política, com proeminência para o general Bertholdo Klinger, promovendo a ideologia da “intervenção moderadora”, ou do “soldado-corporação”. Coelho (2000) critica a ideia do caráter apolítico dos Jovens Turcos, preocupados “exclusivamente” com a defesa externa. A seu ver, o grupo de jovens oficiais tinha um descompasso, uma desvinculação, com a “conjuntura societal”, pois indicavam ser plausível realizar “reformas ou aperfeiçoamentos” militares sem a alteração das “regras do jogo político” (COELHO, 2000, p. 95)⁵⁸. Moraes (2005) indica que a intervenção dos Jovens Turcos na política estava associada a ideia de que “a reforma do Exército tinha na reforma da nação o seu desdobramento lógico” (MORAES, 2005, p. 138).

Uma breve leitura do primeiro editorial do grupo nos faz considerar a percepção de Moraes (2005) como a mais pertinente⁵⁹. Os Turcos discutem o papel do Exército em uma Nação “nascente” como o Brasil, criticando os liberais por serem contra as “intervensões militares” na “evolução social dos povos”, evidenciam o “entrelaçamento” dos interesses militares aos interesses nacionais, a “função educativa e organizadora” da Força Terrestre sobre os cidadãos, do Exército como “escola” de “disciplina hierárquica”, “disciplina social”, “escola de trabalho, de sacrifício e de patriotismo”, uma instituição que seria decisiva no “desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades”.

Marcado pelas novas experiências trazidas pelos oficiais que haviam estagiado na Alemanha, o Exército elaborou um novo Regulamento para reformar o ensino militar. A nova reforma, do ano de 1913, atuou com ainda mais vigor do que as outras reformas (1898 e 1905) contra o ensino teórico. O conjunto de disciplinas que não adicionavam as práticas militares,

⁵⁸ Coelho (2000) ainda menciona um inconformismo dos Turcos com a “acomodação geral” que impedia o aperfeiçoamento do Exército e que os levava ao interesse único da defesa, o que na sua percepção ficava evidente através do seguinte trecho do editorial: “[...] Nós estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra dos dissidentes [...]” (Editorial A Defesa Nacional, 1913, p. 3). Mas, para Moraes (1997) a citação não só não corrobora com a concepção de Coelho (2000) de que a ideia básica do movimento era a defesa externa, como a passagem “progresso como fruto da dissidência” demonstra uma inspiração positivista que Coelho (2000) e também Carvalho (2006) deixaram de lado.

⁵⁹ Há ainda uma discussão sobre a autoria do primeiro editorial da revista *A Defesa Nacional*. Carvalho (2006) sugere que a autoria do texto seria de Bertoldo Klinger, devido a sua posição de liderança e as ideias que depois expressou serem compatíveis com o editorial. Estevão Leitão de Carvalho, um dos Jovens Turcos, escreveu em 1948, que a autoria do texto seria do tenente Mario Clementino de Carvalho. Moraes (2005) indica que o mais provável é que o texto tenha sido construído pelo grupo e não por um só indivíduo. Ao analisar o editorial é possível identificar a assinatura do tenente Mario Clementino ao final do texto. No entanto, logo abaixo da assinatura também consta o nome de todos os militares que formavam o “Grupo Fundador”: Estevão Leitão de Carvalho, Mario Clementino de Carvalho, Bertholdo Klinger, Francisco de Paula Cidade, Brasília Taborda, Epaminondas de Lima e Silva, Cesar Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompeo Cavalcanti de Albuquerque, Jorge Pinheiro, Amaro de Azambuja Villa Nova.

principalmente as matemáticas, tiveram seu tempo de duração nos cursos sumariamente diminuídos. Nesta reforma houve uma nova investida contra o currículo teórico e para que isso pudesse efetivamente funcionar, ou seja, para ter resultados mais concretos do que as outras reformas, a saída pensada pela instituição estava na vigilância sobre os conteúdos ministrados pelos professores das escolas militares, visando suprimir cada vez mais o ensino teórico e expandir o ensino profissionalizante (TREVISAN, 2011).

Mas, além da reforma do ensino militar, outras temáticas consideradas imprescindíveis pelos *Jovens Turcos* para a reforma do Exército brasileiro eram constantemente debatidas no periódico *A Defesa Nacional*: serviço militar obrigatório, que seria vital para a expansão física da instituição⁶⁰; necessidade da implantação da indústria siderúrgica, pois o país não estaria preparado para sua defesa externa se não tivesse meios de produzir seus próprios armamentos, visto que em tempos de guerra não se pode contar com nenhuma política de boa vizinhança para fornecimento de armas e derivados; mudança das condições socioeconômicas e políticas do Brasil, porque o Exército “ideal” era incompatível com o tipo de sociedade e sistema econômico vigente, logo, transformações deveriam ser empreendidas não só no Exército, mas no Brasil.

1.2 Sobre as reformas no ensino militar: as lições da I Guerra Mundial

O debate de tais questões, principalmente sobre o serviço militar obrigatório, teve destaque com a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918). Não obstante o Brasil estar passando por seu maior desafio militar após Canudos, a saber, a Guerra do Contestado (1912-1916), é a guerra que se desenvolvia na Europa que estabeleceria as transformações no Exército. Em editorial publicado na edição número 51, ano de 1917, o periódico *A Defesa Nacional* destaca como as maiores reformas na área militar, até aquela data, advieram em razão da I Guerra Mundial, apesar de estarem sendo elaboradas há anos no interior da instituição, “os grandes momentos de entusiasmo” é que proporcionaram as mudanças reclamadas por anos⁶¹. Os editores ressaltaram a importância da primeira lei do serviço militar realizada no ano anterior,

⁶⁰ Mesmo com a aprovação da lei do serviço militar obrigatório em 1908, o corte feito pelo Congresso com despesas militares fez com que se engavetasse a questão, pois o pequeno efetivo deveria ser preenchido com voluntários. A questão seria tratada, sobretudo, a partir da I Guerra Mundial.

⁶¹ É importante destacar que os Turcos não foram omissos face aos eventos da Guerra do Contestado. Diversos editoriais d’*A Defesa Nacional* abordavam o conflito, em um deles, edição número 13, escrito pelo general Caetano de Faria e publicado em outubro do ano de 1914, da revista *A Defesa Nacional* reconhece as condições deploráveis que o povo do Contestado enfrentava.

1916, por ter instituído um efetivo para o Exército até mesmo o final da guerra, uma das demandas centrais do Exército desde o Império.

Os planos de reforma (estruturais e teóricos) instigados pelos ex-estagiários do Exército alemão eram mais restritos, principalmente, ao “cotidiano dos quartéis” (TREVISAN, 2011, p. 133). Com os ensinamentos advindos da I Guerra Mundial era mais uma vez evidenciado o imperativo de se ter um ensino mais profissional e menos teórico. Nesse cenário, é por volta de 1918 que diversos editoriais da revista *A Defesa Nacional* passaram a destacar a necessidade de “novas reformas” no ensino militar, no entanto, reformas mais voltadas para a ação prática (MARCUSO, 2012)⁶². Com isso, a reforma de 1918, como a de 1905 e 1913, também combateu a preponderância da teoria sobre a prática.

Não obstante os insucessos militares da Alemanha, sua inspiração sobre o Exército não se dissipou imediatamente. Trevisan (2011) indica que a reforma de 1918, de inspiração alemã, não teve foco nas bases curriculares, suas principais transformações incidiriam sobre a “subordinação didática de todo o ensino militar ao Estado-Maior do Exército” e também sobre a “exigência de concurso para a função de instrução” (TREVISAN, 2011, p. 134-135). O concurso para instrutores, em novembro de 1918, teve ampla participação dos ex-estagiários do Exército alemão e seus discípulos mais próximos. Nesse contexto, tem origem a Missão Indígena, a primeira turma de instrutores concursados da Escola Militar, grupo que dominaria a instrução militar na Escola Militar do Realengo entre os anos de 1919 a 1922⁶³.

1.3 O processo de contratação de uma missão militar de instrução: a vinda dos franceses

Como abordado anteriormente, era comum encontrar nas páginas d’*A Defesa Nacional* artigos que indicassem a imprescindibilidade de contratação de uma missão militar de instrução para reformar o Exército brasileiro. Com o estágio dos oficiais brasileiros no Exército alemão entre os anos de 1905 a 1912, e a visita de Hermes da Fonseca à Alemanha quando liderava o Ministério da Guerra, em 1908, levava a um cenário de que uma missão alemã viria ao Brasil para reorganizar o Exército⁶⁴. No entanto, não só a Alemanha era considerada para estabelecer

⁶² Um dos editoriais d’*A Defesa Nacional*, edição de número 57, ano de 1918, que abordavam as reformas necessárias para o ensino militar criticavam a perda de tempo da instituição investindo em regulamentos que com “boa intenção” buscavam “tornar o ensino mais eficiente”, mas “sempre fica tudo aproximadamente no mesmo”. A saída, na visão dos Turcos, era estabelecer uma ação prática, “uma doutrina de execução” (Editorial *A Defesa Nacional*, 1918, p. 267-270).

⁶³ O nome da missão buscou caracterizá-la como brasileira, em vista da discussão sobre qual missão estrangeira contratar para reformar o Exército brasileiro.

⁶⁴ McCann (2007) alega que Hermes da Fonseca chegou a negociar a vinda de uma missão alemã para o Brasil, a qual até mesmo foi organizada pela Alemanha, mas a contratação não foi efetivada.

uma missão de instrução no Brasil, a França também tinha interesse em se responsabilizar pela reorganização do Exército brasileiro, notando que desde 1906, a França treinava a Força Pública de São Paulo, um sutil exército que demonstrava o poder da oligarquia paulista e representava a sua capacidade de resistir a qualquer tipo de intervenção do Executivo federal⁶⁵. Os políticos paulistas passaram a promover intensa campanha pela contratação da França, grupos de militares assumiram sua preferência pela Alemanha, gerando um entrave sobre a questão⁶⁶. Nessa conjuntura, em outubro de 1911, o Congresso votou sobre a vinda de uma missão militar de instrução para o Brasil, mas a proposta acabou engavetada e só veio a ser novamente discutida ao final da I Guerra Mundial.

Mesmo com a I Guerra Mundial e o posicionamento do Brasil contra a Alemanha, a presença das concepções militares prussianas ainda era forte entre um grupo do Exército, os Jovens Turcos e seus adeptos, e os levaria a lutar pela vinda de uma missão de instrução germânica. O prestígio do Exército alemão no Brasil pode ser explicado pelos resultados da guerra franco-prussiana, os quais tiveram profusa repercussão nos meios militares brasileiros. Como as reformas (administrativa e técnica) produzidas a partir de 1915 pelos Jovens Turcos e adeptos do padrão prussiano eram consideradas muito rígidas, outro grupo do Exército brasileiro, os oficiais “tarimbeiros”, passou a levantar a possibilidade de adoção de outros procedimentos militares estrangeiros, mas que não impusessem regras tão austeras, sobretudo em relação as estruturas hierárquicas e ao cotidiano dos quartéis⁶⁷. Com o rompimento da relação diplomática entre Brasil e Alemanha em 1917, e a proximidade entre Brasil e França a partir de 1916, a conjuntura passa a se transformar e tornar cada vez mais possível a vinda de uma missão militar francesa.

Um dos primeiros passos a ser adotado para a concretização de uma missão de instrução foi o convite para que oficiais brasileiros visitassem a França e conhecessem as práticas

⁶⁵ Mais do que apenas a instrução do Exército, a vinda de uma missão militar proporcionava acesso ao mercado para o fornecimento de armas (McCANN, 1985).

⁶⁶ O debate entre civis e militares que defendiam a vinda das missões de instrução estrangeira podia ser acompanhado através da imprensa escrita. Jornais, como por exemplo, *O Paiz*, publicava notas de militares e civis contrários a vinda de uma missão militar alemã e defendiam uma missão francesa que reestruturasse o Exército brasileiro.

⁶⁷ Trevisan (2011) parte da perspectiva de que os oficiais “científicos” e “tarimbeiros” passaram a buscar um modelo de Exército que modernizasse seus quadros desde a Guerra de Canudos. Os “científicos” deram o primeiro passo e se ancoraram no famoso “modelo prussiano”, realizando viagens de estágios para a Alemanha e retornando com diversos ideais de modernização e profissionalização. Os Jovens Turcos produziram diversas transformações no Exército e nos regulamentos educacionais, mas a rigorosidade de seus métodos e o medo de perda de privilégios por parte das “estruturas tradicionais do Exército” (TREVISAN, 2011, p. 177) levou a resistência aos “princípios prussianos”. Um novo modelo foi buscado pelos oficiais “combatentes” para enfrentar o “profissionalismo prussiano”, com a conjuntura de final da I Guerra Mundial e os “tradicionais vínculos com o mundo francês” (TREVISAN, 2011, p. 177), o caminho estava livre para a entrada de uma missão de instrução francesa.

militares do país, principalmente aquelas em voga na I Guerra Mundial. A Missão Aché, realizada no ano de 1918, entusiasmou os militares brasileiros e possibilitou cada vez mais a entrada da França no Exército brasileiro. O contrato para que a Missão Francesa iniciasse seus trabalhos no Brasil foi assinado em agosto de 1919, mas apenas em março de 1920 é que desembarcaram os primeiros oficiais franceses no Brasil, entre eles, o chefe da Missão, o general Gamelin, indicado pessoalmente por Ferdinand Foch, um dos leitores mais célebres e polêmicos de Clausewitz na França.

Mesmo com a vinda da Missão Francesa, os ideais de profissionalização e de transformação da sociedade pensada pelos Turcos, conduzidos pela Missão Indígena, permaneceram na principal institucional educacional do Exército, a Escola Militar do Realengo, até pelo menos a eclosão das revoltas tenentistas, nos anos 20.

Nas décadas de 1920 e 1930, os levantes tenentistas evidenciaram que os militares apesar de inculcados com a concepção do profissionalismo dos Jovens Turcos e da recém introduzida Missão Francesa, não se distanciaram do ativismo político⁶⁸. Mas, essa nova incursão dos militares na política teria uma dinâmica distinta das observadas anteriormente, principalmente pelo engajamento dos oficiais de baixa patente da instituição, fenômeno viabilizado pela conjuntura de contestação política e social, além da crise econômica, dos anos 20.

Nas eleições de 1921, uma nova questão militar, envolveu os militares na política. O episódio das “cartas falsas”, no qual o candidato à presidência Artur Bernardes hipoteticamente insultara o marechal Hermes da Fonseca (ex-ministro da Guerra, ex-presidente e, em 1921, presidente do Clube Militar), o candidato opositor da Reação Republicana, Nilo Peçanha, e também o Exército, exaltou os oficiais. No mais, Epiácio Pessoa, presidente na época, não era respeitado pelos militares, pois além de ter nomeado um civil para o Ministério da Guerra, recusou o pedido pelo aumento dos soldos. Com a prisão do marechal Hermes no episódio da intervenção em Pernambuco, teve início a insurreição dos militares, no dia 5 de julho de 1922 na Vila Militar, sendo rapidamente contida pelas tropas legalistas. Simultaneamente, houve o levante na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana, cuja invasão terminou no mesmo dia, com a marcha dos 18 do Forte (FORJAZ, 1977)⁶⁹. Assim, a subversão inicial dos tenentes partiu do estímulo corporativo, isto é, pela defesa da “honra militar” os tenentes e

⁶⁸ Não se pode deixar de recapitular que embora os Turcos lutassem pela profissionalização do Exército, o ideário do positivismo, do “cidadão-soldado”, era presente no grupo.

⁶⁹ A marcha pela Praia de Copacabana terminou com o fuzilamento de dezessete militares e um civil pelas tropas legalistas.

capitães, a baixa hierarquia do Exército, se levantou em armas contra o governo⁷⁰. Mas, por mais que uma questão militar, a defesa da “honra” da instituição, tenha caracterizado o levante de 1922, não se pode concluir que ficou restrito a tal ideal. Na percepção de Viviani (2009), a pauta sobre a moralidade e a “honra” da instituição se constituíram no “combustível para a subversão dos militares nesse cenário dos anos 20”, contudo, o tenentismo conceberia novas ideias “que seriam proporcionadas pela sua própria atuação e por sua interação com os desafios da modernidade nas décadas de 20 e 30” (VIVIANI, 2009, p. 83).

No ano de 1924, mais especificamente no dia 5 de julho, uma nova rebelião tenentista irrompeu em São Paulo e, posteriormente, em diversos estados do Brasil: Mato Grosso (12/07/1924), Sergipe (13/07/1924), Amazonas (23/07/1924), Pará (26/7/1924) e Rio Grande do Sul (29/10/1924).

O general Isidoro Dias Lopes e diversos oficiais, entre eles os capitães Joaquim e Juarez Távora e Newton Estillac Leal, tomaram o quartel do 4º Batalhão de Cavalaria na cidade de São Paulo no dia 5 de julho de 1924. Logo depois, juntaram-se ao major Miguel Costa e soldados da Força Pública e transformaram o quartel-general da polícia no posto de comando do general Isidoro. O Exército não tardou em responder ao levante na cidade de São Paulo. O general Eduardo Sócrates, nomeado pelo então ministro da Guerra Setembrino de Carvalho (1922-1926), para eliminar a revolta, ordenou que a artilharia começasse a bombardear São Paulo em meados de julho e, no dia 22 desse mesmo mês, aviões federais também passaram a bombardear a cidade. O general Isidoro e os tenentes compreendendo a dificuldade de resistência em São Paulo e, após não obterem um acordo com o governo para anistiar os rebeldes, resolveram empreender uma cuidadosa retirada no dia 27 de julho. Decididos a irem para o Mato Grosso encontraram a rota bloqueada, e depois de perder a batalha por Três Lagoas, desceram o rio até alcançarem a cidade de Foz do Iguaçu, sede do Estado-Maior Revolucionário, no início de outubro de 1924 (McCANN, 2007).

Com a derrota das tropas envolvidas na revolução do Rio Grande do Sul, apenas continuaram combatendo as tropas lideradas pelo capitão Luís Carlos Prestes. Nesse panorama,

⁷⁰ Não havia um consenso entre os militares sobre os limites de sua atuação na política nos anos 20. A alta oficialidade do Exército tendeu para uma aliança com as oligarquias dissidentes, no caso, Reação Republicana, com a intenção de levar um militar ao poder Executivo, mantendo uma linha de intervenção nos moldes praticados na eleição de 1910. Já a baixa oficialidade pensava na direção contrária, não via nos pactos políticos uma saída para os problemas sociais do país, ou para as adversidades internas do Exército. A saída estaria em um novo tipo de intervenção política. Não havia consenso entre a alta e baixa oficialidade sobre a atuação do Exército na política e muito menos sobre uma possível aliança com segmentos populares. A alta oficialidade aliada das oligarquias dissidentes, procurava por saídas que não promovessem uma revolução, e a inclusão de elementos populares poderia levar não só a quebra de hierarquia na instituição, mas a uma ruptura na ordem, fator não desejado por esses grupos. Assim, o levante tenentista veio dos jovens militares, da baixa hierarquia, sem a participação dos altos oficiais, os quais optaram por conservar lealdade ao governo Federal.

uma aliança entre as forças revolucionárias de São Paulo e daquelas lideradas por Prestes seria a alternativa para que os tenentes avançassem no seu intento. No mês de abril de 1925, é constituída a popular Coluna Miguel Costa-Prestes, ou Coluna Prestes. O maior objetivo político da Coluna era fazer a publicidade armada da revolução. Através de uma marcha por diversas regiões do Brasil, os tenentes planejavam difundir suas ideias políticas e impulsionar o surgimento de novos movimentos revolucionários que destruíssem progressivamente o regime oligárquico da época (FORJAZ, 1977).

Diversos estados do Brasil presenciaram a marcha da Coluna Prestes (Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) percorrendo mais de 25 mil quilômetros. Prestes contava com apoio de novas revoluções para fortalecer a Coluna, contudo elas não obtiveram êxito. Dentro desse contexto, depois da campanha da Bahia, quando a coluna lutou contra jagunços contratados pelos coronéis do sertão, o comando decidiu sair do país e se exilar na Bolívia. Moraes (1994) indica que a Coluna Prestes falhou politicamente, já que seu principal objetivo político era derrotar o governo oligárquico e promover uma limpeza na política brasileira. No entanto, militarmente a Coluna saiu vitoriosa, visto que não perdeu nenhum confronto contra as forças legalistas. Forjaz (1977) destaca que uma das dificuldades do Exército para vencer a Coluna estaria relacionada com o uso da tática militar de guerrilha.

O tenentismo não era mais exclusivamente um movimento corporativista de cunho militar que lutava contra Artur Bernardes pela honra da instituição em 1922. Além disso, durante a marcha da Coluna Prestes, o movimento se aproximou dos setores populares, principalmente aqueles das regiões periféricas pouco transformadas pelo desenvolvimento capitalista, dando aos tenentes a possibilidade de conhecer o “Brasil real” e elaborar um diagnóstico e um prognóstico sobre o país. No ano de 1924, a contrariedade dos tenentes com o sistema político que beneficiava exclusivamente os grupos agroexportadores era latente. Para “guiar” o povo para um melhor “caminho” propunham um programa político baseado em diversos pontos: ação contra à corrupção administrativa e a falcaturia eleitoral, representação política verdadeira, voto secreto, liberdade de pensamento e de imprensa, restrição dos encargos do Poder Executivo e recuperação do equilíbrio entre os três poderes, ampliação da autonomia do Judiciário, moralização do Poder Legislativo e centralização do Estado (FORJAZ, 1977).

Nos anos 30, os tenentes ainda estariam presentes na política nacional, contudo com novos traços e novas pautas. Antes de irmos a década de 30 com a nova ação dos tenentes e os eventos que levaram à queda da República Oligárquica, é essencial indicarmos as ações da Missão Militar Francesa no Exército brasileiro, com destaque para a reformulação do ensino

militar, treinamento das tropas, novas regras de promoção hierárquica valorizando a formação profissional dos oficiais, reorganização estrutural do Exército e discussão entre oficiais que se preparavam para assumir maiores responsabilidades corporativas sobre os problemas do desenvolvimento nacional (DOMINGOS NETO, 2007).

1.4 Missão Militar Francesa: os avanços na profissionalização, modernização e a intervenção política

Os acordos para o contrato da Missão Francesa tiveram início em Paris no final de 1918, entre o então adido militar brasileiro na França, coronel Malan d'Angrogne (1916-1919), e o então ministro da Guerra da França, Georges Clemenceau (1917-1920). Ao mesmo tempo, o chefe empossado para a Missão, general Maurice Gamelin, veio ao Brasil com a incumbência de reconhecer o futuro campo de atuação dos militares franceses⁷¹. O contrato foi assinado poucos meses depois, primeiramente na França e, logo depois, no Brasil. Nos termos do contrato estava previsto que os oficiais franceses comandariam durante quatro anos as escolas de Estado-Maior (EME), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência e de Veterinária, com possibilidade de rescisão individual no período de dois anos, ou de renovação (BASTOS FILHO, 1994)⁷². Com a Missão Militar Francesa, o sistema de ensino do Exército passou a ser prioridade e adquiriu novos contornos: reelaboração da instrução na Escola do Realengo, após 1922, e organização de cursos de revisão na Escola de Estado-Maior, em 1919, para assimilar os altos oficiais ao novo sistema ou eliminá-los (McCANN, 2007)⁷³.

Mas, para além da instrução, é necessário conjecturar sobre o interesse das grandes potências em reestruturar o Exército brasileiro. No mesmo período, isto é, nos anos 20, diversos

⁷¹ Malan (1988) pontua que os atos oficiais para a contratação de uma missão estrangeira emergiram no início de 1919. O primeiro passo foi o Decreto Legislativo nº3.674 de 7 de janeiro, o qual fixava a despesa geral da República para aquele ano e, em seu artigo 54, estabelecia:

“O Governo é autorizado:

....

c) – a contratar uma missão de oficiais estrangeiros para instrução do Exército, devendo o respectivo Chefe servir junto ao Estado-Maior como assistente técnico; e abrir o crédito necessário para a execução desse serviço, de acordo com a regulamentação que expedir” (MALAN, 1988, p. 55). A nacionalidade da missão ainda não era definida no Decreto, apesar de nos bastidores da política a escolha da França já ser praticamente certa. A nacionalidade da missão finalmente foi exposta em 28 de maio de 1919, quando no Decreto nº3.741 lê-se: “autoriza o governo a contratar na França, uma Missão Militar para fins de instrução do Exército” (MALAN, 1988, p. 56).

⁷² A EsAO foi criada pelos franceses em 1920 e também seria comandada por eles.

⁷³ Os oficiais franceses convidaram o jovem turco, naquela época capitão, Joaquim Souza Reis Netto, o qual havia treinado com um regimento de infantaria alemão em Hanôver em 1910-1912 e ajudara a publicar *A Defesa Nacional*, para o cargo de assistente do comandante, coronel Albert Barat. Com tal atitude os franceses buscavam não só ter um intermediário respeitado pelos brasileiros, mas também demonstrar que não planejavam substituir tudo (ou todos) que tivesse relação com os alemães.

outros países latino-americanos recebiam missões de instrução militar, proporcionando uma onda de modernização de diversos exércitos latino-americanos⁷⁴. Mais do que presença militar e venda de armas, o estabelecimento de missões era parte de um jogo político das potências para garantir mercado para suas indústrias (DOMINGOS NETO, 1991). Como naquela época, sobretudo após a I Guerra Mundial, era imprescindível a modernização do Exército brasileiro, oposições a vinda de uma missão militar perderam intensidade e o contrato com a França pode ser concretizado através da aprovação de uma lei, pelo Congresso Nacional, autorizando o Executivo federal a empreender “negociações com o governo francês no sentido de contratar uma grande missão para organizar eficientemente o Exército” (BASTOS FILHO, 1994, p. 13)⁷⁵.

Outros aspectos conjunturais externos contribuíram para a nomeação da França como país instrutor do Exército brasileiro: limitação do desenvolvimento do Exército alemão imposto pelo Tratado de Versalhes; experiência da França com missões de compra e venda de material bélico desde 1917; fato do Brasil ter declarado guerra à Alemanha, mesmo que não tenha enviado tropas para os campos de batalha e, além disso, a França, após a conclusão da I Guerra Mundial, ter alcançado *status* de primeira potência militar, o que indubitavelmente concedeu prestígio ao seu Exército.

Mesmo que os Jovens Turcos ainda permanecessem na Escola Militar do Realengo através da Missão Indígena, pelo menos até 1922, sua publicação mais célebre, *A Defesa Nacional*, passa a publicar artigos positivos em relação ao Exército e a indústria bélica francesa

⁷⁴ O Peru foi um dos primeiros países a receber uma Missão Francesa, entre os anos de 1897 e 1912. A Alemanha tinha missões de instrução na Argentina e no Chile em períodos análogos (ARAÚJO, 2015).

⁷⁵ Domingos Neto (1991) discorre sobre as duas tendências entre os oficiais brasileiros acerca da vinda de missões estrangeiras: os “antimissionistas” (termo usado por oficiais franceses nos seus relatórios sobre o Exército brasileiro) e os ativistas. Os antimissionistas, a partir de sua instrução profissional, eram subdivididos em dois grupos: “tarimbeiros” e “doutores”. Os “tarimbeiros” (ou “tropicistas”) eram aqueles oficiais que não frequentaram a Escola Militar da Praia Vermelha e a oposição a vinda de uma missão era nítida, “para suas carreiras, a valorização da formação técnica só podia ser catastrófica” (DOMINGOS NETO, 1991, p. 54). Já os “doutores” eram os oficiais que ocupavam os postos mais importantes da hierarquia, aqueles que haviam estudado na Escola da Praia Vermelha e que haviam adquirido uma educação mais erudita e menos voltada para as técnicas militares. Dentre os “doutores” era possível encontrar quem concordasse com a ideia de contratar instrutores estrangeiros, citamos: Hermes da Fonseca, Caetano de Faria, Cardoso de Aguiar e Tasso Fragoso. Independentemente de sua instrução, duas características uniam os “tarimbeiros” e os “doutores”: “temiam que o ensino de novas técnicas de combate tornasse suas gloriosas experiências algo ultrapassado e sem valor” e, além disso, também pesava suas promoções alcançadas por apadrinhamentos políticos: “[...] nomeados para os principais postos de comando devido às boas relações mantidas com os civis no poder, esses oficiais não admitiam ser preteridos por portadores de diplomas técnicos” (DOMINGOS NETO, 1991, p. 55-56). Muitos deles com o passar dos tempos se posicionaram em prol da vinda de missões estrangeiras de pequeno porte que não gerassem súbitas transformações, mesmo diante dos eventos ocorridos durante a I Guerra Mundial. Já os entusiastas da presença de uma missão de instrução eram aqueles oficiais formados a partir de 1905 pela Escola Militar do Rio Grande do Sul e pela Escola de Realengo, no Rio de Janeiro, que substituíram a Escola Militar da Praia Vermelha. Nessas escolas houve uma instrução menos literal e mais técnica, já baseada nos modernos métodos europeus e nas reformas militares que ocorriam desde 1913. Na visão dessa geração os problemas da organização militar seriam resolvidos a partir da vinda de instrutores estrangeiros. Além do mais, a probabilidade de ascensão profissional desses oficiais estava atrelada a alterações nas regras de promoção e ao afastamento dos velhos chefes.

ainda no ano de 1919. No entanto, pouco antes do estabelecimento da MMF no país, ainda era possível encontrar oposição a vinda da Missão nas páginas da ADN.

Mário Travassos, então tenente do Exército brasileiro, escreveu “A Missão”, no dia 10 de janeiro de 1919, na edição de número 64, um dos primeiros artigos a tratar sobre a MMF n’ *A Defesa Nacional*. Notamos decepção por não virem os alemães, contrariedade pela escolha da França, críticas aos políticos que intervinham diretamente na questão e um pedido pela restrição da atuação da MMF na Força Terrestre. Mesmo diante de críticas, Travassos parece consentir com a presença francesa:

[...] Lastimemos, todavia, que não possam vir até nós os nossos mestres. Essa impossibilidade dá o que pensar a respeito da vinda de uma missão militar. Serão dez anos de doutrina *ainda válida, talvez*, a serem destruídos. Serão dez gerações de reservistas que desprezando um material terão que se afeiçoar a outro. Será a quase inutilidade de se ter enviado oficiais a Europa em outros tempos [...]

[...] Mas a vir da França a missão que os homens públicos acham indispensável, para que cumpram com seus deveres é mister impor-lhes cláusulas para que não venha fazer de macaco em loja de louça.

Se se atravancar a nossa ordem de batalha com as extravagantes formações que a guerra europeia exigiu dos contendores, mais tarde, com todas essas extravagâncias seremos corridos a cabo de vassoura pelas divisões manobreiras das cochilas do sul. Se se intentar uma nova regulamentação das armas e serviços quebrando a doutrina, já aceita pelo nosso quadro de oficiais, se fomentará a desordem e o descrédito. Só espartilhada em rigorosas e inteligentes cláusulas poderá dar resultado uma missão francesa para o nosso Exército. Mas que venha a missão francesa. Seja esse o último sacrifício.

O que se precisa é de um ferrão para que se vote o que se necessita e não se dê pistolão a oficiais sem escrúpulos que vivem pedinchando pelos bastidores do congresso e das secretarias. O que se precisa é substituir a incapacidade nacional pela capacidade estrangeira. Que venha uma missão militar para o Brasil (TRAVASSOS, 1919, p. 119).

Mais tarde, no editorial intitulado “A Missão Militar Estrangeira. Bem-vinda Seja”, publicado no dia de 10 de abril de 1919, na edição de número 67, observamos outro tipo de posicionamento. No parecer oficial da revista, não percebemos mais contrariedade pela vinda da MMF, a preocupação é em organizar, modernizar e profissionalizar o Exército, objetivos que poderiam ser alcançados com o auxílio dos franceses. Notaremos também crítica aos governantes que, na visão dos editores do periódico, pareciam indiferentes aos contextos pertinentes a defesa do país. O excerto é extenso, mas supomos que tenha importância para compreendermos a conjuntura analisada:

Em outras ocasiões, quando se falou em missão militar estrangeira para o exército, grande foi a discussão em torno desse assunto. Nem mesmo dentre os partidários da missão havia um perfeito acordo. Uns pensavam que devíamos ter uma pequena missão de instrutores e se revoltavam contra a hipótese da missão completa, tendo por fim tratar da nossa organização e instrução; outros desejavam-na a maior possível, com poderes ilimitados para organizar, instruir e até mesmo *comandar*.

Hoje, apesar dos nossos incontestáveis progressos, é tamanho o desejo de completar a nossa defesa, está tão arraigada a convicção de que precisamos de um auxílio estrangeiro para sairmos de vez das dificuldades que nos entavam, que todos confiam e se satisfazem com qualquer solução. Precisamos quem nos ensine ou nos permita realizar os meios de aprender; precisamos qualquer coisa que nos leve para a frente na estrada em que palmilhamos até agora com tantos sacrifícios.

Formulemos um **plano geral** para a organização de nossa defesa militar e nele persistamos até sua completa execução; **respeitemos os poderes constituídos** e respeitemo-lo nós, cheios de confiança nos seus resultados, pois mesmo imperfeito será melhor completamente executado do que as partes diversas dos mais perfeitos planos abandonados em meio de sua execução.

Desde que a missão nos venha auxiliar nesse sentido, extirpando os erros que não podemos evitar e melhorando com a imparcialidade de técnicos, tudo o que já conseguimos produzir:

Bem-vinda seja! (A Defesa Nacional, 1919, p. 227-228).

Do ano de 1913 até 1918, era comum localizarmos n' *A Defesa Nacional* artigos traduzidos do alemão com as técnicas e teoria utilizadas pelo Exército da Alemanha. Com a instituição da MMF, a partir de 1919, temos uma redução expressiva nos textos procedentes da Alemanha e uma expansão considerável dos artigos provenientes da França. Ou seja, é possível notar o gradual interesse da *A Defesa Nacional* em publicar artigos que tratassem sobre as técnicas praticadas pelo Exército da França, a organização de seu Estado-Maior e de seu Ministério da Guerra, sua indústria bélica e seus armamentos e as teorias que adotavam. Conferências e aulas ministradas pelos instrutores franceses em seus cursos nas instituições de ensino do Exército também eram veiculadas na ADN, o objetivo era disseminar os ensinamentos adquiridos por todo o Brasil. Várias entrevistas cedidas a jornais pelo primeiro chefe da MMF, general Gamelin, eram igualmente divulgadas na revista. Francisco de Paula Cidade, um dos Jovens Turcos, abordou a “adaptação” d'*A Defesa Nacional* para transmitir os ideais franceses:

Com a chegada ao Brasil da Missão Militar Francesa, trazendo-nos uma doutrina diferente da alemã, porém não tão diferente como se afigura a muita gente, *A Defesa* adaptou-se à nova ordem de coisas e tornou-se um porta-voz autorizado de nossa Escola de Estado-Maior, centro de onde irradiavam a partir daí os ensinamentos básicos de nossa doutrina de guerra. Durante uns 20 anos nela encontraram os estudiosos militares de todos os recantos do Brasil os recursos que lhe permitiriam acompanhar com proveito os progressos da arte da guerra (PAULA CIDADE, 1998, p. 423).

Mesmo com a publicação de vários textos técnicos, com o intuito de reorganizar, profissionalizar e modernizar a Força Terrestre, *A Defesa Nacional* não deixou de divulgar textos abordando questões sobre a política nacional: eram inúmeros os artigos tratando sobre eleições, crise econômica e problemas na educação que levava a altos índices de analfabetismo. Isto é, a revista não se distancia daquilo que viam como uma das funções do Exército: “corrigir

as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuada das sociedades que se formam” (Editorial *A Defesa Nacional*, 1913, p. 2).

Com as revoltas tenentistas no ano de 1922, o Alto Comando do Exército passou a elaborar procedimentos para novamente distanciar os militares da política, sobretudo aqueles que estavam sob a instrução da Missão Indígena, na Escola Militar do Realengo, um dos principais núcleos do primeiro ciclo de revoltas. Nessa conjuntura, o diretor de Estudo da Escola de Estado-Maior, o tenente-coronel Maurice DeRougemont, da MMF, publicou o artigo “O Papel do Oficial numa Democracia Moderna”, no dia 7 de setembro de 1922, no número 108 *d’A Defesa Nacional*, edição comemorativa do centenário da Independência brasileira.⁷⁶ O oficial do Exército também deveria ter vocação para sua profissão, sendo importante possuir elementos como: “um vivo interesse pelas questões militares, gosto pelo comando e pelas responsabilidades, um sentido agudo da psicologia do homem e natural repugnância pelas coisas que não são limpas e sérias” (DEROUGEMONT, 1922, p. 359). Desempenhar adequadamente o papel do oficial na concepção das democracias modernas envolvia o seu distanciamento da política:

Esta concepção do papel do oficial exclui, naturalmente, sua intervenção, direta ou indireta, na política do país. Tal abstenção, voluntária ou, se preciso, imposta pelo governo, é essencial ao bom funcionamento de uma Democracia Moderna. Sem ela, o mecanismo da Constituição pode ser falseado; o Parlamento delibera e legisla sob a ameaça de uma intervenção militar; é destruída a confiança entre a Nação e o Exército. Em uma palavra, o corpo de oficiais deve reconhecer lealmente que o poder civil, que é delegado pelo povo para dirigir todos os negócios do Estado, deve ter a supremacia sobre o poder militar, que é encarregado somente de assegurar certos serviços, da manutenção da ordem, no interior, e da defesa do país contra uma agressão exterior. Qualquer outra concepção seria um anacronismo numa República que quer ser um Estado democrático moderno (DEROUGEMONT, 1922, p. 359).

Um dos meios para alcançar o papel do oficial do Exército nas democracias modernas seria transformar a base curricular da Escola do Realengo, a única que ainda não estava sob direção da Missão Francesa, compreendendo o ciclo de reorganização do ensino militar iniciado pelos franceses no ano de 1920. Uma das críticas vinha do excesso de temáticas puramente militares no currículo da EMR, ocupando cerca de 70% do tempo de estudos (CASTRO, 2004). Uma nova diretriz de ensino veio a partir da entrada da MMF no Realengo, propondo que a formação do oficial estivesse alicerçada em conhecimentos técnicos profissionais, na rígida

⁷⁶ No texto, o diretor destaca a necessidade de que o corpo de oficiais do Exército brasileiro reconheça a supremacia do poder civil nas democracias modernas, a exemplo de países como Inglaterra, Itália e a própria França. O papel do oficial do Exército brasileiro seria o de propiciar “educação moral a seus homens e aperfeiçoar, sem cessar, a instrução deles para a guerra, ao mesmo tempo que não descure da sua própria” (DEROUGEMONT, 1922, p. 359).

disciplina e na capacidade de comandar tropas, contudo, uma instrução cultural e científica mais dinâmica deveria ser incluída. Os regulamentos de 1924 e 1929 expressaram essa nova conduta francesa e deram uma nova estrutura ao ensino militar do Exército, através da criação de outras instituições militares que completariam a formação dada no Realengo, levando aos oficiais a possibilidade de cursos de especialização (escolas de Veterinária, de Intendência e Administração) e de aperfeiçoamento (EsAO e Escola de Estado-Maior). Com isto, a instrução no Exército se distanciava do padrão de ensino da Missão Indígena implementado em 1919 na Escola Militar do Realengo, mais prático, profissional e de preparo para o combate, adotando um protótipo de “equilíbrio entre um ensino prático, técnico e profissional e um ensino teórico, científico e de cultura geral” (MARCUSO, 2012, p. 196).

Mas, somente a reforma educacional não proporcionaria uma Força Terrestre como os constituídos nas democracias modernas. Outro ponto de destaque era a reestruturação do Estado-Maior. O Exército não tinha um órgão incumbido de constituir seus planos de ação e de controlar sua execução. Não tinha ainda se estabelecido uma “doutrina de guerra” (nos termos do Exército francês), isto é, “um conjunto de princípios que orientam os esforços de organização do aparelho da atividade militar” (DOMINGOS NETO, 1991, p. 66). O general Maurice Gamelin teve como uma de suas primeiras tarefas na MMF auxiliar os alunos a construir a “doutrina de guerra” nacional. Gamelin dizia que a organização militar brasileira deveria obedecer a três objetivos: “forjar os meios para assegurar a defesa permanente do território nacional; criar as melhores condições possíveis para a instrução e treinamento da tropa e criar os meios de mobilização e de concentração dos efetivos conforme as condições impostas” (DOMINGOS NETO, 1991, p. 66-67). Os três objetivos podem soar simples, no entanto, os oficiais que frequentavam o curso de Estado-Maior tinham a noção de que sua realização estava condicionada a resolução de uma série de problemas que envolviam não só o campo militar, mas também o campo econômico e político.

No curso de Estado-Maior, os alunos também deveriam considerar o contexto e identificar o inimigo contra o qual o Exército deveria elaborar seus planos de guerra. Os instrutores da Missão Francesa não viam nas grandes potências adversárias em potencial, mas não excluía a possibilidade de uma guerra contra um país da fronteira Sul do Brasil. O planejamento estratégico brasileiro era fundamentado na probabilidade de uma guerra contra a Argentina pelas tensões existentes entre as duas Nações desde o início da década de 1900, ideia que continuou presente no pensamento dos militares brasileiros, vide as concepções estratégicas elaboradas por Tasso Fragoso no ano de 1927 e que reverberaram entre os oficiais mais jovens

do Estado-Maior⁷⁷. O general analisou a conjuntura brasileira quanto ao seu planejamento estratégico e concluiu que o Brasil tinha preparo militar inferior ao argentino e deveria buscar imediatamente melhorar o sistema de recrutamento, adquirir equipamento para treinamento, dar maior atenção à aviação, melhorar a comunicação com o Sul do país, reabastecer os arsenais, investir na preparação de oficiais de reserva, comprar caminhões e automóveis, imitar os métodos argentinos de criação de cavalos, aumentar os exercícios de treinamento, nacionalizar trechos da fronteira e reorganizar o Exército. Como chefe do Estado-Maior do Exército no ano de 1922, o general apoiava as ações da MMF e declarava publicamente a não intervenção do Exército na política partidária, para conservar sua disciplina e coesão.

Já a constatação do inimigo interno levaria diversos oficiais modernizadores a lutar contra a política das oligarquias, como visto com os tenentes ainda nos anos 20:

À época, considerava-se como o principal perigo para o Brasil o baixo nível de consciência cívica e patriótica da população e o bacharelismo “afeminado” e “rapace”. Ou, em outras palavras, os traços mais marcantes das consequências engendradas pela dominação das oligarquias agrárias. Aquelas mesmas que sempre obstaculizaram a formação de uma força militar potente e que sempre deram toda a atenção ao aperfeiçoamento de seus pequenos exércitos, as polícias militares ou “forças públicas” (DOMINGOS NETO, 1991, p. 68).

Na chefia de Gamelin, entre os anos de 1920 a 1925, a Missão tinha concretizado parcialmente as primeiras cláusulas do contrato: tinha modernizado parte do equipamento, reformado parcela da oficialidade e iniciado a reestruturação do ensino militar. Ainda nesse período observamos a resistência dos coronéis e generais em participar do curso da EsAO. O ato de rejeição dos oficiais, principalmente os generais, é comumente visto como uma reação a uma possível ameaça ao seu prestígio por jovens oficiais e por estrangeiros que haviam combatido na I Guerra Mundial⁷⁸.

No ano de 1925, a Missão recebeu seu novo chefe, substituto de Gamelin, o general Frédéric Coffec, o qual dizia estar disposto a empreender os desejos do Estado-Maior do Exército: diminuir os privilégios e patentes de seus subordinados e expandir seu número. Nesse período, o chefe do EME, o general Tasso Fragoso, discursava sobre os equívocos da instrução e contemplava o dia em que os brasileiros pudessem assumir a direção do treinamento e levar em consideração os problemas e necessidades da Nação e não aqueles estabelecidos pelos

⁷⁷ Tasso Fragoso havia exercido o cargo de adido militar na Argentina entre os anos de 1909 a 1911. McCann (2007) indica que é durante essa experiência que o general se convenceu de que o Brasil era inferior militarmente e que uma guerra entre os países era possível.

⁷⁸ No ano de 1923, novas cláusulas foram inseridas no contrato com a MMF, estas explicitavam a posição dos franceses na hierarquia da Força Terrestre: consultores técnicos.

franceses⁷⁹. Todavia, o general não apenas criticou, buscou orientar os trabalhos da Missão: limitou sua ação para atividades de auxílio nas escolas militares, removendo-a do comando das escolas militares; modernizou os equipamentos através de uma política de compra de material bélico mais intensa e, distanciou os franceses de questões políticas (ARAÚJO, 2015)⁸⁰. É possível notar uma alteração no pensamento do general Tasso Fragoso, pois como dito anteriormente, no início de seu cargo na chefia do EME era simpatizante das ações da Missão Francesa. Talvez as revoltas tenentistas tenham desiludido o general da real eficácia da MMF para transformar a Força Terrestre brasileira.

Nos discursos os oficiais franceses orientavam o distanciamento dos oficiais brasileiros da política, mas não obtiveram sucesso em transpor a teoria para a prática. Se já nos anos 20, os militares se enveredaram no ativismo político, na década de 30 a conjuntura seria ainda mais radicalizada. Na Revolução de 30 têm-se a presença de diversos oficiais que estavam sendo instruídos pelos franceses. Com a Missão Francesa constitui-se um novo tipo de militar, interessado não só em aprender as novas técnicas militares, mas também em compreender como poderiam construir um exército, nos padrões das democracias modernas, tecnicamente eficiente, unido e disciplinado. Consideraram as problemáticas de estabelecer no Brasil esse tipo de exército exposto pelos franceses e concluíram que o “país estava defasado em relação ao seu Exército, ou melhor, que o país não permitia a montagem adequada de seu sistema de segurança” (DOMINGOS NETO, 1991, p. 63). Ou seja, a transformação do Exército demandaria a transformação do país, e para isso seria necessário a intervenção dos militares nos rumos da política nacional.

Neste capítulo, procurou-se abordar os dilemas do Exército brasileiro, de seus anseios por reconhecimento no Império, os problemas da profissionalização e distanciamento da política, dos anos 1920 até os anos 1930. Nessa etapa, a preocupação com a modernização da Força Terrestre conduziu à busca de ensinamentos nos países Europeus com maior tradição militar, primeiramente na Alemanha e depois na França. Com isso, conjectura-se ter propiciado

⁷⁹ Não são raros os Relatórios de Estado-Maior produzidos por Tasso nos quais há críticas contundentes a MMF e sua ação no Exército brasileiro (McCANN, 2007).

⁸⁰ Apesar da dificuldade de entendimento entre o general Fragoso e o general francês Coffec, o então ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, ainda insistiu na necessidade de entendimento entre a Missão Francesa e o Estado-Maior do Exército, assim, incluiu no novo contrato, assinado em maio de 1927, o artigo 26, confiando a dois brasileiros os cargos de chefia da 1º e 4º divisões da Missão, responsáveis pelas questões de mobilização e de transmissões. Os oficiais franceses também se comprometeram a realizar viagens com oficiais brasileiros para guarnições distantes com intuito de levar os ensinamentos da MMF. Além disso, um acordo bilateral estabeleceu que os oficiais brasileiros que tivessem destaque nas escolas militares seriam enviados para curso de aperfeiçoamento na França. Muitos dos oficiais brasileiros ao voltar da experiência no exterior assumiram a direção dos cursos na Escola Militar do Realengo e, sucessivamente, na Escola de Estado-Maior do Exército e na EsAO (ARAÚJO, 2015).

o contexto mais geral para a investigação da recepção e circulação das ideias de Clausewitz no Exército brasileiro, tema ao qual nos dedicaremos no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 2

CLAUSEWITZ NO BRASIL: DE “TEÓRICO DA GUERRA AMORAL E SEM LIMITES” AO “MESTRE DA GUERRA” (1889-1929)

O objetivo deste capítulo é analisar como se processou a recepção e a circulação da teoria clausewitziana, principalmente no Exército brasileiro, no período de intensa transformação na instituição, às voltas com a profissionalização e o distanciamento da política, de 1889 a 1929. Época de ebulição no cenário político, econômico e social brasileiro e mundial, diversos episódios caracterizaram a leitura de Clausewitz no Brasil e fora dele.

2.1 Da profissionalização e modernização do Exército: a escolha por uma missão de instrução

No panorama de profissionalização, modernização e reorganização e do Exército brasileiro, como Clausewitz seria lido nesse contexto? Nessa vertente, cinco textos, dispostos nos jornais e também n’*A Defesa Nacional*, citaram ideias do general prussiano para discutir temas relacionados à Força Terrestre. No artigo “Marinha”, publicado dia 24 de maio de 1899, no jornal *A Imprensa*, é debatida a necessidade de modernização das Forças Armadas. No entanto, dizia o texto, o Brasil ia na direção contrária e não investia o mínimo necessário na renovação, ou conservação, de seus quadros. Clausewitz é trazido para demonstrar quais eram os princípios reconhecidos e usados pelos países que se preparavam para lidar com qualquer tipo de guerra:

Concluindo este artigo, vamos citar, para ver se assim despertamos de seu letargio criminoso nossos governos que, confiantes em verdadeiras utopias, desarmam o país, vendendo suas melhores máquinas de guerra, e acabando com suas bases de operações, e, o que mais é, quando se armam até os dentes nossos adversários prováveis, vamos citar, dizemos, os princípios aceitos e seguidos pelas potencias em geral e que se acham consignados na obra de Clausewitz – Direito das Gentes na Guerra, e na Nação armada de Von der Goltz.

Diz Clausewitz: O direito das gentes não é para os militares senão uma restrição insignificante do fim do direito da guerra.

Toda ideia de filantropia na guerra é um erro dos mais perniciosos. Aquele que emprega a força física em toda sua extensão, sem poupar sangue, adquirirá sempre preponderância sobre seu adversário que não agir do mesmo modo e lhe ditará a lei.

A guerra é um ato de violência para cujo emprego não há limites.

E Von der Goltz diz: É preciso detestar a guerra, mas detestando-a, não deixa de ser ela o interesse supremo das nações.

Em nossa época de ciência e descobertas, o mestre da arte da guerra é também o mais forte no comércio e mais rico na indústria (A IMPRENSA, 1899, p. 2).

Direito das Gentes na Guerra é indicada como a obra de Clausewitz na qual as potências buscavam seus princípios norteadores no processo de modernização de suas armas, isto é, o general prussiano seria o mentor dos países, inclusive de possíveis adversários, que procuravam “se armar até os dentes”, levando em consideração a ideia de que “a guerra é um ato de violência para cujo emprego não há limites”. No entanto, os excertos utilizados são encontrados no livro mais notório do general prussiano, *Da Guerra*⁸¹. Mais interessante é observar Clausewitz já circular como o teórico da guerra violenta, sem limites e sem benevolência, leitura vista com mais constância no período da I Guerra, não só no Brasil, como tratado nesta pesquisa⁸². Contudo, o artigo não representa uma crítica a Clausewitz e suas ideias, uma tendência notável nos anos posteriores.

No texto, “Sobre a Escola de Saumur”, publicado no dia 6 de novembro de 1913, no jornal *O Paiz*, o major Liberato Bitencourt criticava brasileiros, os “germanófilos”, por disseminarem ideias e ideais militares alemães. O major enalteceu a emenda ao orçamento de guerra proposta pelo deputado Nabuco de Gouveia, a qual recomendava a ida de oito oficiais da cavalaria, anualmente, para treinamento na Escola de Saumur, na França. Bitencourt (1913) legitimava a emenda e criticava o envio de oficiais brasileiros para a Alemanha, em suas palavras:

Nestes últimos tempos temos mandado à Europa, sem destino certo, um sem número de jovens e distintos oficiais. E quase todos, ao chegarem entusiasmados ao velho continente, esquecem erradamente a França, preferindo observar de perto o grande e complicado instrumento de guerra da Alemanha.
Por que?

⁸¹ Os livros escritos por Clausewitz são: *Princípios da Guerra* (1812), *A Campanha de 1812 na Rússia* (iniciado em 1814 e concluído em 1824), *A Campanha de 1815 na França* (finalizado em 1827) e *Da Guerra* (não concluído, mas publicado em 1832).

⁸² Isso não quer dizer que a ideia de Clausewitz como teórico da guerra violenta e sem limites era a única a circular no Brasil e no mundo. No *Jornal do Commercio* de 11 de agosto de 1889 uma sessão, dedicada a trazer temas discutidos nos diversos jornais do mundo, abordou o editorial publicado no jornal *Gazeta da Alemanha do Norte*, no dia 15 de julho de 1889. “Na temática guerra, trouxeram Clausewitz para o debate, ‘não é tão somente da competência dos profissionais, mas deve ser resultado de ação diplomática e política calculada e meditada com toda a prudência: ‘A guerra, disse em substância o jornal oficioso, é hoje o assunto mais frequente nas elucubrações da imprensa europeia, manifestam, porém, quase sempre os articulistas, completa ignorância da questão. O que se tem escrito melhor no assunto é a célebre Teoria da Guerra, do general prussiano Clausewitz. Na época em que foi escrita, no segundo decênio do século atual, reinava a ideia de ser a guerra coisa em si inteiramente independente da situação. Demonstrou Clausewitz, de maneira irrefutável, que tanto nas suas causas como no seu desenvolvimento, fica a guerra ligada estreita e intimamente à política geral do país, ‘não sendo mais do que a continuação da política por outros meios’, na própria frase do dito autor. Foi conformando-se com essa doutrina que os exércitos prussiano e alemão conseguiram tão importantes triunfos” (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, p. 2).

Certo não é pela superioridade, que não existe, da tática alemã; nem pelas vantagens reais de sua estratégia, toda ela napoleônica; nem tampouco pela excelência dos armamentos, ou pela rigidez da disciplina; mas, pura e simplesmente, pelos feitos desastrosos ou brilhantes, de 1870 e 1871.

Como a pátria de Frederico, mais precavida que a de Napoleão, bateu esta última guerra, os jovens alemães do exército brasileiro, sem examinar profundamente as bélicas coisas, concluem logo pela superioridade, para eles até incontestável de tudo que é alemão ou da Alemanha. E tão acentuada lhes vai a paixão em tal sentir, que em maioria fecham sistematicamente os olhos diante das questões mais acessíveis e julgadas, como, por exemplo, a da supremacia indiscutível do atual canhão francês de campanha.

(...) No ponto de vista da histórico militar nenhuma nação é mais gloriosa que a França. Ela é mestra da estratégia, da ciência do general em chefe. Dormiu descuidadamente á sombra dos louros conquistados, e foi batida em 1870. Mas batida única e exclusivamente por Napoleão.

O vencido sempre guarda ódio. O vencedor por isso mesmo precisa de ser muito prudente e precavido. A França foi imprudente; e os alemães, á sombra de Moltke, o mecânico das batalhas, assimilaram perfeitamente as doutrinas napoleônicas, empregando-as depois com toda a segurança técnica a primeira oportunidade.

Eis tudo.

Mas não se conclua daí uma inferioridade, que não existe, e que de modo algum poderia ter existência [...] (BITENCOURT, 1913, p. 2)

O major reiterava que a Escola de Saumur criaria perfeitos cavalheiros e chefes para a cavalaria brasileira e, em tempos de guerra, seriam essenciais, pois como já havia dito Clausewitz: “in war good cavalry makes a general master of the campaign” (BITENCOURT, 1913, p. 2). Não obstante citar Clausewitz, Bitencourt (1913) convictamente repudiou o treinamento de oficiais brasileiros junto ao Exército alemão:

Ordinariamente combate-se, por duvidosa, a prática em exércitos estrangeiros, mormente quando os candidatos, como em o Brasil, sem prévio exame. Mas isso para a Alemanha especialmente: por ali, língua, raça, hábitos, costumes, tradições, exigências, tudo, enfim, nos é diverso, estranhável e incômodo. Para a França, porém, a questão muda inteiramente de figura. A nossa educação é toda ela francesa; franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos, as teorias de que necessitamos. E, como a língua francesa não nos é estranha, grandes então os louros a haurir, trocando de vez a Alemanha pela França, no preparo consciente de nosso exército [...] (BITENCOURT, 1913, p. 2).

No artigo “Escola alemã”, publicado em 10 de dezembro de 1913, na revista *A Defesa Nacional*, o capitão César Augusto Parga Rodrigues, um dos Jovens Turcos, rebateu o texto publicado pelo major Liberato no jornal *O Paiz*:

D’entre os ataques que de algum tempo para cá vem sofrendo a chamada “escola alemã” é sem dúvida dos mais curiosos o que se lê em *O Paiz* de 6 do passado, com a epígrafe *Sobre a Escola de Saumur*. Não tivéssemos, porém, encontrado ali uma referência ao comentário do nosso primeiro número sobre *O arreamento para a cavalaria*, a qual o seu autor aproveita para uma alfinetada, chamando-nos de *jornal prussiano*, mais uma vez o ardoroso escritor militar não seria contrariado no seu amor pela França.

Continua:

Antes de falarmos em escolas de equitação, que, pelo título, o artigo deu-nos a ilusão de ser seu assunto principal, seja-nos permitido estranhar que tão apaixonado apologista das teorias francesas comece, *n'um artigo pró França, por uma citação de Clausewitz, em inglês*. E depois, em sua argumentação, diz: *são franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos e as teorias que necessitamos*.

Toda vez que ouvimos ou lemos afirmações da natureza desta, lembramo-nos logo da “*Nation armée*”, da “*Theorie de la grande guerre*”⁸³ e de outras traduções em francês que nos eram familiares na escola; e nosso espírito leva-nos, sem malícia alguma, a perguntar ao Sr. Major Liberato se a doutrina e teoria francesas compreendem tudo o que está traduzido para essa língua, que pretendemos manejar tão bem. Tínhamos também, diante disso, desejo que nos dissessem quais os livros genuinamente franceses adotados no jogo da guerra da IX Região de Inspeção (RODRIGUES, 1913, p. 101).

Já no texto, “Notas sobre a Cavallaria – A Escola de Saumur”, *O Paiz*, 11 de janeiro de 1914, um tenente de cavalaria sob o pseudônimo de “Paná”, levantou críticas ao capitão Rodrigues por se deixar induzir pelo êxtase alemão e, assim, desconsiderar o valor da inteligência e do bom senso das palavras do major Liberato. “Paná” mencionou o fato do capitão Rodrigues se intrigar com a citação de Clausewitz por um defensor dos métodos franceses e rebateu:

Assim é que o brilhante adepto da escola alemã principia estranhando que o Sr. major Liberato comece *num artigo pró França, por uma citação de Clausewitz, em inglês...*

Ora, isto é atribuir ao Sr. major Liberato um *parti pris* acanhado, só filho da paixão que domina o espírito do escritor da *A Defesa* por isso que o que é, realmente de estranhar, é a estranheza manifestada! Então porque alguém prefere os métodos da escola de Saumur, deve-se concluir que todo os alemães são ignorantes e que Clausewitz não é uma autoridade em assuntos militares?

Se se admitir que a instrução alemã é superior a francesa, segue-se, logicamente que não haja um só oficial que seja autoridade no assunto?

Quando os alemães traduzem obras francesas, querem significar que a instrução francesa é superior a alemã, ou querem, apenas, vulgarizar opiniões boas de um escritor que, embora francês, escreve certo sobre o assunto?

Onde, pois, o motivo da estranheza, por ter o Sr. major Liberato citado Clausewitz? É evidente que no espírito apaixonado do escritor da *A Defesa* (O PAIZ, 1914, p. 8).

“Paná” corroborou a exposição do major Liberato de que os livros estudados nas instituições militares brasileiras eram, preponderantemente, provenientes da França ou traduzidos do idioma alemão para o francês: “Conheço bem as duas ótimas bibliotecas dos dois regimentos desta capital, e, como na escola, nelas também estão em maioria os autores franceses; e, seja dito de passagem, os livros dos autores alemães que ali existem, são traduzidos em ... francês! (O PAIZ, 1914, p. 8). Com isto, e também considerando o texto do capitão

⁸³ Os livros citados são de autoria de Colmar von der Goltz e Clausewitz, ambos eram generais do Exército prussiano.

Rodrigues, é plausível levantar a hipótese de que as primeiras leituras de Clausewitz no Brasil tenham sido feitas em francês⁸⁴.

No artigo, “O Grande Estado Maior e o Alto Comando do Exército”, publicado na revista *A Defesa Nacional*, 10 de dezembro de 1913, o 1º tenente Joaquim de Souza Reis, também um Jovem Turco, criticava a submissão do Estado-Maior ao Ministério da Guerra, a seu ver, o Alto Comando do Exército não deveria ser responsabilidade do ministro da Guerra e sim do chefe do Estado-Maior. Na sua perspectiva, o ideal para uma boa organização do Alto Comando é que tivesse uma organização inalterável em tempos de paz ou de guerra. Nessa direção, o chefe do Estado-Maior seria o indicado para o posto, uma vez que:

Durante a paz preparou os meios de conduzir o exército em campanha (mobilização e concentração), estudou a situação militar e política dos adversários prováveis e a natureza dos futuros teatros de operação, dirigiu a alta instrução do exército e estabeleceu a unidade de doutrina tática e estratégica. Ninguém, pois, se acha em melhores condições para, quando troar o primeiro tiro de canhão, executar o que foi previsto e modificar os primitivos projetos conforme o resultado do primeiro encontro com o inimigo (REIS, 1913, p. 68).

Já o titular da pasta da Guerra, quando esta fosse declarada, “ficará na capital da República ou seguirá com o Grande Quartel General sem nenhuma intervenção nas operações militares, mas pronto a abastecer e reabastecer o exército do pessoal e material necessário a completa execução das mesmas (REIS, 1913, p. 68).

O Estado-Maior como construído na Prússia, constituía o padrão a ser adotado pelo Exército brasileiro. Nessa direção, a história de sua criação e do seu desenvolvimento deveria ser conhecida:

A criação do Estado Maior Prussiano foi delineada por Frederico I mas padecia da falta de uma direção intelectual. Como o Grande Frederico não comunicou a ninguém os seus planos de campanha, os generais prussianos desconheciam a necessidade de pensar [...] O seguinte quadro da Repartição do Estado-Maior Prussiano em 1807, é muito sugestivo: O Estado Maior estava dividido em três seções que distribuíam as questões pelas grandes divisões do território, Leste, Centro e Oeste. Cada uma era dirigida por um dos três lugares tenentes do General *Quartier-meister*. O tenente-general von Gneisenau, ao mesmo tempo chefe do Estado Maior e do corpo de engenheiros, vivia esmagado pela papelada, pelos seus setenta anos e deixava as praças fortes abandonadas. Seus auxiliares eram o coronel Phull que se ocupava da Prússia, o coronel Massenbach da Silesia e da Polônia, o coronel Scharnhorst da Westphalia. Entre eles não havia ideias comuns. Phull e Scharnhorst eram inimigos da França, ao passo que Massenbach era partidário da aliança francesa. Phull, um doutrinário, dirigia as operações segundo o “sistema de armazéns”. Massenbach, “um agitado” fazia do terreno, da geologia, da tática e da estratégia um amálgama confuso. Scharnhorst fazia estudar a história.

⁸⁴ No dia 12 de fevereiro de 1890, localizou-se um anúncio de venda do livro de Clausewitz, em francês, edição de 1889, em um jornal gaúcho, *A Federação*.

O Estado Maior Prussiano não foi de um salto da situação precária em que se achava no ano de catástrofe as culminâncias a que atingiu em 1870 (REIS, 1913, p. 69).

Sublinhando o papel de Clausewitz nesse processo:

A doutrina militar que Clausewitz evangelizou foi pouco a pouco se infiltrando nos espíritos à medida que desapareciam as “velhas excelências”, como Möllendorf, que declarava a margem de um projeto sobre a organização de uma milícia territorial: “Das ist für mich zu hoch!” (REIS, 1913, p. 70).

Clausewitz é preconizado por Reis (1913) como o “evangelizador da doutrina militar” responsável por renovar o Estado-Maior da Prússia, no entanto, não abordou a teoria desenvolvida pelo general prussiano.

Voltando ao Brasil, Reis (1913) tratou sobre a reforma do Exército, uma das bandeiras levantadas pelos Jovens Turcos, indicando o imperativo das instituições militares se organizarem e se prepararem para a guerra. No processo de desenvolvimento da ideia de profissionalização, reorganização e modernização do Exército, o general prussiano esteve em “alta”, especialmente entre os Jovens Turcos, para evidenciar a superioridade da doutrina militar dos alemães e granjear a vinda de uma missão germânica para instruir a Força Terrestre. Contudo, praticamente nenhuma consideração à teoria do prussiano se desenvolveu nos textos discutidos, levando a questionar os porquês de uma citação incipiente de Clausewitz nas primeiras edições d’*A Defesa Nacional*⁸⁵. Uma das causas pode ser a barreira do idioma, pois como lembrou Carvalho (1961) em *Memórias de um Soldado Legalista*, poucos oficiais brasileiros enviados à Alemanha tinham domínio da língua alemã. Outra razão pode ser o empenho do grupo nas práticas militares, já que a observação d’*A Defesa Nacional*, sobretudo em seus anos iniciais, leva a constatação da ênfase dada as técnicas militares com o intuito de provocar a imersão do oficial em sua profissão e distanciá-lo das ações políticas partidárias.

2.2 A I Guerra Mundial

No cenário da I Guerra Mundial, diversos textos traziam Clausewitz como o teórico das trucidâncias perpetradas pelo Exército alemão. No artigo “Para a História, a Alemanha no

⁸⁵ Os Jovens Turcos também publicavam em jornais naquela época. No artigo e palestra dada no Clube Militar, “O oficial na infantaria alemã” (*Jornal do Commercio*, 8 de agosto de 1913), o Turco Estevão Leitão de Carvalho mencionou o general prussiano: “o Exército da Prússia é filho de Clausewitz” (CARVALHO, 1913, p.

Pelourinho! ” (*O Paiz*, 18 de dezembro de 1914), o procedimento dos alemães na guerra é censurado por sua crueldade, e a França é convocada para impedir o avanço da barbárie:

Os soldados alemães entregam-se, na Bélgica, na França, na Sérvia, por ordem dos oficiais alemães e das autoridades prussianas, as mais abomináveis crueldades que a história já registrou – O mundo civilizado inteiro se levanta contra a barbaria austro-alemã, provocada, animada pelo militarismo prussiano – A humanidade confia na França (*O PAIZ*, 1914, p. 2).

Duas ideias sobre a origem e o desenvolvimento das lutas na Europa são elencadas no texto: “o orgulho da Alemanha em conquistar novos territórios e subjugar os povos que lá vivem e, selvageria latente das raças germânicas [...] selvageria essa que aparece nas horas de crise transformando então a Alemanha guerreira em uma nação fora da humanidade e da civilização” (*O PAIZ*, 1914, p. 2). Os intelectuais alemães constatariam essa propensão à brutalidade: “Ninguém se descreve tão bem como a própria pessoa. Demos a palavra a alemães, para deixá-los expor os seus projetos de conquista e o seu desprezo pela conquista de regras de moral comumente admitidas pelos outros povos”. E conclui:

O que chamam do outro lado do Reno o imortal Clausewitz protesta contra todo o respeito ao direito das gentes durante uma guerra:
 “A guerra só conhece um meio: a força. Não há outro: é a destruição, os ferimentos, a morte, e esse emprego da força bruta é a regra absoluta. Quanto a esse direito das gentes, de que têm a boca cheia os nossos advogados, ele só impõe ao fim e ao direito da guerra restrições insignificantes, ou antes, nulas. Na guerra, toda ideia de filantropia é um erro, um absurdo pernicioso. A violência, a brutalidade do combate, não comportam nenhuma espécie de limite” (*O PAIZ*, 1914, p. 2).

Não muito distante da ideia do texto precedente, “Os alemães cultivam oficialmente a crueldade e desdenham do sentimentalismo latino: um serviço de incendiários organizados” (*A Noite*, 26 de novembro de 1915), escrito por Medeiros e Albuquerque, jornalista, escritor, político e também tenente-coronel da Guarda Nacional, é destacada a crueldade dos alemães, tratando-a quase como uma característica inata deste povo⁸⁶. Mais uma vez, recorrendo aos próprios escritores militares prussianos, que

[...] dizem isso mesmo, de um modo claro, positivo, frisante. Evidentemente, ninguém espera achar na guerra uma distração frívola e elegante. Os oficiais do Kaiser têm o hábito de dizer – é um provérbio militar – que a guerra não é um *five-o-clock tea*. Ninguém poderia pedir-lhe tão extrema brandura. Mas para isso não precisa chegar ao extremo oposto (*MEDEIROS E ALBUQUERQUE*, 1915, p. 1).

⁸⁶ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

O articulista ainda enfatizou o papel da guerra para os povos civilizados, em suas palavras: “Os povos civilizados acham que a guerra é um recurso supremo, de que eles podem ser obrigados a lançar mão; mas durante a qual devem empregar o mínimo de brutalidade possível; só o que for imediatamente necessário para alcançar a vitória. Esse mínimo lhes parece já de si tão monstruoso, que eles procuram não ultrapassá-lo” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1915, p. 1).

Ao que concluiu:

Os alemães têm uma concepção diferente.

Para prová-lo, basta citar a autoridade militar mais prezada pelos alemães, o autor que se estuda em todas as escolas militares, o mestre dos mestres, Clausewitz. Ele diz serenamente: “Na guerra toda ideia de filantropia é um absurdo pernicioso. A violência, a brutalidade do combate, não comportam nenhuma espécie de limite”.

Clausewitz diz isto de dez, de cem maneiras diferentes. É por assim dizer o princípio diretor do seu ensino. Ora, é esse ensino que afeiçoa o espírito do exército alemão.

Haverá, entretanto, quem suponha que os oficiais do exército germânico se limitam a aprender nas obras clássicas de Clausewitz os princípios de tática, deixando de lado essas opiniões pessoais do seu autor mais estimado?

Seria uma ilusão. Em primeiro lugar, Clausewitz não diz aquelas coisas ferozes, por amor a barbárie. Ele as considera princípios de boa tática. O seu princípio essencial é que acima de tudo, convém meter medo, aterrorizar o inimigo, enchê-lo de um tal pavor, que o force a pedir misericórdia. [...] Clausewitz e os seus dóceis seguidores também só aspiram a uma coisa: extrair a vitória de todos os horrores que eles acumulam (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1915, p. 1).

Clausewitz é duas vezes aludido como o teórico da ideia de destruição do inimigo, da guerra sem limites, e também como um dos mentores das crueldades praticadas pela Alemanha na I Guerra. Como notado, os dois últimos textos considerados trazem praticamente a mesma citação de Clausewitz.

Na conferência pronunciada por Ruy Barbosa, célebre intelectual e político brasileiro, e à época presidente da Liga pelos Aliados, publicada no dia 17 de março de 1917, no jornal *O Imparcial*, a Alemanha é tida como culpada pelas barbaridades vistas no *front* de batalha, Clausewitz é o “patriarca da brutalidade armada”, levando a guerra ao absoluto, nas palavras de Barbosa (1917)⁸⁷:

O princípio supremo neste assunto, segundo os oráculos da política militar naquele país, é que a guerra senhoreia todas as leis. O Aristóteles da ciência desses renovadores da natureza humana é Clausewitz, o patriarca da seita da brutalidade armada: e Clausewitz nos declara que “não se pode, [...], introduzir um princípio de moderação na filosofia da guerra”. “Enquanto eu não venço o inimigo”, diz ele, “o que domina tudo é o receio de que o inimigo me vença”. “Não está nas minhas mãos. É uma lei que ele me impõe a mim, como eu a ele, uma ação de parte a parte, “que arrasta a guerra para o absoluto” (“Von Kriege”, v. 1, pg. 6 - 7) (BARBOSA, 1917, p. 4).

⁸⁷ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

Tratando sobre a questão da invasão da Bélgica pela Alemanha e o rompimento de convenções internacionais (já que a Bélgica havia declarado neutralidade), Ruy Barbosa (1917) também viu na obra de Clausewitz, *Da Guerra*, a origem para a concepção de que a necessidade é a lei inevitável da guerra:

O princípio, insondável nas suas consequências horrorosas, de que a necessidade é a lei inelutável, e lei suprema, a lei divina da guerra, são acaso os ministros de Guilherme II, os seus juristas, os seus generais os que o inventaram? Não. Há cerca de noventa anos que o proclamou Clausewitz, o pai da tradição militar alemã, cuja grande obra “Von Kriege”, data do primeiro quartel do século passado. Há quarenta anos que Hartmann o formulava, respondendo a “Codificação das Leis da Guerra”, que Bluntschli acabava de escrever, por incumbência do Instituto de Direito Internacional. Quase quarenta anos há, igualmente, que a canonizava Moltke, escrevendo a Hartmann: “Quem quer que conheça a guerra, há de pensar, como vós, que não é possível ditar normas limitativas a guerra” (BARBOSA, 1917, p. 4).

No dia 23 de maio de 1917, o *Jornal do Commercio* publicou “A Guerra Europeia e o Dever Americano”, a mensagem do presidente da República brasileira Venceslau Brás (1914-1918) ao Congresso Nacional para tratar sobre a conjuntura internacional e a entrada dos Estados Unidos da América na guerra contra os países do Eixo. O presidente considerava que a participação dos Estados Unidos na guerra levava o Brasil a tomar uma “atitude franca e decisiva”, já que brasileiros e estadunidenses eram países integrantes do continente americano e estavam “ligados por uma tradicional amizade e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios de direito internacional”. O mandatário indicava ao Legislativo “medidas especiais que facilitem a ação dos nossos amigos da América do Norte na sua guerra pela liberdade contra o fanatismo imperialista dos dirigentes da Alemanha” (BRÁS, 1917, p. 3). O presidente da República continuou seu raciocínio destacando que não era esperado que o continente americano, “o nosso calmo continente da paz e da arbitragem” tivesse problemas com a guerra europeia, no entanto, “a brutalidade da agressão alemã desorientou todos os espíritos”. A seu ver, “os métodos germânicos não variaram”, apenas “evoluíram e foram crescendo de crueldade” e Clausewitz seria o responsável: “Como escusa, os dirigentes alemães se apoiavam num postulado de Clausewitz, de que a guerra mais humana é mais rápida, e, portanto, tanto maior crueldade melhor, porque só assim os inimigos cederiam” (BRÁS, 1917, p. 3).

Nesse contexto, o presidente da República pediu ao Congresso que tomasse as providências corretas no cenário de guerra, ainda mais com o torpedeamento de um vapor brasileiro, era impossível manter a neutralidade. Assim, cabia ao Congresso usar medidas de precaução, por exemplo, represálias econômicas. Diante dos bárbaros processos praticados

pelos alemães, só duas atitudes eram possíveis: “a cooperação com a causa da liberdade e da justiça ou a humilhação”, cabia ao Congresso escolher o caminho (BRÁS, 1917, p. 3).

No Brasil do tempo da I Guerra, Clausewitz conquistou o posto de teórico da brutalidade, da guerra sem limite, da tendência ao absoluto, mentor das barbáries, eis pelo menos o tipo de leitura localizada nos jornais da época analisados nesta pesquisa. Ruy Barbosa até mesmo traz a referência da obra e páginas citadas, no caso, *Da Guerra*, com destaque para o conceito de guerra absoluta. Como visto, o presidente para convocar o Congresso Nacional a se posicionar sobre o estado de guerra e justificar uma união com os Estados Unidos da América, mencionou Clausewitz como o mentor intelectual da conduta violenta da Alemanha. Medeiros e Albuquerque conserva a mesma linha de leitura: Clausewitz tem como princípio “meter medo, aterrorizar o inimigo, enchê-lo de um tal pavor, que o force a pedir misericórdia”.

Com uma leitura mais positiva sobre Clausewitz, no artigo “A falência dos generais alemães”, publicado no dia 13 de agosto de 1918, no jornal *O Paiz*, o general Roberto Trompowsky, elaborou uma avaliação sobre o declínio do Exército alemão na I Guerra. A seu ver, a decadência da Alemanha no combate se dava devido aos erros cometidos por seus generais, pois mesmo em maior número de combatentes e com armamento superior, os germânicos não alcançavam o sucesso esperado. O general prussiano teria uma lição a dar:

Ninguém ignora que os alemães levaram perto de meio século a se prepararem para a conquista do céu e da terra; ao passo que os franceses e ingleses, ao rebentar a guerra, não podiam opor ao adversário efetivos iguais e com toda a aparelhagem, armamento e munições que se faziam mister.

Por que razão os alemães não tiraram resultado da manifesta inferioridade de franceses e ingleses a semelhante respeito? Por que motivo viram eles os seus esforços paralisados no ano de 1914, em que colheu de surpresa os adversários? E nos anos subsequentes, o que conseguiram os alemães “de decisivo” na frente ocidental? Já Clausewitz, o seu oráculo militar, havia dito: “Não se deve supor tudo ganho quando, do seu lado, tem-se a única vantagem do número, visto como – pelo concurso de outras circunstâncias – pode bem suceder que isso pouco valha”. De nada pois valeu aos alemães a concentração de todas as suas forças na frente ocidental – o que põe em evidência a quixotada de von der Goltz quando se referiu “ao novo Alexandre que, com alguns milhares de velhos soldados, facilmente daria cabo desses agrupamentos informes e tumultuosos que se decoram com o nome de exércitos”. E Lewal veio em apoio de Clausewitz, quando disse que a vitória não se obtinha só pelo número, para ela concorrendo em magna parte os fatores Morais, o talento do generalíssimo e o imprevisto que – na guerra – sempre desempenha notável papel” (TROMPOWSKY, 1918, p. 9).

Clausewitz é citado para expor os erros de seus próprios conterrâneos, aqueles que diziam praticar a sua teoria. Não observamos nenhuma crítica aos procedimentos adotados pela Alemanha na I Guerra, ou, qualquer condenação a Clausewitz como teórico de ideias amorais e violentas, na direção contrária de todos os outros textos aqui analisados e que tinham como

“pano de fundo” a I Guerra. Como será exposto posteriormente, o general Trompowsky tinha interesse na teoria clausewitziana, escrevendo textos dedicados a tratar unicamente sobre as ideias do prussiano.

2.3 O Contestado

Fernando Setembrino de Carvalho iniciou sua carreira no Exército brasileiro no ano de 1877, na cidade de Porto Alegre. Anos depois, mais precisamente no ano de 1883, se mudou para o Rio de Janeiro e ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, concluindo no ano de 1884, o curso de engenharia militar e o bacharelado em matemática e ciências físicas. Mudou para o Rio Grande do Sul, no ano de 1885, e lá permaneceu até 1910, quando requisitado para assumir a chefia de gabinete do ministro da Guerra, o general Mena Barreto, no ano de 1911. Setembrino de Carvalho se destacava em seus serviços e cada vez mais conquistava espaço e posições dentro do Exército, recebendo no ano de 1914, o comando das ações militares de repressão aos “fanáticos” do Contestado⁸⁸.

Com a missão de eliminar a Revolta do Contestado, Setembrino elaborou um plano, a seu ver, apto a desmantelar de uma vez por todas os “fanáticos rebeldes”. Expôs sua ideia de cerco ao inimigo ao novo ministro da Guerra, José Caetano de Faria, e revelou: “a operação não é original, nem nova. Segui, *mutatis* levemente *mutandis*, os conselhos de Clausewitz” (CARVALHO, 1915, p. 122).

Muitos anos passados dessa declaração, no livro *Memórias: dados para a história do Brasil* (1950), Setembrino novamente se debruçou sobre as suas impressões e feitos na Guerra do Contestado. Com destaque, para os fins desta pesquisa, para sua admiração por Clausewitz e suas ideias. Sobre os combates na guerra, ele expôs:

As circunstâncias de tempo e espaço me constringiam à utilização de todos os recursos para a presteza dos preliminares operativos. Além disso, o ilustre Governador do Paraná, de quem recebi sempre o mais valioso auxílio, tinha à minha disposição colocado o Regimento de Segurança do Estado, que conquistou aplausos das forças do Exército, ao lado das quais combateu, pela sua eficaz cooperação (CARVALHO, 1950, p. 144).

É nesse quadro que se referiu aos ensinamentos presentes em *Da Guerra*:

Clausewitz, na sua assombrosa concepção da teoria da guerra, nos ensina que são os combates que decidem em última instância, e que só pelos seus efeitos podemos realizar

⁸⁸ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

o aniquilamento das forças armadas, e a ruína total do poder do inimigo, quer esses combates tenham realmente lugar, ou que, sendo oferecidos, hajam sido recusados pelo adversário. E estatui o princípio de que os combates tornados possíveis, devem, pelas consequências, ser considerados como combates reais (CARVALHO, 1950, p. 144).

Exemplifica dizendo: “Quando enviamos uma parte de nossas tropas a cortar a retirada do inimigo em fuga e que, este, sem combater depõe as armas, é claro que só o temor pelo combate, que lhe oferecemos assim, determinou-lhe esta conduta” (CARVALHO, 1950, p. 144). E completava:

Do mesmo modo quando para privar o inimigo dos recursos de toda sorte que poderia retirar de uma província por ele abandonada sem defesa, fazemo-la ocupar por forças nossas, se o inimigo consente em continuarmos de posse não é evidentemente senão porque não ousa afrontar o combate que lhe seria necessário dar para nos expelir. Em um como em outro caso atingimos ao nosso fim, a só probabilidade de combate teve suas consequências” (CARVALHO, 1950, p. 144-145).

Para o general brasileiro:

Tão fecundos ensinamentos do genial Mestre consorciavam-se inteiramente com o meu sentir, em relação a esta guerra, pois, se eu aspirava sair dignamente da empresa, não desejava, entretanto, que uma só gota de sangue dos meus patrícios fosse derramada naquelas opulentas terras. Na aplicação do princípio eu procurei, antes de tudo, buscar o sucesso, o triunfo da causa legal (CARVALHO, 1950, p. 145).

Setembrino adicionava:

“Por uma sólida e bem articulada organização das linhas que, restringindo o teatro de operações, cortariam a liberdade de ação do inimigo, eu atentava contra a sua existência, subtraindo-lhe os recursos de todo gênero, cuja procedência era ignorada, mas que sabíamos positivamente receber. Oferecendo ao adversário o espetáculo de uma força perfeitamente aparelhada, com aptidão necessária para enfrentá-lo, o que anteriormente jamais havia êle presenciado, contava inspirar-lhe o terror, abalar-lhe profundamente o moral para impôr-lhe a minha vontade. Tal dispositivo seria considerado como predisposições para o ataque, e daí a deposição das armas. Esposando a opinião do mestre, eu me achava muito esperançoso sobre o resultado da maneira de agir. Tal concepção, para atingi-la, não continha exclusivamente a ideia de uma ostentação do poder material das minhas tropas, não. Eu exortaria aquelas almas rudes e espíritos incultos, valendo-me de todos os meios aproveitáveis, para renunciar uma luta, cujo desfêcho lhes seria fatalmente cruel. A ofensiva seria o recurso extremo, quando sentisse impotentes os esforços com pertinácia desenvolvidos para debelação do mal, sem as perdas de vidas de meus patrícios de ambos os partidos” (CARVALHO, 1950, p. 144-146).

Continuou detalhando os progressos de sua tropa e a “oportunidade” da ofensiva, quando decidiu negociar a rendição com os rebeldes e ocorreu o ataque:

O ataque efetuou-se, então, dirigido pelo Coronel Júlio Cesar. Foi uma operação difícilíssima pela situação do reduto nas concavidades das vertentes da Serra do Mirador, e que forma a linha de “Talweg” do rio Itajaí. A marcha de aproximação dos

destacamentos foi penosíssima durante duas noites, e sob uma chuva inclemente, que cessou na madrugada em que, sem combate, rendeu-se o reduto, fugindo Tavares com meia dúzia de bandidos. Conseguiu, entretanto, escapar-se à perseguição pelas vantagens que lhe oferecia a topografia do terreno. As espirais do fumo de incêndio nesse antro de feras, onde um filho assassinara seu pai, onde o concubinato e incesto eram das mais dignas instituições, e Tavares possuía um serralho, mostraram o primeiro sucesso de fecundos resultados para as forças legais (CARVALHO, 1950, p. 151).

Mais uma vez, Clausewitz é lembrado, sua concepção revela-se aqui em toda a extensão de sua grandeza: “Os combates considerados possíveis devem em razão das suas consequências ser considerados como combates reais” (CARVALHO, 1950, p. 151).

Isto é,

Foi de surpreendentes resultados esta ação. Repercutiram em todos os redutos do sertão, abalando profundamente o ânimo dos chefes sertanejos que pressentiram a derrota. Exaltou o moral das tropas legais, e o dia da vitória final começou a raiar. Para mais de mil pessoas foram aí capturadas, conduzidas para a cidade do rio Negro a fim de serem localizadas em colônias. Dias antes da queda deste reduto três chefes revoltosos se tinham apresentado ao Comando da coluna Norte, propondo-se trazer mais de 300 pessoas, o que efetivamente se realizou. O benévolo acolhimento que tiveram da parte da tropa uns e outros, os carinhos prodigalizados encorajaram a maioria daqueles que nos redutos permaneciam sob a ameaça dos chefes, e ainda porque estes faziam circular boatos terroristas sobre a sorte dos que procurassem amparo nas forças legais, encorajou-os de tal modo que alguns milhares de pessoas, escapando à sanha dos bandidos, vieram abrigar-se a sombra da bandeira da paz, confiantes nas garantias que lhes oferecemos, e que foram efetivadas. Com a destruição deste primeiro reduto a 8 de janeiro de 1915 foi reestabelecida a paz no território Paranaense pela eliminação, assim, do banditismo (CARVALHO, 1950, p. 151-152).

Setembrino destacou o uso do combate para a aniquilação das forças armadas do inimigo. No entanto, sabe-se que o Contestado não se constituiu em uma guerra como pensada por Clausewitz, entre Estados. Ou seja, Setembrino transpôs a teoria do general prussiano não para aniquilar a Força Armada do inimigo, mas para aniquilar civis que se colocaram contra as práticas políticas, econômicas e sociais da República Oligárquica⁸⁹. Como aluno da Escola

⁸⁹ Até mesmo o editorial, da edição número 13, escrito pelo general Caetano de Faria e publicado em outubro do ano de 1914, em *A Defesa Nacional* reconhece as condições deploráveis que o povo do Contestado enfrentava: “Os acontecimentos que desde algum tempo se vem desenrolando no território contestado do Paraná e Santa Catarina, assumiram um caráter grave que não é mais possível dissimular. Ligados a causas obscuras e cada vez mais controvertidas, mesmo entre os governos dos dois Estados limítrofes, acusados de fomentarem a rebelião entre as populações rurais da zona em litígio, para desse modo servirem melhor seus interesses políticos, os surtos sangrentos dos fanáticos vão se assemelhando a luta inglória de Canudos, onde uma grande parte do nosso Exército sucumbiu aos tiros certos dos jagunços. Desde o primeiro levante dos sertanejos do Sul, chefiados pelo misterioso monge José Maria, que se tem procurado investigar as origens desses movimentos, atribuídos por uns ao fanatismo religioso, por outros, ao banditismo bandoleiro e repasse de populações incultas e, até mesmo, a uma vindicta dos pequenos proprietários de terras das antigas colônias militares, feitas a mandões políticos pelos governantes dos dois Estados. Sejam, porém, quais forem os fatores que tenham atuado sobre essas populações, ainda há pouco, pacíficas, para arrastá-las à rebelião e ao saque, o que se não pode negar, é que a **ignorância** lastimável em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente, é a causa principal desses lamentáveis desvios, que reduziram humildes sertanejos patricios a condição de nossos *inimigos*” (FARIA, 1914, p. 1).

Militar da Praia Vermelha no ano de 1883, cabe ponderar se Clausewitz já era estudado nas instituições militares nesse tempo, antes mesmo do estágio dos Jovens Turcos no Exército alemão⁹⁰. Mais uma perspectiva de pesquisa se estabelece no estudo de Clausewitz no Brasil: a sua presença nas escolas militares do Exército brasileiro.

No Brasil do início do século passado, a teoria clausewitziana teve destaque a partir da concepção de aniquilação do inimigo. Muitos artigos aqui analisados se utilizaram dessa ideia para criticar não só Clausewitz, mas a conduta da Alemanha na I Guerra Mundial. Outros textos, no entanto, apenas aludem à teoria clausewitziana, sem pretensão de condenar o general prussiano ou as atitudes da Alemanha na I Guerra. Isto é, nos anos de 1889 a 1918 temos dois Clausewitz no Brasil: “o teórico da aniquilação do inimigo e causador das barbáries na I Guerra Mundial” e “o teórico militar mais lido e utilizado”.

2.4 Pós-I Guerra

Os jornais brasileiros noticiaram constantemente o processo de elaboração do Tratado de Versalhes e suas consequências para a ordem mundial no mundo pós-I Guerra Mundial. Quase um ano após sua assinatura, Assis Chateaubriand publicou no *Correio da Manhã* o texto “A revisão do tratado de paz” (9 de março de 1920), no qual abordava o imperativo de revisão do Tratado de Versalhes para não levar o continente europeu à bancarrota. A seu ver, para conter “os desejos egoístas do Reino Unido e da França”, a Alemanha deveria voltar a ser uma potência. Na contramão de vários outros artigos, não há aqui uma culpabilização dos alemães pelas barbáries ocorridas na Guerra. Pelo contrário, temos a concepção de que a Alemanha travou uma guerra defensiva. Clausewitz é citado como o pensador que inspirou as ações de Hindenburg.

Esses fatos robustecem a convicção do povo teutônico, de que a jornada, a que o conduziram os seus dirigentes, com aquilo a que o Marechal Hindenburg chamou, no seu depoimento, a “*unerschütterlichen Wille zum Siege*”, foi uma guerra defensiva e uma guerra justa. O tratado espoliativo, que lhe foi imposto, é uma prova do desejo de destruição, que os inimigos da Alemanha alimentavam contra ela. Agora, se vê, como a política de paz alemã, sendo aparentemente uma das mais agressivas da Europa, no fundo era defensiva. Hindenburg tinha razão, quando procurava inculcar nas massas o princípio de Clausewitz: a guerra é uma continuação da política pelos meios militares.

⁹⁰ Trevisan (2011) destaca que na última tentativa de reforma do ensino militar pelo Império, por meio do Decreto nº 10.203, de março de 1889, observou-se a tentativa inserção de métodos de práticas militares germânicas: [...] A mudança de março de 1889 previa a inclusão na fase de ensino prático de todos os cursos de ‘[...] exercícios e pequenas ações de guerra, segundo temas dados, e tendo em vista os acidentes do terreno’. Era uma proposta de notória influência germânica, fruto das manobras inovadoras alemãs na Guerra Franco-Prussiana (TREVISAN, 2011, p. 42).

Estes eram tão defensivos quanto os recursos com que foi dirigida aquela (CHATEAUBRIAND, 1920, p. 2).

Assis Chateaubriand era jornalista, advogado, proprietário de uma cadeia de jornais denominada *Diários Associados*, senador, e também embaixador do Brasil na Inglaterra, cargo pelo qual renunciou a cadeira de senador. Um fato interessante sobre Chateaubriand, para os fins desta pesquisa, é uma viagem que realizou pela Europa no ano 1920, a partir da qual dedicou estudo a marinha alemã e ao almirante e ex-ministro da Marinha Alfred von Tirpitz, nacionalista extremado e entusiasta do desenvolvimento naval germânico. Sua pesquisa rendeu a publicação do livro *Alemanha, dias idos e vindos*, em 1921⁹¹.

Na direção contrária às ideias de Assis Chateaubriand, o artigo “Kaiser, Hinderburg, Ludendorff & Ca, por que não julgá-los? ”, escrito por Minhoto (*A Reforma*, 14 de março de 1920), contestava a perspectiva de não punição dos generais e do Kaiser alemão envolvidos em atos violentos que “provocaram tantas vítimas, tanta hediondez, tanta mentira, tanta opressão incontida”, era essencial que tivessem “o castigo clamado pela viuvez desolada, pela orfandade desamparada, pelos estropiados da guerra, sem braços, sem pernas, sem vista, pelas famílias sem lar e pela mocidade opobriada. Um dos mentores representantes dessas ações era Clausewitz, encarando o “direito das gentes”: “Na guerra o direito é a força. Ferir, matar, desrespeitar são regras absolutas. Na guerra toda a ideia de filantropia é um erro absurdo e pernicioso” (MINHOTO, 1920, p. 2).

Não era incomum encontrar nos jornais da época a indicação de livros que discutissem a temática da guerra. Nesse sentido, temos a divulgação de parte da obra *A Ilusão do Direito de Guerra* (1922) de Barbosa Lima Sobrinho. Na resenha “Ilusão do Direito de Guerra – brilhante estudo de Barbosa Lima Sobrinho”, publicado no dia 16 de outubro de 1922, no jornal *O Imparcial*, tratou sobre a relevância da obra para o estudo do direito internacional. Nesse artigo é trazido um excerto da obra, o capítulo intitulado “A civilização e o direito da guerra”, no qual Clausewitz é mencionado. Lima Sobrinho (1922) diz ser, de acordo com internacionalistas, a violência o elemento essencial das guerras e para ele, o prussiano oferece uma definição adequada do termo: “Clausewitz definiu-a perfeitamente como um conjunto de atos de violência por meio dos quais um beligerante procura impor a sua vontade ao outro. Para tal fim o homem emprega todos os meios eficazes de que pode dispor” (LIMA SOBRINHO, 1922, p. 2).

Sem criticar ou enaltecer Clausewitz e suas ideias, Barbosa Lima Sobrinho (1922), advogado, professor e político, buscou entre os teóricos da guerra aquele que tivesse produzido

⁹¹ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

uma descrição realista do que é a guerra⁹². Como outros leitores de Clausewitz, Lima Sobrinho (1922) também se interessou pela conceituação de guerra absoluta.

Trazendo para a política doméstica o impacto do tratado de paz, Heitor Vargas escreveu “Os ensinamentos da caserna” publicado no dia 17 de julho de 1928, no jornal *Correio da Manhã*, debatendo a ideia de que as barbáries vistas na I Guerra Mundial, empregadas por todos os países participantes, e não só pela Alemanha, nada mais eram do que a prática daquilo constantemente ensinado nas instituições militares: “E, por isso, todos os exércitos, no correr da luta, não foram menos culpados que o exército alemão. Todos praticaram os mesmos crimes. Agiram da mesma forma. Procederam sob a influência das mesmas “doutrinas” (VARGAS, 1928, p. 2). A seu ver, a possibilidade de transpor para o Brasil os ensinamentos e práticas das instituições militares europeias, deveria ser imediatamente abandonada:

É precisamente, esta mentalidade criminoso e covarde que os militaristas/indígenas procuram insuflar, pelo sorteio militar, aos jovens brasileiros. Precisamos, segundo eles, criar aqui na América os mesmos problemas e rivalidades. Copiar tudo que traga o rótulo europeu. Engolirmos todas as drogas europeias por mais torpes que sejam (VARGAS, 1928, p. 2).

Clausewitz novamente é retratado como o teórico que não vê a possibilidade da moderação em uma guerra: “Clausewitz, o mentor da mentalidade intelectual nas escolas de guerra, o grande mestre, a “divindade” dos militares, ensina: “Não se poderia introduzir na filosofia de guerra um princípio de moderação sem cometer um absurdo” (VARGAS, 1928, p. 2).

Vargas (1928) não direcionava sua crítica a um determinado grupo, mas é necessário lembrar que a Missão Militar Francesa estava instruindo os militares do Exército brasileiro desde o ano 1920.

2.5 A Missão Militar Francesa

Clausewitz teria “desembarcado” no Brasil junto com a Missão Militar Francesa? O ideário clausewitziano seria útil à França no encargo de instruir o Exército brasileiro nas décadas de 1920 até 1940? Como já aludido nesta pesquisa, Clausewitz passou a circular com mais intensidade na França com o término da Guerra Franco-Prussiana, isto é, a datar de 1871. Aron (1986b) indica que os ensinamentos do general prussiano trabalhados nos cursos e executados nas práticas militares franceses se deram por meio do general Ferdinand Foch, como

⁹² Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

também já registrado neste trabalho, um dos leitores que destacaram a concepção de guerra absoluta de Clausewitz no tempo da I Guerra Mundial. Aron (1986b) critica a interpretação do general Foch sobre os ensinamentos de Clausewitz, publicada no ano de 1903, no livro *Príncipes de la guerre*, sobretudo a ideia de guerra absoluta:

Confunde o conceito da guerra absoluta com a realidade das guerras nacionais e explica estas últimas em termos que nem sempre são coerentes [...] não fez uma distinção entre guerra real, e o conceito de guerra absoluta o levou em direção ao de guerra total ou, se preferirmos, de mobilização total dos recursos *em vista de uma decisão radical* (ARON, 1986b, p. 29-30).

Aron (1986b) critica a tradução de *Da Guerra* feita por Vatry utilizada por Foch, pois além de conter imprecisões de tradução era limitada a distintas partes da obra, como abordado na parte I desta pesquisa. Uma “tradução imperfeita” e o embasamento nas palavras do alemão Colmar von der Goltz trazidas no livro traduzido como *La nation armée* (1884), podem ter contribuído para a interpretação de Foch. Mesmo sob essas considerações, Aron (1986b) não deixa de criticar *Principes de la guerre*:

O livro de F. Foch, *Principes de la guerre*, que surgira em 1903, onde eram reproduzidas as conferências de 1900, nos ensina, melhor do que qualquer outro, a que ponto os oficiais da época, incapazes de compreenderem o pensamento global do prussiano, acabavam por caricaturá-lo quando pensavam compreender sua essência (ARON, 1986b, p. 28).

Howard (1983) observa que Colmar von der Goltz, o mais lido dos estrategistas alemães, tratava sobre a impossibilidade de que uma guerra na Europa pudesse ser distinta de uma “guerra total”, isso antes da década de 1900:

Se duas nações europeias de primeira ordem entrarem em conflito, todas as suas forças organizadas serão postas imediatamente em ação para decidir a contenda. Todas as considerações de ordem política, frutos da falta de entusiasmo das guerras de alianças, cairão por terra... Toda a energia moral será reunida por uma luta de vida ou morte. Toda a soma de inteligência existente nos dois povos será empregada para a sua mútua destruição (apud HOWARD, 1983, p. 57).

Foch, anos depois, repetiria quase a mesma ideia de Goltz: “Daqui para a frente, você tem que ir aos limites extremos para encontrar o propósito da guerra. Como o lado vencido nunca reconhece a derrota antes de ter sido privado de todos os meios de reação, o que deve ter em mente é a destruição daqueles meios” (apud HOWARD, 1983, p. 57).

Mesmo o conceito essencial de Clausewitz – a guerra é apenas um instrumento da política de Estado por outros meios – teve adaptação para que pudesse levar a uma “guerra total” (HOWARD, 1983). Goltz propunha:

A guerra é sempre a serva da política (...) sem uma boa política, o êxito na guerra é improvável. A guerra não terá de maneira alguma a sua importância reduzida por este motivo... se ao menos o Comandante-em-Chefe e os principais políticos estiverem de acordo de que, em qualquer circunstância, a guerra serve melhor aos fins da política através de uma derrota completa do inimigo (apud HOWARD, 1983, p. 57).

Nessa conjuntura, as condições sociais e econômicas da Europa no início do século passado haviam produzido Forças Armadas incapazes de lutar “guerras limitadas”. Isto posto, a condução da I Guerra Mundial não pode ser vinculada à leitura de Clausewitz pelos chefes militares dos países europeus, a estrutura social e política da época teria determinado a condução dos eventos (HOWARD, 1983).

Bellintani (2009) destaca a centralidade de Clausewitz e Foch para o Exército da França dos anos 20. Os valores e ideais que constituíram a doutrina militar dos franceses no pós-I Guerra – guerra total ou nacional, caráter do chefe, servidão e obediência, disciplina, espírito de grupo, confiança, coragem, ambição, moral e hierarquia – eram baseados nas concepções de Clausewitz e Foch. Ou seja, os princípios militares da França que seriam repassados aos militares brasileiros por meio da Missão Militar Francesa eram embasados nas ideias de Clausewitz e Foch.

Constatada a importância de Foch e Clausewitz para o Exército da França no tempo da MMF, o artigo “Marechal Foch” publicado no dia 10 de abril de 1929, na revista *A Defesa Nacional*, é mais uma evidência da circulação da obra do marechal francês no Exército brasileiro⁹³. Nessa direção, é possível que a visão de Foch sobre Clausewitz tenha sobressaído sobre os militares brasileiros, com proeminência para a noção de guerra absoluta? Ou com a base da doutrina de guerra francesa na estratégia defensiva no pós-I Guerra, outros elementos da teoria clausewitziana seriam mais relevantes? Vejamos:

⁹³ Quando Gamelin partiu da França em direção à chefia da MMF no Brasil, o marechal Ferdinand Foch o lembrou de que ‘a guerra não se transpõe de uma parte do mundo para outra, mas é sempre guerra’ (CASTELLO BRANCO, 1957, apud SANTOS, 2004, p. 185). Gamelin colocou como uma das prioridades da Missão “transformar a doutrina em reflexo” (TREVISAN, 2011, p. 161), como dito em seu discurso na inauguração da Escola de Estado-Maior: ‘E, quando estiverdes progressivamente habituados a encará-las (as questões táticas) da mesma maneira [que as doutrinárias], poderemos dizer que a Doutrina passou para os vossos reflexos’ (TREVISAN, 2011, p. 161). Alcançar tal intento levaria, primeiramente, à necessária sistematização dos propósitos. Em três palestras sobre a temática, “a presença de Clausewitz era constante, porém nunca diretamente mencionado” (TREVISAN, 2011, p. 162). Gamelin dizia: ‘A guerra é a luta de duas vontades. A arte da guerra consiste em impor sua vontade, apesar do inimigo. Dessa dupla definição, vamos concluir como devemos raciocinar num problema de guerra. O primeiro estágio da doutrina é um método de raciocínio (GAMELIN apud TREVISAN, 2011, p. 162).

A figura majestática do Grande Marechal da Vitória projetou-se sobre o mundo inteiro em toda sua grandeza por ocasião de seu passamento, isto é, de sua entrada triunfal no mundo da imortalidade.

Nós não podemos deixar de registrar em nossas páginas a repercussão desse acontecimento de tão alto relevo. Além dos serviços de ordem geral que todos lhe devemos por ter dirigido as hostes vitoriosas da segunda batalha do Marne, da admiração que lhe consagramos pelo seu saber, que soube tão bem transmitir e fazer frutificar, há a influência de seu gênio constituindo como que a sólida base de nossa cultura profissional.

A doutrina de guerra que professamos, o método porque tratamos os fenômenos da guerra, aqui trazidos por Gamelin e os oficiais da M. M. F., assentam nas formidáveis lições da história que Foch interpretou e que ensinou a interpretar. **Nada há de novo a acrescentar as suas obras “Des principes de la guerre” e “De la conduite de la guerre”**, a tal ponto são elas claras, verdadeiras e precisas. Ele aplicou nos pontos de luta que ocupou os princípios, métodos e conselhos que apregou. Verificou-os sob várias formas e em diversos escalões do comando. Vi-os aplicar com maestria e sucesso por seus discípulos e também pude verificar que eram logo castigados por cair em situações de graves consequências ou em erros irreparáveis, aqueles que o desprezam. E com isso deu-nos mais de uma de suas soberbas lições: a confiança que devemos ter em nossos princípios e o critério com que devemos segui-los (A Defesa Nacional, 1929, p. 231).

No tempo da MMF, um dos temas mais debatidos n’A *Defesa Nacional* era a guerra e a preparação do Exército. Nesse cenário, têm-se o artigo “Nova Mentalidade Militar”, publicado no dia 10 de maio de 1923, na edição de número 115, por Moreira Guimarães (1923). Aí ele lembrou que mesmo com a transformação da mentalidade militar - “Ontem, queria a guerra pela guerra. Hoje é pela paz que assiduamente trabalha” (p. 613) - os militares de uma Força Armada deveriam se preocupar com todos os aspectos concernentes a uma batalha, não constituindo exclusivamente um problema de tática, o saber das armas é mais complexo do que somente a tática, já tinha lembrado, Clausewitz. Nas palavras de Guimarães (1923):

Transmuta-se a mentalidade militar. Mas a preocupação da batalha é o que esclarece e inspira o soldado e o marinheiro nas suas cogitações da defesa nacional. A concepção e a mesma execução do argumento decisivo, dessa batalha que, com ser fenômeno verdadeiramente tático, não se reduz a simples problema de tática, – eis o que aí põe de manifesto a complexidade do saber das armas, complexidade estonteadora porquanto – no dizer de Clausewitz – ‘entre mil criaturas que se distinguem – essas pela imaginação, aquelas pela inteligência, as demais pela audácia – é possível que não se reúna as necessárias qualidades a um general ainda que medíocre, nem uma só dessas criaturas’ (GUIMARÃES, 1923, p. 613).

Isto é, a carreira das armas impõe diversos saberes, contudo nada pode dispensar a preparação para a execução da guerra:

É então que não sofre dúvida a importância da preparação, a que alude Clausewitz, afirmando o grande alemão pensador que foi Napoleão quem primeiro acentuou toda essa importância. Mas é também claro que os cuidados outros com o armamento, com a instrução, com o fardamento, com a saúde, com a organização em uma palavra – e com a organização, o comando, a administração – aí estão nessa indispensável

preparação que não se considera tão somente nas horas de mobilização, por isso que se vem fazendo, propositadamente, metodicamente, em todos os momentos (GUIMARÃES, 1923, p. 613).

O estudo da guerra era essencial nas instituições de ensino do Exército guiadas pela MMF, no curso de Estado-Maior, os alunos eram instruídos a considerar a conjuntura e identificar o inimigo contra o qual o Exército deveria elaborar seus planos de guerra. Nesse contexto, *A Defesa Nacional* publicaria, em sua edição 181 (10 de janeiro de 1929), “Como organizar e o que é um plano de guerra”, do capitão F. Saboia de Mello. Na obra de Clausewitz ele buscou a concepção de guerra:

‘A guerra não é somente um ato político, é também um instrumento político importante, continuação das relações políticas, sua execução por outros meios. A intenção política é o objetivo, a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio sem o objetivo’.
Que poderemos concluir dessa frase de CLAUSEWITZ, tantas vezes repetida?
Concluiremos que todo plano de operação é condicionado por diretivas políticas dadas pelo Governo aos Comandantes em Chefe nos vários teatros de operações, constituindo-lhes, dessa forma, um quadro dentro do qual estará limitada a sua liberdade de ação durante um certo período de luta, enquanto a situação não exigir novas diretivas.
Concluiremos, ainda, que todo plano de operações deve basear-se em diretivas dessa natureza, não podendo compreender um raciocínio estratégico de tamanha envergadura sem levar em linha de conta os objetivos políticos de guerra (MELLO, 1929, p. 52).

O Brasil deveria pensar no estabelecimento de seu plano de guerra, nesse caso, o primeiro passo seria ponderar a probabilidade do país participar de uma guerra. A seu ver, a conjuntura de tensão existente (“a Alemanha tentando se livrar das sanções do Tratado de Versalhes e, enquanto isso, reorganizava suas Forças Armadas; Rússia Soviética com os mesmos objetivos políticos do tempo de sua Monarquia; rivalidade entre Peru e Chile por Tacna e Arica, e a questão de limites entre Bolívia e Paraguai”) no pós-I Guerra era indicativa da possibilidade de uma nova guerra. Isto é, “o Brasil não pode, portanto, escapar a regra geral e não está isento de ser levado a guerra” (MELLO, 1929, p. 55). Comprovada tal possibilidade, deveria ser iniciada a organização de um plano de guerra: definir o inimigo. Outrossim, “visto que a guerra é a continuação da política por outros meios, é mister determinar o objetivo político da mesma, criar os meios militares, econômico e político indispensável a luta e, finalmente, fixar em que condições deve fazer o emprego das forças armadas do país” (MELLO, 1929, p. 55).

Não menos importante, o plano de guerra deveria lidar com outros elementos básicos, com destaque para o desenvolvimento de alianças (nossas e do adversário) e as neutralidades. Nesse cenário, era imprescindível o plano de guerra ser pautado no estudo da história do país, pois ele permitiria não só conhecer os adversários (seja do passado, presente ou futuro), como

também possibilitaria compreender as tendências das nações, para saber “quais serão os aliados de nossos adversários, quais serão os nossos próprios aliados, em meio de que neutralidade se travará a luta” (MELLO, 1929, p. 56). O principal elemento da teoria clausewitziana, a *formule*, de Aron (1986a), é utilizada por Mello (1929) para expressar a necessidade de o Brasil construir rapidamente seu plano de guerra, estruturado na centralidade da política.

2.6 Leitura conceitual

Finalmente, em “As Opiniões de Quatro Grandes Escritores Militares com Respeito a Arte da Guerra – 2º Clausewitz”, publicado no dia 19 de julho de 1909, no jornal *A Imprensa*, pelo coronel Trompowsky, a teoria de Clausewitz é o tema principal. Neste texto, o coronel destacou as principais concepções da teoria clausewitziana, a seu ver, presentes em sua obra maior, *Da Guerra*. Trompowsky (1909) basicamente estava interessado nas ideias de combate, defensiva e ofensiva. O combate seria o elemento central da teoria do general prussiano na visão do coronel brasileiro:

Para o general Prussiano, o fim principal da guerra é prostrar o adversário, e, este fim exige o emprego do máximo de forças em vista do maior esforço. O único meio eficaz na guerra é o combate, é a coisa essencial – o objetivo principal. “O combate, diz Clausewitz, constitui toda a atividade na guerra. No combate, a destruição da força oposta é o meio de atingir o fim, quando mesmo a luta não tenha efetivamente lugar, bastando uma simples demonstração para que a decisão se verifique; pois, neste caso, o inimigo só se retira manifestamente na convicção que, se aceitasse a pugna seria inevitavelmente derrotado. Na guerra, a destruição da força armada do adversário é, portanto, a pedra angular de todas as combinações. Falando da força armada do adversário, devemos expressamente observar que nada nos obriga a circunscrever essa ideia à força física; pelo contrário, tudo nos leva a compreender também a força moral, pela razão que essas duas forças se engrazam constantemente uma na outra até nas menores partes do ato da guerra, e que, por conseguinte, são inseparáveis” (TROMPOWSKY, 1909, p. 6).

Trompowsky (1909) alertou sobre a necessidade de se ler a obra completa de Clausewitz para compreendê-lo totalmente, principalmente para entender a importância central da ofensiva em sua teoria, já que muitos leitores desatentos creem que sua preferência é pela defensiva. Nessa direção, o coronel trouxe longas citações de Clausewitz sobre a ofensiva e a defensiva, tentando evidenciar ao seu leitor a predileção do general prussiano pela ofensiva. Cabe dizer que Trompowsky utilizou uma versão de *Da Guerra* em francês:

“Além da destruição da força armada do adversário, os diferentes fins que se pode ter em vista atingir na guerra são fins positivos e, por conseguinte, só a ofensiva é susceptível de possuí-los”. Não é menos necessário saber como Clausewitz compreende a defensiva.

“A passividade sendo inteiramente contrária a natureza da guerra, esta definição (a resistência) só pôde se aplicar a defesa quando se considera esta num ponto de vista inteiramente geral... A resistência não pode, pois, ser senão relativa, e a defesa – modificando frequentemente a sua forma geral – deve passar no correr da ação, em primeiro lugar, da parada a resposta; depois, no correr desta última – ao ataque. Pratica-se a defensiva num combate quando se aguarda, a pé firme, o choque do inimigo no ponto em que se está formado; numa batalha, quando se espera que o exército oposto venha afrontar as posições que se ocupa e o fogo das tropas que se comanda; numa campanha enfim, quando se aguarda a invasão do teatro da guerra que se escolheu. Até lá, a defesa não está de modo algum em contradição com a natureza da guerra, porque pode haver essa vantagem em esperar o inimigo um terreno, em posições ou em um teatro de operações cujos recursos se conhece, se estudou e se preparou de antemão. Mas desde que a resistência propriamente dita haja cumprido o seu dever, e atento a que, para manter a sua parte na direção da guerra, o defensor deve necessariamente responder aos tiros do atacante que recebeu, produz-se logo uma ação ofensiva da parte da própria defesa. A ação defensiva comporta, pois, atos ofensivos em cada um dos seus grãos, quer ai trate de combates ou batalhas, quer das campanhas.

Numa batalha defensiva pode-se, por exemplo, empregar ofensivamente as suas divisões isoladas. Cumpre, pois, não enxergar nesta forma da guerra um escudo, e sim uma arma tão apropriada á resposta como a parada.

[...]

“Uma guerra em que se visasse apenas empregar a vitória para repelir o inimigo, sem nunca atacá-lo por sua vez, seria tão insensata como uma batalha nas disposições, da qual presidiu a ideia única de uma defesa passiva absoluta” (TROMPOWSKY, 1909, p. 6).

O coronel brasileiro viu a defensiva como uma simples variedade da ofensiva e mais uma vez ele buscou palavras de Clausewitz para embasar sua conclusão:

Clausewitz diz ainda:

“O caráter essencial da guerra ofensiva é a rapidez, a decisão e a continuidade de ação. É preciso haver a maior celeridade nas operações. Toda perda de tempo, todo desvio inútil acarreta uma diminuição de força e constitui, conseqüentemente, um erro estratégico”.

Na tática como na estratégia a superioridade do número é, de todos os princípios, o que confere mais geralmente a vitória, assim se exprime o general prussiano num ponto importante do estudo da guerra, e acrescenta:

“Deve-se conduzir para o ponto decisivo o maior número possível de tropas; eis o primeiro princípio estratégico” (TROMPOWSKY, 1909, p. 6).

Trompowsky (1909) concluiu seu artigo citando mais uma vez Clausewitz sobre a relevância do combate e da necessidade de aniquilação do inimigo:

“Uma vez ganha a batalha e alcançada a vitória, cumpre, desde logo, sem nenhuma detença, sem transição, sem reflexão, sem, mesmo, tomar folego, lançar-se em perseguição do inimigo, atacá-lo por toda parte onde resista, apoderar-se da sua capital, aniquilar os seus exércitos de socorro e destruir todos os pontos de apoio da sua potência”.

Deparamos, aqui, com a noção de que uma vitória não poderia ser completa, si não fosse seguida do aniquilamento irremediável do inimigo; sem o que ela é, apenas, uma meia-medida, e não satisfaz aos fins da guerra (TROMPOWSKY, 1909, p. 6).

Diversos outros artigos de Trompowsky aludiam Clausewitz e sua teoria, mas nenhum deles trabalhou, tal como este, exclusivamente com as ideias do prussiano. Nos outros textos, em sua maioria, Trompowsky mencionava outros teóricos militares por meio das palavras de Clausewitz, como Napoleão e Jomini, por exemplo. Ou seja, Trompowsky parecia nutrir interesse pela teoria de Clausewitz, o citando sempre que possível em outros textos publicados nos jornais da época.

Mesmo com uma leitura não baseada em episódios históricos, preocupações institucionais ou pessoais, ou ataques a pessoas/instituições, o conceito preponderante de Clausewitz para Trompowsky (1909) era a ofensiva e a aniquilação do inimigo, sem espaço para outras ideias do prussiano.

Roberto Trompowsky Leitão de Almeida se dedicou ao magistério militar no Exército brasileiro, alcançando o cargo de professor e posteriormente de comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, interessado sobretudo no estudo da matemática, prática comum nos idos anos de 1870. Como delegado técnico na Convenção de Haia, indicado pelo Barão do Rio Branco, Trompowsky procurou estudar os progressos do ensino técnico e tático para depois disseminá-los nas instituições educacionais do Exército. Como incentivador de melhorias na educação dos militares do Exército, Trompowsky obteve o título de “Patrono do Magistério do Exército” e terminou sua carreira com a conquista do posto máximo da hierarquia militar, marechal.

Mais um caminho de pesquisa para a recepção e circulação de Clausewitz no Exército se consolida: compreender se o prussiano era lido nas instituições de ensino e qual a dimensão da leitura de Trompowsky sobre Clausewitz. Como Fuller e Meira Mattos, poderia o marechal ter reestruturado suas ideias e passado para outro tipo de interesse na teoria clausewitziana? Mais um ponto que pode expandir a compreensão sobre Clausewitz no território brasileiro, sobretudo no Exército.

Clausewitz era um teórico conhecido no Brasil nas primeiras décadas do século passado. De militares a civis, o general prussiano levantou distintas leituras: de teórico da guerra amoral e violenta, ao mestre da guerra. Como notado, as críticas a teoria clausewitziana se sobressaíram no período, sobretudo em razão da I Guerra Mundial. No entanto, deve ser destacada as particularidades entre os textos publicados nos jornais e na revista *A Defesa Nacional*. Se nos jornais, os artigos, em sua maioria escrito por civis, tinham relação com os eventos da I Guerra Mundial e a condenação de Clausewitz pelos “horrores” praticados na guerra, no periódico militar, a leitura era mais voltada ao processo de profissionalização, com leituras de “caráter prático”, sem o intento de culpá-lo por ser o mentor das ações alemãs nos campos de batalha.

No mais, a investigação mostrou como foi precoce no Brasil a ideia de que o general prussiano era o teórico da guerra levada aos extremos, com textos trabalhando com essa visão antes mesmo da I Guerra Mundial.

No caso do general Setembrino, a dita utilização da teoria clausewitziana nos campos de batalha do Contestado, demonstra a transposição de suas ideias sem considerar o seu contexto de produção e seus objetivos, um dos mal-entendidos descritos por Bourdieu (2002), já que Clausewitz direcionava seus pensamentos para a guerra entre Estados e alertava para a não utilização de sua obra como um manual de instruções para a guerra. Na direção contrária, mais preocupado em discutir as concepções do prussiano, o marechal Trompowsky publicou diversos textos voltados à compreensão das ideias clausewitzianas, sem levantar julgamentos, ou impor perspectivas e problemáticas conjunturais à teoria do general prussiano.

Nessa direção, buscou-se elucidar como se desenvolveram as leituras de Clausewitz entre os anos de 1889 a 1929, com destaque para a circulação do intelectual como o teórico da guerra sanguinária e violenta, responsável pelas barbáries praticadas pela Alemanha nos campos de batalha. Contudo, também procurou-se demonstrar que esse não era um tipo de leitura uníssona no Brasil, ou fora dele, com leitores interessados em outras perspectivas de sua obra, por exemplo, a relação entre guerra e política.

CAPÍTULO 3

REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: O IMPERATIVO DO REARMAMENTO, DA INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL E A INTERVENÇÃO MODERADORA (1930-1959)

O objetivo deste capítulo é examinar como se processou a evolução do Exército brasileiro no período de intensas transformações sociais, políticas e econômicas, com a Revolução de 30, a Revolução Constitucionalista de 1932, a Intentona Comunista de 1935 e os governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954). No plano externo, a tensão por uma nova guerra mundial alçou com mais veemência o imperativo de modernização das armas do Exército, e também a sua preparação para a guerra. Com o Exército sendo reorganizado pela dupla Góes-Dutra, a tese do rearmamento passou ao plano central, principalmente com a II Guerra Mundial. Nessa direção, a aliança com os Estados Unidos ganhava força e respondia aos anseios de Góes-Dutra, com o envio de equipamentos bélicos, e de Vargas, com subsídios para a industrialização brasileira. Com o início da Guerra Fria, a união com os Estados Unidos é mantida, principalmente sob a ordem de combate ao comunismo, Vargas se distancia do poder e cada vez mais o Exército se consolidava como importante ator na política nacional.

3.1 Revolução de 30: declínio da Primeira República e o início da intervenção moderadora do Exército

Não cabe aqui retomar os processos que levaram à Revolução de 1930. Basta dizer que, depois da vitória do paulista Julio Prestes sobre Getúlio Vargas e com o assassinato de João Pessoa, a 26 de julho, os preparativos para a revolução urgiram. Logo, os chefes militares passaram a pressionar os chefes políticos para que tomassem posicionamento. Góes Monteiro, então comandante do 3º Regimento de Cavalaria Independente e tenente-coronel, em São Luís Gonzaga (RS), é incumbido da chefia do Estado-Maior das Forças Revolucionárias. Góes passou à ativa dos planos para executar “uma verdadeira revolução no Brasil”, a qual deveria ocorrer, a seu ver, sem participação popular e sem alterar drasticamente a conjuntura social. Com a revolução, o tenente-coronel esperava criar um estado autoritário, com forte presença do Exército, que reestruturasse o Brasil.

O levante se iniciou no Rio Grande do Sul, com três ataques a posições militares de Porto Alegre, no dia 3 de outubro de 1930. Na madrugada de 4 de outubro, todas as unidades militares do Rio Grande do Sul já estavam sob controle dos revolucionários. Os gaúchos, diante de um manifesto feito por Vargas ainda no dia supracitado, aderiram à revolução. Poucos dias depois, cerca de 50 mil voluntários se alistaram para lutar. Na cidade de Belo Horizonte, a revolução teve início no mesmo dia de Porto Alegre e, em poucos dias, também estava dominada pelos revolucionários. No Norte e Nordeste, o levante foi realizado no dia 4 de outubro e a maior resistência veio do Recife, a qual durou até o dia 6 de outubro. No dia de 10 de outubro, Vargas e Góes juntos ao Estado-Maior Civil e Militar da Revolução seguiram para o norte do Paraná, mais especificamente, na cidade de Ponta Grossa, considerando que teriam que lutar contra as tropas legalistas do general José Pais de Andrade (ABREU, 2015).

Quando preparava o ataque final da revolução, Góes obteve informações sobre a conjuntura na capital do país. No Rio de Janeiro, Tasso Fragoso, Mena Barreto e outros generais passaram a se mobilizar para obter a renúncia pacífica do presidente Washington Luís, a qual sucedeu no dia 24 de outubro de 1930⁹⁴. Com a destituição do presidente Washington Luís, o poder foi transferido a uma junta governativa provisória composta por militares: o general Tasso Fragoso, o general João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha. A junta, ainda no dia 24 de outubro, constituiu um novo ministério, contando com a presença do general José Fernandes Leite de Castro (Guerra), Isaías de Noronha (Marinha) e Afrânio de Melo Franco (Relações Exteriores). Como a junta e o ministério não deixavam clara as suas intenções, Vargas e os revolucionários comunicaram que prosseguiriam na luta caso aquele não fosse reconhecido como chefe de um Governo Provisório. No dia 28 de outubro, a junta e o grupo revolucionário alcançaram um acordo e, em proclamação ao país, comunicaram que Vargas assumiria o poder⁹⁵. Sua posse ocorreu no dia 3 de novembro de 1930, estabelecendo uma nova disputa pelo poder na política brasileira.

⁹⁴ O envolvimento do general Tasso Fragoso na Revolução de 30 é digno de nota. Como dito anteriormente, o general era entusiasta da ideia de um Exército mais organizado, disciplinado e profissional, distante da política partidária. Ele também tinha participado da derrubada do Império. Embora não se arrependesse de sua participação, dizia ter aprendido que levantes parciais que davam o governo aos militares tiravam o Exército de sua função. Sobre 1930, Tasso reconheceu que o país passava por uma comoção ou revolução nacional e que não ficaria bem para os militares defenderem um governo que a Nação não apoiava (McCANN, 2007).

⁹⁵ Carvalho (2006) nomeou esse episódio como Movimento Pacificador e o destaca como uma importante intervenção do Exército na política nacional, “pois foi a primeira tomada do poder pelos militares planejada e executada pelos altos escalões das duas forças” (CARVALHO, 2006, p. 51). O Movimento, por meio da influência do general Tasso Fragoso, decidiu “passar o governo ao chefe dos revoltosos”, plano diferente do planejado pelo coronel Bertholdo Klinger, designado chefe do Estado-Maior das Forças Pacificadoras. Klinger tinha como alvo “tomar o poder para resolver o impasse entre legalistas e revolucionários, promovendo-se novas eleições” (CARVALHO, 2006, p. 51).

Com a Revolução de 30 um dos principais responsáveis pela disseminação e consolidação do novo tipo de intervenção política do Exército, a moderadora, se destaca: Góes Monteiro (CARVALHO, 2006). Um dos alunos da Missão Militar Francesa, Góes será o responsável pela reestruturação da Força Terrestre na década de 30, abalada pela quebra de hierarquia e disciplina desde os levantes tenentistas. O envolvimento de Góes na Revolução de 30, assim como de outros oficiais do Exército brasileiro, demonstra que a MMF não pode distanciar os militares da política, contrariamente, parece os ter induzido a um tipo distinto de ativismo político⁹⁶. Góes declarou os motivos que o levaram a participar da Revolução de 30:

Um único motivo, o mais elevado, e, por isso, predominante sobre todos os mais que pudessem existir, levou-me a aceitar o convite: a convicção de que a atitude que tomava era em bem da Pátria ameaçada de dissociação por uma política que só fazia malefícios ao povo, reconhecendo que pelos meios pacíficos era impossível mudar a mentalidade dos dirigentes, dos homens que assenhoreavam do poder, e que dele usavam e abusavam para satisfazer os baixos apetites pessoais e interesses faciosos, não produzindo nenhum bem para a coletividade. As questões mais importantes para a vida da Nação ficavam insolúveis, como a questão social, questão econômico-financeira e outros problemas nacionais. O Exército, desaparelhado materialmente estava sendo empregado como instrumento de compressão política contra o povo, sendo assim desvirtuado de suas funções naturais. Tudo isso, e mais a revolta geral que se via latente em todos os meios, induziram-me a aceitar e desempenhar o papel para que fora solicitado (MONTEIRO, s/d, p. 44-45).

No Governo Provisório, Vargas compôs o poder com aqueles que haviam participado ou apoiado a Revolução de 30. Fechou o Congresso, as câmaras legislativas estaduais e municipais, anulou a Constituição de 1891 e as Constituições dos estados. Destituiu os governadores estaduais (conservou o governador eleito em Minas Gerais, Olegário Maciel) e nomeou interventores, sendo sete deles, inicialmente, tenentes, provocando revolta das oligarquias tradicionais. Concomitantemente, Vargas pessoalmente elaborou seu gabinete, indicando os ministros que o comporiam. O novo ministério de Getúlio Vargas não só deu poder político aos revolucionários como também supriu os interesses regionais clássicos.

No Exército não tivemos conjuntura distinta, Vargas manteve aqueles que tinham apoiado a causa de 30 e concordaram com a deposição de Washington Luís. No final do mês

⁹⁶ Góes adotava a conduta dos instrutores franceses, pelo menos inicialmente, de conservar a neutralidade no jogo político (doutrina do Exército como grande mudo), tanto é que lutou ao lado das tropas governamentais contra a Coluna Prestes entre os anos de 1924-1927. Mas, a Revolução de 30 deu a Góes a oportunidade de comandar os revolucionários (aqueles que combateu na década de 20) e com isso pleitear a ascensão na sua carreira, já que na época o mérito não garantia promoções. Com a vitória dos revolucionários Góes ganha papel de destaque, mas também encara uma conjuntura complicada, pois tinha a obrigação de reestruturar uma instituição dividida (havia contenda entre militares rebeldes e legalistas; entre oficiais subalternos e oficiais superiores e oficiais gerais; entre oficiais e praças; entre Exército e Marinha e entre Exército e policiais militares), mal treinada e que não possuía armamento apropriado (CARVALHO, 2006).

de novembro de 1930 e, continuando no ano posterior, procedeu com a retirada de oficiais de alto escalão cujas atitudes eram incompatíveis com a Revolução de 30. Nesse cenário, o debate sobre as promoções se propagou e gerou tensões na instituição, já que muitos militares questionavam os critérios e procedimentos para as promoções adotados pelo Governo Provisório no ano de 1931.

O caso é intensificado com a realização de um dos objetivos dos tenentes na Revolução: a anistia e a reincorporação de oficiais e estudantes da escola militar expulsos durante a década de 1920. Com isso, 508 estudantes exonerados voltaram ao Exército, passaram por um curso de um ano e obtiveram uma promoção ao cargo de primeiro-tenente, posto que teriam caso não tivessem sido expulsos. O regresso desses militares constituiu um problema para os primeiros-tenentes. Diversos deles haviam participado da Revolução, cumpriram seis ou sete anos de serviço pós-academia e subitamente viram-se ultrapassados 508 posições na lista do Exército. Com os protestos, o recurso oferecido pelo então ministro da Guerra Leite de Castro (1930-1932) envolveu a elaboração de listas paralelas de primeiros-tenentes, uma com os de 1922 e outra com os de 1930, assim, eles estariam classificados em escalas não concorrentes de promoção (McCANN, 2007).

Grandes controvérsias vieram do fato dos tenentes terem ocupados os governos estaduais, sob o regime das intervenções, sendo que uma das mais fortes manifestações de contrariedade se desenvolveu em São Paulo (SODRÉ, 1965). Mais do que em qualquer outro estado, a ideia de interventores tenentes incomodou os paulistas. O domínio dos poderes Executivo e Legislativo nas mãos de jovens militares era inaceitável para as velhas oligarquias estaduais. Um dos partidos integrantes da Aliança Nacional, o Partido Democrático (PD), planejava governar São Paulo, no entanto, Vargas nomeou como interventor o tenente João Alberto Lins de Barros. Com o propósito de conciliar o PD e João Alberto, o Governo Provisório estabeleceu que a interventoria paulista teria um secretariado comandado pelo partido paulista.

Os tenentes procuraram expandir a sua base política imediatamente após a Revolução de 30. Organizações tenentistas se disseminaram pelo país, com o objetivo não só de preservar a obra da Revolução, mas também de estabelecer as suas próximas ações no Governo Provisório, dentre elas: as Legiões Revolucionárias, instituídas no final do ano de 1930, e o Clube 3 de Outubro, idealizado em 1931. Com a criação da Legião Revolucionária, com sede em São Paulo, Miguel Costa, João Alberto e Mendonça Lima tentaram obter apoio popular à Revolução, ao governo Vargas e combater o regionalismo. Diante da progressiva hostilidade das forças civis paulistas contra os tenentes, a Legião tentou se aproximar dos setores

trabalhistas para buscar uma base de apoio mais sólido, mas não obteve sucesso⁹⁷. Nesse cenário, a Legião Revolucionária é transformada, por Miguel Costa, no Partido Popular Paulista. Com isto, apenas o Clube 3 de Outubro avançou como organização dedicada a articular a ação dos tenentes em esfera nacional (VIVIANI, 2009).

No mês de abril de 1931, o PD rompe oficialmente com João Alberto e coopera na realização do levante com a Força Pública de São Paulo para depor o interventor paulista. Meses mais tarde, mais especificamente em 13 de julho de 1931, desentendimentos entre os tenentes João Alberto e Miguel Costa levaram o interventor a pedir demissão do cargo. Mesmo após a saída de João Alberto, o governo de São Paulo não vai para as mãos do PD. Os substitutos de João Alberto, o paulista e civil Laudo Ferreira de Camargo (junho-novembro de 1931), e depois o militar Manuel Rabelo (1931-1932), não obtiveram êxito em controlar a tensão entre os oligarcas do Partido Republicano Paulista (PRP) e PD e os tenentes (FAUSTO, 1971).

Nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a conciliação entre oligarcas e tenentes ainda vigorava. No entanto, ao passo que a campanha pela reconstitucionalização do país se consolidava entre os oligarcas como a principal estratégia para alcançar o poder, o rompimento se tornava cada vez mais inevitável. Nessa conjuntura, os tradicionais partidos oligarcas se congregaram nas Frentes Únicas. O PD se aliou ao PRP, o Partido Libertador (PL) se uniu ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e a oligarquia mineira constituiu uma aliança. As Frentes Únicas estaduais passaram a uma atuação conjunta no plano federal, exigindo um novo código eleitoral, a convocação da Constituinte e um interventor civil e paulista para governar São Paulo.

Com a progressiva pressão da oligarquia pela constitucionalização imediata, Vargas não teve mais como resistir ao processo constitucionalizante. Consequentemente, decretou um novo código eleitoral, no dia 24 de fevereiro de 1932, e marcou a data das eleições para a Assembleia Constituinte. Os tenentes contestaram a decisão, já que viam a reconstitucionalização como uma derrota e discursavam sobre a importância da manutenção da ditadura revolucionária e, por consequência, do adiamento das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, até que as reformas econômicas e sociais propostas pelos revolucionários pudessem ser efetivadas e a

⁹⁷ No entanto, João Alberto e seu secretariado, ao assumirem a interventoria paulista, haviam se colocado contra ‘agitações de caráter comunista ou anarquista, estando firmemente resolvido a reprimir com severidade as tentativas que se façam para perturbar a ordem pública, danificar a propriedade particular ou para ofender as pessoas’ (apud SODRÉ, 1965, p. 248). Ou seja, é possível que o posicionamento de João Alberto tenha se transformado a partir da intensificação da hostilidade dos paulistas aos tenentes e a necessidade de buscar uma base de apoio junto trabalhadores. Como já pontuado anteriormente, o movimento operário politizado, inspirado no comunismo e no anarquismo, se expandia e se constituía como força relevante no período, as quais não poderiam ser desconsideradas por Vargas, ou pelos elementos que buscavam o poder.

população mais inculta estivesse mais preparada para efetivamente desempenhar seus direitos políticos (FORJAZ, 2015). Nesse contexto, os mais radicais dentro das Frentes Únicas passaram a articular com mais veemência um plano para derrubar o Governo Provisório. Os paulistas se uniram na empreitada, enquanto isso, os grupos gaúchos e mineiros buscavam uma solução não tão extrema.

3.2 O pós-30: a consolidação da intervenção moderadora do Exército

No Exército, o clima de revoltas e conspirações contra Vargas também estava presente, principalmente entre os militares do estado de São Paulo. Não por acaso no dia 9 de julho de 1932, a Força Pública Paulista e todas as guarnições do Exército no estado se insurgiram contra o Governo Provisório e deram início a uma guerra civil, no episódio denominado de Revolta Constitucionalista.

Os insurgentes paulistas se colocaram em defesa, pois não esperavam a luta e sim o apoio de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e das tropas de Bertoldo Klinger (um dos Jovens Turcos e um dos fundadores d'*A Defesa Nacional*) vindas do Mato Grosso, para que as unidades do Rio destituíssem Vargas. O governador de Minas e o interventor do Rio Grande do Sul mantiveram a lealdade ao Governo Provisório, e suas forças estaduais acabaram por ocupar São Paulo para combater os insurrectos. Góes Monteiro, como general nomeado por Vargas, comandou o Exército do Leste e decidiu empreender uma guerra de atrito, na qual basicamente impediria a entrada de suprimentos no estado de São Paulo, para evitar perda de vidas e material. Contudo, a vitória não viria fácil e tranquilamente, pois como declarou Góes, a carência dos meios (humanos e materiais) do Exército e a vontade e organização dos homens de São Paulo tornaria a guerra duradoura e intensa⁹⁸. Dois meses após o início das batalhas, no dia 29 de setembro de 1932, Bertoldo Klinger telegrafou a Vargas propondo a conclusão da guerra entre o estado de São Paulo e o governo central.

Com o término da guerra civil, Góes buscou Vargas para debater a necessidade de reestruturação e de investimentos maciços no Exército. Góes se preocupava com os inimigos interno (oligarcas) e externo (Argentina) do Brasil. Cotejando o Exército brasileiro ao argentino, o general expôs a superioridade da Força Terrestre da Argentina e alertou para o

⁹⁸ O Exército tentava obter a liberação e embarque de armamentos que comprara na França. Os franceses – instrutores da Força Pública Paulista desde 1906 e do Exército brasileiro desde 1920 – postergavam os trâmites alegando preocupações humanitárias com a guerra civil brasileira, mas Vargas tinha suspeitas de que os mesmos estavam ressentidos pelas compras que o Brasil realizara com os Estados Unidos e outros países.

imperativo de se obter equipamento bélico moderno o mais rápido possível, isto é, por meio de importação. Não obstante Góes compreendesse a imprescindibilidade do desenvolvimento da produção e dos padrões nos arsenais do Exército, seu interesse a curto prazo era prover o Exército brasileiro do arsenal adequado para a defesa da Nação. Capacitação do material humano, isto é, a profissionalização, também era parte do plano do novo Exército pensado por Góes Monteiro.

O projeto de intervenção moderadora se consolidava e avançava no Exército através da ação de Bertoldo Klinger e Góes Monteiro. Voltando às ideologias de intervenção praticadas pelos militares durante a República, Carvalho (2006) destacou a proeminência de Bertoldo Klinger como representante da “intervenção moderadora” ou “soldado-corporação”. Na concepção de Carvalho (2006), Klinger se distanciava dos Jovens Turcos e da ideologia da “não-intervenção” por “admitir abertamente a intervenção na política, embora com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do Exército”, isto é, “concordava com a ideologia do soldado-cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar na política, mas discordava quanto à natureza da intervenção” (CARVALHO, 2006, p. 42-43). Klinger não compatibilizava com a intervenção independente da organização, propondo “uma intervenção controladora ou moderadora, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por ser órgão de cúpula, o Estado-Maior” (CARVALHO, 2006, p. 42-43). Góes, no entanto, ao alcançar o alto escalão do Exército seria o responsável por propagar o “intervencionismo da organização”, principalmente com a instituição do Estado Novo, no ano de 1937.

Com a eclosão da Revolução de 1930 e a Revolta Constitucionalista de 1932, o envolvimento político daqueles que estavam sendo instruídos pela MMF fez com que a Missão perdesse muito do prestígio alcançado na década de 1920. Nesse interim, parte dos oficiais franceses da MMF disponibilizaram seus serviços à Força Pública Paulista para derrubar o Governo Provisório, indo na direção contrária das concepções que buscavam transmitir aos oficiais brasileiros. No decorrer da década de 30, a MMF progressivamente diminuiu seus quadros no Brasil, sendo que entre os anos de 1934 a 1938, por volta de seis oficiais permaneceram no país. Góes Monteiro, incumbido do cargo de chefe do Estado-Maior do Exército, entre os anos de 1937 a 1943, reduziu a presença militar dos franceses no Brasil, a seu ver, os oficiais brasileiros já eram capazes de transmitir os ensinamentos da MMF. Isso não quer dizer que Góes era contra a MMF, tanto que declarava apoio a Missão, divulgava a importância desta para a evolução do conhecimento dos militares do Exército brasileiro e também os obstáculos que a mesma teve para empreender sua função:

A Missão Militar Francesa trazida ao Brasil pelo inesquecível Gamelin, prestou os mais importantes serviços ao Exército, que, não tendo participado da I Guerra Mundial, havia se atrasado no que concerne as questões relativas a doutrina de guerra e aos processos de combate e sua aplicação, quer na organização das forças do tempo de paz, quer na passagem para o pé de guerra [...] Com a vinda da Missão Militar Francesa, os nossos conhecimentos foram completados e aperfeiçoados progressivamente, por meio dos ensinamentos que ela trouxe e divulgou. Principalmente nas matérias relativas ao alto comando, serviço de Estado-Maior e organização e funcionamento desses serviços, e, igualmente, na prática e conhecimento dos meios modernos de combate e sua evolução crescente, os nossos oficiais receberam dela inspiração e impulsos muito importantes. O rendimento que a Missão Militar poderia ter dado teria sido, entretanto, maior, em correspondência com a proporção dos esforços que se lhe poderiam exigir, se não fossem obstáculos intrínsecos a natureza do nosso meio: a série de preconceitos e de defeitos nossos, a incompreensão e ignorância dos dirigentes, o espírito de rotina, os vícios e falta de recursos crônicos das nossas administrações. Em todo caso, alguns desses obstáculos foram transpostos e foi real a vantagem que nos proporcionou a Missão Militar Francesa (MONTEIRO, s/d, p. 177-179).

Mesmo que sem muita expressividade na década de 1930, a Missão Militar Francesa ainda permaneceu no Brasil até o ano de 1940, quando, por circunstância da nova guerra na Europa, a França precisou romper o contrato com o Brasil. Com o envio de oficiais experientes para chefiar a Missão nos anos 30, os franceses esperavam recuperar a importância que conquistaram na década de 1920, mas não obtiveram êxito (ARAÚJO, 2015). Na Tabela 4 é possível visualizar os oficiais franceses responsáveis pela MMF entre os anos de 1920 a 1940.

Tabela 4 – Oficiais franceses responsáveis pela Missão Militar Francesa no Brasil.

Oficial	Ano de Atuação
General Maurice Gamelin	1920-1945
General Frédéric Coffec	1925-1927
General Joseph Spire	1927-1930
General Charles Huntziger	1930-1933
Coronel Jules Baudouin	1933-1935
General Pol Noel	1935-1938
General Georges Chadebec de la Valade	1938-1940

Com o fim da guerra civil paulista, Vargas cumpriu sua palavra e promoveu uma Assembleia Constituinte. É preciso destacar os novos procedimentos instituídos pelo Código Eleitoral de 1932, os quais iriam gerir as eleições para a composição da Constituinte: voto

secreto, voto feminino, Justiça Eleitoral, órgão incumbido de organizar supervisionar as eleições. No mês de maio de 1933, as eleições para a Constituinte evidenciaram a vitória das oligarquias regionais, com inexpressiva votação para os tenentes. Em julho, as entidades de classes indicaram os seus representantes classistas. Nesse contexto, estavam escolhidos os duzentos e cinquenta e quatro constituintes. Os poucos tenentes eleitos tiveram apoio de bancadas da região Norte e dos representantes classistas para lutar por demandas, propensas à centralização do Estado e a consolidação do Governo Provisório, único meio das oligarquias do Norte encararem as oligarquias do Sul e do Sudeste (FORJAZ, 2015). Após oito meses de discussões, a Constituição é promulgada no dia 16 de julho de 1934. No plano político, os estados consolidaram sua importância por meio do princípio federalista, já o Governo Provisório sancionava sua intervenção em tópicos econômicos e sociais: jazidas minerais, minas, quedas d'água, empresas de seguro e bancos de depósito seriam nacionalizados. No plano da política social, tivemos ações que amparavam os trabalhadores: o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, criação da Justiça do Trabalho, descanso semanal e férias anuais remuneradas (PANDOLFI, 2003).

Com a morte de Olegário Maciel, interventor do estado de Minas Gerais, a disputa pela sucessão do governo mobilizou políticos em âmbito nacional. Dois candidatos pleitearam o cargo: Virgílio de Melo Franco, com apoio de Oswaldo Aranha, e Gustavo Capanema, membro do secretariado de Olegário e seu substituto interino à frente do governo, apoiado pelo governador gaúcho Flores da Cunha. O Governo Provisório, no entanto, optou por nomear para a interventoria mineira, o deputado federal Benedito Valadares. O episódio causou desestabilização na política nacional, proporcionando aos opositores a oportunidade de atrair importantes aliados, por exemplo, Góes Monteiro, nomeado por Vargas para o ministério da Guerra. Góes se candidatou a presidente constitucional, concorrendo com Getúlio Vargas e com Borges de Medeiros. Vargas venceu por 175 votos, contra 59 para Borges e, 4 para Góes. O general resolveu renunciar ao cargo, mas o presidente decidiu mantê-lo como seu ministro da Guerra, procurando minimizar a possibilidade de conflitos com o Exército, um dos principais pilares de sua conservação no poder (CARVALHO, 2006).

Quanto ao papel das Forças Armadas, a Constituição de 1934 conservou o estabelecido pela Constituição precursora, ou seja, a Carta de 1891: “As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, ordem e a lei (BRASIL, Constituição, 1934)”. Ou seja, é preservada a concepção de que os militares seriam obedientes aos seus superiores, dentro dos limites da lei. McCann (2007),

compartilhando da mesma percepção levantada por Stepan na década de 1970, pondera que a permanência do dispositivo que possibilitava aos militares julgarem as ordens presidenciais como “dentro da lei” indica que os políticos tinham a intenção de através da Constituição atribuir “um papel intervencionista ou moderador às Forças Armadas, ao qual pudessem recorrer para convocar soldados para seu lado em disputas entre o Executivo e o Congresso” (McCANN, 2007, p. 427).

Na década de 30, o Exército ainda buscava reestruturar o seu ensino e prover armamento moderno para seus regimentos e batalhões. O imperativo da industrialização para encerrar a dependência da importação de produtos, inclusive bélicos, era também uma das preocupações do Exército. O contexto de guerra entre os vizinhos do Brasil contribuiu para centralizar a dedicação da oficialidade nas questões acerca da educação, profissionalismo, treinamento e armamento⁹⁹.

Instigada pela disputa territorial entre Paraguai e Bolívia pela região do Chaco, a Guerra do Chaco, inquietava o presidente Vargas sobretudo pelo envolvimento da Argentina, já que dificultava o projeto brasileiro de consolidar laços com os bolivianos¹⁰⁰. Nessa conjuntura, o Estado-Maior do Exército brasileiro decidiu empreender um estudo para compreender não só a Guerra do Chaco, mas a conjuntura internacional e a possibilidade de novas guerras. Adidos militares viajaram por diversos países e após meses de observação voltaram com um diagnóstico: crises econômicas e sociais desestabilizaram a ordem mundial e causaram um cenário de instabilidade e incerteza, impossibilitando pactos estáveis entre as potências mundiais. Conseqüentemente, o Brasil poderia ser levado a participar, ser causa ou palco de uma nova guerra mundial.

Com tal perspectiva, elaboraram um prognóstico: o governo deveria instituir uma política (doméstica e externa) preventiva. No plano interno, necessitaria controlar os imigrantes, disseminando-os por todo o território para evitar concentrações de pessoas de mesma nacionalidade, neutralizar a participação direta de governos estrangeiros, coibir corporações de colonização estrangeira, instar o ensino e uso obrigatório do português e, além disso, impor a nacionalização dos nascidos no Brasil para impedir seus vínculos com os países de origem. Na política externa, o país tinha de estabelecer alianças, o ideal seria unir-se aos vizinhos sul-americanos, mas devido ao histórico de desavenças, uma coalizão provável (e

⁹⁹ Guerra do Chaco, entre os anos de 1932 a 1935 e disputa do território de Letícia entre Peru e Colômbia, de 1932 a 1933.

¹⁰⁰ No episódio da Guerra do Chaco, a Argentina proporcionava suporte econômico à Bolívia.

concomitante temível, conjecturando a dependência que provocaria) viria do Norte do Continente, isto é, com os Estados Unidos.

Nesse cenário, consideraram os analistas, era imprescindível o Brasil se organizar militarmente, isto é, se preparando não exclusivamente para guerras externas, mas também para guerras internas, visto os problemas enfrentados com os levantes tenentistas, nos anos 20, e a guerra civil paulista de 1932. Dispor de equipamentos bélicos avançados era indispensável para o processo de organização militar do Exército, questão que certamente perpassava a necessidade de industrialização do país. Como o projeto de industrialização demandaria investimento maciço, com o qual Vargas não poderia arcar no período, adquirir armas no exterior continuou sendo o posicionamento governamental, pelo menos até o programa de industrialização nacional ser iniciado e poder suprir as demandas por equipamentos bélicos necessários para a defesa da Nação. No pós-I Guerra Mundial, a temática do desarmamento era predominante na agenda internacional. Diversas conferências para discutir a política de desarmamento se desenvolveram durante a década de 1920 e 1930. No ano de 1922, nos Estados Unidos, a Conferência Naval de Washington¹⁰¹, a Conferência Pan-Americana, no Chile, no ano de 1923¹⁰², e a Conferência de Lausanne, na Suíça, no ano de 1932.

O evento realizado na Suíça é simbólico por marcar o encerramento dos pagamentos das reparações impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. Cabe destacar que até 1932, os alemães só tinham liquidado pouco mais de 23 bilhões dos 132 bilhões de marcos-ouro das

¹⁰¹ Os Estados Unidos da América decidiram convocar uma conferência para tratar sobre o desarmamento naval e a questão do Extremo Oriente. Os estadunidenses buscavam não só atender aos desejos da população pelo fim da corrida armamentista, como também acordar os termos de seu novo papel como uma potência marítima de primeira grandeza e conduzir seus negócios estratégicos no Pacífico, onde o Japão tinha sido favorecido com a Guerra Mundial. O governo norte-americano ainda dizia ser prioridade conter o expansionismo japonês na esfera naval e em sua relação com a China. Com tais perspectivas, o presidente Warren Harding (1921-1923) convidou à Conferência as principais potências marítimas (Reino Unido, Itália, França e Japão), outras nações que tinham interesses na Ásia (Bélgica, Portugal e Países Baixos), e também a China (GARCIA, 2003). Aqui é importante destacar que a crise econômica pós-guerra também era um importante aspecto para brevar a implementação de substanciosos programas navais, visto que a manutenção de grandes esquadras dispensava custos altos para os Estados. Na Conferência, os países participantes aprovaram um tratado de fixação de limites máximos de tonelagem para as esquadras das potências marítimas.

¹⁰² No ano de 1923, Washington sediou encontros que visavam a deliberação dos temas a serem tratados na Conferência Pan-Americana, a ser realizada no Chile, ainda em março de 1923. O Chile apresentou nessas reuniões um programa de intenções, que viria a ser conhecido como a tese XII. Um dos itens propunha que os países integrantes considerassem limitar o armamento regional, adotando uma “convenção destinada a reduzir em proporção igual os gastos militares e navais” (GARCIA, 2003, p. 178). O Brasil concordava com a ideia de desarmamento, como pronunciou o ministro das Relações Exteriores, José Félix Alves Pacheco (1923-1924), mas somente considerava aceitar uma limitação bélica em termos de “proporção igual” caso existisse uma ponderação acerca do tamanho territorial, volume populacional, extensão da orla marítima a defender e capacidade de mobilização. Além disso, a circunstância de que o Brasil apenas naquele período organizava e modernizava suas Forças Armadas era relevante para um possível acordo de desarmamento. Os países mais importantes e os que seriam mais impactados por um acordo de desarmamento, no caso, Argentina, Brasil e Chile, não entraram em consenso sobre o limite que seria imposto para a tonelagem dos navios capitais, assim, nenhum acordo sobre limitação se estabeleceu até o final da Conferência.

dívidas da I Guerra Mundial (BECKER, 2011). Depois de um ano da realização da Conferência de Lausanne, isto é, em 1933, Adolf Hitler (1933-1945) subiu ao poder e, em 1934, o regime nacional-socialista se consolidou na Alemanha. No ano de 1935, Hitler rompeu com a cláusula do Tratado de Versalhes acerca das limitações impostas às suas Forças Armadas e a produção de produtos bélicos, episódio que levou os países a se preparem para uma nova corrida armamentista, não obstante os acordos de desarmamento. Enquanto isso, na Itália, Benito Mussolini (1922-1943) alcançando o controle do Estado, em 1922, solidificava seu poder e as ideias do regime fascista se disseminavam pelo mundo. O impedimento ao avanço do nazismo e do fascismo vinha através das Frentes Populares, “um tipo de aliança centrada na unidade de ação dos partidos de esquerda, democráticas e antifascistas” (BELLIGNI, 1998).

No Brasil, no padrão das Frentes Populares, a Aliança Nacional Libertadora se atentava para o avanço do nazifascismo na Europa e no mundo, entretanto sua luta se concentraria na conjuntura da política brasileira da época, representando uma “reação contra a manutenção pela Revolução de 1930 do *status quo* social e político” (VIANNA, 2007, p. 404). O contexto da época também viabilizou a gênese de um grupo político, Aliança Integralista Brasileira (AIB), contrário aos levantes populares e rival da ANL, por trazerem para o Brasil o comunismo soviético.

3.3 1935: a ameaça comunista e os passos decisivos para a instalação da ditadura varguista

No ano de 1935, Vargas se reuniu com autoridades do governo e líderes do Congresso para debater o desenvolvimento de atividades comunistas e da conseqüente reação da direita política, especialmente da Ação Integralista Brasileira, grupo político de direita independente, criado no ano de 1932 pelo escritor paulista Plínio Salgado. A AIB proclamava ser destinada a proteger o Brasil sob o lema “Deus, Pátria e Família” contra os insucessos da política, da desintegração nacional, da luta de classes, do comunismo materialista, da ambição capitalista e dos padrões europeus de organização social e econômica (McCANN, 2007). O grupo levantava diversos princípios para promover a “grandeza nacional”: “um estabelecimento militar forte, controle governamental da economia, e organização política corporativa na qual os governos provinciais – os integralistas desprezavam até o termo “Estado” – estariam completamente subordinados à autoridade central” (HILTON, 1977, p. 24)¹⁰³. Com esses ideais o partido

¹⁰³ As concepções da AIB eram disseminadas através dos livros escritos por seu criador, Plínio Salgado, e publicados pela Companhia Editora Nacional.

prosperou rapidamente, tanto que pode eleger deputados estaduais, federais e conquistar diversos afiliados durante a eleição de 1934, apenas dois anos depois de sua gênese¹⁰⁴.

Diversas forças populares diante da decepção com a conjuntura política e social que circundava a Revolução de 30 e a Constituição de 1934, optaram por apoiar a Aliança Nacional Libertadora. O grupo recebia cada vez mais adeptos, embora o governo se empenhasse em suprimi-lo, e decidiu nomear um presidente de honra, Luiz Carlos Prestes¹⁰⁵. Trazendo como proposta política um governo popular nacional revolucionário capaz de destruir o imperialismo, o fascismo e o latifúndio, o ex-tenente buscava impactar, movimentar, várias camadas da população, contudo sem ter uma “estratégia revolucionária que aliasse a luta pela soberania nacional – tão cara aos militares da época – à luta de classes, numa sociedade já capitalista” (VIANNA, 2007, p. 407)¹⁰⁶.

Nesse contexto, Getúlio Vargas observava com receio não só o progressivo desenvolvimento de grupos políticos de direita e esquerda, mas também o inquietava o colapso econômico, a tensão no contexto mundial e a crise dos soldos. No ano de 1935, observamos a contenda entre militares e a Câmara pela aprovação de um projeto relacionado aos soldos, episódio que levou à demissão de Góes Monteiro do Ministério da Guerra e a uma tensão na relação com o político que concorreria à presidência no ano de 1938, Flores da Cunha, então governador constitucional do estado do Rio Grande do Sul (1935-1937). Logo depois da

¹⁰⁴ No entanto, o AIB não despertou interesse entre os operários. O distanciamento da classe operária ao partido pode ser fundamentado em distintas causas: comportamento elitista e, conseqüentemente, isolamento do povo; ligação com ideias de esquerda por parte dos trabalhadores politicamente ativos; e suporte legislativo que Vargas dava à classe trabalhadora (HILTON, 1977).

¹⁰⁵ Apesar de Prestes ser filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o partido ter constituído uma das forças da ANL, Sodré (1965) e Vianna (2007) constroem teses de que a organização e os levantes de 1935 não podem ser pensados sobre o prisma único do comunismo. Na visão de Sodré (1965) uma das formas do governo e das forças reacionárias barrarem as forças populares que travavam luta sob a ANL era “desfigurar o caráter da organização de frente, acoimando-a de extremista e criando as condições para o seu enquadramento policial” (SODRÉ, 1965, p. 255). Na perspectiva de Vianna (2007), o quadro democrático que se materializou na ANL tinha duas expressões: uma progressista, oposição contra a conservação da estrutura política e social pela Revolução de 30; outra, obsoleta, com um programa voltado para a instauração de um capitalismo nacional autárquico, “historicamente já superado pelo nível de desenvolvimento capitalista do país e pelo grau de inserção na economia mundial” (VIANNA, 2007, p. 404). Nos levantes perpetrados pela ANL, Vianna (2007) não condescende com a tese de que a Internacional Comunista tenha sido o instigador e o condutor das ações de 1935. A seu ver, as insurreições nos três estados brasileiros tinham “graus elevados de autonomia”, e o PCB, “não conseguiu imprimir às revoltas qualquer caráter político-partidário” (VIANNA, 2007, p. 404). No entanto, a ANL e os levantes tinham caráter tenentista, postura reconhecida por Prestes e demais integrantes da organização, levando Vianna (2007) a concluir: “a ANL foi essencialmente uma continuação do tenentismo” (VIANNA, 2007, p. 407).

¹⁰⁶ Uma parcela dos militares brasileiros buscava participar das atividades da AIB, talvez porque os seus ideais coadunassem: nacionalismo, anticomunismo, disciplina, ordem, unidade nacional e prestígio internacional. Militares reconhecidos eram aliados do integralismo, entre eles: Juarez Távora e Góes Monteiro.

desavença, o governador Cunha passou a exigir, na Câmara, a demissão de Góes¹⁰⁷. Com esse evento, Góes passou a ter mais “convicção de que não se conseguiria implementar uma política militar adequada enquanto continuasse a interferência da política dentro da organização” (CARVALHO, 2006, p. 92).

Uma rebelião perpetrada pelos integrantes da ANL veio à tona no dia 23 de novembro de 1935, em Natal. No entanto, não se irradiou pelo Brasil, sendo restrita, além de Natal, a Recife (24 de novembro) e Rio de Janeiro (27 de novembro). O levante induziu o Congresso a aprovar o pedido feito por Vargas de decretar estado de sítio e, em dezembro, a Casa aquiesceu em ampliar os poderes do governo federal estabelecendo estado de guerra por noventa dias. No entanto, o estado de guerra seria ininterruptamente renovado e provocaria uma onda de repreensão violenta de Vargas contra todos aqueles que julgava hostis – especialmente os comunistas – a seu governo¹⁰⁸. Os meios de comunicação, antes titubeantes quanto a ideia de uma invasão comunista no Brasil, passaram a cobrar do Congresso que atribuísse novos poderes ao presidente da República para que este pudesse lutar de igual para igual contra o inimigo. Ou seja, o governo tinha a partir de então um importante aliado na

Góes Monteiro ao interpretar a revolta de 1935, culpou a liberalidade da Constituição de 1934, a qual deu direito de voto ao soldado e permitiu o contato da caserna com políticos e ideias alóctones. A seu ver, o levante de 1935 consistiu na crise mais importante da Nação e continuávamos sob risco, devido a condição precária do Exército. O contragolpe, para Góes, deveria ser pautado não exclusivamente na punição dos rebeldes, mas também na resolução dos problemas institucionais do país. Isto é, o Brasil estava doente e três linhas de ação distintas poderiam salvá-lo, a tarefa do governo Vargas era optar por uma delas: “ (1) manter a Constituição e enfrentar a anarquia e o caos; (2) buscar a reforma constitucional como solução temporária; (3) dar um golpe de Estado, abolir a Constituição e impor um governo por uma junta até que uma nova Constituição pudesse ser escrita” (McCANN, 2007, p. 491).

¹⁰⁷ O aumento salarial também era requerido por funcionários públicos civis e a Câmara tomou uma decisão conciliatória: aprovar abono provisório para civis e militares. No entanto, Getúlio aprovou apenas a parte referente aos militares.

¹⁰⁸ Sodré (1965) traz um importante relato sobre como os comunistas, ou simplesmente pessoas com ideais democráticos, passaram a ser hostilizadas com a constante revogação do estado de guerra: “Criou-se o estereótipo de que contra comunistas, e no conceito eram abrangidos todos os que defendiam os interesses nacionais e os princípios democráticos, tudo era válido: tratava-se, não de gente, mas de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos. E, ao mesmo tempo que se acusava os comunistas de todas as atrocidades, sem qualquer discriminação. As bibliotecas foram varejadas, para serem “purificadas” de qualquer livro que contivesse a defesa da democracia, tida como posição subversiva. Fizeram-se autos-de-fé, queimando-se livros dos maiores romancistas nacionais, em praça pública, para escarmentar os possíveis leitores daquela ficção em que os problemas do país apareciam, sob forma artística. A cátedra universitária foi vitimada, dela sendo arrancados, para calabouços comuns, alguns de seus mais destacados vultos” (SODRÉ, 1965, p. 259).

Nesse ínterim, Vargas ainda temia pelo interesse de líderes paulistas em recuperar a presidência do país, há quem dizia que até mesmo seu ministro da Guerra, João Gomes Ribeiro (1935-1936), apoiava a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência nas eleições que sobreviriam no ano de 1938. No comando do Ministério da Guerra, Gomes constantemente ia na direção contrária do almejado pelos militares, principalmente quanto a reorganização da instituição. Outro nome preocupava Vargas nessa época: Flores da Cunha. Havia rumores de que no Rio Grande do Sul, o general Flores arquitetava ações militares, mas Getúlio desconhecia a justificativa de tal ação. O prognóstico de golpe despontava.

No campo militar, com a saída de João Gomes do Ministério da Guerra em dezembro de 1936, Eurico Gaspar Dutra alcançou o posto, um militar versado nos ideais reformistas dos Jovens Turcos e da revista *A Defesa Nacional*. O desentendimento entre Valdomiro Castilho de Lima e Góes Monteiro, levou o Exército a ser comandado pela dupla Dutra-Góes¹⁰⁹. Isto é, com Eurico Dutra comandando o ministério da Guerra (1937-1945) e Góes Monteiro conduzindo o Estado-Maior do Exército (1937-1943)¹¹⁰. No campo político, dois candidatos se lançaram à presidência para suceder a Getúlio Vargas: Armando de Sales Oliveira (São Paulo) e após a desistência de Benedito Valadares (Minas Gerais), José Américo de Almeida despontou como candidato (Paraíba).

Vargas lidava com outras preocupações à exceção das eleições de 1938. No dia 6 de agosto de 1937, em reunião com Dutra, Góes e Filinto Müller, o presidente obteve dados sobre o suposto progresso do comunismo no país¹¹¹. Com o Plano Cohen, episódio de divulgação de documento atribuído a Internacional Comunista contendo hipoteticamente plano para tomada de poder pelos comunistas, no dia 30 de setembro, a Câmara aprovou no dia 1º de outubro, o estado de guerra por 138 votos contra 52, e o Senado por 31 contra 3. No mesmo dia, o presidente Vargas assinou o decreto. Distintamente dos estados de guerra precedentes, este seria coordenado em âmbito nacional por uma comissão, nomeada em 7 de outubro, composta: do ministro da Justiça, Macedo Soares (1934-1937), do general Newton Cavalcanti e, do almirante Dário Pais Leme de Castro. Nos estados, os governadores teriam o controle, com exceção dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde a tarefa esteve com os generais-de-divisão César Augusto Pargas Rodrigues e Daltro Filho e com o capitão Filinto Müller. Mais

¹⁰⁹ Em dezembro de 1936, Valdomiro estava à frente do comando da 1ª Região Militar, com sede no Rio de Janeiro. Contudo, sua decisão contrária à intervenção federal no Rio Grande do Sul para derrubar o governo de Flores da Cunha levou a uma indisposição com o governo, sobretudo com Góes Monteiro. Vargas denominou o episódio de “política dos generais”.

¹¹⁰ Góes havia presidido o ministério da Guerra entre os anos de 1934 a 1935.

¹¹¹ Neste tempo, Plínio Salgado, candidato integralista à presidência, tirando proveito do contexto fez pronunciamento no rádio para alertar sobre um plano de golpe comunista.

tarde, comprovou-se a inautenticidade do documento, escrito pelo capitão Olímpio Mourão Filho, integralista, desde 1932, e empregado do setor de inteligência do Estado-Maior do Exército.

No ano de 1932, mesmo o governo saindo vitorioso da guerra paulista, Vargas tinha consciência não só da precariedade de suas bases de sustentação civis e militares, mas também da debilidade do Exército como máquina de guerra. Com isso, autoridades militares, tendo Góes Monteiro como líder, passaram a pressionar o governo para prover Forças Armadas organizadas para efetuar a defesa externa e a segurança interna do país. No ano de 1934, Góes produziu um documento estabelecendo as condições para assumir o cargo de ministro da Guerra. Nesse documento, deixava evidente a intenção de implantar um projeto intervencionista controlador, o qual preconizava, em resumo: intervenção estatal em todos os setores; proeminência para a defesa externa e para a segurança interna; apreensão com a supressão do conflito social e político em torno da ideia nacional; industrialismo nacionalista; e posição hegemônica do Exército dentro do Estado” (CARVALHO, 2006).

Não era possível no cenário de 1935 a implementação do plano idealizado por Góes, devido ao não consenso da própria corporação. Todavia, no ano de 1937, a conjuntura interna e externa proporcionou tal oportunidade, sobretudo com a expulsão de Flores da Cunha do poder, possibilitando ao Exército obter o controle da Força Pública do Rio Grande do Sul, a mais poderosa do país naquela época. Além disso, a queda do governador do Rio Grande do Sul representava o suspiro final da velha ordem e do papel secundário que nela representava o Exército, neste tempo interessava aos militares iniciar uma nova ordem com ênfase no “desenvolvimento econômico, na indústria de base, na dívida externa, na exportação, nas estradas de ferro, no fortalecimento das Forças Armadas, na segurança interna e na defesa externa” (CARVALHO, 2006, p. 99).

O tempo parecia propício para desenvolver o pensamento elaborado por Góes ainda nos tempos da Revolução de 30:

Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de fazer a política *do* Exército, e não a política *no* Exército. E este deve repelir, a coices d’armas, todo elemento que, sob quaisquer disfarces, queira induzi-lo a tomar outra direção, do que, como tem acontecido, só poderá resultar a sua divisão, fraqueza e impotência. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida acional, no campo material – no que se refere a economia, a produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e a formação de uma mentalidade que se sobreponha a todos os interesses da Pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie do particularismo (MONTEIRO, s/d, p. 163).

No dia 10 de novembro, com apoio de diversos expoentes da política nacional e do Exército, Vargas concretizou o golpe e instaurou o Estado Novo no Brasil¹¹². No mesmo dia, Vargas fez um discurso via rádio para pronunciar à Nação a imprescindibilidade de maior autoridade do governo para combater a subversão da ordem e evitar a desintegração do país. E mais, destacou as necessidades econômicas e militares do país, incluindo aí o reequipamento das Forças Armadas:

É necessidade inadiável, também, dotar as forças armadas de aparelhamento eficiente, que as habilite a assegurar a integridade e a independência do país, permitindo-lhe cooperar com as demais nações do Continente na obra de preservação da paz (VARGAS, 1938, p. 32).

Dutra buscou os jornais para expor o papel do Exército diante dessa nova conjuntura, evidenciando a indispensabilidade de distanciamento da política. No *Imparcial*, publicado no dia 11 de novembro de 1937, temos “A Proclamação do Ministro da Guerra”:

Cabe, porém, ao Exército, cabe às Forças Armadas não permitir que essas aspirações de paz, de ordem, de trabalho sejam frustradas por eternos inimigos da pátria e do regime. Para isso é necessária uma orientação precisa, definida. Paixões patrióticas podem entrecocar-se. Conflitos ideológicos podem entrar em ebulição. Interesses pessoais e de agrupamentos podem ressoar em debates. Questões regionais podem ser trazidas à arena. Tudo isso pode acontecer. Mas de tudo isso o Exército deve estar isento de contaminação. Não faltarão tentações maneiras e inteligentemente arquitetadas. As suas virtudes serão exalçadas na lisonja dos sedutores. Cumpre, porém, resistir. Não lhe cabe, ao Exército, influir nos destinos políticos de que os políticos se incumbem salvaguardar os interesses da pátria, fiel a estes postulados – obediência, disciplina, trabalho, instrução, serenidade, discrição, abnegação, renúncia, patriotismo em suma (DUTRA, 1937, p. 5).

Com o Estado Novo, Vargas consolidou o discurso e ação de que era imprescindível dismantelar os preceitos liberais estabelecidos na Constituição de 1934, causador dos males da Nação e responsável pela perpetuação da vocação agrária brasileira, com a construção de um Estado Forte e centralizado, construtor de um novo tipo de desenvolvimento econômico, baseado na industrialização, levando o Brasil a necessária modernização. Com o Congresso Nacional proibido de legislar e perante decretos de severas leis de censura, Vargas governaria

¹¹² Dentre os aliados notáveis de Vargas para a implantação do Estado Novo, é preciso destacar Francisco Campos. Jurista e político militar mineiro com vasta experiência em cargos públicos, Campos recebeu a incumbência de gerir o Ministério da Justiça dias antes da instauração do Estado Novo. Não menos importante, o jurista também idealizou a Carta Constitucional de 1937.

sem considerar as demandas da sociedade, ou sem pressões de uma oposição. Nesse contexto, seu maior aliado seria o Exército, o tutor do Estado Novo¹¹³.

No prenúncio de uma nova guerra mundial, Vargas passou a buscar alternativas para equipar a Força Terrestre, levando o presidente a diversas transações com as potências provedoras de material bélico: Alemanha e Estados Unidos da América. O jogo de Vargas entre Estados Unidos e Alemanha para alcançar as melhores possibilidades de comércio, sobretudo de equipamentos bélicos, era caracterizada “por idas e vindas, por técnicas de protelamento e de contemporização que não implicavam em adesão definitiva, mas em compromissos parciais” (SOLA, 1971, p. 274).

3.4 II Guerra Mundial: a aliança com os Estados Unidos para reequipar o Exército e industrializar o Brasil

Não obstante ter um expressivo crescimento industrial nas primeiras décadas do século passado, o Brasil basicamente conservava sua vocação agrária e permanecia dependente do mercado internacional, sobretudo por meio da exportação de produtos primários. O Brasil também dependia do mercado internacional para o suprimento de fontes energéticas indispensáveis ao desenvolvimento na área industrial e para a manutenção da soberania nacional, já que a escassez destes produtos impedia que o país produzisse seu próprio equipamento bélico. Um cenário preocupante em vista do progressivo antagonismo e uso da violência entre os Estados e da nova corrida armamentista, impelindo o Brasil a buscar uma saída célere para o atraso material de suas Forças Armadas.

O imperativo de reequipar as Forças Armadas com armamentos modernos era uma preocupação dos militares, os quais apesar de serem incentivadores da autossuficiência industrial do país, tinham consciência de que este era um objetivo a ser conquistado a longo prazo; no curto prazo, os equipamentos deveriam ser importados de países com maior tradição no desenvolvimento de material bélico. Neste caso, a Alemanha destacava-se, empreendedora

¹¹³ Intelectuais dedicados ao estudo das Forças Armadas têm concepções distintas sobre o papel do Exército no Estado Novo. Na perspectiva de Carvalho (2006), Vargas e os generais do Exército ao instituírem o Estado Novo concretizaram um pacto: o presidente proporcionaria os equipamentos adequados para que a Força Terrestre pudesse cumprir seu dever constitucional, e em troca receberia o poder militar para governar com mais tranquilidade. Coelho (2000) discorda da ideia de pacto entre Vargas e os militares. A seu ver, o Estado Novo, mesmo sob o comando civil de Vargas, se tornou possível apenas por atender aos interesses do Exército: “Embora com uma chefia civil no governo, o Estado foi, de fato, uma ditadura dos militares: eles a instauraram, impuseram quase sempre seus pontos de vista e eles a cancelaram. Quaisquer que tenham sido os interesses nacionais aduzidos, eles foram interpretados pelo prisma dos interesses do Exército” (COELHO, 2000, p. 122). Sodré (1965) levanta a tese de que as Forças Armadas eram usadas como “guarda pretoriana de um regime espúrio” enquanto o Estado voltava sua atenção para o seu reequipamento (SODRÉ, 1965, p. 279-280).

de um programa de rearmamento desde 1934, desejava repassar seus equipamentos mais ultrapassados e ter armamentos mais modernos e dotados de tecnologia superior. É nesse cenário que ainda em 1934, o Brasil selou um acordo informal (nunca houve formalização através de um tratado comercial ordinário) com a Alemanha para importação de material bélico, arranjado na base de marcos de compensação¹¹⁴. Vargas criticava a estagnação da Força Naval brasileira, adquirida no ano de 1910, e já obsoleta na década de 1930. Com a Revolução de 30, a construção naval foi retomada, com o lançamento de alguns navios nos anos posteriores. Já o Exército, com a impossibilidade de contar um parque siderúrgico para prover o armamento necessário para sua modernização, eram feitas aquisições junto a Alemanha.

No ano de 1935, o Brasil assinou um tratado com os Estados Unidos, no qual ambos os países se comprometiam a atuar conforme os princípios do livre-comércio em suas relações, isto é, não aceitando as práticas bilaterais do comércio protegido. No entanto, isso não quer dizer que o Brasil romperia suas relações comerciais com a Alemanha. O acordo com os alemães permanecia e, em 1936, o governo brasileiro contactou a empresa alemã *Krupp* para aquisição de peças de artilharia, para a defesa costeira e para a guerra antiaérea. Por meio do comércio compensado, o Brasil tentava modernizar suas Forças Armadas, mas tentava manter certa discrição sobre o acordo para não ter problemas com os Estados Unidos. O comércio entre o Brasil e Alemanha evidentemente era do conhecimento dos estadunidenses, contudo isso não constituiu um problema para os brasileiros, já que os Estados Unidos decidiram “tolerar” o relacionamento com os alemães desde que os compromissos com o livre-comércio estivessem em vigor (ALVES, 2002).

O “pacto de tolerância” estadunidense com o comércio entre Brasil e Alemanha passaria a ser repensado entre os anos de 1938 e 1939, quando o presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) notou o perigo real e iminente das ações tomadas pelo governo alemão e passou a tomar providências para lidar com a possibilidade de envolvimento na guerra. Nesse quadro, o Brasil seria um importante aliado na política internacional dos Estados Unidos, dada a posição estratégica do litoral nordestino. Depois da visita do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha aos Estados Unidos, em 1939, os respectivos chefes de Estado-Maior do Exército – general George Marshall, dos Estados Unidos, e o general Góes Monteiro, do Brasil – visitaram os Estados

¹¹⁴ “As trocas comerciais deveriam ser executadas primordialmente sem a utilização de moeda, na base do escambo. Com esta finalidade foi criado e esquematizado o chamado comércio compensado, onde a venda de matérias-primas para a Alemanha ensejaria o depósito de marcos de compensação (“marcos Askis”) num banco preestabelecido do país exportador. Com este numerário, poder-se-iam adquirir produtos alemães, que seriam compensados por intermédio do banco central alemão” (ALVES, 2002, p. 50).

consortes¹¹⁵. Apesar da constante proximidade e cordialidade entre os países, o alinhamento estreito com os Estados Unidos ainda não era vantajoso ao Brasil, devido a impossibilidade (material e legal) dos estadunidenses fornecerem equipamentos bélicos a outros países. Logo, o alinhamento Brasil-Estados Unidos viria em distintas etapas, “onde cada passo adiante importava em conseqüente distanciamento e potencial antagonismo para com Berlim e Roma” (ALVES, 2002, p. 79).

Quando em 1939 teve início a guerra na Europa, com o ataque da Alemanha contra a Polônia, a França e o Reino Unido declararam guerra aos alemães, dando início a outra guerra mundial. Os britânicos iniciaram um bloqueio naval que impactou a relação da Alemanha com o Ocidente, isto é, o comércio entre brasileiros e os germânicos estava impedido. O governo de Roosevelt, com o princípio da guerra, teve duas reações: internamente, derrubou a legislação neutralista vigente que evitava a venda de armas para países em guerra e a substituiu por uma norma conhecida como *cash and carry* (ou seja, pague e leve), estabelecendo que qualquer país beligerante poderia comprar armas e munições nos Estados Unidos, desde que pagasse à vista e levasse os equipamentos em seus próprios navios ou de países neutros. Externamente, talvez a iniciativa com mais impacto tenha sido o estabelecimento de relações com os países da América Latina¹¹⁶.

Com o aumento da importância do Brasil na conjuntura de guerra e cada vez mais próximo de concretizar uma aliança estreita com os estadunidenses, Getúlio tentava barganhar dois importantes projetos políticos para o desenvolvimento econômico e para a defesa nacional: a construção de uma indústria siderúrgica e o fornecimento de equipamento bélico moderno às Forças Armadas brasileiras. No ano de 1941, a construção da Indústria Siderúrgica de Volta Redonda obteve financiamento, técnico e material, dos Estados Unidos, e teve suas obras concluídas no ano de 1946. Já o reaparelhamento das Forças Armadas teve percalços e só seria

¹¹⁵ Góes Monteiro, em 1940, declarava que enquanto as armas provenientes dos Estados Unidos ainda fossem promessas, e o comércio de armamentos ainda fosse possível com os alemães, o melhor a ser feito pelo governo brasileiro era postergar seu alinhamento ao bloco estadunidense (McCANN, 2007).

¹¹⁶ Nos anos de 1936 e 1938 realizaram-se duas conferências na região latino-americana (respectivamente a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, em Buenos Aires, e a VIII Conferência Internacional Americana, em Lima), na qual os países, inclusive os Estados Unidos, se comprometiam, principalmente, com a não-intervenção entre as nações americanas e a resolução de controvérsias por meios pacíficos, além disso, previam a limitação de armamentos na região. Com isso os Estados Unidos tentavam fortalecer seu discurso pan-americanista para conquistar a hegemonia no continente. Na Conferência de Lima abriram-se prerrogativas para reuniões de consulta dos chanceleres dos países americanos quando a conjuntura assim demandasse. Nesse contexto era marcada a I Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, na cidade do Panamá. Diante da guerra duas decisões emanaram da conferência: neutralidade do continente americano e estabelecimento de uma zona de exclusão no oceano Atlântico para garantir a proteção das nações americanas. Cabe ressaltar que a zona de neutralidade não teve implementação real, pois somente o poderio naval estadunidense não seria capaz de patrulhar os limites estabelecidos na Conferência do Panamá.

implementada anos depois. Ainda em 1941, Vargas liberou a construção de aeroportos e bases aéreas no Norte e Nordeste do Brasil para o envio de armas pelos Estados Unidos para os britânicos e soviéticos que lutavam na Europa. Cada vez mais a aliança entre Brasil-Estados Unidos era concretizada.

Os estadunidenses passaram a buscar com mais veemência o suporte dos países do continente americano posteriormente ao bombardeamento da base militar de Pearl Harbor, no ano de 1941, evento responsável por introduzir formalmente os Estados Unidos da América na II Guerra Mundial. O alinhamento com o Brasil era essencial, contudo Vargas ainda almejava o fornecimento de equipamentos bélicos e decidiu não tomar pronta decisão sobre o envolvimento dos Estados Unidos na guerra. Um novo encontro de chanceleres era inevitável para declarar qual seria o posicionamento dos países americanos diante do ataque aos Estados Unidos. Nessa direção, no dia 15 de janeiro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, teve início a III Reunião dos Chanceleres, na qual houve a recomendação da ruptura de relações com os países do Eixo¹¹⁷.

No ano de 1942, logo após a III Reunião dos Chanceleres, ocorreu a liberação de US\$200 milhões para o governo brasileiro adquirir material bélico no país através da política do *Lend-Lease*. Ainda no ano de 1942, o Brasil passou a receber os primeiros lotes de equipamentos bélicos pesados para armar suas três Forças. Como ação de troca, Getúlio liberou um aumento expressivo na entrada de militares estadunidenses no Brasil e concedia às aeronaves militares estadunidenses voarem sobre o espaço brasileiro. Na assinatura da Ata Final do encontro de chanceleres, Vargas declarou aos países do Eixo oficialmente a ruptura das relações comerciais e diplomáticas, e o alinhamento com os Estados Unidos era cada vez mais fortalecido. Com a destruição de vários navios brasileiros, Vargas resolveu declarar guerra aos países do Eixo, no dia 22 de agosto de 1942¹¹⁸. Como maior aliado dos Estados Unidos na América Latina, o Brasil resolveu enviar tropas para a área de combate, o que também garantiria: a entrega de mais armamentos pelos Estados Unidos, maior prestígio político na América Latina, apoio da população, experiência de combate em um conflito moderno e, talvez,

¹¹⁷ Após a conquista da Polônia e sua divisão entre a Alemanha e a União Soviética, entre o outono e inverno no hemisfério norte, a guerra entrou em um período de estagnação, levando a França e Grã-Bretanha à espera do próximo movimento alemão. Em março de 1940, a Alemanha ocupou a Dinamarca e Noruega para proteger o seu flanco norte e também para garantir suprimento de minério de ferro das minas suecas. Em maio desse mesmo ano, os alemães invadiram a Holanda e a Bélgica, culminando com o ataque das *Panzer Division* pela floresta das Ardenas em direção ao canal da Mancha. Tal ação levou a separação do Exército Francês da Força Expedicionária Britânica e ocasionou a queda da França. Nesse momento foi convocada a II Reunião de Consulta dos Chanceleres, em Havana, onde discutiram principalmente o destino das colônias em território americano dos países conquistados, no caso, França e Holanda.

¹¹⁸ O Brasil foi alvo de ataques dos submarinos alemães nos anos de 1942 e 1943, os quais destruíram 5 navios e uma barcaça (Baependi, Araraquara, Aníbal Benevolo, Itagiba, Arará e a barcaça Jacira).

direito de participar das conferências de paz¹¹⁹. Após discussões, no ano de 1944, o Brasil enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para um teatro de guerra secundário, na Península Itálica, distante das batalhas principais, demonstrando a contribuição brasileira para as operações bélicas¹²⁰.

No tempo de experiência da FEB nos campos de batalha italianos, relatórios ou discursos de chefes militares estadunidenses abordavam a necessidade de os brasileiros superarem os ensinamentos e técnicas passados pela França entre as décadas de 1920 a 1940. Os militares estadunidenses ressaltavam nesse tempo a derrota da França naquela guerra e alertavam para o imperativo de o Brasil adequar seus procedimentos militares aos dos países que tinham obtido êxito na guerra e finalmente se livrassem da herança ultrapassada deixada pela França (OLIVEIRA, 2015).

Com o constante êxito dos Aliados contra o Eixo era improvável que o Estado Novo se conservasse ao término da guerra, pois era controverso uma nação lutar pela democracia e liberdade e não ter os mesmos direitos e garantias, como expresso no *Manifesto dos Mineiros*, publicado no ano de 1943. Os Estados Unidos não pressionaram explicitamente o Brasil em prol da liberalização política, já que em tempos de guerra era mais prudente que os brasileiros estivessem alinhados aos seus ideais do que aos de seus inimigos. Contudo, ao passo que o desfecho da guerra era iminente, os Estados Unidos passaram a declarar que teriam melhor disposição para lidar com democracias do que com ditaduras na América Latina, o que certamente ecoava como uma advertência ao Brasil. Nessa perspectiva, é plausível supor que a participação do Brasil na guerra estimulou a oposição interna à ditadura de Vargas, no entanto, a ampliação da contestação está mais relacionada com a possibilidade de novas eleições no ano de 1943 – eleições que não ocorriam desde 1937 com a instituição do Estado Novo, via golpe militar – do que propriamente com a conjuntura externa.

¹¹⁹ Além da permissão para a construção de bases no Nordeste e envio de homens para lutar nos campos da Itália, o Brasil forneceu aos Estados Unidos diversos materiais estratégicos (borracha, minério de ferro, cromo, diamantes industriais, manganês, níquel, bauxita, tungstênio e areia monazítica).

¹²⁰ Mas, como o Brasil estava mal equipado e estruturado, a presença de suas Forças Armadas no combate se resumiria a envio de soldados, sendo que todo o resto do aparato necessário (armamentos, uniformes, treinamento, comunicações, transporte, apoio logístico e comunicação) deveria ser provido pelos estadunidenses. O envio das tropas brasileiras gerou rugas com os Estados Unidos: estadunidenses diziam que o Brasil não conseguia ao menos organizar as tropas para participarem na guerra, já os brasileiros bradavam que os Estados Unidos tinham má vontade em atender as demandas brasileiras, sobretudo o envio de armas.

3.5 A Guerra Fria: o combate ao comunismo

No plano externo, tem início a Guerra Fria, com a bipolarização mundial entre Estados Unidos e seus aliados ocidentais, países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento, e a União Soviética, condutora de um consórcio estabelecido, inicialmente, por países da Europa Oriental¹²¹.

Com o término da II Guerra Mundial, os Estados Unidos da América passaram a empregar uma nova estratégia com os países da América Latina, na qual o Brasil não tinha mais a mesma importância que na década de 30 e início dos anos 40. O novo posicionamento estadunidense para a América Latina era a de equilíbrio de poder, sobretudo entre Argentina, Brasil e Chile. Inclusive, a transferência de armamentos para o Brasil não teve sua renovação no governo de Harry Truman, evidenciando a dissolução da ideia de aliado especial. Mesmo nesse contexto, o Brasil decidiu manter seu alinhamento com os Estados Unidos, possivelmente por compreender o combate ao comunismo como um objetivo maior a ser alcançado e tornando o alinhamento necessário e até mesmo oportuno (SVARTMAN, 2014).

Suprimir o comunismo levou o Brasil a investir na colaboração com os militares estadunidenses. No cenário de bipolarização mundial marcado por crises, as Forças Armadas brasileiras conservaram seu alinhamento com os Estados Unidos, e isso pode ser constatado com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 1949¹²². Na instituição prevalecia uma intensa concepção anticomunista, constituindo a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) uma evidência do contexto Ocidente *versus* Oriente. Nesse documento, elaborado na década de 50 por oficiais militares como Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias e Humberto Castelo

¹²¹ No plano interno, Vargas declarou que novas eleições seriam realizadas no fim do ano, em data a ser decretada. No mais, outras atitudes demonstravam o comprometimento de Vargas com a democracia: fim da censura à imprensa, término da repressão à oposição e à atividade política e anistia aos presos políticos. Com a Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, novas regras seriam impostas nas eleições: têm-se o voto secreto e supervisionado por tribunais independentes, o direito de voto a mulheres e homens com mais de dezoito anos (excluindo os analfabetos), a obrigatoriedade do voto, a concepção de um registro eleitoral automático das listas de empregados no setor público e privado (plano utilizado para ampliar a participação política da classe trabalhadora urbana) e o estabelecimento de regulamentos para que os partidos participantes da eleição tivessem caráter nacional. Nesse período, três partidos importantes na História do Brasil seriam constituídos e disputariam as eleições daquele ano: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹²¹. O processo eleitoral se concretizou no dia 2 de dezembro de 1945, com 6,2 milhões de brasileiros comparecendo às urnas para votar, nomeando à presidência com 55% dos votos válidos, o candidato do PSD, o general Eurico Gaspar Dutra. O triunfo de Dutra logo repercutiu como resultado do apoio dado por Vargas nos dias finais da eleição, pois em 27 de novembro, em pronunciamento aos trabalhadores, Getúlio instou o PTB a votar em Dutra contra Gomes¹²¹. Na prática, Vargas demonstrou o seu poder ao ser eleito senador, um dos mais votados, pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, optando por representar os gaúchos.

¹²² Em 1948, o bloqueio de Berlim; 1949, a proclamação da República Popular da China e eclosão da primeira bomba soviética; e, em 1950, o início da Guerra da Coreia.

Branco, têm-se evidente a convergência entre o conceito de segurança nacional e o anticomunismo:

[...] De acordo com Couto e Silva, o estabelecimento de uma Política de Segurança Nacional demandava planejamento estratégico, em que deveriam ser apontados objetivos nacionais permanentes e objetivos nacionais atuais. E, como não poderia deixar de ser, teria de identificar os adversários ou inimigos com potencial para impedir a consecução dos almejados objetivos, entre eles o comunismo, encarado como força internacional, comandada por potência militar hostil, contando com agentes internos “infiltrados” no corpo social brasileiro. [...] Um dos cenários vislumbrados por Golbery do Couto e Silva, por exemplo, era a combinação de insurreições internas com intervenção vinda de fora. Por isso, dizia ele, seria risco inaceitável para o Brasil se o comunismo viesse a instalar-se na África atlântica, considerada ‘a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional (MOTTA, 2014, p. 20-21).

No dia 20 de agosto de 1949, a Escola Superior de Guerra passou a atuar efetivamente sob a direção do general Oswaldo Cordeiro de Farias e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas¹²³. É importante destacar que a ESG emergiu mais como uma escola de estudos políticos, econômicos e sociais do que propriamente uma escola de guerra. Um exemplo é o conceito de “segurança nacional” que a Escola passou a adotar, inspirado na ideia estadunidense de mobilização total da sociedade como premissa de vitória na guerra moderna. Importamos a concepção “em termos de urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares” (MARTINS FILHO, 2016, p. 108). Nesses termos, a “segurança nacional”, sob termos ideais, seria uma condição em que a Nação estaria protegida contra qualquer tipo de ameaça. É preciso indicar que para garantir tal segurança à Nação era imprescindível que o Estado norteasse o seu desenvolvimento. Junto com a ESG se desenvolveu no Brasil a Teoria Geopolítica, vinculando o destino do Brasil ao destino do Ocidente cristão, lançando a ideia de que a soberania nacional só seria alcançada através de uma guerra a sua principal ameaça: o comunismo implementado pela União Soviética.

Não obstante a proeminente localização geográfica, a opulência de matérias-primas estratégicas e da base no sistema interamericano, os Estados Unidos não cediam a principal demanda brasileira: a obtenção de armamentos modernos para suas Forças Armadas. Além do problema de modernização de seus equipamentos, o Exército lidava com uma cisão em torno da questão do petróleo, com duas correntes discutindo a regulamentação da exploração do petróleo com abordagens distintas: uma nacionalista, adepta ao monopólio estatal e, a outra,

¹²³ Arruda (1980) destaca que a Escola nasceu duas vezes: a primeira em 1948, como parte do plano original de 1942, que previa um curso de Alto Comando destinado inicialmente a generais e coronéis, isto é, por altos oficiais das três armas. No entanto, o projeto só foi concretizado um ano depois.

conhecida como “entreguista”, partidária da participação do capital estrangeiro na extração do petróleo. Tal polarização levava a embates no Clube Militar, com as duas vertentes lutando pelo comando do Clube, já que a instituição tinha grande reconhecimento e prestígio entre os militares brasileiros¹²⁴ (SODRÉ, 1965).

De volta à presidência no ano de 1950, e com uma orientação nacionalista, Vargas passou a lutar pela implementação do monopólio estatal sobre o petróleo, sancionando a lei de criação da Petrobras no ano de 1953, e descartando a participação privada.

O Clube Militar também recebia um comandante de posições nacionalistas, o general Newton Estillac Leal. O general logo se licenciou da presidência do Clube, no ano de 1951, para se incumbir do Ministério da Guerra. Contudo, seu distanciamento do cargo veio não muito depois, no ano de 1952, devido a renovação do pacto militar entre o Brasil e os Estados Unidos, projeto coordenado quase que exclusivamente pelo ministro do Exterior, João Neves da Fontoura¹²⁵. Como o pacto ia contra aos ideais de Estillac, o general optou por pedir demissão do cargo, constituindo o primeiro passo para o desmantelamento da corrente nacionalista militar e para a derrocada de Vargas. O general tentou voltar a diretoria do Clube Militar, no entanto, sob intensa disseminação negativa da sua conduta política, rotulando-o como comunista, o general Alcides Etchegoyen e a chapa Cruzada Democrática, sob a bandeira do “nacionalismo sadio”, obtêm a vitória, e constituíam mais um grupo de oposição intensa ao governo Vargas e suas políticas nacionalistas (SODRÉ, 1965).

Vargas gradualmente perdia a base de conservação de seu governo, mas ainda tinha condições de se manter no poder, pelo menos até o ano de 1954. Nesse ano, o episódio denominado de Atentado da Tonelero, envolvendo um ataque ao jornalista Carlos Lacerda e que vitimou o major-aviador Rubens Vaz, levou a um processo de investigações, conduzida por uma junta militar instalada na base aérea do Galeão, a “República do Galeão”¹²⁶. O inquérito contra Vargas repercutiu e possibilitou a consolidação de uma intensa empreitada pela renúncia do presidente. O presidente tentou resistir as inúmeras exigências de renúncia vindas das Forças Armadas, constituindo o Manifesto dos Generais um desses ultimatos dos militares. Com a circulação desse documento na esfera militar exigindo a renúncia, o presidente concordou em

¹²⁴ Outra questão dividia os militares no período: o pedido do governo Truman para o envio de tropas para apoiar os Estados Unidos na Península Coreana.

¹²⁵ “O acordo acenava com um novo marco institucional de assistência militar, amparado na legislação *Mutual Security Act* de 1951 e na política de contenção do comunismo. Permitiu o Brasil ser contemplado pelo *Mutual Assistance Program*, o famoso MAP, que até meados dos anos 1979 foi responsável por aproximadamente um terço da ajuda militar estadunidense ao país” (SVARTMAN, 2014, p. 181).

¹²⁶ Sodré (1965) relaciona os líderes de cada uma das Forças na República do Galeão: “Na Aeronáutica, as decisões dependiam do brigadeiro Gomes; na Marinha, dos almirantes Amorim do Vale e Pena Boto; no Exército, dos generais Canrobert, Juarez Távora e Cordeiro de Farias (SODRÉ, 1965, P. 354).

se licenciar do cargo até que o inquérito estivesse concluído. No entanto, os militares comunicaram que não concordariam com a alternativa de Vargas, ou renunciava ou seria deposto. O Exército, aliado ímpar de Vargas no seu primeiro governo, passou a operar veementemente para distanciá-lo da presidência. O epílogo dessa questão veio no dia 24 de agosto de 1954, com o anúncio do suicídio de Getúlio Vargas.

Diante da comoção e conturbação social com a morte de Getúlio Vargas, o novo presidente da República, João Café Filho, tratou de trazer para os ministérios nomes de “alto gabarito” que pudessem dar legitimidade ao seu governo. No campo militar, o Ministério da Guerra passou ao comando de um conceituado general, respeitado e popular nas Forças Armadas, Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Os opositores da vertente nacionalista, tanto na esfera militar quanto na civil, cada vez mais notavam que a conservação da democracia impediria que uma política conveniente aos seus interesses pudesse ser concretizada, portanto, uma volta a ditadura parecia a saída mais adequada, tese por Carlos Lacerda e setores mais radicais da UDN. Com a candidatura de Juscelino Kubitschek, possibilitada pela aliança entre PSD e PTB, a tensão se disseminou entre aqueles que dominavam o aparelho de Estado. Visando conter uma possível vitória de Kubitschek, dois recursos pareciam exequíveis: investir na candidatura de um chefe militar conceituado, ou impedir as eleições e instalar um regime de exceção (SODRÉ, 1965).

Contando com uma base popular para barrar um novo golpe de Estado no Brasil, Kubitschek alcançou à presidência, mesmo com a tentativa jurídica dos opositores, principalmente de Carlos Lacerda e parte da UDN, contra sua posse, no ano de 1956, vencendo o candidato militar, o ex-tenente Juarez Távora. Nesse contexto, é importante destacar o papel do ministro da Guerra, Teixeira Lott, não coadunando com a ação para a instalação de uma ditadura e tentando “restituir o Exército às suas funções específicas”, ato que provocou uma intensa campanha contra a sua reputação na imprensa brasileira, tal como sucedera com o general Estillac Leal. O general Lott, posteriormente se tornou um entusiasta da causa nacionalista, sendo constantemente atacado por seu posicionamento. Juscelino Kubitschek inaugurou no Brasil a etapa denominada de desenvolvimentista. Com um governo caracterizado pelo desenvolvimento no campo técnico-industrial, com progressos reais da economia nacional e uma política de industrialização intensa, Kubitschek propagava o lema “cinquenta anos em cinco”, se comprometendo a realizar cinquenta anos de progresso em cinco anos de realizações, por meio da realização de trinta metas nos mais diversos setores da economia. O programa de governo de Kubitschek direcionado ao desenvolvimento nacional contentou os militares do

Exército¹²⁷. No mais, JK procurou consentir com as demandas feitas pela instituição em relação aos salários e na compra de equipamentos, indo além em uma política de conciliação, indicou militares para assumir cargos de direção em empresas e agências estratégicas, como o Conselho Nacional do Petróleo e Petrobras. Manter o general Lott como ministro da Guerra também constituiu uma das decisões convenientes do presidente JK para obter uma conjuntura de equilíbrio com o Exército e dentro do Exército.

Na conjuntura de proteção das instituições nacionais contra o avanço do comunismo soviético, preocupava a ESG a possibilidade de ações de guerrilha, mais provável de ser desencadeada do que uma guerra externa. Não obstante a ESG já mencionar “guerra revolucionária” desde sua criação, a expressão ganha mais impulso no final da década de 50, principalmente no ano de 1959, com a vitória da Revolução Cubana. Nesse tempo é realizada a importação das ideias francesas sobre a guerra revolucionária. Já na década de 60, com a exarcebação da crise social e política no Brasil, os militares pressupunham que a guerra revolucionária já estava em curso no país e que ações deveriam ser adotadas para combatê-las, pensamento que garantiria cada vez mais a expansão de seu papel na política nacional e proporcionaria a possibilidade de alcançar o poder através de um novo golpe militar (MARTINS FILHO, 2016).

Na conjuntura de uma nova guerra mundial, aliança militar, comercial e ideológica com os Estados Unidos, transformações na tecnologia bélica (sobretudo com a corrida armamentista pela bomba nuclear) desejo de modernização das armas das Forças e combate ao comunismo, os militares pertencentes ao Exército brasileiro passaram a intervir na política nacional com ainda mais vigor do que visto nas décadas de 20 e 30. Mesmo com a reestruturação da Força Terrestre promovida por Góes e Dutra a partir dos anos 30, o Exército ainda não tinha alcançado uma unidade institucional que garantisse tomar o poder, mas não deixaram de exercer um papel de extrema relevância no processo político entre os anos de 1940 a 1950. Nesse cenário, a leitura de Clausewitz seria relevante para os militares brasileiros? Basicamente podemos dizer que os artigos localizados e que serão analisados no próximo capítulo, estão relacionados aos dois contextos históricos de maior importância para o pensamento político e militar, a II Guerra e a Guerra Fria.

¹²⁷ Na Marinha e da Aeronáutica grupos se mobilizaram contra o governo JK, promovendo rebeliões como a de Jacareacanga e de Aragarças.

CAPÍTULO 4

CLAUSEWITZ NO BRASIL: ENTRE A GUERRA ABSOLUTA E A GUERRA POLÍTICA (1930-1959)

O objetivo deste capítulo é examinar como se deu a recepção e a circulação da teoria clausewitziana, especialmente no Exército brasileiro, nos anos 30 aos anos 50, período caracterizado por guerras, revoluções, maior envolvimento dos militares na política e a união com os Estados Unidos da América.

4.1 Os resquícios da I Guerra Mundial: Clausewitz, o teórico da ofensiva

No cenário de disputa pela hegemonia política no pós-Revolução de 30, o artigo “Ofensiva desfeita”, publicado no dia 24 de dezembro de 1931, no jornal *Correio da Manhã*, descreveu a ideia da constitucionalização imediata do Brasil como um golpe impetrado por aqueles que buscavam tomar o poder e “trazer de volta todas as mazelas” vistas no Brasil antes da Revolução de 30. No novo contexto, Clausewitz é citado como o estrategista que exprimiu um tipo de pensamento bélico que poderia ser encontrado na ação tomada pelos “profissionais da politicagem”:

Conglomerados pela restauração da carta política que eles sistematicamente rasgaram, tantas vezes quantas lhes conveio, os eternos profissionais da politicagem tentaram um golpe que bem que se pode comparar aquilo a que o célebre estrategista Von Clausewitz exprimiu neste terrível pensamento bélico: ‘a ofensiva dita a lei da guerra’ (CORREIO DA MANHÃ, 1931, p. 4).

No quadro dos já aludidos tratados para limitação dos equipamentos bélicos navais, o artigo do comandante Lemos Bastos “A abolição dos encouraçados na América do Sul” (*O Jornal*, 25 de dezembro de 1931) discutiu os acordos de desarmamentos surgidos após a I Guerra Mundial, em especial, aqueles envolvendo os armamentos navais. Lemos Bastos (1931) analisou, sobretudo, a proposta do Chile para abolir os encouraçados da América do Sul. Cotejando a conjuntura do Brasil com o Chile, o comandante dizia não ter preocupação com a possibilidade de guerra, visto que “estamos muito longe um do outro, em oceanos diferentes. Não somos limítrofes, nem temos interesses que se choquem. É tradicional a amizade entre os

dois países” (BASTOS, 1931, p. 4). A superioridade naval do Chile em relação ao Brasil era evidente; no entanto, como países amigos a primazia daquele não seria um problema. Quanto à questão proposta pelo Chile de eliminar os encouraçados, no caso com o Brasil, “é, para ambas as partes, de pequena importância militar e de apreciável importância econômica. Ela nos permite, de futuro, melhorar nossa posição com menores gastos. Enfim, francamente aceitável” (BASTOS, 1931, p. 6).

Já ao avaliar o cenário do Brasil com a Argentina, o comandante destacou a supremacia naval dos argentinos, não só em relação ao Brasil, mas a qualquer outro país da América do Sul. Lemos Bastos (1931) ainda notou a qualidade da Força Terrestre e da Força Aérea, contando com equipamentos superiores aos que o Brasil possuía. Diante desse quadro, era indubitável a impossibilidade de o Brasil vencer uma guerra contra a Argentina. O comandante comparou detalhadamente as Forças Armadas dos dois países para constatar a proeminência naval da Argentina e o quase sucateamento do poder naval brasileiro. Bastos (1931) assinalou que os argentinos poderiam se livrar de seus encouraçados e, ainda assim, manter a superioridade naval na região. Frente a uma guerra com a Argentina, os encouraçados brasileiros quase nada poderiam fazer, isto é, seriam inúteis. Conseqüentemente, para as duas nações, a abolição dos encouraçados não prejudicaria o *status* do seu poder naval. Compreendendo a guerra como uma ação política, no estilo clausewitziano, o comandante Bastos (1931), concluiu:

A guerra é um meio de ação política, ou a continuação da política por outros meios quando os pacíficos não bastam. Kellogg ainda não desmentiu Clausewitz. Os instrumentos com que se faz a guerra, como os necessários ao exercício de qualquer outra atividade, devem ser adequados e proporcionados aos fins que se têm em vista. Os fins, os objetivos que estudamos, que devem ser tidos em mente por nós e por nossos vizinhos, podem ser alcançados sem encouraçados. Os encouraçados, portanto, podem ser abolidos nas Marinhas Sul-Americanas (BASTOS, 1931, p. 6).

Contudo, o comandante Bastos (1931) fez uma observação em sua conclusão, devido as condições da Marinha brasileira: os encouraçados não podem ser abolidos no Brasil. Com uma Marinha sem equipamentos bélicos adequados e modernos, a retirada de seus encouraçados representaria o seu total desmantelamento. Lemos Bastos (1931) ainda levantou uma crítica contundente ao estado lastimável da Marinha, reivindicando uma modernização e renovação de seus equipamentos. Novamente, Clausewitz é citado pela *formule*. Mais interessante é notar a leitura do general prussiano também entre os militares pertencentes a Marinha brasileira, provocando mais uma possibilidade de pesquisa sobre a recepção e circulação da teoria clausewitziana no Brasil.

Já o artigo “O epílogo do desarmamento”, publicado no dia 26 de junho de 1932, tratou da Conferência do Desarmamento de Lausanne. Mais especificamente, abordou a proposta dos Estados Unidos da América para a redução dos esforços de guerra. No texto, a proposição é exaltada como um válido recurso para o “bem-estar e a segurança da humanidade”, visto que as nações signatárias “assumiriam o compromisso de somente usar suas armas como defesa no caso de agressão” (CORREIO DA MANHÃ, 1932, p. 4). Tal tipo de pensamento, pacifista, não era o vigente na Europa quando eclodiu a I Guerra Mundial, movida, na visão do autor, sobretudo pela ideia clausewitziana de ofensiva:

Entre os meios militares a convicção era de que só os exércitos que tomassem a ofensiva seriam capazes de desempenhar o papel que lhes cabia na defesa nacional, porque segundo o célebre postulado de Clausewitz a ofensiva é quem dita a lei da guerra. As consequências, porém, dessa mentalidade arrastaram o continente europeu e o mundo a provação da terrível chacina iniciada em 1914, e cujas consequências ainda pesam sobre a economia e a civilização de todos os habitantes do planeta. Não seria, pois, de estranhar que uma mentalidade nova surgisse, em antinomia com essa que serviu apenas para enterrar o patrimônio da cultura e da civilização acumulado durante o século dezanove (CORREIO DA MANHÃ, 1932, p. 4).

Novamente, Clausewitz é o elaborador da ideia de que a ofensiva é lei suprema das guerras, e que tal pensamento levou aos atos praticados pelos alemães contra a humanidade na I Guerra Mundial.

Na direção contrária do artigo publicado no Correio da Manhã, dois artigos também versaram sobre a guerra, mas debatendo a importância do seu estudo no Exército brasileiro. Sob a perspectiva da História Militar, um dos elementos julgados essenciais por Foch para somar conhecimento em razão de um desempenho superior na guerra (BELLINTANI, 2009), o artigo “História Militar”, publicado, no dia 10 de agosto de 1933, n’A *Defesa Nacional*, edição número 231, pelo 1º tenente de artilharia Henrique Oscar Wiederspalm, abordou a importância da História Militar. Constituindo um “manual da arte da guerra”, a História Militar é, na visão de Wiederspalm (1933), um valioso instrumento de aprendizado, “pois é o conteúdo de toda experiência adquirida nos campos gloriosos mais sangrentos das batalhas a custo de tanto sacrifício” (WIEDERSPALM, 1933, p. 356). O 1º tenente questionou a onda pacifista “que procura avassalar o mundo”, pois “está na própria natureza a luta, esta luta que existe em germen nas competições do comércio, das indústrias e também dos credos políticos”. Nessa direção dizia, “nunca devemos esquecer a definição de Clausewitz”:

‘A guerra não pertence ao domínio das artes e ciências e sim ao da própria sociologia. É um conflito de interesses maiores que se resolve à custa de sangue. É esta sua diferença dos demais. Melhor que qualquer arte, pode ser comparada ao comércio, que

não passa de um conflito entre interesses e atividades humanas. Sendo a guerra bastante mais relacionada à política, que também não deixa de ser uma modalidade de comércio em maior escala, é no seio dela que se desenvolve e origina. As diretivas da campanha já se encontram na política como as propriedades dos viventes em seus embriões” (WIEDERSPALM, 1933, p. 357).

Concebendo a guerra como um “lance extremo”, uma preparação nos tempos de paz era essencial, “para evitar surpresas desagradáveis e irremediáveis”. No caso de ser necessário se lançar à guerra, “a nação exigirá do Estado Maior que vença”. Nessa perspectiva, “convém pensar como Clausewitz: “A vitória é o preço do sangue. É necessário adotar seus processos ou não fazer guerra alguma. Todas as razões de humanidade que surgiram nada conseguirão que maiores possibilidades de ser batido por um adversário menos sentimental” (WIEDERSPALM, 1933, p. 357). No mesmo artigo, Clausewitz é lembrado por conceituar a guerra com um ato de relações humanas mais próximo do comércio, pois também é um conflito de interesses, uma atividade humana e está ainda mais próximo da política, do que da arte. No entanto, pelo contexto do texto, e pela duplicação da ideia de que a guerra “se resolve à custa de sangue” ou “a vitória é o preço do sangue”, Wiederspalm (1933) não parecia ter muito interesse na guerra como instrumento da política, mas na preparação para a guerra, aquela que poderia alcançar extremos e somente ser decidida por meio da batalha e do sangue¹²⁸.

Citações a Clausewitz sob a ótica da História Militar, podem indicar o ensinamento do prussiano nessa disciplina depois da instalação da MMF. Isso não quer dizer que a disciplina não estivesse presente antes da vinda dos franceses, ela consta nos currículos desde pelo menos 1905. Contudo, uma intensificação sobre a relevância da disciplina pode ser produto da Missão Francesa.

Na palestra sobre política internacional articulada pelo ministro do Exterior Mário de Pimentel Brandão (1936-1937), publicada no dia 7 de agosto de 1937, n’*O Jornal do Brasil*, Brandão (1937) iniciou seu discurso abordando livros relevantes para líderes políticos da Europa. A leitura de Clausewitz pelos políticos da Europa, na visão de Brandão (1937), é demonstrativa do posicionamento adotado pela Europa no pós-I Guerra: a política tornou-se a

¹²⁸ No artigo “Alguns Conselhos para o Estudo da História Militar”, publicado no dia 10 de agosto de 1935, n’*A Defesa Nacional*, edição número 255, o major Nicanor G. de Souza, se dedicou a tratar da importância do estudo da História Militar nas instituições educacionais do Exército brasileiro, pois “se de um lado é a mestra e inspiradora dos grandes feitos guerreiros da idade antiga, da moderna e da contemporânea, é de outro um excelente meio de cultura profissional para todo militar” (SOUZA, 1935, p. 844). Souza (1935) propôs que a História Militar tivesse seu estudo baseado em um tripé: cronológico, militar e político-social. No que nos interessa, isto é, Clausewitz, Souza (1935) o utilizou no tripé cronológico, “trata-se de analisar os fatos político-históricos ou político-sociais que deram em resultado o desfecho violento daquilo que as nações ou os estados não puderam resolver amigavelmente”, pois “Clausewitz já havia definido que a guerra nada mais é do que a continuação da política com armas na mão (SOUZA, 1935, p. 844) ”.

guerra por outros meios. Tal fato, levava a um repúdio da América (parece usar uma perspectiva de união do continente americano) a esse tipo de política e, conseqüentemente, a um distanciamento do Velho Mundo:

O tratado sobre a Guerra, de Von Clausewitz figura como um dos livros de cabeceira de alguns dos líderes da política da Europa contemporânea, e encerra, certamente, uma significação profunda.

Clausewitz é, talvez o maior, senão o único verdadeiro filósofo desta arte da guerra, que é a arte monstruosa por excelência. [...]

Seu maior artista, entretanto – Napoleão Bonaparte – estimava-a e dela vivia, a tal ponto que, apesar de todo o seu gênio, não pôde encará-la fora dos êxtases da criação. A tarefa de lhe penetrar friamente a essência ficou ao oficial do Estado Maior alemão, que levou, dos campos ensanguentados da epopeia através das regiões serenas da especulação, o transcendente resultado de suas observações.

Para ele, a guerra era a política continuada por outros meios. E quais eram esses meios, e como e porquê e quando eram as condições psicológicas coletivas que exigiam, ou supunham ou determinavam, eis a substância das páginas fortes de sua obra volumosa. Nunca a voga desse livro foi tão grande quanto nas vésperas e após a guerra mundial. Desejoso de conhecer a doutrina da guerra da Alemanha imperial, todos os seus dirigentes e políticos dos Dois Mundos mergulharam na leitura dessa obra considerável: Ora, a guerra mundial terminou, como se sabe, pela vitória das potências que são tidas por potências militaristas da Europa. Estas foram batidas, depois de terem batido, elas mesmas, outras potências militaristas que lutavam em campo oposto. [...]

E o espírito e os processos da guerra sobreviveram á ruína e ao triunfo dos objetivos políticos, secretos ou declarados, do conflito mundial. A alma do flagelo imortal acima das fronteiras, perseguindo o espírito exaltado das nações. E os ensinamentos do grande livro de Von Clausewitz achavam sempre aplicações.

A recíproca de seu princípio fundamental: “A guerra é a política por outros meios” começou a ser posta em execução. E a política tornou-se, com efeito, a guerra por outros meios.

Hoje, senhores, o espetáculo que nos oferece o Velho Mundo em muitos países – e sem que se possa dizer que outros se aliarão amanhã – é o de uma política geral que é efetivamente a guerra por outros meios. [...]

A América não poderia, e não pôde, diante dos perigos crescentes duma política geral, que a guerra por outros meios, senão proclamar solenemente seu credo e sua decisão sem apelação, de procurar manter a paz por todos os meios vitais.

Eis, no que nos concerne, a nossa atitude. Eis a nossa preocupação no seio deste continente, nas relações de toda a espécie entre as nossas nações. Eis igualmente a nossa posição perante a Europa. E eis porque nos afastamos sistematicamente, intransigentemente, das suas complicações e rivalidades nacionais e internacionais (BRANDÃO, 1937, p. 11)

Brandão (1937) alcançou a conclusão de que a concepção de Clausewitz “a guerra é a continuação da política por outros meios” guiou a ação dos países europeus que lutaram na I Guerra, e que a recíproca dessa ideia “a política é a guerra por outros meios” orientou o estado permanente de guerra após 1918. Não há uma crítica clara a teoria de Clausewitz, mas parece uma condenação das lideranças políticas da Europa que levaram as últimas conseqüências a execução dos ensinamentos do general prussiano.

No cenário de uma nova corrida armamentista, o texto “Armamos o Brasil” (*A Batalha*, 23 de junho de 1938), escrito pelo jornalista, advogado e professor, Júlio Barata, constituía uma

evocação ao necessário armamento do Estado brasileiro para estar à altura de todas as outras nações que estavam se armando. Clausewitz é citado como um dos teóricos representativos da conjuntura daquele tempo: os armamentos são necessários para enfrentar guerras, que são ações de força que não conhecem limites e não consideram sentimentos.

Um século atrás, o general Clausewitz escrevia: “A guerra é um ato de força cujo emprego não sofre limites. Os erros causados em relação a guerra pelas questões de ordem sentimental são os piores erros que se possam cometer”.

Eis aí a teoria do século que atravessamos. Obediente às suas legendas, a Europa mantém, em tempos de paz, efetivos militares permanentes num total de mais de cinco milhões de homens. Todos os orçamentos do mundo, a começar pelo da América do Norte, onde o estribilho é a paz, avolumam diariamente as verbas consagradas ao aparelhamento bélico, que, em confronto com as outras despesas, excedem de muito a capacidade tributária normal de qualquer povo.

Armemos o Brasil, porque o nosso país figura no mapa do mundo e o mundo de hoje é o das doutrinas de Bense, das advertências de Clausewitz, das teorias de Von Bernhard e dos orçamentos que sugam tudo de todos para que não faltem, na hora trágica, fuzis e canhões (BARATA, 1938, p. 2).

Como a possibilidade de uma nova guerra estava cada vez mais iminente, crescia o questionamento sobre a necessidade de armamento e também as teorias que seriam utilizadas na guerra. Discutindo a ideia de que uma guerra deveria durar pouco, como teria dito Clausewitz, o texto do jornalista e advogado, Austregesilo de Athayde, “A filosofia de Clausewitz”, publicado no dia 3 de setembro de 1938, no jornal *Diário da Noite*, criticou a ideia lançada, a seu ver, por Clausewitz, de que a guerra deveria ser desumana para durar pouco, levando a destruição e violência sem limites, em suas palavras:

A doutrina de que guerra deveria ser desumana para durar pouco foi lançada por Clausewitz, na terceira década do século XIX. No tempo ninguém lhe prestou atenção, hoje domina os Estados Maiores.

Já está sendo posta em prática com as suas hediondas consequências para as populações civis. Destruir intensamente, por todos os modos, com a cega brutalidade dos cataclismos. Aterrorizar sem a mínima sombra de piedade no coração, crianças, mulheres, velhos, enfermos. Nenhuma regra impeditiva, nenhuma lei limitando a agressão, o emprego cruel dos instrumentos de morte sobre o inimigo, colocado fora da humanidade.

Mas a ideia de durar pouco é falsa. A cada nova arma o engenho inventivo exacerbado pelo instinto de conservação opõe outra arma. Nenhum povo possui o privilégio da destruição sem vingança.

A filosofia mortífera de Clausewitz é o produto da visão unilateral de um espírito envenenado pelas concepções orgulhosas do militarismo.

A guerra durará até o máximo da capacidade econômica dos povos que nela se abeirarem. O desespero é um estímulo a resistência e enquanto houver matérias primas para as fábricas de armas, e alimento, o terror e a morte não abreviarão o conflito (ATHAYDE, 1938, p. 2).

Athayde (1938) não trouxe nenhuma citação do general prussiano, como grande parte dos outros textos citando Clausewitz, somente criticou a ideia de uma guerra rápida, sem

mencionar diretamente o conceito. No entanto, chama atenção ele julgar a dita concepção clausewitziana de “desumana”, a qual “permitiria agir sem regra impeditiva de agressão”, “a filosofia mortífera de Clausewitz”, nos remetendo às críticas feitas por Liddell Hart. Como já aludido, no período entre guerras a interpretação de Hart sobre Clausewitz era impactante. Hart pode ser considerado o principal responsável pela disseminação do prussiano como “gênio do mal do pensamento militar”, o “apóstolo da guerra total”, e como um defensor incansável da massa e da ofensiva (BASSFORD, 1994). O britânico dizia que Carl von Clausewitz e seus discípulos foram os culpados pelos massacres ocorridos entre os anos de 1914 a 1918. A seu ver, Clausewitz era um “autor obscuro”, “de abordagem metafísica”, “de generalizações abstratas” e de “difícil entendimento”. Suas palavras hostis ecoaram profundamente nas ideias dos militares britânicos de sua geração (BASSFORD, 1994).

Suas concepções alcançaram também o Brasil. No dia 23 de janeiro de 1937, o *Diário Carioca* publicou o artigo de Liddell Hart “Ludendorff e a próxima guerra”, onde ele analisou as ideias do general alemão acerca da preparação do Estado para novas guerras. Hart (1937) destacou que as concepções expostas por Ludendorff demandavam a investigação de técnicos e estudiosos científicos da guerra, sobretudo Clausewitz. Lembrou que Ludendorff refutava a teoria clausewitziana, mas concordava com o general prussiano em um ponto: o aniquilamento do inimigo.

[...]

Ela começa com um ataque violento as teorias de Clausewitz, sobre as quais se edificaram os planos teutões de 1914. Clausewitz que morrera um século antes, modelou o espírito dos generais e dos homens de Estado de toda a Europa durante as gerações que precederam a guerra mundial. Desde então sofreram suas teorias as críticas mais severas, por sua tendência a subordinar a política à estratégia.

A extravagância teórica de Clausewitz, ao sustentar a ideia de “guerra absoluta”, a “violência levada aos seus últimos extremos”, era contrária ao sentido comum. E o esgotamento da Alemanha em 1918 foi a consequência natural desse erro. Os condutores de sua máquina guerreira, menos inteligentes que Bismarck, não sabiam quando deviam deter-se; e prosseguiram até precipitar-se no abismo.

Conquanto a causa e o efeito sejam aqui muito claros, Ludendorff não os adverte. Através de suas próprias lentes vê que a falta de Clausewitz não é de haver-se inclinado para tais extremos, senão em havê-los levado bastante longe. Cita como típica de Clausewitz a seguinte passagem: “O triunfo político é o “fim”, e a guerra é o meio de consegui-lo. E não se pode pensar nos meios sem um fim”. Para Ludendorff isto é uma ridicularia passada de moda. O princípio totalitário exige que na guerra uma nação ponha tudo a seu serviço; e na paz, ao serviço da próxima guerra. “A guerra é a mais alta expressão de vontade de viver nacional, e a política deve subordinar-se à condução da guerra”. [...]

Porque o único ponto de orgulho que finca na antiga direção alemã, é que “Clausewitz só pensa no aniquilamento dos exércitos inimigos no combate”. Para Ludendorff continua sendo isto um “princípio imutável”.

As ideias de Ludendorff merecem considerações mais largas que as que aqui ficam. Elas encerram o presságio de verdadeiro extermínio da humanidade, com a apologia de tão indiscutível autoridade militar do bombardeamento da população civil, sem dó nem

piedade, enterrando sob os escombros das “principais cidades industriais”, destruídas pela aviação, mulheres, crianças, velhos e feridos nos próprios campos de batalha (HART, 1937, p. 6).

É possível notar semelhanças entre as críticas de Athayde (1938) e Hart (1937), mas não é possível concluir que o brasileiro tenha se inspirado nas palavras do britânico. Como na década de 20, os textos encontrados nos jornais na década de 30, em sua maioria, trazem Clausewitz como o teórico da guerra ofensiva, sem limites, aquela que levaria a violência e aniquilação do inimigo, mas também com menção a *formule*. N’A *Defesa Nacional*, sob a instrução da Missão Militar Francesa, a preocupação era em compreender a guerra e Clausewitz era utilizado para conceituá-la. Nessa direção, citações do conceito de “guerra absoluta” e “guerra como instrumento da política” estiveram presentes. Mas, como visto no período de 1889-1929, as leituras sobre Clausewitz nos jornais eram mais negativas, culpando-o pelas ações da Alemanha na I Guerra Mundial.

Na direção contrária, no tempo da Missão Francesa no Brasil, como observado no capítulo 2, é possível notar que as menções ao general prussiano passaram a ser mais constantes n’A *Defesa Nacional* do que na época dos Jovens Turcos e sua divulgação das técnicas militares trazidas do conceituado Exército alemão. Ou seja, Clausewitz parece ter constituído um importante pensador utilizado pela MMF na instrução dos militares brasileiros. Isso ficou mais evidente ao se localizar nos anos de 1931 e 1932, a publicação de excertos da obra maior do prussiano, *Da Guerra*, no idioma português, na revista *A Defesa Nacional*.

4.2 Traduções de excertos da obra *Da Guerra*

Como citado, entre os anos de 1931 e 1932, excertos da obra maior de Clausewitz obtiveram traduções nas páginas da revista *A Defesa Nacional*. Não é o propósito trazer diversas citações com as traduções dos excertos encontrados, mas sim pontuar a relevância do material encontrado para o objetivo desta pesquisa: compreender como se processou a recepção e a circulação da teoria clausewitziana no Exército brasileiro entre os anos de 1889 a 1959.

Nessa direção, organizarmos os três textos (são 3 artigos presentes nas edições de número 210, 220, e 221) na Tabela 5, destacando quais capítulos dos 8 Livros da obra *Da Guerra* tiveram partes de seus capítulos traduzidos. Mas, é imprescindível observar que os capítulos assinalados não tiveram tradução integral, são partes selecionadas por “um camarada que leu o livro de lápis em punho”. Isto é, a pessoa responsável por realizar as traduções não é divulgada. Os Livros e partes dos Capítulos traduzidos também não são indicados, por meio do

cotejamento dos dados com a versão em português, a publicada no ano de 1979, identificamos os Capítulos traduzidos. Não é aludido de qual idioma parte a tradução: se do original alemão, se do francês ou do inglês. Talvez pela presença da MMF no Brasil e pelo caráter parcial da tradução, lembrando a tradução realizada por Vatry no ano de 1885, abarcando os Livros de III a VI de *Da Guerra*, possa se levantar como hipótese uma tradução vinda do francês e sob interesse dos franceses, mas que pode ter sido empreendida por um brasileiro, devido a denominação “camarada que leu o livro de lápis em punho”.

Na Tabela 5 é possível constatar que com exceção de dois Capítulos do Livro II – V e VI – os demais Capítulos dos Livros traduzidos estão entre os Livros III a VI, tal como a versão francesa publicada na década de 1880. Contudo, deve-se ponderar também sobre maior contato dos brasileiros com o idioma francês, naquela época, do que com qualquer outra língua. Outro elemento importante a se considerar é o interesse na tradução do Livro VI, aquele no qual Clausewitz discute extensamente sobre a superioridade da defensiva, mas o qual é quase sempre ignorado pelos leitores do prussiano. Nesse ponto ainda é necessário lembrar o posicionamento estratégico-defensivo da França no pós-I Guerra Mundial, constituindo mais um pressuposto sobre o envolvimento dos franceses na primeira tradução da teoria clausewitziana para os militares do Exército brasileiro.

Tabela 5 – Livros e Capítulos de *Da Guerra* com excertos traduzidos nos anos de 1931 e 1932 na revista *A Defesa Nacional*.

Livros	Capítulos	Ano
I – Que é a guerra	-	-
II – A teoria da guerra	V – A crítica VI – A propósito dos exemplos	1931
III – Da estratégia em geral	XI – Reunião das forças no espaço XII – Reunião das forças no tempo XIII – A reserva estratégica XIV – Economia das forças	
IV – O recontro	Trechos não identificados	1932
V – As forças militares	-	-
VI – A defesa	I – Ataque e defesa II – Relações mútuas do ataque e da defesa em tática III – Relações mútuas do ataque e da defesa em estratégia IV – Caráter concêntrico do ataque e excêntrico da defesa V – Caráter da defesa estratégica VII – Ação recíproca do ataque e da defesa XXII – O cordão	1932
VII – O ataque	-	-
VIII – O plano de guerra	-	-

Contudo, além dos indícios de que a MMF poderia estar investindo na publicação de clássicos militares para distanciar os militares da política, como indica Araújo (2009), das semelhanças com a tradução francesa, intriga o porquê dos Livros I e VIII não serem considerados. Dada a importância, principalmente o capítulo I do Livro I, para a compreensão da teoria clausewitziana, surpreende que ele seja simplesmente não seja “visto” como importante, pois até mesmo Clausewitz já revelara em notas a relevância dessa parte da obra, dada como a única parte finalizada em todo o livro e trazendo a essencialidade de sua teoria: a guerra como mero instrumento da política de Estado. Mas, talvez essas partes do livro *Da*

Guerra ainda não estivessem bem claras para aqueles que tinham interesse em que Clausewitz circulasse no Brasil, e assim, as partes mais vinculadas as técnicas e práticas militares seriam mais importantes, ou de melhor utilidade para a época. Mas, não se pode deixar de considerar como relevante a inserção do Livro VI, ainda mais em contexto de uma nova tensão mundial provocada pelo rearmamento de diversos países.

4.3 II Guerra Mundial: Clausewitz, inspirador de Hitler

Iniciada a II Guerra Mundial em 1939, com o rápido progresso do Exército alemão por meio da *Blitzkrieg* e os inúmeros sucessos conquistados no início da guerra, Hitler e sua Força Terrestre passaram a despertar a atenção dos analistas militares e também de civis que viam com perplexidade o avanço das tropas nazistas na Europa e buscavam compreender as raízes teóricas que levavam a ação dos alemães. Nesse quadro, três artigos publicados em jornais brasileiros traziam Clausewitz como o teórico orientador das práticas de Hitler e de suas tropas nazistas.

O primeiro deles, também escrito por Austregesilo Athayde, sob o título “Os inspiradores de Hitler” (*Diário da Noite*, 13 de junho de 1940), associou Hitler a Clausewitz:

Dois homens inspiraram especialmente a política do chanceler Adolf Hitler, desde os tempos de propaganda do seu regime político. Foram eles Clausewitz e Paul Rohrbach. [...]

O primeiro deixou as gerações germânicas, entre outros ensinamentos, este que o Führer aproveitou na sua plenitude: “Um grande país de civilização europeia não pode ser conquistado sem o auxílio de discórdias internas”

Paul Rohrbach foi um russo que durante toda a existência batalhou pela expansão alemã no mundo.

O autor do “Woher es kam” revoltava-se contra a “concepção militarista da guerra” e condenava “a convicção de que tudo pode ser obtido pelas armas e pela violência”.

Seria ignorar o poder das ideias e diminuir a força essencial dos fatores psicológicos.

Rohrbach, depois da catástrofe de 1918, fez esta reflexão amarga: “Soubemos fazer a guerra com as armas e não com as ideias”.

O chanceler Hitler esforça-se para estender a “*Blitzkrieg*” ao campo das ideias, como se vê do triunfo dos seus princípios políticos na reorganização política da “douce France” (ATHAYDE, 1940, p. 1-2).

Já no artigo “Duas escolas de estratégia”, publicado no dia 24 de agosto de 1941, no jornal *Correio da Manhã*, Ary Maurell Lobo discutiu um texto publicado na revista estadunidense *Newsweek*, sobre a batalha no campo soviético e o embate entre duas estratégias contraditórias: a germânica e a russa. A seu ver, os principais estrategistas desses países eram: na Rússia, Suvorov, Kuropatkine e Frunze; já na Alemanha, Scharnhorst e Clausewitz:

Outra apresentação: Von Clausewitz, oficial prussiano de origem polonesa.

Eis as suas credenciais: Fez as campanhas do Reno de 1793 e 1794, quando tinha ainda apenas treze anos; foi ajudante de campo do príncipe Augusto da Prússia, na guerra de 1806; e, logo depois promovido a major, ingressou no estado-maior geral, onde serviu até 1812.

Por que?

Porque entrou ao serviço da Rússia. A campanha de 1813, fê-la Clausewitz como oficial superior do estado-maior russo, no quartel general de Blucher. Num dos intervalos da guerra, escreveu um livro em que analisou de maneira pormenorizada as principais operações bélicas em andamento. Esse trabalho despertou extraordinário sucesso.

Em 1815, Clausewitz retornou ao exército prussiano. Em Wavres, combateu contra Grouchy. Em 1818, foi nomeado diretor da Escola Militar de Berlim. Assumiu a inspetoria de artilharia em 1830. Mas não demorou no exercício dessas funções, porque logo subiu a chefe do estado-maior do marechal de campo Gneisenau.

Clausewitz é o autor de um livro clássico – *Vom Krieg (Da Guerra)* que passa por ser uma das melhores obras – se não a melhor – sobre a arte militar.

Sem discutir, Clausewitz é o pai da ciência militar moderna. A sua guerra verdadeira é quase a guerra total. Bem que ele ensinava:

“A guerra constitui o prosseguimento de uma ação política, mas por outros modos, por outros processos”.

Os grandes generais da Alemanha, quer os do século XIX, quer os de 1914-1918, são todos discípulos de Clausewitz. As manobras por ele idealizadas trazem sempre a marca do mestre: primeiramente, cercar; secundamente, destruir.

Basta citar os maiores: o conde Von Schlieffen, o barão Von Der Goltz e o marechal Moltke (LOBO, 1941, p. 4).

Como observado, Lobo (1941) trouxe a máxima de Clausewitz, “a guerra é a continuação da política por outros meios” e a ideia de “destruição do inimigo”. Notou-se também o cotejamento de uma “guerra verdadeira” a “guerra total”, contudo, não há uma elucidação sobre como ele caracterizaria esses dois conceitos, não clausewitzianos é bom destacar, e como o enxerga na teoria clausewitziana. Mesmo com menção a vida, a obra e as ideias de Clausewitz, não se pode concluir que Lobo (1941) tenha efetivamente tido contato com *Da Guerra*, mas que basicamente conhecia o pensador e suas concepções mais comumente mencionadas.

Já no final da guerra, no artigo “Dentro da Alemanha”, publicado no dia 3 de dezembro de 1944, no jornal *Diário de Notícias*, Ernesto Feder discutiu a utilização da teoria clausewitziana pelos alemães na sua decisão de retirada para o interior do país, devido ao progressivo êxito dos Exércitos dos países Aliados desde a invasão da Normandia, em meados do ano de 1944. Nessa direção, iniciou o texto com um excerto clausewitziano que justificaria a decisão alemã: ‘Temos de considerar a retirada voluntária para o interior de um país como uma forma de resistência indireta em virtude da qual o inimigo deve perecer não pela espada, mas pelos seus próprios esforços. Clausewitz, Sobre a Guerra (FEDER, 1944, p. 2).

Feder (1944) buscou enfatizar como as ideias do prussiano inspiraram não só militares e políticos alemães, como também estrangeiros, mencionado Lenin:

O decorrer da guerra, desde a invasão da própria Alemanha, pode ter desapontado aqueles que acreditaram que, com a transposição das fronteiras, a resistência alemã deveria se desmoronar.

De fato, o que agora ocorre dentro da Alemanha, apenas corresponde à tradição secular do militarismo prussiano que, na obra de Clausewitz, encontrou sua expressão clássica. O general Carl von Clausewitz que escreveu seu célebre “Sobre a Guerra”, em 1818 aprendera com Napoleão cujas ideias estratégicas e táticas em parte alguma foram estudadas com tanta paixão e admiração como no Estado-Maior de Berlim.

Com Clausewitz aprenderam todos os militares e políticos, da sua pátria como do estrangeiro, até os nossos dias. Lenin declarou: “As táticas política e militar constituem para Clausewitz o que se chama em alemão um *Grenzgebiet* (zona confinante); por isso os técnicos do Partido deveriam ter para proveito próprio as obras do grande teorista militar e alemão” (FEDER, 1944, p. 2).

Stalin, assim como o Hitler, teria utilizado a ideia clausewitziana de retirada para o interior:

A condução da guerra pelo marechal Stalin e pelos seus generais mostra que seguiram o conselho do seu mestre, especialmente no assunto da retirada para o interior do país, assunto ao qual Clausewitz dedicou um capítulo de atualidade particular. Pois a forma de que o combate dentro das fronteiras germânicas hoje se revestiu não é devida à doutrina da Suástica, mas a tradição militar. Para bem compreendê-la deve-se ler não “A minha luta” e sim “Sobre a Guerra” (FEDER, 1944, p. 2).¹²⁹

Depois de identificar na teoria clausewitziana a noção de retirada para o interior, Feder (1944) pontuou as vantagens e as desvantagens desse procedimento, consoante com as ideias de Clausewitz:

Clausewitz discute as vantagens e desvantagens de uma tal retirada e chega à conclusão seguinte: “Não é duvidoso que no caso de dimensões consideráveis do território e de poderio não desproporcionado dos beligerantes se estabeleça uma relação de forças que promete ao defensor maior probabilidade de êxito do que poderia ocorrer numa decisão junto à fronteira”. Mas o grande teorista acrescenta logo: “Existem, porém, ao lado das grandes vantagens dessa forma de defesa dois contrapesos: o primeiro é a perda que o país sofre pela penetração do inimigo; o segundo é a impressão moral” (FEDER, 1944, p. 2).

Logo em seguida, passou a considerar a teoria clausewitziana na prática do Exército alemão, por meio de quatro pontos:

Examinemos agora a teoria de Clausewitz e sua aplicação na prática nazista à luz dos informes sobre a situação dentro da Alemanha.

¹²⁹ Depois da guerra, a 11 de março de 1947, o *Diário de Notícias* publicou o artigo “Já está fora de época: Stalin dá sua opinião sobre o clássico estrategista alemão Clausewitz”, (STALIN, 1947, p. 1).

1º) as dimensões territoriais são, em si, consideráveis, abrangendo todo o terreno da denominada Grande Alemanha; mas em virtude das possibilidades técnicas de hoje, especialmente da velocidade no movimento e na ubiquidade das armas, tais dimensões se tornam muito restritas.

2º) o poderio dos beligerantes não está em proporção, e cada dia aumenta a superioridade nítidas dos beligerantes.

3º) a perda que o país sofre pela penetração importa não só no prejuízo do terreno, mas também na escassez de produção bélica que nas guerras de hoje com o seu prodigioso consumo cotidiano se reveste de uma importância dantes nunca imaginada; a perda do Saar e do Ruhr equivalerão a duas grandes derrotas.

4º) a má impressão moral da retirada continua tornar-se-á tanto mais fatal que os maiores nazistas sempre repetiram a promessa de que o inimigo nunca pisaria o solo teutônico (FEDER, 1944, p. 2).

Isto é, o problema não era o Exército utilizar a retirada para o interior. Na visão de Feder (1944), o problema consistiu na falta das condições favoráveis, descritas por Clausewitz, para que a manobra tivesse êxito, enquanto as conjunturas desfavoráveis eram expressivas: “A teoria de Clausewitz é certa e bem aprenderam os seus discípulos. Não é culpa destes se as circunstâncias sob as quais a aplicam transformam o êxito previsto pelo pensador militar num completo malogro” (FEDER, 1944, p. 2).

Ernst Feder era um jurista e jornalista alemão, editor da seção política do jornal *Berliner Tageblatt*. De ascendência judaica, Feder evadiu da Alemanha para a França, no ano de 1933, com a ascensão do nazismo, e em 1941, com a ocupação nazista da França, emigrou para o Brasil e passou a assinar como Ernesto Feder seus trabalhos de escritor, tradutor e jornalista (ECKL, 2012).

Com uma leitura mais alicerçada na teoria de Clausewitz, Feder possivelmente teve contato com *Da Guerra*, não só por ser alemão e não ter obstáculos com o idioma, mas por trazer excertos do livro, ir além das citações mais usuais (“a guerra é a continuação da política por outros meios” e “a guerra deve ir aos extremos”), e relacionar a prática do Exército alemão com a teoria clausewitziana. Mesmo que Feder seja estrangeiro, consideramos sua leitura por duas razões: por ter residido no Brasil por vários anos, e por sua leitura de Clausewitz estar distante das demais analisadas até esta etapa da pesquisa: tem maior rigor analítico e parece estar baseada na própria obra do autor.¹³⁰

É ímpar notar Clausewitz ser lido a partir de seus estudos sobre a defesa (apesar de especialistas em Clausewitz, como Michael Howard (1983), considerarem o Livro VI como um dos mais importantes para a construção da tese clausewitziana: primazia da política na guerra),

¹³⁰ Lembrando que a temática trabalhada por Feder está presente em *Da Guerra* no Livro VI – A Defesa, Capítulo 25, intitulado “A Retirada para o Interior do País”.

sobretudo em período de guerra total, quando muitos não titubeavam em considerá-lo como um teórico da destruição e do aniquilamento. Feder (1944) promoveu uma leitura baseada no que Clausewitz tinha a dizer, bem como sua utilização pelo Exército alemão, mas não esteve interessado em promover um julgamento moral do prussiano por ter escrito sobre uma guerra sem limites, ou por ter sido o responsável por incutir esse tipo de pensamento entre os alemães. Sua leitura é conjuntural, mas não instrumentalista.

Não é inexplicável que no transcorrer da II Guerra encontrássemos diversos textos estabelecendo uma conexão entre Clausewitz e Hitler. Muitos jornais brasileiros publicavam discursos do *Führer*, e o *Correio da Manhã* divulgou um deles no dia 11 de setembro de 1943, tratando sobre a rendição italiana nesse mesmo ano, Hitler dizia estar atuando conforme preceitos clausewitzianos¹³¹:

Os empreiteiros democráticos da guerra e os homens no atual governo italiano podem considerar tal atitude como um brilhante exemplo de hábil tática de Estado. A história há de julgá-la de outro modo e gerações de italianos terão vergonha pelo fato desta tática ser empregada contra um aliado que havia cumprido o seu dever com sangue e sacrifícios, além da letra do tratado.

O fato de eu ter o direito de acreditar incondicionalmente no êxito, funda-se não só na minha própria carreira, mas também na ascensão do nosso povo. Em 1939, tivemos de enfrentar as declarações de guerra pelos nossos inimigos, sozinhos e esquecidos.

Temos agido de acordo com o princípio estabelecido por Clausewitz, de que uma resistência heroica em todas as circunstâncias, é melhor do que uma rendição covarde. Assim, desde setembro de 1939 que eu digo que nem o tempo nem as forças das armas hão de abater jamais o povo alemão (HITLER, 1943, p. 1).

O ministro da Propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, também citou Clausewitz. Ao discursar para o povo alemão, Goebbels (1944) descartou a possibilidade de rendição da Alemanha e recorreu ao general prussiano para enviar um recado aos seus oponentes, como observado no texto “Discurso do Dr. Goebbels sobre a não possibilidade de rendição da Alemanha”, publicado no dia 28 de outubro de 1944, no *Diário da Noite*:

Clausewitz certa vez, comparou a guerra com o fogo que lavra no campo e que se espalha pelos pontos em que o inimigo põe os pés, devorando as suas linhas de comunicação e alcançando suas próprias bases. Aconselho o inimigo a pensar se lhe convém a fazer tal espécie de guerra. Não desdenharemos qualquer meio de lhe barrar o caminho. Cada estrada e cada casa se transformarão num foco da mais encarniçada resistência (GOEBBELS, 1944, p. 2).

¹³¹ Mas, citar não necessariamente faz de Hitler um leitor de Clausewitz. Aron (1986b) contesta a ideia de que Hitler tenha lido ou tenha se inspirado em *Da Guerra*. E mais, para Aron (1986b), Hitler assim como Ludendorff (a quem ele teria efetivamente seguido as ideias) inverteu a máxima de Clausewitz, militarizando a política.

Mas, a ideia de Clausewitz como o teórico da guerra levada aos extremos, cruel e sanguinária, não deixou de circular no Brasil no tempo da II Guerra, como demonstrado a partir de dois artigos publicados em jornais brasileiros.

No artigo “Cevado no ar”, publicado no dia 13 de setembro de 1940, n’*O Jornal*, Assis Chateaubriand criticou a campanha aérea da Alemanha contra a Inglaterra, principalmente por ter dado tempo aos ingleses de fortalecer sua vontade combativa, ao invés de “enfraquecê-los com a continuação dos golpes com que martelara a França”, um erro estratégico crasso, já que “um dos fins da estratégia consiste em diminuir as possibilidades da resistência do inimigo, na hipótese, a pausa só serviu para aumentá-la” (CHATEAUBRIAND, 1940, p. 4). Isto é, “Hitler deixou os ingleses respirarem demais. Na França, os franceses respiraram de menos. Ele ali ofereceu a história uma lição de grande estratégia, que é obter a decisão militar, isto é, aniquilar a força armada do adversário, fazendo pouco dispêndio de pólvora e sangue”. Clausewitz teria dito, nas palavras de Chateaubriand (1940), que ‘o sangue é o preço da vitória’; no entanto, o Estado-Maior alemão teria alcançado a possibilidade de “aniquilar cinco exércitos na Europa, em menos de um ano de guerra, com uma relativamente pequena efusão do líquido precioso” (CHATEAUBRIAND, 1940, p.4).

No ano de 1920 também se encontrou um artigo de Chateaubriand mencionando Clausewitz e, como no texto supracitado, demonstrando certa simpatia ao Estado alemão. Se na década de 1920 ele encarou a guerra como justa e defensiva por parte da Alemanha, em 1940, sua declaração pareceu ter um duplo objetivo: criticar a estratégia de não aniquilamento célere da Inglaterra, como tinha procedido com a França, e lembrar que Hitler, se distanciando de uma máxima clausewitziana, teria aniquilado a França sem despendar armamento e sem verter muito sangue. Não há uma crítica a Clausewitz, só a constatação de que Hitler, no quesito “derramamento de sangue”, não estaria próximo a ideia tão debatida e tão polêmica do general prussiano.

No outro artigo, “A crueldade da guerra”, publicado no *Diário de Notícias* a 4 de janeiro de 1942, Barreto Leite Filho empreendeu uma discussão sobre a violência dos homens na guerra. Clausewitz é mencionado como aquele que prescreveu a ação do homem diante da guerra: levar a violência ao extremo: “Sob o império da guerra, e dentro do seu sistema de referências, a atitude compatível do homem é a que foi prescrita por Clausewitz, de encarar o ato de força na pureza de sua substância e levar a violência até o extremo mais próximo do absoluto, inclusive para encurtar a sua duração” (LEITE FILHO, 1942, p. 2).

Barreto Leite era jornalista, redator sobre política internacional e correspondente de guerra e, por sua profissão, pode ter conhecido as ideias de Clausewitz. No entanto, no texto

supracitado não há alusão a nenhuma obra do autor, ou mesmo a intenção de trabalhar com mais profundidade a teoria clausewitziana, mas apenas descrever o comportamento do homem, a crueldade inerente nessa conjuntura, por meio de um conhecido pensador militar. Não houve uma crítica negativa de suas concepções, ou relação com as práticas militares das Forças Armadas da Alemanha, como se a teoria do general prussiano constituísse uma herança maldita passada a todas as gerações alemãs.

Quase ao término da II Guerra, o artigo do oficial do Exército brasileiro Heitor Almeida Herrera, “A Doutrina de Guerra Francesa e a Campanha de 1940”, publicado no dia 10 de agosto de 1944, na revista *A Defesa Nacional*, edição de número 363, trouxe um estudo sobre o tão debatido insucesso da França no início da II Guerra Mundial. A seu ver, além da superioridade material do inimigo, no caso Alemanha, que levou a uma ação de defesa, “preocupação de apagar os golpes, ao invés de desferi-los” (HERRERA, 1944, p. 65), a França estava militarmente estabilizada desde o período da I Guerra Mundial. Com isso, não havia adotado um princípio essencial da guerra: “só a ofensiva conduz à vitória” (HERRERA, 1944, p. 269). Ainda, na visão de Herrera (1944), havia um elemento chave que poderia ter evitado a derrota da França: sentimento nacional aliado a uma sábia doutrina militar. Isto demonstra o caráter da guerra como instrumento da política, como proclamou Clausewitz:

Infelizmente, da teoria à prática há mais de um passo. E a arte e a ciência da guerra são instrumentos da política, sua própria continuação por outros meios, como afirmava CLAUSEWITZ. Deste modo, as origens da preparação bélica de um povo são, em última análise, consequência do espírito que o anima, em que pese à sabedoria de sua doutrina militar (HERRERA, 1944, p. 269).

No tempo da II Guerra, Herrera (1944) é um dos poucos brasileiros a citar a concepção mais célebre de Clausewitz, relacionando a queda da França a não compreensão da guerra como instrumento da política, pois não ter estimulado o sentimento nacional para a preparação bélica, uma ação política, teria constituído um dos maiores erros da França. Nesse artigo, também há menção a perplexidade dos brasileiros, como discípulos da França, através da Missão Militar Francesa, em assistir a sua queda frente as tropas de Hitler.

4.4 Guerra Fria: Clausewitz, teórico do comunismo?

Bassford (1994) indica que no pós-II Guerra houve uma “renovação significativa no estudo do pensamento de Clausewitz” (BASSFORD, 1994, p. 193). No entanto, para ele, a renovação seria lenta e gradual, com a conservação de uma hostilidade expressiva até a década

de 1960. Mas, será que no Brasil também encontrar-se-á o mesmo panorama daquele observado nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha?

O advento das armas atômicas não proporcionou o final das guerras, pelo contrário, diversos conflitos no pós-45 transcorreram, principalmente relacionados ao término do domínio colonial imposto por países europeus. Contudo, além desse tipo de guerra, muitas baseadas em técnicas de guerrilhas, não se pode esquecer que o mundo estava dividido entre os Estados Unidos e a União Soviética, os vencedores da guerra e protagonistas de uma nova guerra: a Guerra Fria. Nesse cenário de disputa pela hegemonia do poder mundial, ainda preocupava a possibilidade de uma guerra atômica, principalmente após a União Soviética também dominar a produção da bomba atômica, em 1949, e de ambos os países, em 1950, desenvolverem a bomba de hidrogênio (KEEGAN, 2006).

Nesse cenário de progressivo desenvolvimento da tecnologia e, da importância cada vez maior da aviação militar, o artigo “Contra uma Força Aérea Única”, publicado no dia 18 de fevereiro de 1950, no jornal *Correio da Manhã*, o contra-almirante Carlos Penna Boto escreveu sobre dois tipos de guerra: aquela que visa a derrota do inimigo e, outra que busca a conquista de territórios. Nessa direção, seria essencial que o estadista determinasse a natureza da guerra que travaria: “Fixar com acerto geral a natureza de determinada guerra constitui, na opinião de Clausewitz, a primeira, a maior e a mais crítica decisão entregue ao julgamento dos Estadistas” (BOTO, 1950, p. 5)

Mas, além dos dois tipos de guerra mencionados, Boto (1950) destacou que as guerras poderiam ser de natureza limitada ou ilimitada – “aquelas significando conflitos nos quais o vigor, o esforço bélico da Nação, não é desenvolvido ao máximo, e sim limitado a um certo potencial, e estas, pelo contrário, guerras nas quais tudo se empenha para a consecução da vitória” (BOTO, 1950, p. 5). A seu ver, as guerras limitadas ou ilimitadas tenderiam à guerra total, “interessarão não só as forças armadas, mas também as populações, os parques industriais, as fontes de produção, as atividades civis, etc., requerendo, portanto, esforços globais, embora tais esforços globais não sejam aplicados contra o inimigo até o limite máximo” (BOTO, 1950, p. 5). Nesse panorama, a missão das forças armadas seria destruir as forças armadas do adversário, para posteriormente ocupar seu território. Lembrando que tal tarefa só poderia ser concretizada por meio do uso de forças terrestres, o que inviabilizaria a ideia de uma supremacia da força aérea.

Discordando do valor da teoria clausewitziana na conjuntura da Guerra Fria, dois outros artigos surgiram à época em jornais brasileiros.

Sobre a validade daquela teoria para as forças armadas, principalmente da sua ideia da “guerra como continuação da política por outros meios”, o texto “A função política das Classes Armadas”, assinado pelo coronel João Batista Magalhães (*Jornal do Brasil*, 20 e 21 de março de 1949) defendeu que as forças armadas, como as responsáveis pela preparação para a guerra, deveriam ter envolvimento com as questões políticas do país. Sendo assim, a premissa levantada por Clausewitz da guerra como continuação da política já não era mais válida:

Às Classes Armadas correspondem funções de grande importância, na política interna das nações, decorrentes de sua existência como órgãos de preparação para a guerra. Hoje não lhes basta excelente capacidade profissional, nem se limitam as responsabilidades do comando ao simples cumprimento das decisões do poder governamental. Não é mais, admissível, portanto, o seu absentismo nos procedimentos da política nacional, como era de boa regra no século XIX, regra derivada do postulado de Clausewitz, segundo o qual a guerra era mera continuação da política. Agora, prevalece, de fato, a fórmula de von Seeckt, o organizador da *Reichswehr*, segundo o qual a guerra é a falência da política, o que mostra quanto o patriotismo do alto comando militar não lhe permite ficar indiferente aos procedimentos desta. As forças armadas deixaram de ser instrumentos passivos da política (MAGALHÃES, 1949, p. 1).

O coronel brasileiro não incentivou a participação de militares na vida pública, mas destacou que os mesmos deveriam conhecer os recursos e os métodos disponíveis caso o país viesse a passar por uma guerra, isto é, deveriam conhecer as políticas concernentes a defesa nacional. Contudo, além disso, as Forças Armadas brasileiras deveriam estar atentas aos pormenores da política administrativa e das práticas eleitorais, já que ações nesses campos impactariam diretamente o desenvolvimento do país.

João Batista Magalhães era um historiador militar e também coronel que esteve particularmente ligado a área educacional e cultural do Exército brasileiro entre a década de 20 e 40. Coursou a Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1908), a Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo (1909-1912) e em 1922, participou da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pré-requisito da Missão Militar Francesa para assimilar os altos oficiais ao novo sistema ou eliminá-los. Com a distinção obtida no curso da MMF, Magalhães passou a atuar como Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na disciplina de Tática, e também alcançou o posto de subdiretor desta instituição. Mais tarde, diplomou-se pela Escola Superior de Guerra da França e recebeu uma homenagem por serviços prestados à MMF. Quando serviu na Diretoria Geral de Ensino, no ano de 1941, após não alcançar a patente de general, pediu transferência para a reserva, passando a se dedicar a produção de diversos livros no campo do pensamento militar (MAGALHÃES, 1998).

Como supracitado, para Huntington (1996), Clausewitz é o responsável por trazer a primeira justificativa teórica para o controle civil. Talvez por cultivar a mesma concepção, a Missão Militar Francesa tenha tentado introduzir a teoria clausewitziana, mas para Magalhães (1949), quase vinte anos após ter participado da MMF, a ideia do prussiano não tinha mais validade. No mais, precisamos levar em consideração que em 1949, tempo de produção do artigo analisado, o Exército estava mais próximo das ideias, técnicas e pretensões dos Estados Unidos.

Bassford (1994) buscou a recepção de Clausewitz em dois países de língua inglesa entre os anos de 1815 a 1945: Grã-Bretanha e Estados Unidos. No período entre as duas Guerras Mundiais (1914-1945), Bassford (1994) concluiu que na Grã-Bretanha, muitos conceitos ditos clausewitzianos já eram utilizados, tais como: “a guerra é a continuação da política por outros meios”, a importância dos fatores morais e psicológicos na guerra e o papel do atrito. No entanto, indica que a aceitação dessas concepções não contribuiu para uma leitura mais ampla do autor. Além disso, tivemos as leituras de dois teóricos militares, Liddell Hart e John Fuller, responsáveis por interpretações mais hostis do prussiano, mas Fuller posteriormente teve uma transformação na sua visão da teoria clausewitziana, Hart não, como abordado nesta pesquisa. É importante notar a distinção realizada por Bassford (1994) entre as leituras especializadas do campo militar e aquelas correntes entre civis: “Fora da esfera limitada dos estudos militares, os elementos dominantes nos principais comentários britânicos sobre Clausewitz eram a ignorância e a hostilidade derivadas do choque emocional da Primeira Guerra Mundial e da hostilidade contínua em relação à Alemanha e ao militarismo alemão” (BASSFORD, 1994, p. 191, tradução minha). Mas, entre atitudes hostis ou favoráveis, Clausewitz certamente era um pensador importante na Grã-Bretanha.

No entanto, o mesmo não pode ser dito quando se analisa a recepção de Clausewitz nos Estados Unidos, para Bassford (1994) havia muito pouco da teoria clausewitziana nos Estados Unidos entre 1914 a 1945. Com suas pesquisas concluiu que “até a II Guerra Mundial a atenção da Nação ficou concentrada em questões militares”, e o conhecimento de sua teoria “era propriedade quase exclusiva de um pequeno grupo de intelectuais uniformizados” (BASSFORD, 1994, p. 191-192, tradução minha). No mais, Bassford (1994) aborda o problema do Exército estadunidense em ler Clausewitz via intérpretes e, principalmente, sua relutância, como instituição, em aceitar a relação entre guerra e política proposta pelo prussiano. A seu ver, a Marinha estadunidense não teria tido essas barreiras devido à ação de três pensadores: Wilkinson, Corbett e Mahan.

A transmissão indireta das ideias de Clausewitz via seus intérpretes não era confiável, especialmente para o exército americano, que dependia em grande parte de autores alemães como Goltz. O exército como instituição não estava inclinado a aceitar as ideias de Clausewitz sobre a inter-relação entre política e estratégia. A marinha se beneficiou das transmissões mais claras de Wilkinson e Corbett e do fato de que sobre a questão crucial do controle político, os pontos de vista de Clausewitz eram compatíveis com os ensinamentos de Mahan (BASSFORD, 1994, p. 192, tradução minha).

Talvez a tradição militar brasileira de entraves com o controle civil tenha ganhado mais expressividade no cenário de alinhamento formal com os Estados Unidos a partir da década de 40, pois como demonstrou Bassford (1994), a temática também constituía uma problemática no Exército dos Estados Unidos, levando a uma incapacidade de receber as ideias de Clausewitz¹³². Assim, o texto de Magalhães (1949) pode constituir um indício da aproximação com os estadunidenses.

Na palestra realizada na Escola de Guerra Naval e publicada sob o título “A guerra que reponta no horizonte envolverá todas as atividades humanas”, no jornal *A Manhã*, no dia 11 de setembro de 1952, o vice-almirante Humberto de Areia Leão abordou a conjuntura vivida, sobretudo em relação as guerras e a necessária preparação dos militares brasileiros e sua atuação estratégica no continente americano. Destacou o caráter mundial das guerras e a impossibilidade de um país manter-se neutro, “e as nações, queiram ou não, serão beligerantes” (LEÃO, 1952, p. 1). Nesse contexto, o princípio de Clausewitz, “a guerra é a continuação da política por outros meios” estaria invertido:

Os intervalos de paz, outrora observados, entre as guerras, tornam-se cada dia tão belicosos com a instituição da chamada “Guerra Fria” que, a frase de Clausewitz – “A Guerra é a continuação da Política por outros meios” – pode ser considerada invertida, pois os outros meios utilizados são nada mais que uma continuação da guerra, pelos meios psicológicos de desintegração da personalidade humana, preparo do terreno para o desencadeamento da violência física (LEÃO, 1952, p. 4).

Humberto Leão iniciou sua carreira militar na Marinha em 1905, quando ingressou na Escola Naval e progrediu na instituição até meados de 1953, alcançando o comando da Escola de Guerra Naval. Também se dedicou à política, exercendo os cargos de vice-governador em 1927, governador militar no ano de 1930 e, interventor também em 1930, pelo estado do

¹³² Os primeiros contatos mais substanciais entre as Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos ocorreram ainda na década de 20, mais precisamente em 1922, com a contratação de uma pequena missão naval, e em 1934, com uma missão de instrução de artilharia de costa (McCANN, 1995). Em meados da década de 30, o Exército brasileiro estava sob treinamento da Missão Militar Francesa, mas já lidava com críticas e questionamentos de sua eficiência. Enquanto isso, a missão originária dos Estados Unidos era elogiada pelas autoridades brasileiras e granjeava prestígio entre os oficiais brasileiros, estabelecendo dois focos de ação: ensino militar e aspectos técnicos da profissão militar.

Piauí¹³³. Contudo, distintamente de Lobo (1950), Leão (1952) não considerava o papel político nas guerras, a seu ver, a Guerra Fria invertia a concepção clausewitziana, isto é, os meios utilizados na guerra não eram mais políticos, mas sim diziam respeito à ação militar da guerra. É possível que Leão (1952) tenha se inspirado nas ideias de Ludendorff sobre a guerra total e a obsolescência da supremacia política sobre a guerra.

O general alemão também inverteu a lógica clausewitziana no contexto de guerra total, a política não seria mais do que a própria atividade militar. Se a concepção de Ludendorff entusiasmou Leão (1952) não se pode comprovar. No entanto, é interessante observar que na década de 20 já era possível encontrar uma tradução de uma das obras de Ludendorff, *Minhas Memórias da Guerra*. Mesmo que apenas no ano de 1936, com o livro *Der Totale Krieg*, Ludendorff tenha explicitado com mais veemência suas convicções sobre a guerra total, já no final da I Guerra ele criticava Clausewitz por ter feito a Alemanha permanecer com a ideia de uma guerra ilimitada quando deveria ter lutado uma guerra total, como aludido nesta pesquisa.

Uma visão distinta da relação entre guerra e política na Guerra Fria é lançada por Ignácio José Veríssimo. O marechal cedeu uma entrevista ao general Umberto Peregrino, na qual respondeu a indagação sobre a possibilidade do uso de armas atômicas em uma nova guerra mundial. O artigo recebeu o título “Acredita que as armas atômicas prevalecerão em um futuro conflito armado? ”, sendo publicado no dia 17 de março de 1959, n’*O Jornal do Brasil*, e trouxe a ideia de diversos militares brasileiros acerca da temática. O entrevistado mencionou uma ideia clausewitziana para embasar sua opinião, aliada a conjuntura da Guerra Fria:

O marechal Inácio José Veríssimo lembra, porém, o conceito de Clausewitz, segundo o qual a guerra é um recurso da Política, para concluir que certamente serão evitadas soluções de êxito duvidoso. Todavia, adverte que o perigo está em que a Rússia, onde não funcionam os contrapesos da Democracia, cujos governos dependem para as decisões extremas de complicados mecanismos políticos e do apoio da opinião pública, pode desencadear a guerra atômica se assim o entender, em dado momento, o seu governante supremo (PEREGRINO, 1959, p. 3).

O marechal Veríssimo (1959) viu na política o elemento de equilíbrio para a não destruição mútua, principalmente entre os países que haviam alcançado o poder no pós-II Guerra e detinham a tecnologia da bomba atômica e da bomba de hidrogênio. No entanto, ele expressava preocupação com a Rússia, uma nação que poderia iniciar uma guerra atômica devido ao seu regime político, o comunismo. Não era incomum a ideia de combate ao comunismo no Brasil desde meados de 30, mas com a Guerra Fria e a aliança com os Estados Unidos no pós-II Guerra, essa percepção basicamente virou uma política de Estado.

¹³³ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

Com a ideia de que a *formule* alicerçava a ação política dos líderes soviéticos, sobretudo a partir da expansão mundial do Partido Comunista, responsável pela instauração do comunismo através da revolução armada e pela destruição da “sociedade cristã e do mundo ocidental”, circulou no dia 10 de maio de 1950, o artigo “Exército da traição”, publicado no *Correio da Manhã* e assinado por O. de Carvalho e Souza:

Marx e Engels idealizaram o P.C. sobre bases militares. Seguiu-lhes Lenin os ensinamentos, inspirando-se notadamente nas obras de Clausewitz, o teorista da insurreição armada. Operou assim Lenine a fusão completa da política e da estratégia, e Stalin aperfeiçoou sobremaneira os métodos de seu mestre. Lenin, ao recordar as palavras de Clausewitz, que considerava a guerra como um prolongamento da política, sob outra forma (a forma sangrenta), acrescentava que ‘os marxistas admitiram sempre esta fórmula como a base teórica de seu ponto de vista sobre o significado de cada guerra’. Segundo Lenin, ‘a guerra se desenvolve na política como a criança no seio materno’. Tal concepção tem continuado a exercer uma influência capital sobre os dirigentes soviéticos, que tem sempre fundamentado a sua política sobre a ideia de preparação para a guerra, cujo desencadeamento atribuem aos Estados capitalistas, notadamente os Estados Unidos, acusados de visarem o ‘cerco contra a União Soviética’. Outrossim, Lenin, em 1921, logo após a assinatura da paz com a Polônia, declarava-se convencido de que a ‘coexistência durável’ da República dos Sovietes e dos Estados burgueses era ‘impossível’ (SOUZA, 1950, p. 4).

A leitura de Clausewitz por Lenin é pesquisada por vários de seus intérpretes, tais como: Aron (1986b), Rapoport (1979), Howard (1983) e Strachan (2008). Aron (1986b) cita a versão de *Da Guerra* que Lenin teria lido e indica quais seriam seus interesses no general prussiano:

Lenin utilizou a primeira edição em três volumes; no primeiro volume, os trechos são reproduzidos dos dois primeiros capítulos do livro I, dos capítulos 2, 3 e 6 do livro II, dos capítulos 5 e 6 do livro III; no segundo volume, dos capítulos 3 e 4 do livro V e dos capítulos 2, 3, 5, 6 e 9 do livro VI; no terceiro volume, afora alguns trechos do livro VII e dos *Principes de l'enseignement*, o essencial vem do livro VIII, capítulos 2, 3, 5, 6 e 9. Para o leitor que se lembra do *Traité*, a seleção dos trechos se explica por si mesma: Lenin se interessou pelas relações da guerra e da política (livros I e VIII), pelas grandezas morais, pela dialética do ataque e da defesa, em suma, por todas as ideias que ele podia, seja aplicar à estratégia política, seja utilizar para justificar sua própria estratégia político-militar” (ARON, 1986b, p. 59).

Na visão de Rapoport (1979), Lenin deturpou as palavras de Clausewitz, sua interpretação da teoria de Clausewitz teria desprezado um dos pilares fundamentais da filosofia clausewitziana: o interesse nacional:

Aquilo que fora proclamado como “interesse nacional” aparece no paradigma de Lenin somente como o interesse da classe governante e de modo algum como o interesse da classe explorada. Assim, a filosofia de Lenin descreve a “verdadeira natureza da guerra” em termos de conceitos que não existem no esquema de pensamento de Clausewitz (RAPOPORT, 1979, p. 23-24).

Howard (1983) destaca o interesse de Lenin pela relação entre guerra e política, além disso, sugere que as diversas citações de Lenin a Clausewitz eram feitas para tornar suas concepções admissíveis aos Marxistas-Leninistas. Nessa perspectiva, a leitura de Clausewitz por Lenin teria marcado o Exército da União Soviética do pós-Revolução e Guerra Civil:

[...] A guerra era um instrumento da política e a política era o produto de determinados fatores sociais fundamentais que teriam que ser compreendidos antes que pudesse ser elaborada qualquer doutrina militar válida. Os dogmas do Marxismo-Leninismo, acreditava-se e acredita-se ainda, tornaram possível uma visão científica desses “fatores objetivos”. As frequentes e lisonjeiras referências feitas a Clausewitz, que podem ser encontradas nos escritos de Lenin, foram feitas para tornar as suas ideias aceitáveis para os Marxistas-Leninistas a despeito de sua formação burguesa e militar [...] O novo Exército, reorganizado pela União Soviética após a Revolução e a Guerra Civil, tomou assim a doutrina de Clausewitz sobre a relação existente entre a guerra e a política como a base para o seu pensamento militar; e existem poucos livros didáticos militares publicados hoje que não contenham pelo menos uma ligeira referência a ela (HOWARD, 1983, p. 59).

Strachan (2008) mais distante de uma visão marcada pela Guerra Fria, também indica o entusiasmo de Lenin pelo caráter da política na guerra, contudo ressalta a utilização dessa relação para que Lenin pudesse escrever sobre a revolução e a guerra. Karl Marx e Friedrich Engels também leram *Da Guerra* e, em troca de correspondências falaram sobre a validade da teoria do prussiano. Mao Tsé-Tung e Leon Trotsky igualmente tiveram contato com *Da Guerra* e utilizaram algumas das concepções do general prussiano (STRACHAN, 2008).

Passos (2014) traz uma importante compreensão do porque não se pode determinar uma correlação absoluta entre as teses marxianas, engelsianas, leninianas e as formulações de Clausewitz, tal como procedeu Souza (1950):

Marx e Engels não têm o foco em Estados em guerra, mas sim nas classes sociais dos distintos países belicosos. No caso de Lenin, destaque-se a menção à justiça e legitimidade da guerra, ponto não discutido pelo autor de *Da Guerra*. O referencial do interesse de classe ao que serve uma guerra é um ponto diferenciador entre o general prussiano e o líder revolucionário russo. Lenin identifica a guerra justa e legítima no fato dela servir aos propósitos das massas contra o despotismo e a violência e não como interesse egoísta de dominadores e exploradores como ocorre nas demais guerras. Também de modo distinto, ressalte-se que a abordagem de guerra de Clausewitz não contempla a guerra civil, somente aquela entre Estados (PASSOS, 2014, p. 11).

Não é menos importante ressaltar que Souza (1950) abordou no texto o discurso do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América na época, Dean Gooderham (1949-1953), no qual indicava submeter o povo aos rumos de uma política externa baseada em uma “situação de força”, não hesitando em utilizar todos os meios militares, políticos e econômicos. Souza (1950) viu na “situação de força” a “única possibilidade de fazer face às manobras dissolventes da U.R.S.S. para a preparação das ‘condições subjetivas para a revolução comunista’, e único

meio de preservação da paz” (SOUZA, 1950, p. 4). Mesmo existindo substanciais distinções entre a teoria de Clausewitz e a teoria produzida por Marx, Engels e Lenin, o panorama da Guerra Fria e a bipolarização do mundo entre capitalistas e comunistas/ Ocidente e Oriente, parece ter estimulado a relação simplista entre esses teóricos.

No final da década de 1950, o major Amerino Raposo Filho, relacionou a guerra regular aos princípios de Clausewitz, mas os distanciou da concepção de guerra irregular ou revolucionária, concedendo a Marx e Engels o desenvolvimento desse novo tipo de guerra (“Guerra Revolucionária”, *A Defesa Nacional*, 1959, edição número 542). Com a II Guerra Mundial esse novo tipo de guerra teria passado a preocupar as forças armadas de diversos países. Diante dessa constatação, Amerino (1959) elaborou um breve estudo sobre esse tipo de guerra¹³⁴.

Inicialmente, o major lembrou que a guerra regular tem sua estratégia, tática, leis e princípios estabelecidos pela concepção da vitória através do aniquilamento das forças armadas adversárias, “ou, melhor, com a destruição de sua vontade de lutar e de fazer a guerra” (RAPOSO FILHO, 1959, p. 60). Constituindo uma outra parte da guerra total, a guerra irregular seria também uma forma de ‘continuar a política por outros meios’. Na visão de Amerino (1959), apesar desse tipo de guerra ter se manifestado ainda no período napoleônico, “de modo empírico e tímido, puramente espontâneo”, Clausewitz não teria vivenciado essa nova etapa da Filosofia Militar” (RAPOSO FILHO, 1959, p.60). Mencionando o estudo feito por F. O. Miksche, no livro “Forças Secretas”, o major brasileiro colocou Marx e Engels como os teóricos responsáveis por mostrar o que é verdadeiramente a guerra, indo além da concepção criada por Clausewitz:

Por aí se vê que Marx e Engels abrem um campo novo, mostrando o que é a guerra autêntica; destacando que ela ‘deve continuar, mesmo depois da capitulação dos Exércitos’, e não ser, como queria Clausewitz, apenas ‘a continuação da política...’. Os estudos de Marx, em 1849, sobre a guerra revolucionária, representam a base de partida para essa nova maneira de ‘destruir a vontade de lutar do adversário’, não o atacando com forças regulares, mas de maneira clandestina e subterrânea, de modo irregular e naquele quadro de ‘um contra dez’ de Mao Tse Tung... Engels, por sua vez, completa o trabalho de Marx. Por isso, ‘Marx e Engels são chamados, com justa razão, os pais de guerra total e da estratégia revolucionária (Cel. G. Bonnet) (RAPOSO FILHO, 1959, p. 60-61).

¹³⁴ O major iniciou sua carreira militar no ano de 1922, participou da II Guerra Mundial com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), atuou vários anos como instrutor da ECEME, publicando diversos artigos e um livro, com foco na estratégia militar. Também esteve envolvido na política, principalmente após o Golpe de 1964, trabalhando para o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, e na constituição do Serviço Nacional de Informações (SNI). Realizou estágio no Colégio Interamericano de Defesa, no ano de 1968, e também no curso de Guerra da ESG, no ano de 1973 (CHIRIO, 2012)

No cenário da Guerra Fria, o mundo estaria dividido em dois blocos: “o ocidental, inspirado em conceitos cristãos e, o Oriental, impregnado da ideologia marxista-comunista” (RAPOSO FILHO, 1959, p. 61). Nesse contexto, inevitavelmente a guerra revolucionária eclodiria e as Forças Armadas brasileiras deveriam estar preparadas para enfrentá-la, buscando não só estudar as guerras que ocorreram no Brasil que tinham essas características (por exemplo, Canudos e Contestado), mas também procurando evoluir o pensamento militar para tal tipo de ocorrência.

O major também introduziu o texto “Doutrina Militar e Estratégia Soviética”, publicado dois meses antes n’A *Defesa Nacional* (edição número 540) pelo tenente-coronel Carlos de Meira Mattos. Na percepção do major Raposo (1959), para o Brasil que buscava estabelecer uma legítima doutrina militar, baseada em sua realidade, e que ao mesmo tempo deveria cumprir seu compromisso com o mundo ocidental, era indispensável a leitura da interpretação da doutrina soviética realizada por Meira Mattos (1959). Isto é, era essencial compreender quais eram as diretrizes da doutrina militar que direcionava os soviéticos para a guerra revolucionária.

Meira Mattos (1959) marcou a importância de se compreender que a estratégia militar soviética é subordinada a elementos geográficos e psicológicos que produzem duas características essenciais: vocação terrestre das forças militares e utilização de grandes massas de combatentes. Nem mesmo a introdução de armas atômicas transformou a essencialidade da guerra terrestre no pensamento militar soviético, o que levou Meira Mattos (1959) a ponderar sobre as ideias que sustentam esse tipo de concepção. Clausewitz é mencionado:

O pensamento militar soviético, antes e depois do advento da Revolução de Outubro, esteve e está sob a influência das ideias de Clausewitz. Já na época do Exército Imperial, o escritor militar prussiano era o autor mais lido como autoridade militar. Além do mais, Clausewitz serviu ao Exército Czarista no posto de Coronel, entre 1811 e 1815. [...] Clausewitz inspirou na Rússia um precioso admirador e divulgador de suas ideias, o estrategista e escritor militar Boris Shaposnhikov, que conseguiu difundir suas ideias através do trabalho “Os Nervos do Exército” (o Estado-Maior). Na opinião do Marechal Barmine, cabe a Shaposnhikov a glória de ter esboçado a estratégia que assegurou o sucesso da Guerra Civil Revolucionária e das Forças Armadas Soviéticas, na II Guerra Mundial (MEIRA MATTOS, 1959, p. 70).

Clausewitz não só é citado pelo tenente-coronel Meira Mattos (1959) como o teórico que estimulava a vocação da União Soviética pela guerra terrestre, mais do que isso, o general prussiano é assinalado como o pensador que produziu as concepções que norteavam toda a estratégia militar soviética.

O pensamento de Clausewitz, expresso principalmente na sua obra “Von Kriege” (*Da Guerra*), de que a Guerra e a Política são uma mesma coisa, conquistou inúmeros

adeptos entre os líderes revolucionários, merecendo várias citações em seu apoio de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Stalin. Segundo Clausewitz, *a Guerra é a continuação da Política por outros meios* (especialmente violentos). Os marxistas têm considerado, sempre, esta tese, a base dos pontos-de-vista soviéticos, sob o significado de qualquer guerra. Do glossário dos conceitos de Clausewitz sobre a guerra, um em especial, mereceu e merece destacado relevo para os teóricos da guerra soviética – trata-se do que diz ‘*um conquistador é sempre um amante da paz, ele deseja sempre entrar em novos domínios sem oposição*’. Lenin e Stalin subscreveram inteiramente esse conceito. Confirmando essas ideias, Stalin disse, em 1934, numa entrevista concedida a H. M. Wells: ‘Os comunistas em absoluto desejam métodos de violência. Estarão sempre muito satisfeitos se puderem aboli-los, desde que as outras classes concordem em dar passagem à classe operária’ (MEIRA MATTOS, 1959, p. 70).

Buscando evidenciar a contemporaneidade do ideário clausewitziano entre os soviéticos, Meira Mattos (1959) utilizou o estudo de Raymond Garthoff, *Doutrina Militar Soviética*:

‘A guerra não é o objetivo da estratégia soviética; os soviéticos preferem chegar aos seus objetivos por meios pacíficos – forçando o apaziguamento do adversário’. Essa consideração tem lugar destacado na estratégia soviética, que assenta a estimativa de suas possibilidades na determinação do *risco menor*. Assim, o Exército Soviético é, via de regra, empregado ofensivamente somente em situações em que outros processos de *menor risco* não são considerados possíveis, e que têm a garantia de possuir um grande potencial à mão. Embora as Forças Armadas Soviéticas caracterizem o instrumento básico para os propósitos soviéticos, muito mais uso é previsto para as formas suplementares de luta, tais como a subversão, a sabotagem, a rebelião colonial e as agressões de seus satélites; não há dependência dessas formas de agir com uma situação formal de guerra, e nem mesmo os riscos de uma guerra total. Os líderes soviéticos não consideram um conflito armado local, como levando à possibilidade de um conflito total. Com exceção feita de que elas são fases da política, com um componente diferente – a força armada –, não há diferença entre guerra e paz na Doutrina Soviética (MEIRA MATTOS, 1959, p. 71).

O texto destacava que os estrategistas militares soviéticos do pós-Revolução permaneceram com a ideia de que a guerra geral só seria perpetrada caso os seus propósitos políticos não fossem alcançados por meio de “processos de intimidação, subversão, insurreição, guerra local” (MEIRA MATTOS, 1959, p. 71). Contudo, consideram os estrategistas, que o sucesso desses processos intermediários depende de “Forças Armadas poderosas e agressivas que, mesmo sem intervirem no conflito, atuam indiretamente, como argumento de intimidação” (MEIRA MATTOS, 1959, p.71).

Os soviéticos teriam incorporados dois conceitos clausewitzianos à sua estratégia militar: a ideia da “guerra como continuação da política por outros meios” e a percepção de conquistar novos domínios sem oposição, levando os soviéticos a conquistarem seus propósitos políticos por outros meios (guerra local, insurreição, subversão ou processos de intimidação) que não envolvessem o emprego ofensivo de suas Forças Armadas. Assim, no debate brasileiro marcado pela Guerra Fria e pela chegada das ideias desenvolvidas pelos franceses na Argélia,

se para o major Amerino Raposo (1959) a guerra revolucionária não tinha base na teoria clausewitziana, Meira Mattos (1959), que nos anos seguintes se consolidaria como o maior teórico militar da Geopolítica e do próprio Clausewitz (FEREZIN, 2012) viu a guerra irregular dos soviéticos como a união de dois pressupostos do general prussiano¹³⁵.

O major Raposo Filho (1959) expressava preocupação com o avanço comunista e a necessidade da construção de uma doutrina militar brasileira que considerasse o perigo da guerra revolucionária. Nas edições de abril-maio de 1959 da revista *A Defesa Nacional*, foi publicada sua conferência intitulada “Bases Filosóficas: Aspectos Fundamentais da Surpresa” (edições número 537 e 538), onde ele analisou elementos importantes na concepção, planejamento e na conduta das guerras, dando destaque a surpresa, “porque, situar a Surpresa no quadro das operações militares é compreender a própria guerra no seu íntimo, na sua complexidade, na sua plenitude” (RAPOSO FILHO, 1959, p. 47). No processo de conceituação do termo surpresa, o major brasileiro buscou pensadores militares do passado que tenham se dedicado ao tema, entre eles, “Clausewitz atribuía tamanha importância ao fator surpresa, que dizia: ‘... com ele, o sucesso é quadruplicado’” (RAPOSO FILHO, 1959, p. 49).

O oficial acaba não trazendo uma conceituação própria da surpresa, mas dá ênfase à elaborada pelo marechal Foch, o que pode indicar que a instrução trazida pelos franceses ainda tinha importância na ECEME. Vejamos:

e o Marechal Foch completava dizendo: ‘ a surpresa, no sentido mais amplo, é o meio pelo qual se quebra a força moral do inimigo, destituindo-o da faculdade de raciocinar e convencendo-o de que a causa está perdida’.

Em última análise, ‘a surpresa visa a obter, se possível, um efeito decisivo ou a impossibilitar uma reação em tempo útil. É particularmente vantajosa em operação de grande envergadura’. E finalizamos com o pensamento do Marechal Foch: ‘seu objetivo será o de quebrar a vontade do adversário por meio de um golpe inesperado de supremo vigor’ (RAPOSO FILHO, 1959, p. 49).

Logo em seguida, elencou os tipos de surpresa (técnica, tática, estratégica e organizacional) e procurou demonstrar como elas transcorreram nas guerras mundiais. Também explicitou os princípios que condicionam a surpresa (ilusão do adversário, ocultamento da

¹³⁵ Considerar a importância que a submissão militar à política tem para a teoria da guerra de Clausewitz é um dado importante se levar em consideração no conservadorismo de Meira Mattos, partidário de uma democracia baseada em um “moderado autoritarismo” promovido pelos militares, ideia constatada nas obras em livros do autor, tais como: *Pensamento Revolucionário Brasileiro* (1964), *Operações na Guerra Revolucionária* (1966) e *Doutrina Política da Revolução de Março de 64* (1967). Mesmo marcado pelo conservadorismo típico aos militares e pela conjuntura da Guerra Fria, Meira Mattos passou por estágios na leitura de Clausewitz: se em 1959 e em 1977, Meira Mattos já citava, mas não se preocupava com a análise da *formule*, no ano de 1986, ele realizava um exame minucioso da concepção, alcançando novas perspectivas sobre a teoria clausewitziana (FEREZIN, 2012).

intenção e velocidade na ação), buscando novamente nas guerras mundiais, sobretudo na II Guerra, a possibilidade de elucidar a ação desses elementos. Assim, o major concluiu sua exposição, abordando a aplicabilidade da surpresa nas guerras e destacando sua importância no efeito moral, lembrando novamente Clausewitz:

Não foi sem recorrer aos elementos que condicionam a possibilidade de levar o pânico, o terror, a desorganização ao adversário, visando a destruição total no mais curto espaço de tempo, que muitos chefes militares, não só do passado como do último conflito, tornaram-se notáveis. Mais do que evidenciada ficou a afirmativa do clássico da guerra, Clausewitz: – ‘A Surpresa é um meio para obter-se a superioridade; no entanto, pode ser considerada fator decisivo, por causa do seu efeito moral; segredo e rapidez são seus dois fatores’ (RAPOSO FILHO, 1959, p. 75).

No final do texto é referenciada a bibliografia utilizada, e é importante dizer que não consta nenhuma obra de Clausewitz.

No texto “Perseguição x Cerco”, publicado na revista *A Defesa Nacional* de novembro de 1959 (edição número 544), percebe-se que o major Amerino Raposo continuou dedicando atenção aos elementos que compõem a guerra, passando a considerar a importância e a evolução da perseguição, a qual ele caracterizou como “aniquilamento das forças adversárias batidas na batalha principal” (RAPOSO FILHO, 1959, p. 52). O major voltou à Antiguidade e percorreu a História Militar até a I Guerra Mundial, evidenciando como a perseguição era pensada e utilizada por estrategistas militares. Nesse processo, destacou a revolução das guerras napoleônicas e a importância de Clausewitz, principalmente para repensar a doutrina da guerra e torná-la mais condizente com o estágio da arte da guerra vigente naquela época, tomando como base para seus estudos a forma como Napoleão tratava a guerra. Nota-se não só o destaque de Clausewitz para a construção da teoria da guerra prussiana, mas a disseminação das suas ideias pelo mundo:

E a Prússia emerge das derrotas sofridas face aos franceses, com o propósito obstinado de uma revanche. Encontra em Clausewitz seu teórico mais relevante, cujas ideias, além de orientar os prussianos na formulação das bases doutrinárias da teoria da guerra, ainda se espalham por todo o mundo, com conceitos realmente notáveis. Tanto Clausewitz, como Jomini, ambos tomaram como referência para seus estudos a maneira como Napoleão concebia e conduzia a guerra (RAPOSO FILHO, 1959, p. 100).

A seu ver, a teoria de Clausewitz estava centrada na concepção de aniquilação do inimigo:

Em síntese, dizia Clausewitz que ‘a teoria da guerra se limita a pedir que, enquanto persistir a ideia de aniquilar o inimigo, marchemos contra ele sem trégua nem descanso’. E, mais adiante afirma, nos seus estudos filosóficos profundamente objetivos e realísticos: ‘a vitória não consiste na ocupação do campo de batalha, porém na

destruição das forças em combate, físicas e morais, do adversário... Procurar a batalha e vencer o inimigo onde ele se encontrar, eis a grande tarefa' (RAPOSO FILHO, 1959, p. 100).

O major brasileiro procurou evidenciar a máxima de destruição do inimigo após a batalha decisiva, o que estabeleceria, consoante suas ideias precedentes, o êxito da perseguição:

Da Batalha Geral, assinalava o clássico da guerra: 'Assim como os raios do sol, convergindo para o centro focal de um espelho côncavo, representam a imagem perfeita do astro e concentram nesse ponto o calor mais intenso, da mesma maneira, na batalha geral, as forças e as circunstâncias da guerra se concentram para produzir o máximo de seu efeito...' (Da Guerra, livro IV, Cap. II). Não precisamos prosseguir nas citações, que a ideia aí está clara e evidente: Clausewitz acabava, de uma vez por todas, com qualquer esforço que não tendesse para a destruição completa das forças adversárias, depois de batidas na batalha decisiva. Era a consagração, pois, da Perseguição, como finalização e acabamento das operações ofensivas (RAPOSO FILHO, 1959, p. 100-101).

Para ressaltar a importância da perseguição, principalmente para Clausewitz, o autor voltou a citá-lo:

Para maior destaque do que afirmamos inspiremo-nos, uma vez mais, no mestre. E é ele que assevera, no que respeita à Perseguição: 'Um ponto essencial do plano de guerra consiste em dirigir, com esta finalidade, a reunião da massa de nossas forças e da orientação que há de imprimir-se a ela. Uma vez obtida a vitória, não se pense em descanso, repouso, reflexão e combinações futuras; deve pensar-se, exclusivamente, na Perseguição, na aplicação de golpes decisivos, onde necessário; na tomada da capital e no ataque direto contra os exércitos auxiliares do adversário e contra todo aquele que, eventualmente, possa constituir o último ponto de apoio para a resistência inimiga' (RAPOSO FILHO, 1959, p.101).

Na perspectiva do major brasileiro, a partir de 1895, com a publicação da obra de Von Der Goltz, "Concepções da Guerra", novas ideias sobre perseguição e cerco passaram a vigorar e, assim, notou-se o abandono das concepções de estratégia e tática adotadas pelo Exército alemão, inspiradas em Napoleão e Clausewitz. Com a experiência da I Guerra, Schlieffen propôs novas perspectivas para a perseguição, as quais parecem ter tido significativo impacto nas doutrinas militares de diversas potências mundiais. Nesse cenário, o conceito de perseguição produzido pelo coronel Caetano e Albuquerque, constando no *Dicionário Técnico-Militar da Terra*, representa para o major Raposo (1959) o pensamento militar da época: 'a perseguição é o ato complementar da vitória e consiste em marchar para a frente hostilizando o inimigo, cansando-o, sem dar-lhe tréguas para restaurar-se' (RAPOSO FILHO, 1959, p. 102).

Nos três textos do major Amerino é possível observar que o conceito mais citado de Clausewitz era a aniquilação, destruição do inimigo, ou seja, a ideia da guerra absoluta do general prussiano. O major não construiu uma crítica à teoria clausewitziana, ou um julgamento

moral de sua obra. Nos dois últimos textos, realizou uma análise de Clausewitz numa perspectiva mais relacionada à História Militar, talvez buscando uma teoria que pudesse orientar a construção da doutrina militar brasileira. No primeiro texto, no qual fica evidente sua preocupação com o avanço comunista, as formulações do prussiano não o levam a compreender a guerra revolucionária, para isso busca Marx, Lenin, Engels e Mao Tsé-Tung, mas não relaciona as teses dos pensadores supracitados, na direção contrária da leitura de Souza (1950).

Já em outro tema, o texto “Relevos da História Militar”, publicado no dia 10 de fevereiro de 1959 na revista *A Defesa Nacional*, edição número 535, versou sobre como o estudo da guerra era indicado por analistas militares e civis. O capitão José Murilo Beurem Ramalho expôs sua percepção do que é a guerra, baseada na tese do general prussiano, como pode ser observado: “Clausewitz afirma constituir a guerra um ato político” (RAMALHO, 1959, p. 76). Simpático as ideias do prussiano, discordou de pensadores modernos que declaravam que a I Guerra Mundial instituiu o estreitamento das relações políticas e militares, assim, inviabilizando a proposição de Clausewitz. Na perspectiva do capitão, a I Guerra realmente transformou as estruturas relacionais entre políticos e militares, mas isso não provocou a invalidação da tese de Clausewitz. No texto do capitão Ramalho (1959), Clausewitz é lembrado como um grande teórico da guerra e bibliografia fundamental na História Militar. Indo além de seu objetivo que era relatar a importância da área, Ramalho (1959) progrediu brevemente para o estudo da guerra e citou Clausewitz como seu alicerce para compreender o que é a guerra, concluindo ser um ato político.

Concordando com a tese da guerra como ato político, o texto “Quem representa a política externa do governo? ”, publicado no dia 17 de fevereiro de 1951, no jornal *Correio da Manhã*, é uma crítica à intervenção do general Estillac e o Clube Militar na política externa brasileira, mais precisamente, ao alinhamento entre Brasil e Estados Unidos, uma questão já tratada nesta pesquisa. Se por um lado, Getúlio e o Ministro das Relações Exteriores, João Neves, declararam que o Brasil estava alinhado aos Estados Unidos “contra as investidas do imperialismo russo”, por outro lado, o ministro da Guerra, general Estillac Leal “se colocou numa posição contrária àquela que vem sendo proclamada pelo ministro das Relações Exteriores, o que poderia ser notado através de seu apoio ao grupo que estava editando a *Revista do Clube Militar* e realizando propaganda em prol da Rússia. Nesse panorama, o artigo traz a indagação: quem representa a política externa do governo: o ministro das Relações Exteriores ou o ministro da Guerra? Como resposta, o lembrete de que as Forças Armadas deveriam ser executoras da política externa do governo e não propositora. Nesse ponto, Clausewitz é citado:

Em matéria de política externa, as Forças Armadas são executoras de uma política do governo, que não pode ser dúplice, nem duvidosa. E, como dizia Clausewitz, ‘a guerra é uma continuação da política diplomática com outros recursos’. Já temos uma política diplomática, contra a qual não pode ficar colocado o titular de uma pasta militar (CORREIO DA MANHÃ, 1951, p. 4).

Clausewitz é utilizado para lembrar aos militares da Força Terrestre brasileira de que o controle civil não deveria ser apenas uma teoria. Mas, também deve-se considerar que o jornal *Correio da Manhã* fazia oposição ao governo Vargas, criticando principalmente o monopólio estatal do petróleo. Contudo, após a criação da Petrobrás, no ano de 1953, passou a ter um posicionamento de proteção das riquezas naturais¹³⁶. O grupo nacionalista dentro do Clube Militar era veementemente favorável a nacionalização do petróleo, assim como Vargas. Diante disso, é plausível que o artigo seja uma crítica não só aos militares nacionalistas e sua intervenção na política, como também a Vargas, ao seu posicionamento nacionalista e seu “descuido” com a política externa a favor do Ocidente, unido aos Estados Unidos na luta contra o comunismo. Ou seja, a leitura não é apenas conjuntural, a utilização de Clausewitz é um ataque ao poder político estabelecido naqueles tempos, no caso, o governo de Vargas e suas instituições.

Continuando no campo da política externa brasileira, têm-se o artigo “Compromissos Internacionais”, publicado no dia 5 de julho de 1951, no *Diário Carioca*, escrito por José Eduardo de Macedo Soares. O texto tem o tom de uma advertência para que o Brasil cumprisse com as responsabilidades firmadas com a ONU no caso de uma agressão comunista na Coreia. O Brasil, como outros membros do Conselho de Segurança, concordou com a resolução de oposição armada à invasão bolchevique na Coreia do Sul. Sobre o pedido do Comando Unificado dos Estados Unidos da América de tropas terrestres para a luta, o governo brasileiro enviou um general que declarava a imprensa que “O Brasil não sabe onde fica a Coreia e não tem interesse na guerra do Extremo Oriente (SOARES, 1951, p. 4)”. Questionando o comportamento do Brasil, Soares (1951) destacou a importância das palavras de Clausewitz:

E os nossos compromissos de honra implícitos na aquiescência que deu às resoluções de 25 e 2 de junho de 1950? Ainda mais. Será que o bravo general Góis, que tanto errou nos seus vaticínios de invencibilidade do exército alemão de Adolf Hitler – será que o chefe do Estado-Maior das nossas Forças Armadas ignora o princípio de Clausewitz ensinando que um poder militar defende-se atacando o inimigo e destruindo-o onde quer que o encontre? Na situação atual do mundo, a Coreia está às portas de todas as nações que se temem da agressão comunista e não se conformam com a perspectiva da escravidão, por detrás da cortina de ferro da potência slava (SOARES, 1951, p. 1).

¹³⁶ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

Macedo Soares esteve na Marinha entre os anos de 1898 até 1912, quando deixou a instituição para se dedicar ao jornalismo, fundando no mesmo ano o jornal *O Imparcial*. Além da carreira jornalística, foi deputado federal entre 1915 a 1923, participou da elaboração da Carta Constitucional de 1934 e assumiu o cargo de senador de 1935 a 1937, pelo estado do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que em 1928 fundou o jornal *Diário Carioca*, no qual dava o tom e determinava suas diretrizes¹³⁷.

Como oposição a Vargas, Macedo Soares (1951) também pareceu produzir uma crítica ao governo e ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Góes Monteiro, por não cumprirem com sua política externa de alinhamento aos Estados Unidos contra o avanço comunista, ignorando a ideia clausewitziana da ofensiva como um meio de defesa de uma força armada. Soares (1951) não desenvolveu o argumento sobre o princípio clausewitziano supracitado, no entanto, devemos destacar que Clausewitz pensou na superioridade da defesa, mas não uma defesa passiva, a estratégia defensiva deve abranger uma tática ofensiva¹³⁸. Contemplando a superioridade da defesa, Clausewitz (1984) indica a necessidade de se pensar em um contra-ataque, mas não menciona explicitamente a destruição do inimigo. Se Macedo Soares (1951) leu ou não Clausewitz, não há como mensurar exclusivamente por esse texto, contudo pode-se refletir em que medida seu texto, e tantos outros aqui analisados, utilizaram concepções “clausewitzianas” para expressar as preocupações de seu tempo e também suas convicções pessoais sobre o prussiano.

Com foco nas campanhas da II Guerra Mundial, as técnicas utilizadas, as novas armas e as táticas e estratégias empregadas, a teoria clausewitziana não teve espaço nas páginas *D'A Defesa Nacional* entre os anos de 1940-1945. Clausewitz é citado em apenas um artigo, no ano de 1944, destinado ao estudo da campanha francesa na guerra. Nos jornais, 5 artigos discutiram Clausewitz a partir da conjuntura externa da II Guerra. Três deles colocavam o general prussiano como o incentivador de Hitler e suas Forças Armadas. Outros dois textos citavam Clausewitz como o teórico da guerra sem limites e que levava a violência ao extremo, como era observado na I Guerra. Contudo, a imagem negativa que o autor recebeu na I Guerra Mundial

¹³⁷ Verbete biográfico consultado na plataforma do CPDOC.

¹³⁸ Se a defesa é a forma mais vigorosa de guerra, possuindo, no entanto, um propósito negativo, ocorre que ela somente deverá ser utilizada enquanto a nossa fragilidade o exigir, sendo abandonada logo que estivermos suficientemente fortes para procurar atingir um propósito positivo. Quando alguém utiliza medidas defensivas com êxito, normalmente é criado um equilíbrio de forças mais favorável. Assim, o caminho natural na guerra é começar agindo defensivamente e terminar atacando. Isto seria contrário, portanto, à própria ideia de ver a defesa como sendo o propósito final da guerra, bem como à ideia de ver a natureza passiva da defesa, não apenas como sendo inerente ao todo, mas também às suas partes. Em outras palavras, uma guerra na qual as vitórias sejam conquistadas apenas defensivamente, sem a intenção de contra-atacar, seria tão absurda quanto uma batalha em que o princípio de defesa absoluta – ou seja, de passividade – determinasse todas as ações (CLAUSEWITZ, 1984, p. 418-419).

e que havia persistido nas mentes de diversos brasileiros no entre guerras, estava perdendo vigor no Brasil. Até mesmo os textos que o mencionaram como um dos inspiradores de Hitler, ou que citaram a guerra sem limites, não promoveram um julgamento moral do prussiano, apenas destacaram suas concepções sem o taxar de “apóstolo da guerra total” “filósofo do mal”, ou “teórico imoral”.

No período da Guerra Fria, mais especificamente, entre os anos de 1946 a 1959, Clausewitz granjeou mais atenção entre os militares brasileiros do que no ciclo da II Guerra, com cinco textos discutindo suas ideias n’*A Defesa Nacional* e sete artigos nos jornais, quase todos preocupados com o contexto da Guerra Fria, principalmente o avanço comunista sobre o Ocidente cristão. Destaca-se entre os textos, o artigo de Meira Mattos, um dos leitores mais assíduos de Clausewitz no Exército brasileiro, e que já nos primeiros anos da Guerra Fria buscava as ideias do general prussiano. No entanto, notamos distinções entre suas leituras realizadas nos anos 50, 70 e 80, sendo apenas neste último que o general brasileiro discute com a relação entre guerra e política. No mais, a concepção “a guerra é a continuação da política por outros meios” teve destaque entre os brasileiros, seja para invalidar a teoria clausewitziana ou para declarar sua atualidade.

Já a tradução para o português de excertos do livro *Da Guerra* constituiu uma das principais contribuições para o estudo da recepção e circulação das ideias de Clausewitz no Exército brasileiro, pois permitiu compreender qual o primeiro contato dos militares com o pensador, quais obras leram, quais fragmentos da obra circularam, quais os possíveis responsáveis por colocar em circulação as ideias do prussiano e qual o contexto de exposição à sua teoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil do início do século passado, mais especificamente entre a década de 1880 a década de 1910, a teoria clausewitziana teve destaque a partir da concepção de aniquilação do inimigo. Muitos artigos analisados nesta pesquisa se utilizaram dessa ideia para criticar não só Clausewitz, mas a conduta do Exército alemão na I Guerra Mundial, principalmente os textos publicados nos jornais. Outros textos, no entanto, apenas mencionaram as ideias clausewitzianas, sem pretensão de condenar o general prussiano ou as ações dos alemães na Grande Guerra. Contudo, surpreendeu a baixa circulação de Clausewitz entre os anos de 1913 a 1919 n’A *Defesa Nacional*, pois conjecturava-se que suas ideias estariam em alta no Exército devido ao estágio de oficiais brasileiros, posteriormente denominados Jovens Turcos, na Alemanha, entre os anos de 1906 a 1912. Cabe lembrar que os Turcos constituíram um dos grupos responsáveis por fundar o periódico, na volta de seu treinamento com os militares alemães, no ano de 1913. Os poucos artigos citando conceitos clausewitzianos eram relacionados às técnicas e regulamentos do Exército alemão, com quase nenhuma produção “original” e “nacional” sobre o prussiano. Isto posto, nos anos de 1889 a 1919, temos “dois Clausewitz” no Brasil: o teórico da aniquilação do inimigo e causador das barbáries na I Guerra Mundial e, o teórico militar mais lido e utilizado da Alemanha. Seja como for, o general prussiano teve espaço no Brasil daquela época, entre civis e militares, com destaque para os discursos do presidente Venceslau Brás, citando Clausewitz como o teórico representante do comportamento cruel alemão na I Guerra, estabelecendo mais uma justificativa para o Brasil se aliar aos Estados Unidos da América e se posicionar contra a Alemanha.

Não se pode deixar de evidenciar também as leituras do general Fernando Setembrino de Carvalho e do marechal Roberto Trompowsky sobre Clausewitz. Se o general Setembrino buscava uma referência teórica para justificar e legitimar suas ações no Contestado, tendendo ao uso de *Da Guerra* como um manual para guerrear (indo contra os objetivos de Clausewitz ao escrever tal obra), o marechal Trompowsky parecia mais empenhado em compreender a teoria clausewitziana, publicando diversos textos com citações às ideias do general prussiano, talvez por estar mais integrado com o magistério do Exército, Trompowsky não tenha se preocupado com a possibilidade de empregar as concepções de Clausewitz em operações militares. Nessa direção, a leitura de Trompowsky enseja a possibilidade de uma nova frente de pesquisa na recepção e circulação de Clausewitz no Brasil: o estudo das instituições educacionais, buscando como se deu a leitura de Clausewitz nesses espaços que seriam essenciais para as reformas e reorganizações da Força Terrestre.

Nas décadas de 20 e 30, predominou uma visão, quase que exclusiva, de que Clausewitz era o autor da ideia da guerra ofensiva, sem limites, tendente aos extremos. Raros leitores enveredaram para a concepção de guerra e política, da guerra como mero instrumento da política. Supostamente, a imagem negativa que o pensador recebeu na I Guerra Mundial persistiu nas mentes de diversos leitores brasileiros. Mas, como demonstramos nesta pesquisa, muitos artigos publicados no exterior traziam quase o mesmo discurso e o mesmo sentimento, ou seja, se as leituras podem ser dadas como instrumentais e contextualizadas aqui, elas também eram no exterior. Cabe destacar os textos encontrados na revista *A Defesa Nacional*, mesmo aqueles produzidos por estrangeiros, pois a leitura de Clausewitz lá era mais técnica, mais voltada para fins de instrução e modernização do Exército. Outro ponto relevante da análise está relacionado ao interesse de civis, alguns ligados a política, na teoria clausewitziana. Destaca-se a palestra do ministro do Exterior, Mário de Pimentel Brandão, que pareceu usar a obra de Clausewitz como um meio de distanciar o Brasil da Europa e se aproximar ainda mais dos Estados Unidos da América.

No entanto, as traduções dos excertos de *Da Guerra* localizadas na revista *A Defesa Nacional*, na década de 30, deram a pesquisa uma nova perspectiva sobre a recepção e circulação da teoria clausewitziana, pois até então era dado que a obra maior de Clausewitz, *Da Guerra*, tinha sido traduzida para a língua portuguesa somente no ano de 1979. Lembrando que a versão de 1979 é integral, enquanto a tradução de 1931 e 1932, traz somente excertos da obra. O exame de *A Defesa Nacional* nos proporcionou alcançar a gênese da recepção e circulação de *Da Guerra*, em português, no Brasil. O dado é importante porque marca o interesse na leitura do prussiano, levando a tradução de partes de sua obra no período em que o Exército buscava sua profissionalização e modernização por meio da MMF. Como abordado na pesquisa, o próprio processo de seleção dos Livros e Capítulos a serem traduzidos também fornecem elementos relevantes para a compreensão de Clausewitz no Brasil, por exemplo, a supressão do Capítulo 1 do Livro 1, o único considerado finalizado pelo prussiano e aquele que traz a guerra como instrumento da política e a centralidade do controle civil. Nesse contexto, os excertos selecionados para publicação n'*A Defesa Nacional* eram semelhantes aos Livros e Capítulos traduzidos para o francês na década de 1880, permitindo levantar a hipótese de uma inspiração francesa na primeira tradução, parcial, da obra *Da Guerra*. Com isso, mais uma possibilidade de investigação sobre a recepção e circulação de Clausewitz no Brasil é lançada: como a MMF utilizou a teoria do general prussiano no seu processo de instrução do Exército brasileiro.

Nos anos 40, as práticas militares de Hitler no desenrolar da II Guerra, constituíram um importante elemento de menção a Clausewitz, pois tal como na I Guerra, muitos indivíduos

buscaram em pensadores militares alemães do passado os incentivadores intelectuais da guerra. Atenta-se ainda para o fato de Clausewitz ter sido mais citado nos jornais do que no periódico especificamente militar, o que pode indicar que os militares estavam mais preocupados com o transcorrer da guerra, inclusive em participar dela, do que discutir teorias que poderiam ter embasado o comportamento alemão. Além disso, a distinta periodicidade de publicação entre os jornais e *A Defesa Nacional* também deve ser considerado, com publicação diária, os jornais nessa época realizavam a cobertura dos eventos transcorridos nos campos de batalha da II Guerra Mundial. Já os artigos produzidos nos anos 50, tem como característica a preocupação com o avanço comunista, a imprescindibilidade do Brasil produzir sua própria doutrina militar, mas também conhecer as doutrinas do inimigo e suas referências teóricas, de estar preparado para um novo tipo de guerra, as guerrilhas, da possibilidade de uma guerra atômica, o posicionamento do Brasil nos acordos pós-Guerra e seu alinhamento com os Estados Unidos. Nessa década, Clausewitz também esteve mais presente em jornais do que n'*A Defesa Nacional*, com uma peculiaridade: na revista militar as menções ao general prussiano estão localizadas apenas no ano de 1959, enquanto nos jornais a distribuição é mais diluída entre os anos da década de 50.

Os artigos internacionais publicados nos jornais brasileiros, em quantidade expressiva, principalmente no desenrolar da II Guerra, traziam a ideia de que Clausewitz e outros generais alemães do passado eram os culpados pela prática de uma doutrina de guerra violenta, sanguinária e amoral. No entanto, no Brasil essa concepção teve menos impacto, principalmente se comparado com o período da I Guerra, quando vários textos se dedicaram a caracterizar Clausewitz como o grande responsável pelas “barbáries perpetradas pela Alemanha nos campos de batalha”.

No Brasil, os textos localizados no periódico militar e nos jornais sobre a teoria clausewitziana têm percepções distintas. Se n'*A Defesa Nacional* a leitura era mais “técnica”, voltada para profissionalização e modernização da Força Terrestre, nos jornais, os contextos de guerra caracterizaram a leitura de Clausewitz. Isto não quer dizer que os textos publicados no periódico militar não eram marcados pela conjuntura, basta retomar as ideias do general Amerino Raposo, ou Meira Mattos, na década de 50. Mas, nos jornais esse tipo de leitura era mais proeminente, principalmente entre os civis. Não se quer alegar que as leituras militares eram superiores na compreensão de Clausewitz, mas que tomavam uma direção distinta, também em virtude da conjuntura, de busca pela profissionalização e modernização do Exército brasileiro, enquanto nos jornais, os horrores das guerras mundiais dominavam as percepções sobre Clausewitz.

Os mal-entendidos na recepção e circulação da teoria clausewitziana no Brasil, com a desconsideração do contexto de produção da obra e com a inserção de percepções e problemáticas próprias do contexto do leitor, as leituras instrumentalizadas e traduções parciais, não são elementos exclusivos da leitura brasileira. Como visto na pesquisa, nos países que estabeleceram relações militares com o Brasil – Alemanha, França e Estados Unidos – as mesmas características são encontradas. O caráter inacabado de *Da Guerra* pode constituir uma justificativa para esse tipo de “ruído” entre Clausewitz e seu leitor, como o próprio previu que poderia sobrevir caso não tivesse a oportunidade de revisar todo o livro e dar uniformidade ao material existente, pois poderia ser “considerado como um amálgama de ideias informes expostas a incessantes mal-entendidos, que suscitará uma quantidade de críticas prematuras”. Mas, o prussiano confiava que um “leitor imparcial” levaria em consideração, mesmo com seu caráter incompleto, o “fruto de longas reflexões e de vários anos de estudo assíduo da guerra” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 66).

Cabe aos leitores e estudiosos de Clausewitz, como aos leitores e estudiosos de todo e qualquer clássico, considerar as condições sociais de recepção e circulação de ideias, não só para evitar os ditos mal-entendidos e incompreensões, mas também para refletir sobre as diversas possibilidades de leituras e usos dos textos, compreendendo essas leituras como produtos possíveis de determinados contextos, pois os textos clássicos são passíveis de alteração de sentido e função no decorrer do tempo. Nessa direção, o estudo da recepção e circulação de ideias, principalmente dos clássicos, tende a ser mais efetivo se vinculado a uma perspectiva histórica.

Com essa pesquisa espera-se ter contribuído, mesmo que incipientemente, para a compreensão da recepção e circulação da teoria clausewitziana no Exército brasileiro, destacando suas peculiaridades e também sua conexão com a leitura e uso de Clausewitz nos países com maior tradição militar.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

A **Federação**. Porto Alegre, 12 fev. 1890, p. 3.

A Missão Militar Estrangeira. Bem-vinda seja! **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 67, p. 225-228, abr. 1919.

ATHAYDE, Austregesilo. A filosofia de Clausewitz. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, 03 set. 1938, p. 2.

_____. Os inspiradores de Hitler. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, 13 jun. 1940, p.1-2.

BARATA, Julio. Armemos o Brasil! **A Batalha**, Rio de Janeiro, 23 jun. 1938, p. 2.

BARBOSA, Ruy. Sr. conselheiro Ruy Barbosa no Teatro Petrópolis, em Petrópolis, aos 17 de março de 1917. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1917, p. 3-5.

BASTOS, Lemos. A abolição dos encouraçados na América do Sul. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 25 dez. 1931, p. 4 e 6.

BEUREM, José Murilo. Relevos da História Militar. **A Defesa Nacional**, n. 535, p. 75-77, 1959.

BITENCOURT, Liberato. Sobre a Escola de Saumur. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 6 nov. 1913, p. 2.

BOTO, Carlos Penna. Contra uma Força Aérea Única. **Correio da Manhã**. 18 fev. 1950, p. 5.

BRANDÃO, Mário Pimentel de. As homenagens ao Professor Siegfried. **O Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 7 ago. 1937, p. 11.

BRÁS, VENCESLAU. Guerra Europeia e o Dever Americano. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 23 mai. 1917, p. 3.

CARVALHO, Estevão Leitão. Editorial. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n.1, p. 1-3, out. 1913.

CHATEAUBRIAND, Assis. A revisão do tratado de paz. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 mar. 1920, p. 2.

_____. Cevado no ar. **O Jornal**, 13 de set. 1940, p. 4.

CIDADE, Francisco de Paula. Em torno do Contestado. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 16, p.124-125, jan. 1915.

Da Guerra. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 210, p. 369-372, 1931.

Da Guerra. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 220, p. 176-178, 1932.

Da Guerra. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 221, p. 268-271, 1932.

DEROUGEMONT. O papel do oficial numa democracia moderna. **A Defesa Nacional**, p. 358-360, 1922.

DUTRA, Eurico Gaspar. A proclamação do Ministro da Guerra. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, 11 de nov. 1937, p. 5.

Editorial. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 69-71, 1917.

Editorial. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n.8, p. 241-244, mai. 1914.

FARIA, Osvaldo Cordeiro. Os fanáticos do Contestado – Editorial. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1-2, out. 1914.

FEDER, Ernesto. Dentro da Alemanha. **Diário de Notícias**, 3 dez. 1944, p. 2.

FRAGOSO, Tasso. Bibliografia. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 250-254, mai. 1917.

GERARD, Reginald. A liquidação dos erros. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 ago. 1920, p. 2.

GOEBBELS, Joseph. “Discurso do Dr. Goebbels sobre a não possibilidade de rendição da Alemanha”. **Diário da Noite**, 28 out. 1944, p. 2.

GUIMARÃES, Moreira. Nova Mentalidade Militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 115, p. 612-614, nov. 1923.

HART, Liddell. Ludendorff e a próxima guerra. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 23 jan. 1937, p. 6.

HERRERA, Heitor Almeida. A Doutrina de Guerra Francesa e a Campanha de 1940. **A Defesa Nacional**, n.363, p. 261-269, 1944.

HINDENBURG, Paul von. Memórias de minha vida, pelo marechal von Hindenburg. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 14 abr. 1920, p. 2.

HIRSCH, Lina. A Alemanha Ocupada. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1920, p. 1.

HITLER, Adolf. Hitler falou sobre a rendição da Itália. **Correio da Manhã**, 11 set. 1943, p. 1.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 11 ago. 1889, p. 2.

LEÃO, Humberto de Areia. A guerra que reponha no horizonte envolverá todas as atividades humanas. **A Manhã**, 11 set. 1952, p. 1 e 4.

LEITE FILHO, Barreto. A crueldade da guerra. **Diário de Notícias**, 4 jan. 1942, p. 2.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Ilusão do direito de guerra – brilhante estudo de Barbosa Lima Sobrinho. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, 16 out. 1922, p. 2.

LOBO, Ary Maurell. Duas escolas de estratégia. **Correio da Manhã**, 24 ago. 1941, p. 4.

MAGALHÃES, João Batista. A função política das Classes Armadas. **O Jornal do Brasil**, 20, 21 mar. 1949, p. 1.

MARECHAL Foch. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 184, p. 231, abr. 1929.

Marinha. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 24 mai. 1899. Seção de Colaboração, p. 2.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. Os alemães cultivam oficialmente a crueldade e desdenham do sentimentalismo latino – um serviço de incendiários organizado. **A Noite**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1915, p. 1.

MEIRA MATTOS, Carlos de. Doutrina Militar e Estratégia Soviética. **A Defesa Nacional**, n. 540, p. 69-83.

MELLO, Saboia F. Como organizar e o que é um plano de guerra. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 181, p. 51-56, jan. 1929.

MINHOTO. Kaiser, Hinderburg, Ludendorff & Ca, por que não julgá-los. **A Reforma**, Rio de Janeiro, 14 de mar. 1920, p.2.

O epílogo do desarmamento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 26 jun. 1932, p. 4.

O perigo aéreo alemão. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 21 jun. 1924, p. 3.

Ofensiva Desfeita. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 24 dez. 1931, p. 4.

PANA', _____. Notas sobre a Cavalaria: a Escola de Saumur. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1914, p. 8.

Para a História, a Alemanha no Pelourinho. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 18 dez. 1914, p. 2.

PEREGRINO, Umberto. Acredita que as armas atômicas prevalecerão em um futuro conflito armado. **O Jornal do Brasil**, 17 mar. 1959, p. 3.

Quem representa a política externa do governo? **Correio da Manhã**, 17 fev. 1951, p. 4.

RAPOSO FILHO, Amerino. Bases Filosóficas: Aspectos Fundamentais da Surpresa. **A Defesa Nacional**, n. 537 e 538, p. 47-54 e 65-78, 1959.

_____. Guerra Revolucionária. **A Defesa Nacional**, n. 542, p. 59-62, 1959.

_____. Perseguição X Cerco. **A Defesa Nacional**, n. 544, p. 99-102, 1959.

REIS, Joaquim de Souza Reis. O Grande Estado Maior e o alto comando do Exército. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n.3, p. 68-73, dez. 1913.

RODRIGUES, César Augusto Parga. Escola Alemã. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n.3, p. 101-102, dez. 1913.

RUSKIN, _____. A Alemanha e conquista da Bélgica: palavras dos escritores militares alemães. **A Rua**, Rio de Janeiro, 23 set. 1915, p. 5.

SOARES, João Eduardo Macedo de. Compromissos Internacionais. **Diário Carioca**, 5 jul. 1951, p. 1.

SOUZA, Nicanor G. Alguns conselhos para o estudo da História Militar. **A Defesa Nacional**, n. 255, p. 844-850, 1935.

SOUZA, O. de Carvalho e. Exército da traição. **Correio da Manhã**, 10 mai. 1950, p. 4.

STALIN, Joseph. Já está fora de época – Stalin dá sua opinião sobre o clássico estrategista alemão Clausewitz. **Diário de Notícias**, 11 mar. 1947, p. 1.

TRAVASSOS, Mário. A Missão. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 64, p. 118-119, jan. 1919.

TROMPOWSKY, Roberto Leitão de Almeida. A falência dos generais alemães. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1918, p. 9.

_____. As opiniões de quatro grandes escritores militares com respeito a arte da guerra - 2º Clausewitz. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 19 jul. 1909. Seção de Assuntos Militares, p. 6.

VARGAS, Heitor. Os ensinamentos da caserna. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1928, p. 2.

WIEDERSPALM, Henrique Oscar. História Militar. **A Defesa Nacional**, n. 231, p. 356-357, 1933.

Fontes Secundárias

ABREU, Alzira Alves de. Revolução de 1930. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? *Revista Esboços*, v. 15, n. 20, p.245-273, 2008.

_____. Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). **IN: Militares e Política (número 5)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

_____. Missão Militar Francesa. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A III Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 7, n. 14, jun-dez. 2015.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

_____. **Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986a.

_____. **Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária**. Brasília, Editora, Universidade de Brasília, 1986b.

ARRUDA, Antônio de. **ESG, história de uma doutrina**. São Paulo: GRD, 1980.

BALDWIN, P. M. Clausewitz in Nazi Germany. **Journal of Contemporary History**, Vol. 16, No. 1, The Second World War: Part 1 (Jan. 1981), pp. 5-26.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BASSFORD, Christopher. **Clausewitz in English: the reception of Clausewitz in Britain and American, 1815 – 1945**. Oxford University Press, New York, 1994.

BASSFORD, Christopher; VILLACRES, Edward. Reclaiming the Clausewitzian Trinity. **Parameters**, Autumn, 1995.

BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994.

BECKER, Jean-Jacques. **O Tratado de Versalhes**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BELLIGNI, Silvano. Frente Popular. In: BOBBIO, Norberto et all (coords.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Volume I**. 2009. 700f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2009.

BETHELL, Leslie. Brasil. **IN: A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Organização: Leslie Bethell e Ian Roxborough. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **As condições sociais da circulação internacional de ideias**. 2002/5, n. 145, p. 3-8. Tradução: Luiz Felipe Martins Candido.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1934.

CARONE, Edgar. A Primeira República (1889-1930): texto e contexto. 3º edição. São Paulo: Difel Editora, 1976.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias: dados para a história do Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950.

_____. Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, ministro da guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. IN: **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, Marechal Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, tomo 1, 1961.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Martins Fontes. São Paulo, 1979.

_____. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CUNHA, Paulo Ribeiro. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. 2º ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**, v.3, n.4., jan/jun, p. 219-256, 2007.

_____. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1991.

ECKL, Marlen. “A flor do exílio” – A amizade de Stefan Zweig e Ernst Feder vista a partir do Diário Brasileiro de Feder. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v. 4, n. 2, jul-dez, 2012.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em Perspectiva. **Brasil em Perspectiva**. 3ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

FEREZIN, Carla Cristina Wrbieta Ferezin. **A recepção de Clausewitz no Exército brasileiro: da Guerra Fria ao pós-Guerra Fria**. 2012. 160f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

FIORI, José Luís. O Nó Cego do Desenvolvimento Brasileiro. **IN: Revista Novos Estudos**. São Paulo, CEBRAP, v. 40, 1994.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e aliança liberal: (1927-1930)**. São Paulo: Livraria Editora Polis Ltda, 1978.

_____. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Tenentismo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

GARCIA, Eugênio Vargas. **A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923**. Revista Brasileira de História, vol. 23, nº46, 2003.

HILTON, E. Stanley. **O Brasil e a Crise Internacional (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSBAWN, Eric J. A era dos impérios, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

_____. **Primeira Guerra Mundial**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEMOS, Renato Luís do Couto e. Militares e política: uma discussão de paradigmas. **IN: A Guerra e a Formação dos Estados Nacionais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

LESSA, Sérgio. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende [et al.]. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. pp.11-58.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **O Desenvolvimento do Exército e as Relações Militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1988.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército brasileiro (1904-1929)**. 2012. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. **IN: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Organização: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. - 6° ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. – (O Brasil republicano; v.3).

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, junho, p. 39-50, 2008.

McCANN, Frank. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

_____. Influência Estrangeira no Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**, p.83-116, 1985.

_____. **Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Góes. **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Adersen Ed, s/d.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, v.1.

_____. O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. IN: LORENZO. Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs) **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997, pp. 73-92.

MORAES, Márcia. **Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército (Currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944)**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Anticomunismo Militar. IN: **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. Organizado por João Roberto Martins Filho. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Imprensa Periódica Militar no Século XIX: Política e Modernização no Exército Brasileiro (1850-1881)**. 2015. 473f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Exército e Estado no Brasil Imperial. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**, volume 2, p. 75-96, 1977.

OLIVEIRA, Dennison. A herança francesa no Exército brasileiro segundo militares dos EUA (1942-1945) **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 7, n. 14, jun-dez. 2015.

OLIVEIRA, Thiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil**. 2012. 206f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2003, p. 1-7.

PARET, Peter. A Gênese de Da Guerra. IN: **On War**. Tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Clausewitz, Marx, Engels e Lenin: rupturas, continuidades ou parentescos intelectuais na relação entre guerra e revolução? In: VI Seminário Internacional - Teoria Política do Socialismo: 'Lênin 90 anos depois - política, filosofia e revolução', 2014, Marília. **Anais VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO: Lênin 90 anos depois: política, filosofia e revolução**. Marília: Oficina Universitária, 2014. p. 1-15.

PAULA CIDADE, Francisco de. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação. IN: **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1991.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Porque somos florianistas?** Ensaio sobre Florianismo e Jacobinismo. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2002.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAPOPORT, Anatole. Prefácio. In: **Da Guerra**. São Paulo, 1979.

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro.

SANTOS, Francisco Ruas. **Marechal Castello Branco – seu pensamento militar**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 2004.

SCHNEIDER, Fernand. **História das Doutrinas Militares**. São Paulo: Difusão Editorial, 1975.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SHY, John. Jomini. In: **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Orgs.). **Brasil em Perspectiva**. 3ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

SPEIER, Hans. Ludendorff: The German Concept of Total War. In: **Earle, Edward Mead (Ed.). Makers of Modern Strategy – military thought from Machiavelli to Hitler**. Princeton: Princeton University Press, 1952.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STRACHAN, Hew. **Sobre a guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SUMMERS, Harry. Clausewitz and Strategy Today. **Naval War College Review**, v. XXXVI, pp.40-46, 1983.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. **OPIS**, v. 14, n. Especial, 2014.

TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2005.

_____. **Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, v.5.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)**. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.

_____. **Democracia, estado e indústria em a nova política do Brasil**. 2014. 296f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

APÊNDICE A

PROCESSO METODOLÓGICO

O levantamento dos *corpus* de pesquisa, jornais da época e a revista *A Defesa Nacional*, levou a um total de quatrocentos e trinta e quatro (434) artigos que mencionaram Clausewitz no período de 1889 a 1959. Os procedimentos metodológicos para tratamento dos dados e as particularidades dos artigos encontrados nos jornais e n' *A Defesa Nacional* serão delineados neste Apêndice.

Clausewitz nos jornais brasileiros: noções gerais

Com a abolição do monopólio da Impressão Régia sobre as impressões e a regulamentação da imprensa no Brasil, ambos episódios celebrados no ano de 1821, diversas tipografias particulares irromperam e se disseminaram pelo país, tornando-se responsáveis pela circulação da maior parte dos periódicos¹³⁹. Nesse cenário de avanço da imprensa periódica, os jornais se constituíram como um dos principais meios dos militares brasileiros se expressarem em tempos precedentes a concepção de periódicos próprios para o público militar. Não era incomum nesse tempo diversos jornais da imprensa brasileira disponibilizarem sessões para que militares expusessem questões de seus interesses, práticas militares ou até mesmo políticas. Desde 1850, uma rede de periódicos próprios as demandas militares passaram a surgir no Brasil, consolidando uma imprensa periódica militar, mais distante de temas políticos e sociais e mais próxima de temáticas próprias a caserna, a exemplo de distintos países do exterior, constituindo uma tendência internacional no processo de desenvolvimento da profissão militar¹⁴⁰. Com isso

¹³⁹ Os eventos de 1821 também beneficiaram o mercado livreiro em expansão, com a criação de diversas livrarias no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, então capital do país. Os livreiros eram, em sua maioria, estrangeiros, com destaque para os franceses, pioneiros na implantação de prensas tipográficas e na distribuição de diversos livros, lembrando que o idioma francês era uma das principais línguas do mercado editorial de livros e tinha se constituído como o idioma internacional das elites culturais ocidentais nessa época.

¹⁴⁰ No campo da imprensa periódica militar entre os anos de 1833 e 1899, Nascimento (2005) propõe a existência de duas etapas: a primeira etapa, entre 1833 e 1849, é caracterizada pela divulgação de impressos com caráter mais político e envolvidos com as crises do período imperial. Os artigos de publicações militares nesta etapa estão mais vinculados as lutas pelo poder, no caráter local ou regional, e trazia poucas questões de cunho militar, mas independente da ligação política, o caráter legalista era mantido, com reafirmações do discurso da ordem e do apoio às instituições monárquicas. Outro traço relevante da época era o anonimato nas publicações, muitos dos artigos não traziam autoria, “caracterizadas como pasquins” (NASCIMENTO, 2015, p. 40). Já na segunda etapa, entre 1850 e 1899, têm-se uma imprensa periódica militar mais organizada, instituindo periódicos próprios para veiculação de suas ideias e de suas necessidades.

se pode dizer que uma imprensa produzida por militares e para militares, não se dissocia do processo evolutivo da imprensa periódica brasileira iniciado no ano de 1821 (NASCIMENTO, 2015).

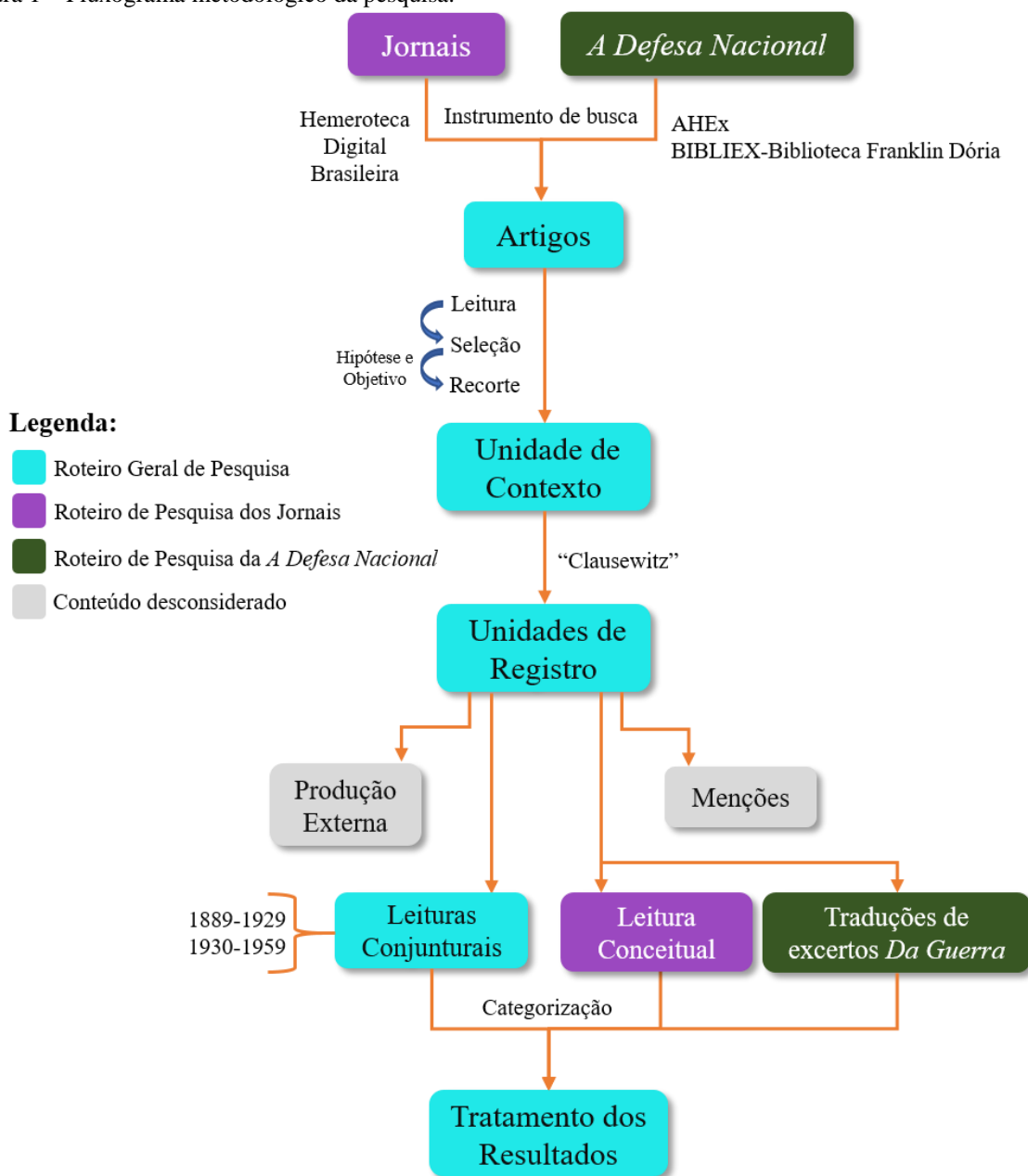
Nessa direção, compreendemos que os jornais seriam importantes fontes primárias para nossa pesquisa. Por meio da ferramenta de busca disponibilizada no *website* da Hemeroteca Digital Brasileira, localizamos 380 artigos com menção ao general prussiano. Utilizar a análise de conteúdo como metodologia para interpretar os dados, leva a seguir distintos procedimentos¹⁴¹. Na Figura 1, é apresentado o fluxograma metodológico da pesquisa:

141 O processo adotado é baseado na proposta da análise de conteúdo, uma técnica de análise textual que é utilizada para alcançar os sentidos, explícitos ou ocultos, de um texto. Disseminada no Brasil, sobretudo pela obra de Bardin (2007), na qual percorre distintas perspectivas de uso do método. Bardin (2007) organizou em três as etapas da análise de conteúdo:

1. Pré-análise (leitura flutuante, escolha dos documentos, preparação do material e referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores)
2. Exploração do Material (criação das unidades de registro, unidades de contexto e a posterior categorização)
3. Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Bardin (2007) elaborou uma técnica para análise textual, considerando a possibilidade de decomposição do conteúdo do texto em componentes mais simples (termos, palavras ou frases) que podem evidenciar particularidades importantes ao pesquisador/leitor, a unidade de contexto e as unidades de registro, etapas que levarão a categorização dos dados (agrupamento em razão de caracteres comuns das unidades de registro) e posterior tratamento dos resultados, com destaque para a interpretação. Mesmo com a construção de uma vasta técnica de análise de textos, Bardin (2007) destaca que “não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo [...] a técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento” (BARDIN, 2007, p. 26). Isto é, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2007) possuiu a viabilidade de moldar o método conforme a problemática de cada pesquisador que trabalhe com a análise textual.

Figura 1 – Fluxograma metodológico da pesquisa.



Da conceituação de cada uma das “unidades de registro” elaboradas para a concretização desta pesquisa:

1. Produção externa: são todos aqueles artigos produzidos por estrangeiros;
2. Menções: textos que exclusivamente citaram Clausewitz sem utilizar qualquer ideia do autor;

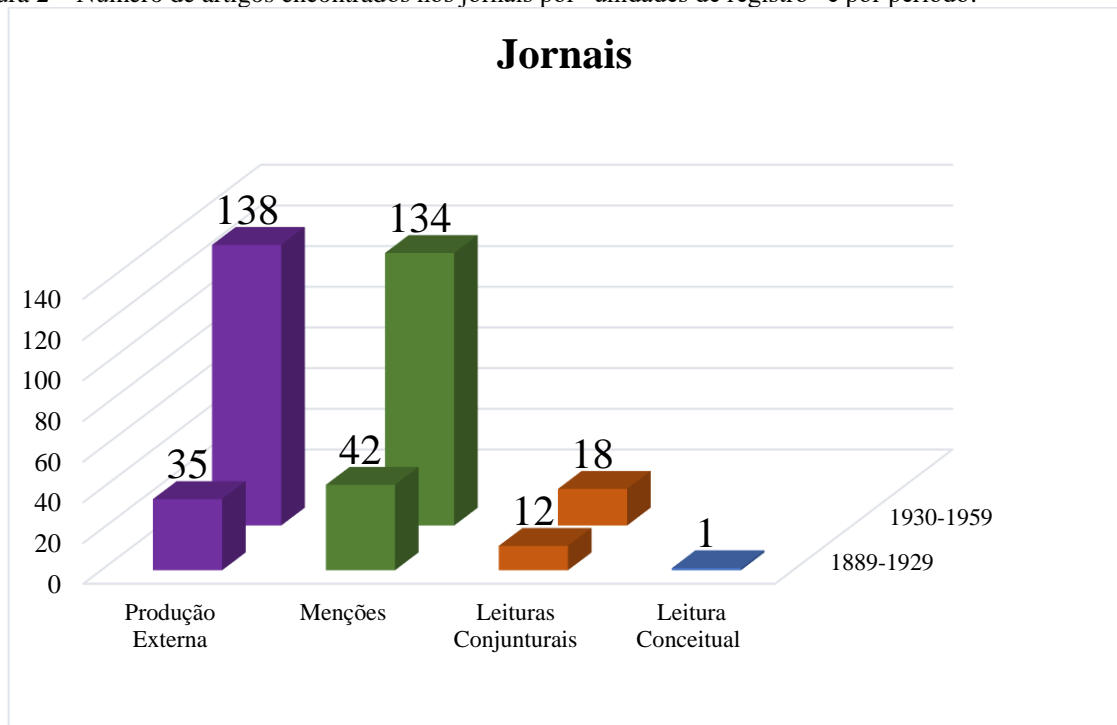
3. Conjunturais: mobilizaram conceitos do general prussiano em razão de eventos históricos;
4. Conceitual: concentrou seu escrito na teoria clausewitziana.

Na unidade “produção externa”, trazendo os artigos produzidos por estrangeiros, é possível observar uma intensificação de citações ao general prussiano no tempo das guerras mundiais, sobretudo da II Guerra Mundial. Se na I Guerra, Clausewitz era constantemente citado como “mentor intelectual” do Exército alemão e, conseqüentemente, o “responsável pelas barbáries empreendidas pela Alemanha”, no período entre guerras, o mesmo tipo de visão era observado, “escritor de ameaças brutais” e, na II Guerra, a perspectiva não se altera e Clausewitz é “o incentivador de Hitler”, “teórico da guerra de aniquilação e sem limites”. Na Guerra Fria, Clausewitz era lembrado como “mestre dos comunistas soviéticos”. Cabe sublinhar que esse tipo de leitura não era a única circulante nos jornais, no entanto, era a mais numerosa, com raras referências a *formule*, ou outras ideias¹⁴². Já no Brasil, compondo a unidade “menções”, também é notável uma expansão nas alusões a Clausewitz no tempo das guerras mundiais, com destaque novamente para a II Guerra. Os ditos sobre o prussiano não se distanciaram dos supracitados, com a inclusão de outras expressões, mas sem nenhum tipo de discussão, como “mestre da guerra”, “autor do livro *Da Guerra*”, “teórico que levou a unidade de doutrina para a Alemanha e para a França” e “filósofo da guerra”. Os articulistas, nas duas unidades, se dividiam entre militares e civis, indicando que Clausewitz não era recluso a caserna. Contudo, é também imprescindível pontuar que muitos textos não traziam identificação dos escritores, inviabilizando discutir mais profundamente as distinções de leitura entre civis e militares.

Já os artigos elencados nas unidades “conjunturais” e “conceitual”, compondo as categorias, “leituras conjunturais” e “leitura conceitual”, são exclusivamente as únicas passíveis de tratamento para alcançar o objetivo da pesquisa, compreender a recepção e circulação de Clausewitz no Exército brasileiro. Sobre as unidades “produção externa” e “menções”, a intenção era trazer um panorama geral das principais ideias e citações desses artigos, já que eles não se enquadram nos desígnios do trabalho. No mais, cabe ainda expor que a “produção externa” e “menções”, contaram com o maior número de artigos nos três períodos considerados no presente estudo, como demonstrado no gráfico presente na Figura 2.

¹⁴² *Formule*: terminologia elaborada por Aron (1986a) para aludir a ideia clausewitziana da “guerra como continuação da política por outros meios”.

Figura 2 – Número de artigos encontrados nos jornais por “unidades de registro” e por período.



A maior concentração de artigos nas unidades não consideradas para a análise, isto é, “produção externa e “menções”, não invalidam a pesquisa, apenas ratificam pontos já discutidos. Como tentou se evidenciar neste trabalho, Clausewitz era um teórico célebre em diversos países do exterior desde 1871, por isso não é ilógico ou improvável que diversos jornais brasileiros trouxessem traduções de textos sobre um dos maiores estrategistas ocidentais em tempos de guerra, pois também tentou-se demonstrar no decorrer deste trabalho que a teoria clausewitziana era constantemente retomada e reinterpretada em conjunturas de guerra. Outrossim, menções sem discussões conceituais eram também comuns em outros países, como demonstrou Bassford (1994) em seu estudo sobre a recepção de Clausewitz nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Ou seja, não se pode constatar, com base exclusivamente nos números, a não existência da recepção e circulação das ideias clausewitzianas entre os militares brasileiros do Exército, como mobilizaram seus conceitos, como “transferiram” para cá as suas ideias, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, é que evidenciará “qual” Clausewitz era relevante no Brasil.

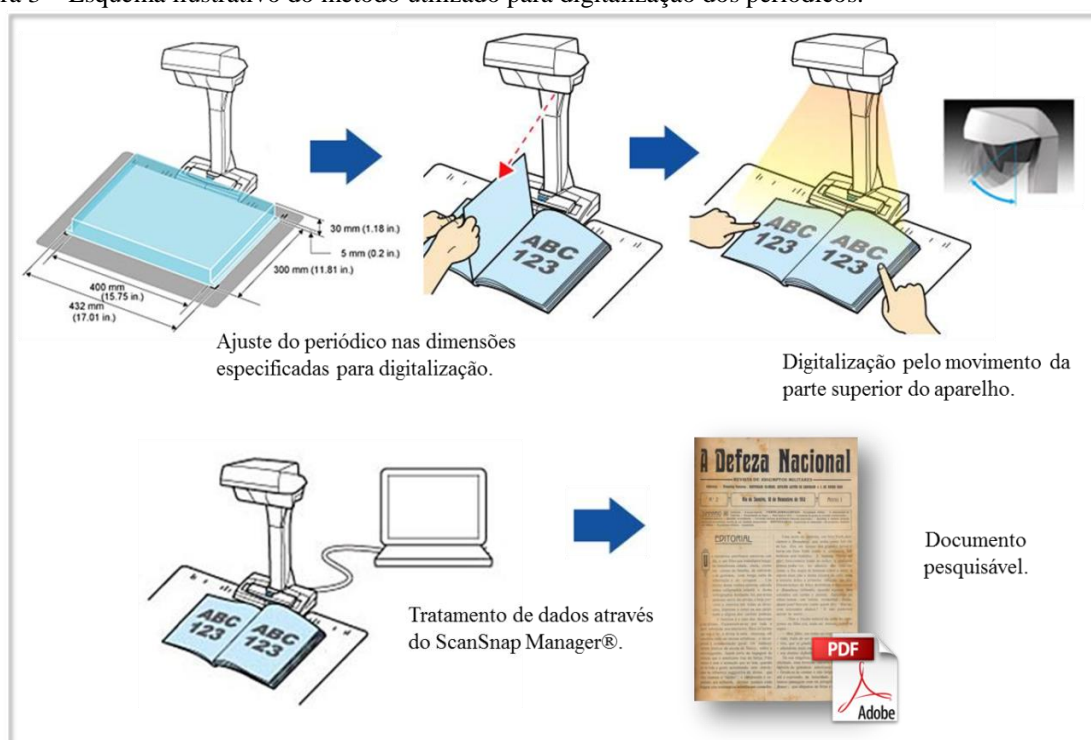
Sobre as unidades “leituras conjunturais” e “leitura conceitual”, totalizando vinte e nove (29) artigos, são aquelas que reúnem os textos que utilizaram conceitos clausewitzianos para tratar sobre eventos próprios à sua conjuntura, ou que se detiveram em sua teoria, sem pretensões de explicar/ relacionar a seu contexto. Tais textos são discutidos nos capítulos 2 e 4 deste trabalho, buscando caracterizar o panorama de recepção e circulação das ideias de Clausewitz.

Clausewitz n' *A Defesa Nacional*: noções gerais

Como uma revista produzida pelo grupo de ex-estagiários do Exército alemão no período de busca pela profissionalização do Exército brasileiro poderia ter utilizado as concepções clausewitzianas para corroborar com seus planos? Como a MMF teria utilizado o periódico para disseminar seus ideais e instruções sobre a necessidade de distanciamento da política e dedicação a profissão militar e, nesse processo, Clausewitz seria relevante? No tempo de justaposição aos ideais estadunidenses na II Guerra e no pós-Guerra Fria, de maior interesse dos militares dos EUA pela teoria do general prussiano, como seria a repercussão n' *A Defesa Nacional*? Constituindo um dos principais instrumentos de disseminação de ideias do Exército e por sua gênese, considerou-se *A Defesa Nacional* como mais uma fonte primária essencial para a pesquisa.

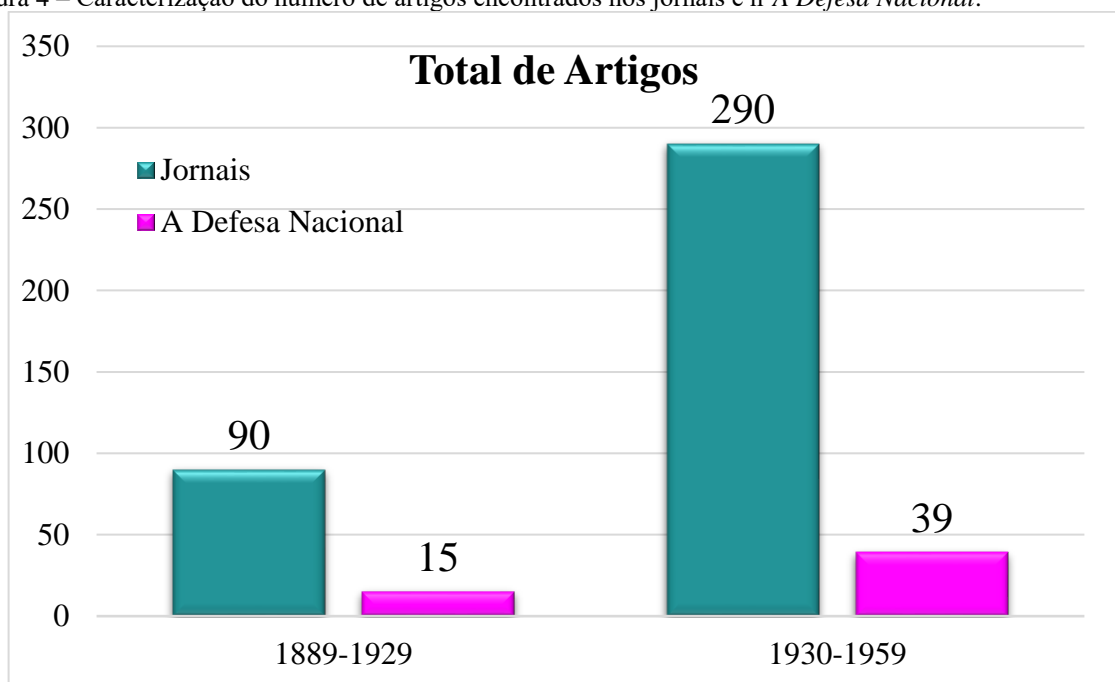
Na pesquisa de campo, com visitas ao Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e Biblioteca Franklin Dória (BIBLIEX), ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro (RJ), empreendeu-se a digitalização do material. Os periódicos foram digitalizados por meio do ScanSnap SV600® e convertidos em arquivos pdf pesquisável pelo ScanSnap Manager®. A Figura 3 exibe um esquema ilustrativo do método utilizado e recomendado pelo fabricante para digitalização de documentos.

Figura 3 – Esquema ilustrativo do método utilizado para digitalização dos periódicos.



Buscando por Clausewitz nas páginas d'*A Defesa Nacional* do ano de 1913 até o ano de 1959, pesquisou-se quinhentas e quarenta e cinco (545) edições da revista e localizou-se cinquenta e quatro artigos (54) mencionando o general prussiano, número consideravelmente menor do que nos jornais, mas talvez a periodicidade possa constituir um elemento importante nesse quesito, visto que os jornais eram publicados diariamente e a revista mensalmente. No período de guerras, principalmente a II Guerra, contando com vasta cobertura da imprensa mundial e nacional, é compreensível a exponencial menção a Clausewitz vista nos jornais. Com isso, no gráfico apresentado na Figura 4, é possível notar como os jornais tiveram números mais expressivos de artigos com menções a Clausewitz do que *A Defesa Nacional*. Novamente é necessário dizer que a quantificação dos dados não leva a uma proeminência dos dados mais citados, no caso, não se quer indicar que os jornais constituíram meio mais importante de circulação das ideias do prussiano do que *A Defesa Nacional*, mas apenas destacar as distinções e elaborar hipóteses sobre os porquês destas.

Figura 4 – Caracterização do número de artigos encontrados nos jornais e n'*A Defesa Nacional*.

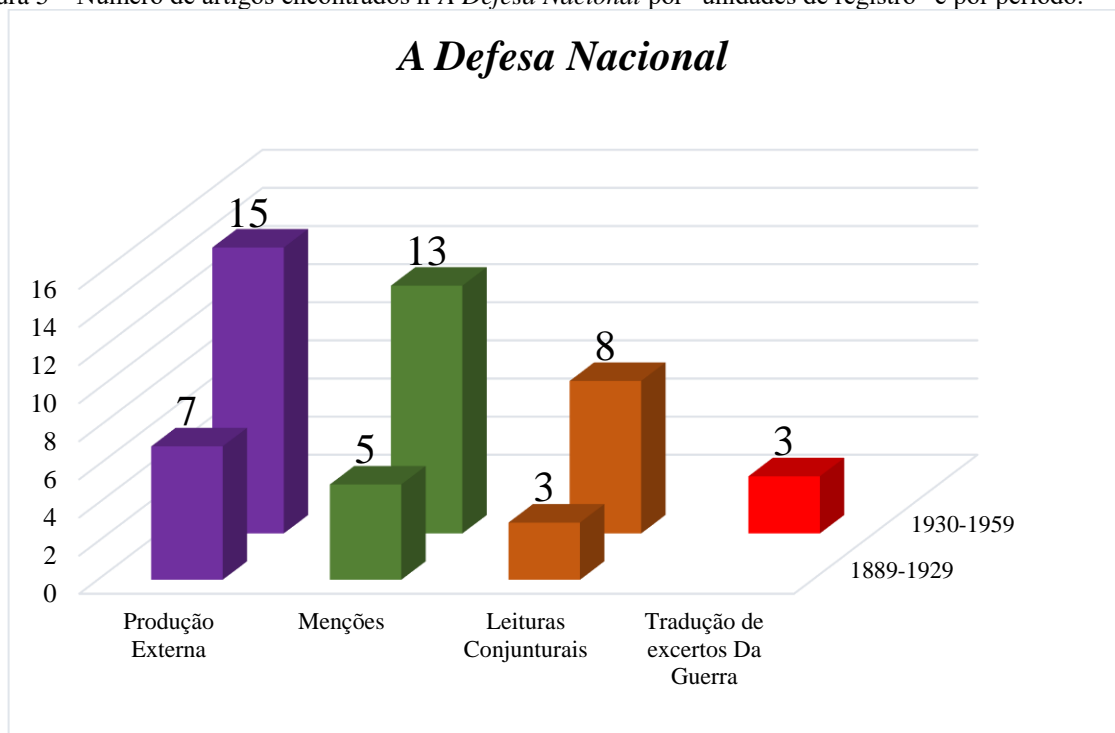


Distintamente dos jornais, n'*A Defesa Nacional* todas as unidades conservam certa constância de citações ao general prussiano, isto é, nem mesmo as conjunturas de guerras proporcionaram mais alusões à teoria clausewitziana. Não é só esse o contraste verificado entre os jornais e o periódico, enquanto os artigos dos jornais, tanto nas unidades “produção externa”

e “menções” traziam abordagens mais negativas e baseada na ideia de que Clausewitz era o teórico responsável pela eclosão de guerras violentas e sem limites, n’ *A Defesa Nacional* os textos tinham o cunho mais técnico-militar ou didático-militar. Isto é, Clausewitz era mais utilizado para a instrução dos militares. Nos anos iniciais da revista, os artigos citando Clausewitz vinham do alemão, sobretudo regulamentos do Exército alemão, traduzidos pelos Jovens Turcos, ou de menções baseadas nas técnicas e aprendizados obtidos no estágio junto aquela Força Terrestre. Já a partir de 1920, com a MMF na “direção” do Exército brasileiro, principalmente nas instituições escolares, a teoria clausewitziana era empregada para fins de instrução dos militares, com destaque para a tradução de excertos da obra maior de Clausewitz, *Da Guerra*. Nas décadas de 1930 a 1950, época de preocupação com o rearmamento do Exército, com a profissionalização, com a II Guerra Mundial e com a Guerra Fria, prevalece uma leitura conjuntural marcada pelo alinhamento com os Estados Unidos.

No gráfico apresentado na Figura 5, estão elencados os artigos encontrados nas unidades de registro d’*A Defesa Nacional*, da qual já se enfatizou uma certa frequência nas menções ao general prussiano nos períodos estabelecidos na pesquisa. Contudo, o destaque fica para os três textos publicados no ano de 1931 e 1932 com traduções de excertos da obra *Da Guerra*. Lembrando que a primeira tradução integral do livro para o português só se efetuou no ano de 1979, pela editora Martins Fontes.

Figura 5 – Número de artigos encontrados n’*A Defesa Nacional* por “unidades de registro” e por período.



Nos capítulos 2 e 4 são discutidos os artigos que desenvolveram leituras que nos permitiram compreender a recepção e circulação da teoria de Clausewitz no Exército brasileiro, no caso, as unidades “leituras conjunturais” e “traduções de excertos *Da Guerra*”, totalizando quatorze artigos (14). No entanto, é cabível pontuar que a tradução não é uma leitura sobre Clausewitz, mas um meio de compreendermos quais partes da obra foram selecionadas e como essa seleção pode indicar a intenção que os militares, possivelmente os franceses, tinham em disseminar a teoria clausewitziana entre os militares brasileiros.

Dos relatos memorialísticos: a leitura de Setembrino de Carvalho

Não constituindo um dos artigos encontrados nos jornais e na revista *A Defesa Nacional*, temos o marechal Setembrino de Carvalho trabalhando com conceitos clausewitzianos no seu livro *Memórias, Dados para História do Brasil*, publicado no ano de 1950. Nesse relato, o general Setembrino traz Clausewitz para abordar a sua performance na Guerra do Contestado. Não obstante essa leitura não estar enquadrada nas categorizações criadas para a análise dos artigos encontrados nos jornais e n’*A Defesa Nacional*, a mesma será tratada no recorte temporal elaborado para a categoria “leituras conjunturais”, ou seja, no período de 1889-1929, compreendendo os anos da Guerra do Contestado.

Tratamento de Dados

Como exposto no esquema conceitual metodológico, as “leituras conjunturais” contam com uma subdivisão por períodos:

1. 1889-1929: compreende diversos eventos desde a proclamação da República até o término da Primeira República, com destaque para o estágio de militares brasileiros junto ao Exército alemão e a vinda da Missão Militar Francesa para reorganizar o Exército brasileiro;
2. 1930-1959: período marcado pela Revolução de 30 e um novo posicionamento do Exército brasileiro quanto ao seu papel político, com destaque para a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos da América, no contexto da II Guerra Mundial e da Guerra Fria.

APÊNDICE B**JORNAIS E PERIÓDICOS COM MENÇÕES A CLAUSEWITZ**

A Batalha

A Cigarra

A Época

A Federação: Órgão do Partido Republicano

A Imprensa

A Manhã

A Noite

A Noite: Suplemento

A Notícia

A Província

A Reforma

A Rua: Semanário Ilustrado

Alterosa

Careta

Ciência Política

Commercio do Acre

Correio da Manhã

Correio do Paraná

Correio Paulistano

Diário Carioca

Diário da Noite

Diário da Tarde

Diário de Notícias

Diário de Pernambuco

Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados

Diretrizes

Eu Sei Tudo

Folha do Povo

Fundamentos

Gazeta

Gazeta de Notícias

Gazeta do Commercio

Gran-Fina

Gutenberg

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

Jornal do Commercio (AM)

Jornal do Recife

Lavoura e Commercio

Minas Jornal

Novas Diretrizes

O Cruzeiro (Revista)

O Cruzeiro do Sul

O Dia

O Estado de Mato Grosso

O Imparcial: Diário Ilustrado

O Jornal

O Município

O Paiz

O Radical

O Semanário

O Sol

Pacotilha

Pharol

Revista da Semana

Tribuna da Imprensa

Tribuna Popular

Última Hora

Vida Política: Suplemento de A Manhã

Voz Operária
